

# Plano Mais Brasil

Mais Desenvolvimento  
Mais Igualdade  
Mais Participação

# PPA

2012  2015

## Agendas Transversais

Versão 01.12.2011



# SUMÁRIO

---

1. BRASIL MAIOR .....	4
2. BRASIL SEM MISÉRIA .....	19
3. ÁGUA .....	24
4. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO .....	46
5. CRIANÇA E ADOLESCENTE .....	67
6. DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....	78
7. DESERTIFICAÇÃO,PRODUÇÃO E DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS E COMBATE A POBREZA .....	87
8. FÓRUM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO .....	92
9. GEO INFORMAÇÃO.....	118
10. IGUALDADE RACIAL E COMUNIDADES QUILOMBOLAS.....	128
11. JUVENTUDE .....	140
12. MEIO AMBIENTE .....	152
13. ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA, INOVAÇÃO, TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SOCIOAMBIENTAL .....	182
14. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA .....	195
15. POLÍTICAS PARA AS MULHERES .....	203

16. POLÍTICAS PARA IDOSO .....	226
17. POLÍTICAS PARA OS OBJETIVOS DO MILÊNIO .....	233
18. POLÍTICAS PARA PREVENÇÃO, ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE CRACK, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS .....	306
19. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA .....	313
20. POPULAÇÃO LGBT .....	318
21. POVOS INDÍGENAS .....	322
22. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL .....	334

# BRASIL MAIOR

---

O levantamento considera metas de programas do PPA 2012-2015 diretamente relacionadas aos oito temas transversais do Plano Brasil Maior (Comércio Exterior, Investimentos, Inovação, Formação e Qualificação Profissional, Produção Sustentável, Competitividade de Pequenos Negócios, Ações Especiais em Desenvolvimento Regional e Bem-Estar do Consumidor). Também foram selecionadas metas relacionadas a duas diretrizes setoriais, quais sejam: Fortalecimento de Cadeias Produtivas e Competências na Economia do Conhecimento Natural. Neste caso, optou-se pelas duas diretrizes que poderiam complementar os oito temas transversais do Brasil Maior.

Programas - 15

Objetivos - 56

Metas – 101

## Brasil Maior: Comércio Exterior

Programa 2055 - Desenvolvimento Produtivo	
Objetivos	Metas
0857 - Fortalecer os empreendimentos organizados em Arranjos Produtivos Locais (APLs), por meio de apoio a melhoria de processos e produtos e as iniciativas coletivas, com vistas ao aumento da competitividade e à desconcentração da produção no país.	Apoiar 80 Arranjos Produtivos Locais no país
0865 - Promover a formação de empresas globais e apoiar a internacionalização de empresas brasileiras de capital nacional, sobretudo daquelas situadas em posição promissora nas cadeias produtivas e de conhecimento mundiais.	Internacionalizar 30 empresas da indústria de transformação

Programa 2057 - Política Externa	
Objetivos	Metas
0905 - Intensificar a participação do Brasil nos organismos comerciais multilaterais e na gestão dos mecanismos de governança econômico-financeira internacionais com vistas a reforçar as ações de política externa.	Concluir as negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC)
0907 - Desenvolver a contribuição das atividades de promoção comercial da política externa brasileira, com ênfase em ações de inteligência comercial e prospecção de mercados, de divulgação de oportunidades de negócio ao investidor estrangeiro e de apoio à internacionalização de empresas brasileiras.	Expandir de 4 para 6 o número de cidades sul-americanas a serem contempladas com a realização de seminários e oficinas relativas ao Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI)  Aumentar, de 130 para 190 eventos anuais, o apoio à participação de empresas brasileiras em feiras setoriais e multissetoriais no exterior  Reestruturar e ampliar a rede de pontos focais do Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas (SIPRI), ao passar de 55 operadores nacionais atuais para 61 parcerias nos 26 Estados da Federação e no Distrito Federal

<b>Programa 2024 - Comércio Exterior</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0802 - Intensificar e aprimorar os instrumentos de controle administrativos e de fiscalização aduaneira para o combate às práticas ilegais no comércio exterior.	<p>Aumentar o número de processos simultâneos de investigação de origem não preferencial de produtos importados</p> <p>Criar marco legal para instauração de processo administrativo de identificação, apuração e punição, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de práticas ilegais no comércio exterior</p> <p>Implantar o Plano de Modernização e de Reestruturação das unidades aduaneiras</p> <p>Criar sistema informatizado necessário à atividade de identificação, apuração e punição de práticas ilegais no comércio exterior</p> <p>Implantar o Centro Nacional de Gestão de Risco Aduaneiro</p>
0805 - Fortalecer o Sistema de Defesa Comercial brasileiro, bem como estruturar novas formas de combate a práticas desleais de comércio	<p>Reduzir de 8 para 6 meses o prazo para alcançar determinações preliminares nos casos em que seja necessário proteger a indústria doméstica de práticas comerciais desleais durante o período de investigação</p> <p>Reduzir prazo médio das investigações de 15 para 12 meses</p>
0806 - Simplificar, modernizar e harmonizar normas, procedimentos e exigências relativos às operações de comércio exterior	<p>Desenvolver sistema para a integração de sistemas de governo de gestão do comércio exterior e suas bases de dados, em uma abordagem de single window, considerando perfis pré-definidos de usuários, segundo o nível de risco, e uso obrigatório de certificação digital</p> <p>Desenvolver Sistema de Desempenho Logístico, no qual serão definidos indicadores qualitativos e quantitativos e ferramentas de auxílio à análise, para fins mensuração da efetividade e eficácia das operações de comércio exterior, antes e após a modernização e simplificação das normas e procedimentos</p> <p>Consolidar a legislação de comércio exterior em um diploma central, no nível legal</p> <p>Elaborar, em cooperação com os órgãos anuentes no comércio exterior e considerando-se as premissas da OMC sobre Facilitação de Comércio, atos normativos infralegais do Executivo destinados a inovar, modernizar, simplificar e harmonizar os procedimentos administrativos e exigências de controle incidentes sobre as operações de comércio exterior</p>

<b>Programa 2022 - Combustíveis</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0184 - Fazer avançar o processo de comoditização dos biocombustíveis por meio da atuação brasileira junto a foros e parceiros internacionais.	Promover a internacionalização da produção e do uso sustentáveis de bioenergia

<b>Programa 2047 - Micro e Pequenas Empresas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0838 - Promover a cooperação técnica e financeira internacional para as micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais.	Incluir a agenda brasileira de desenvolvimento das micro e pequenas empresas nas principais instâncias internacionais de cooperação (União Europeia, Mercosul, UNIDO, BID, Banco Mundial, CAF);  Realizar cooperação técnica internacional em melhores práticas com União Europeia, Mercosul, UNIDO, BID, Banco Mundial e CAF.

<b>Programa 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0790 - Criar e aperfeiçoar instrumentos econômicos e financeiros com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável.	Avaliar anualmente o desempenho dos Fundos de Desenvolvimento Regional  Avaliar semestralmente o desempenho das aplicações dos Fundos Constitucionais de Financiamento

## Brasil Maior: Investimentos

Programa 2055 Desenvolvimento Produtivo	
Objetivos	Metas
0853 - Incentivar a implantação de indústrias competitivas de componentes e equipamentos eletrônicos, com ênfase no desenvolvimento local, e promover a produção de software, conteúdos digitais interativos e serviços de TI, para posicionar o País como exportador relevante do setor.	Investir R\$ 1 bilhão de reais em nova capacidade instalada em componentes eletrônicos
0856 - Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.	Aumentar a oferta de ureia para 1.210 mil t/ano. Aumentar a oferta de Ácido tereftálico (PTA) em 700 mil toneladas/ano Aumentar a oferta de amônia para 124 mil t/ano Aumentar a oferta de Politereftalato de Etileno (PET) em 450 mil toneladas/ano Aumentar a oferta de estireno em 250 mil toneladas/ano Aumentar a oferta de filamentos de poliéster e resina têxtil em 240 mil toneladas/ano
0848 - Induzir a ampliação do investimento fixo na indústria por meio de benefícios fiscais e creditícios, simplificação de exigências regulatórias e disseminação da informação.	Criar o Portal do Observatório do Investimento
0757 – Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira e o parque nacional de estaleiros de modo a atender à navegação de longo curso, de cabotagem e navegação interior.	Fomentar a contratação de 14 bilhões em projetos de embarcações com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) Fomentar a contratação de 14 bilhões em projetos de embarcações com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM)

## Brasil Maior: Inovação

Programa 2055 - Desenvolvimento Produtivo	
Objetivos	Metas
0850 - Expandir, diversificar e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades, capacitações e potencialidades das empresas.	Fomentar a especialização de 20 Centros de Inovação, Design e Sustentabilidade (CIDS) Disponibilizar bolsas para 100 Gestores seniores em Inovação, Design e Sustentabilidade (GIDS) em Arranjos Produtivos Locais (APLs)

0849 - Atrair projetos e centros de P&D de empresas estrangeiras, por meio de medidas fiscais, regulatórias e creditícias.	Atrair 100 projetos e centros de P&D
0881 - Conceder direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia.	Disseminar a cultura de Propriedade Intelectual em 123 instituições públicas de educação superior brasileiras Aumentar de 2.500 para 5.000 o número de pessoas capacitadas em cursos de propriedade intelectual oferecidos pelo INPI Aumentar de 30 para 60 o número de publicações do corpo docente do mestrado relacionadas à propriedade intelectual

<b>Programa 2047 - Micro e Pequenas Empresas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0837 - Promover a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, a inserção comercial, o encadeamento produtivo e o fomento às relações cooperativas e associativas para micro e pequenas empresas, de forma a estimular seu crescimento e competitividade, potencializando sua participação nos processos de geração de emprego e renda.	Capacitar 100 mil micro e pequenas empresas e/ou empreendedores, inclusive as artesanais e as organizadas em APLs

<b>Programa 2057 - Política Externa</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0909 - Promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet e temas relacionados.	Expandir o número dos Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC) no exterior de 14 unidades em 12 países para 19 unidades em 15 países, e capacitá-los com vistas a, entre outras atribuições, atuarem como observatórios de inovação em suas respectivas áreas jurisdicionais

<b>Programa 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0485 - Consolidar o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC)	Ter em curso 1.200 projetos de desenvolvimento tecnológico em cooperação entre as redes SIBRATEC de Centros de Inovação e Empresas
0486 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica.	Desenvolver e fortalecer competências e habilidades para o setor de TIC em pelo menos 35.000 profissionais
0493 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais.	Ampliar para 120 o número de empresas que realizam pesquisa e desenvolvimento em nanotecnologia em seus processos produtivos  Promover o aumento em 40% do número de pedidos de patentes de produtos, processos e serviços biotecnológicos depositados no Brasil e no exterior por residentes no país
0494 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial.	Aumentar de 41% para 50% a participação dos setores estratégicos no dispêndio empresarial brasileiro em pesquisa e desenvolvimento
0495 - Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação.	Aumentar de 22,3% para 30% o percentual de empresas inovadoras que utilizam ao menos um dos diferentes instrumentos de apoio governamental à inovação nas empresas

### **Brasil Maior: Formação e Qualificação Profissional**

<b>Programa 2055 - Desenvolvimento Produtivo</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0851 - Orientar junto às entidades competentes, o direcionamento da oferta de treinamento, qualificação e formação de mão de obra em adequação às necessidades das empresas.	Criar 500 novas vagas nas instituições de ensino e qualificação profissional para os setores identificados e afetados pelos programas de treinamentos

<b>Programa 2023 - Comércio e Serviços</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0983 - Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.	Promover a formação e capacitação social e profissional de 10.000 trabalhadores para a economia solidária

<b>Programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência	<p>Elevar a relação aluno/professor nos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020</p> <p>Elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 562</p> <p>Oferecer 8 milhões de vagas para a educação profissional e tecnológica, com a concessão de 3 milhões de bolsas a estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda</p>

<b>Programa 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0497 - Expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, tecnologia e inovação e impulsionar o intercâmbio e a atração de recursos humanos qualificados radicados no exterior por meio de concessão de bolsas.	Alcançar o número de 35.000 bolsas voltadas para o Intercâmbio Internacional concedidas pelo CNPq
0498 - Promover a formação e capacitação de recursos humanos nas Engenharias e demais áreas tecnológicas, priorizando a concessão de bolsas nessas áreas.	<p>Alcançar o número de 26.000 bolsas de produtividade em pesquisa concedidas pelo CNPq</p> <p>Alcançar o número de 13.400 bolsas de iniciação tecnológica concedidas pelo CNPq para as Engenharias</p>

## Brasil Maior: Produção Sustentável

Programa 2055 - Desenvolvimento Produtivo	
Objetivos	Metas
0858 - Fomentar a adoção pelas empresas de práticas ambientalmente sustentáveis na produção de bens e serviços.	Criar banco de dados de tecnologias de baixo carbono

Programa 2018 - Biodiversidade	
Objetivos	Metas
0506 - Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.	Fomentar 200 projetos de uso e conservação da biodiversidade

Programa 2022 - Combustíveis	
Objetivos	Metas
0797 - Monitorar e incentivar o uso sustentável de biocombustíveis de origem florestal (lenha e carvão) para fins energéticos.	Promover o uso energético sustentável da biomassa florestal em 300 empresas usuárias de carvão vegetal proveniente do bioma Caatinga.

Programa 2067 - Resíduos Sólidos	
Objetivos	Metas
0342 - Promover a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com ênfase na reestruturação das cadeias produtivas, na integração das associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores, na estruturação do planejamento do setor, no gerenciamento de áreas contaminadas e na inovação tecnológica respeitando as peculiaridades regionais.	8 Acordos Setoriais de cadeias produtivas implementados

<b>Programa 2050 - Mudanças Climáticas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0698 - Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e a diversidade regional.	Fomentar a execução de 40 projetos e 20 empreendimentos que promovam a adaptação e mitigação às mudanças climáticas

<b>Programa 2053 - Petróleo e Gás</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0063 - Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local.	Liderar o desenvolvimento tecnológico do setor, através da realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento e da ampliação da infraestrutura experimental, visando a expansão dos objetivos dos negócios, a agregação de valor, a diversificação de produtos e a sustentabilidade dos projetos.

<b>Programa 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0228 - Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).	Apoiar, por instrumentos de fomento florestal, 400 atividades produtivas de desenvolvimento florestal sustentável
0472 - Incentivar a ampliação de florestas plantadas, com vistas ao suprimento da demanda de matéria-prima florestal e à redução da pressão sobre os remanescentes nativos.	Ampliar em 1 milhão de hectares das áreas plantadas destinadas ao suprimento de lenha e carvão vegetal do setor industrial

## Brasil Maior: Competitividade de Pequenos Negócios

Programa 2023 - Comércio e Serviços	
Objetivos	Metas
0822 - Simplificar, modernizar e gerir a governança dos procedimentos de abertura, alteração e encerramento de empresas e das atividades afins, com vistas a melhorar o ambiente de negócios.	Conceder registro a micro e pequenas empresas de baixo risco pelas Juntas Comerciais no prazo de até dois dias úteis para atos sujeitos a decisão singular, na forma da lei.
0824 - Estimular o processo de ativação econômica sustentável dos segmentos de comércio e serviços, contribuindo para o crescimento da economia nacional, geração de emprego e renda, e para o bem estar do consumidor.	Premiar anualmente empresas e profissionais do setor de comércio e serviços.

Programa 2047 - Micro e Pequenas Empresas	
Objetivos	Metas
0837 - Promover a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, a inserção comercial, o encadeamento produtivo e o fomento às relações cooperativas e associativas para micro e pequenas empresas, de forma a estimular seu crescimento e competitividade, potencializando sua participação nos processos de geração de emprego e renda.	Capacitar 100 mil micro e pequenas empresas e/ou empreendedores, inclusive as artesanais e as organizadas em APLs Elevar o montante de crédito disponibilizado pelo BNDES para micro e pequenas empresas de R\$ 5 bilhões em 2010 para R\$ 21,2 bilhões.
0836 - Regular no âmbito da União e incentivar a implementação nos estados e municípios do marco legal das micro e pequenas empresas, com vistas a fortalecer e ampliar os incentivos governamentais para o desenvolvimento econômico e social do segmento	Regular a Cédula de Crédito Microempresarial – art. 46 da Lei Complementar 123/2006 Regular a Fiscalização Orientadora – art. 55 da Lei Complementar 123/2006 Regular a Sociedade de Propósito Específico – art. 56 da Lei Complementar 123/2006 Regular o acesso simplificado à justiça – art. 73, 74 e 75 da Lei Complementar 123/2006 Regular o apoio à inovação – art. 65 da Lei Complementar 123/2006 Regular o Sistema Nacional de Garantias de Crédito – art. 60-A da Lei Complementar 123/2006
0839 - Desenvolver, disponibilizar e consolidar sistemas de gestão do conhecimento sobre micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais, para o compartilhamento de conhecimento e a geração de vantagem competitiva de mercado.	Criar a rede nacional de disseminação de conhecimentos e boas práticas em gestão empreendedora de micro e pequenas empresas e artesanato.

## Brasil Maior: Ações Especiais de Desenvolvimento Regional

Programa 2055 - Desenvolvimento Produtivo	
Objetivos	Metas
0857 - Fortalecer os empreendimentos organizados em Arranjos Produtivos Locais (APLs), por meio de apoio a melhoria de processos e produtos e as iniciativas coletivas, com vistas ao aumento da competitividade e à desconcentração da produção no país.	Apoiar 80 Arranjos Produtivos Locais no país
Programa 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	
Objetivos	Metas
0789 - Formular e implementar os marcos legais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e a ocupação racional do território.	Aprovar o marco legal da Política Nacional de Ordenamento Territorial
0977 - Promover a integração de políticas públicas em âmbito setorial e federativo, bem como em múltiplas escalas territoriais, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração.	Atender 280 territórios rurais com um conjunto de políticas públicas integradas e territorializadas, compatível com as principais carências existentes no meio rural
0978 - Consolidar um modelo de governança territorial baseado na gestão social, com o compartilhamento, entre poder público e sociedade civil organizada, da formulação, gestão e controle das políticas públicas, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.	Apoiar 165 territórios rurais existentes e respectivos colegiados
0982 - Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento.	Aprovar o novo marco legal da economia solidária e do cooperativismo de trabalho  Promover a integração das políticas de economia solidária em 100 processos territoriais de desenvolvimento

## Brasil Maior: Fortalecimento das Cadeias Produtivas

Programa 2055 - Desenvolvimento Produtivo	
Objetivos	Metas
0847- Promover a competitividade, a agregação de valor e o adensamento da indústria, por meio da avaliação, aprimoramento, reformulação e expansão dos mecanismos existentes.	Reformular a metodologia de concessão de Processo Produtivo Básico (PPB)
0853 - Incentivar a implantação de indústrias competitivas de componentes e equipamentos eletrônicos, com ênfase no desenvolvimento local, e promover a produção de software, conteúdos digitais interativos e serviços de TI, para posicionar o País como exportador relevante do setor.	Investir R\$ 1 bilhão de reais em nova capacidade instalada em componentes eletrônicos
0854 - Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados.	Produzir 12.000 toneladas de equipamentos e componentes para as indústrias nuclear e de alta tecnologia Obter e preservar o selo N (projeto de equipamentos nucleares) do American Society of Mechanical Engineers (ASME) Implantar sistema integrado informatizado para concessão de ex-tarifários
0194-Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde.	Ampliar a produção local integrada dos insumos e produtos de maior conteúdo tecnológico, estratégicos para o SUS, passando de 8% em 2011 para 35% até 2015 Concluir a construção do complexo industrial de produção de hemoderivados, até 2015 Ampliar de 20 para 40 o número de projetos de pesquisa clínica realizadas na FIOCRUZ Apoiar a modernização produtiva e gerencial de pelo menos oito produtores públicos
0196 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva	Ampliar a produção nacional de genéricos dos itens com patentes vencidas, passando de 20% em 2011 para 60% até 2015 Fabricar o fuzil brasileiro
0856 - Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.	Aumentar a oferta de ureia para 1.210 mil t/ano. Aumentar a oferta de Ácido tereftálico (PTA) em 700 mil toneladas/ano Aumentar a oferta de amônia para 124 mil t/ano Aumentar a oferta de Politereftalato de Etileno (PET) em 450 mil toneladas/ano Aumentar a oferta de estireno em 250 mil toneladas/ano Aumentar a oferta de filamentos de poliéster e resina têxtil em 240 mil toneladas/ano

## Brasil Maior: Economia do Conhecimento Natural

Programa 2055 - Desenvolvimento Produtivo	
Objetivos	Metas
0855 - Promover a competitividade das empresas de base biotecnológica e nanotecnológica, por meio do fortalecimento da capacidade inovativa e adensamento da cadeia produtiva da indústria, via atração de investimentos e oferta de infraestrutura tecnológica para alcance de economia de escala.	Realização de 2 rodadas de negócios para empresas, academia e governo

## Brasil Maior: Bem-estar do Consumidor

Programa 2055 - Desenvolvimento Produtivo	
Objetivos	Metas
0859 - Fomentar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade, normalização e regulamentação técnica.	Ter 1180 organismos de avaliação da conformidade acreditados pelo INMETRO Implantar 10 laboratórios delegados à Rede Laboratórios Associados ao INMETRO para inovação na empresa

Programa 2022 – Combustíveis	
Objetivos	Metas
0186 - Otimizar a logística referente a petróleo e combustíveis, de forma a reduzir custos e favorecer sua comercialização e seu adequado fornecimento aos consumidores.	Aumentar em 305 mil m <sup>3</sup> /dia a capacidade de escoamento de derivados de petróleo e biocombustíveis entre as refinarias e os terminais de modo a permitir o suprimento destes produtos

<b>Programa 2025 – Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.	Atender 100% dos distritos, com população igual ou superior a 500 habitantes, com atendimento postal básico. Atender 85% da população com distribuição postal.

<b>Programa 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0982 - Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento.	Criar e implantar o Sistema Nacional de Economia Solidária e fortalecer as instâncias de participação.
0983 - Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.	Certificar os produtos e serviços de 5 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema de Comércio Justo e Solidário.

# BRASIL SEM MISÉRIA

---

O levantamento considera metas do PPA 2012-2015 que tratam especificamente do Brasil Sem Miséria

Programas - 10

Objetivos - 16

Metas – 23

<b>Programa 2012 - Agricultura Familiar</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0411 Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.	Distribuir sementes para 220 mil famílias no âmbito do Plano Brasil sem Miséria.
0412 Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.	Contratação de de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para atendimento a 203 mil famílias de agricultores e 50 mil famílias assentadas de reforma agrária no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria com acompanhamento diferenciado.
<b>Programa 2018 - Biodiversidade</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0506 Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.	Remunerar 70 mil famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos naturais no meio rural (Plano Brasil sem Miséria).
<b>Programa 2033 - Energia Elétrica</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0045 Universalizar o acesso à energia elétrica	Atender integralmente a população assistida pelo Programa Brasil Sem Miséria, através do Luz para Todos e Universalização.

<b>Programa 2019 - Bolsa Família</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0619 Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda.	Incluir 800 mil famílias em extrema pobreza no Bolsa Família.
0376 Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômicas, por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias, instrumentos e sistemas de informações, com objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.	Identificar e incluir as famílias de baixa renda no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

<b>Programa 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0282 Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.	<p>Elevar o percentual de Municípios que realizam Busca Ativa das famílias, especialmente daquelas priorizadas pelo Plano Brasil Sem Miséria.</p> <p>Fortalecer e incrementar a rede de Proteção Social Básica, induzindo o acompanhamento das famílias em situação de extrema pobreza definidas pelo Plano Brasil sem Miséria.</p> <p>Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação de Equipe de referência do CRAS, visando atender e acompanhar o público prioritário (Programa Bolsa Família, Brasil sem Miséria, BPC e benefícios eventuais) que vive no território.</p>
0370 Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.	<p>Ampliar o número de CREAS Regionais e Municipais nas regiões de extrema pobreza, em acordo com o Plano Brasil sem Miséria.</p> <p>Elevar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial para população em situação de rua nos territórios cobertos pelo Plano Brasil sem Miséria</p>
0371 Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.	<p>Conceder o BPC para 144.715 Pessoas Idosas em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015.</p> <p>Conceder o BPC para 302.297 Pessoas com Deficiência em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015</p>

<b>Programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0588 Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.	Ampliar a oferta de cursos de profissionalização articulados com elevação de escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres.

<b>Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0420 Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.	Conceder Crédito Fomento à 50 mil famílias assentadas no âmbito do Plano Brasil sem Miséria.

<b>Programa 2067 - Resíduos Sólidos</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0319 Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.	Incrementar 100 redes de comercialização Viabilizar infraestrutura para 280 mil catadores Capacitar e fortalecer a participação na coleta seletiva de 60 mil catadores

<b>Programa 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0615 Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.	Atender 142.100 agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade social, fomentando atividades produtivas diversificadas, especialmente de alimentos, a partir de conceitos agroecológicos, respeitadas as características culturais.

<p>0380 Promover o acesso a alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.</p>	<p>Ampliar o número de agricultores familiares participantes do Programa de Aquisição de Alimentos para 450 mil, sendo, no mínimo, 57% dos agricultores participantes enquadrados nos Grupos A, A/C e B do PRONAF.</p>
<p>0614 Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.</p>	<p>Implantar 1.200 sistemas coletivos dessalinizadores de água em comunidades rurais.</p> <p>Universalizar o acesso à água para consumo humano, atendendo a 730 mil famílias da zona rural do semiárido brasileiro, inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico), sem acesso à rede pública de abastecimento, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água.</p>

<p><b>Programa 2071 – Trabalho, Emprego e Renda</b></p>	
<p><b>Objetivos</b></p>	<p><b>Metas</b></p>
<p>0287 Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.</p>	<p>Ampliar em 50% o atendimento em intermediação de mão de obra no âmbito do SINE e ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional, priorizando, em particular, o seguinte público e/ou áreas de atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• atividades relacionadas à agricultura, pecuária, aquicultura, pesca e produção florestal;</li> <li>• afrodescendentes, mulheres, jovens e pessoas com deficiência física e intelectual;</li> <li>• trabalhadoras domésticas;</li> <li>• população em situação de rua;</li> <li>• público do Programa do Seguro-Desemprego;</li> <li>• públicos do Programa Bolsa Família e do Plano Brasil Sem Miséria;</li> <li>• trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo;</li> <li>• atividades voltadas para grandes eventos esportivos;</li> <li>• trabalhadores da construção civil; e</li> <li>• presidiários e egressos do sistema penal</li> </ul>

# ÁGUA

---

O levantamento considera programas, objetivos, metas e iniciativas do PPA 2012-2015 que tratam especificamente ou têm forte impacto sobre as Políticas relacionadas à Água.

Programas 20

Objetivos 50

Metas 129

Iniciativas 205

## Programa 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Objetivo 0646 - Coordenar a formulação, o planejamento e a avaliação da Política Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Estados, com a política ambiental e com as demais políticas setoriais, considerando a necessária participação da sociedade. (MMA)	
Metas	Iniciativas
Qualificar 30.000 pessoas para participarem do processo de formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos Apoiar a elaboração de 6 Planos Estaduais de Recursos Hídricos	02G9 - Apoio ao desenvolvimento do Plano Nacional de Recursos Hídricos e dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, em articulação com os planejamentos setoriais
Implantar o Sistema de Gerenciamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos (SIGEOR/PNRH)	02GA - Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos e definição de estratégias para a sua implementação, em articulação com entes do Singreh e envolvendo a participação da sociedade; 02GB - Gestão das águas subterrâneas em articulação com as unidades federadas 02GC - Inserção geopolítica do Brasil nos temas relacionados aos recursos hídricos
Objetivo 0650 - Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável. (MMA)	
Metas	Iniciativas
Modernizar 990 estações da Rede Hidrometeorológica Nacional Ampliar de 7.643 para 10.700 o universo de usuários de recursos hídricos regularizados Dotar 3 bacias hidrográficas de instrumentos de gestão de recursos hídricos: plano, outorga, cobrança ou estudos de viabilidade para cobrança (somando um total de 7 bacias) Elaborar o atlas de vulnerabilidade às inundações, na escala de 1:1.000.000 dos principais rios brasileiros Estruturar o Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens	02GD - Aprimoramento do monitoramento Hidrológico Quanti-Qualitativo de águas superficiais, subterrâneas e atmosféricas 02GE - Implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de Recursos Hídricos: plano, enquadramento, outorga, cobrança e sistema de informação 02GF - Modernização da Rede Hidrometeorológica 02GH - Regulação e fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de água bruta e da Segurança de Barragem
Objetivo 0662 - Promover a consolidação e a estruturação técnico e institucional dos entes envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com foco nas instâncias de representação colegiada e órgãos gestores estaduais. (MMA)	

Metas	Iniciativas
<p>Capacitar 100% dos órgãos gestores estaduais e comitês de bacias de rios de domínio da União com cursos em gestão integrada de recursos hídricos</p> <p>Pactuar metas de gestão e de condições de entrega de água entre rios de diferentes dominialidades com 5 Estados da federação</p> <p>Consolidar o funcionamento de 5 Comitês em bacias de rios de domínio da União</p>	<p>02GU - Apoio à estruturação técnica e institucional dos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH)</p> <p>02GV - Promoção da integração federativa para gestão de recursos hídricos</p>

**Objetivo 0663 - Instituir instrumentos de apoio técnico e institucional para promover a integração do Planejamento e da gestão dos recursos hídricos com a formulação e implementação das Políticas, Planos e Programas dos principais setores relacionados com vistas a assegurar os usos múltiplos de forma sustentável. (MMA)**

Metas	Iniciativas
<p>Definir áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos, em 5 bacias hidrográficas prioritárias</p> <p>Desenvolver o detalhamento de 2 programas previstos em planos de bacia para apoiar sua implementação e orientar as políticas públicas relacionadas aos recursos hídricos</p> <p>Desenvolver coeficientes técnicos de uso da água para 3 setores usuários (indústria, irrigação e saneamento)</p>	<p>02GW - Elaboração e disponibilização de estudos, planos e instrumentos de apoio técnico às Políticas Públicas com interferência nos recursos hídricos</p> <p>02GX - Estabelecimento de estratégias para implementação dos Planos de Recursos Hídricos e integração com as demais Políticas Públicas, planos e programas relacionados a recursos hídricos</p>

**Objetivo 0665 - Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade. (MMA)**

Metas	Iniciativas
<p>Revitalizar 60 sub-bacias hidrográficas</p> <p>Conservar e recuperar 6000 hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes</p> <p>Reduzir os níveis de poluição hídrica em bacias críticas em 28.000 Kg DBO/Dia - média anual</p>	<p>02GZ - Despoluição de bacias hidrográficas</p> <p>02H1 - Preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais em Bacias Hidrográficas</p> <p>02H2 - Preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais na Bacia do São Francisco</p> <p>02H3 - Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba</p>

### Programa 2021- Ciência, Tecnologia e Inovação

**Objetivo 0400 - Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade. (MCT)**

Metas	Iniciativas
	0176 - Fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em recursos hídricos

### Programa 2051- Oferta de Água

**Objetivo 0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica. (MI)**

Metas	Iniciativas
Regularizar a oferta de água para os sistemas de abastecimento	01L5 - Implantação da Barragem Congonhas (MG) 01L7 - Implantação da Barragem Fronteiras (CE) 01L8 - Implantação da Barragem Oiticica (RN) 01LA - Implantação do Canal da Vertente Litorânea (PB) 01LC - Implantação do Canal do Sertão Pernambucano (PE) 01LF - Implantação do Cinturão das Águas (CE) 01LG - Implantação do Eixão das Águas (CE) 01LH - Implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco 01LJ - Implantação do Sistema Adutor do Agreste (PE)

**Objetivo 0480 - Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais.(MI)**

Metas	Iniciativas
Revitalizar infraestruturas hídricas	01LL - Implantação do Sistema Jequitai (MG) 01LM - Implantação e ampliação de sistemas de infraestruturas hídricas

<b>Objetivo 0549 - Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do Estado. (MI)</b>	
<b>Metas</b>	<b>Iniciativas</b>
Elaborar marcos legal e institucional para a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica	01LO - Operação e manutenção de infraestruturas hídricas
Elaborar o Plano Nacional de Infraestrutura Hídrica	01LP - Recuperação e adequação de sistemas de infraestruturas hídricas
Implementar a gestão do Projeto de Integração do São Francisco	023J - Elaboração de planos e estudos no âmbito da infraestrutura hídrica
Diagnosticar a situação de operação e segurança física de infraestruturas hídricas	023K - Elaboração dos marcos legal e institucional da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, inclusive com instrumentos para: (a) gestão e garantia da sustentabilidade, (b) transferência de empreendimentos

### **Programa 2068 - Saneamento Básico**

<b>Objetivo 0353 - Implantar medidas estruturantes que visem à melhoria da gestão em saneamento básico, compreendendo a organização, o planejamento, a prestação dos serviços, a regulação e fiscalização, e a participação e controle social. (MCid)</b>	
<b>Metas</b>	<b>Iniciativas</b>
<p>Apoiar 1.125 comunidades com ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação de ações de saneamento</p> <p>Apoiar 1.500 municípios com ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação dos serviços de saneamento</p> <p>Apoiar 320 municípios na melhoria da gestão ou na estruturação dos serviços de saneamento, nas sedes e/ou nas áreas rurais</p> <p>Apoiar 34 estudos e pesquisas com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental</p> <p>Apoiar 450 municípios na elaboração do Plano de Saneamento Básico</p> <p>Apoiar 800 municípios com capacitação na gestão dos serviços de saneamento</p> <p>Apoiar a elaboração de 20 estudos e/ou pesquisas para desenvolvimento científico e tecnológico de saneamento básico</p> <p>Apoiar a realização de 10 atividades de capacitação dos membros dos órgãos colegiados, prestadores e técnicos do setor saneamento</p> <p>Apoiar municípios com fomento de Educação em Saúde Ambiental voltados para a sustentabilidade sócio ambiental</p> <p>Contratar R\$ 2 bilhões para a execução de intervenções de redução e controle de perdas em sistemas de abastecimento de água</p> <p>Contratar R\$ 600 milhões para realização de projetos e planos de saneamento básico</p> <p>Elaborar 3 Planos Regionais de Saneamento Básico das Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDES)</p> <p>Estruturar e implantar o Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SINISA)</p> <p>Fortalecer e ampliar a Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental (ReCESA), mediante o apoio a implantação de 5 núcleos regionalizados por macrorregião brasileira</p>	011L - Implantação de medidas estruturantes de apoio à gestão e à prestação de serviços, inclusive de capacitação e assistência técnica, e de desenvolvimento científico e tecnológico

**Objetivo 0355 - Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, indígenas, dentre outras), e população rural dispersa, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços. (MS)**

Metas	Iniciativas
<p>Implantar as atividades de monitoramento e revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB)</p> <p>Implantar obras de saneamento em 750 comunidades rurais, tradicionais e especiais.</p>	<p>011Q- Implantação, ampliação ou melhorias de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas, ribeirinhos, dentre outras)</p>

**Objetivo 0610- Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza. (MCid)**

Metas	Iniciativas
<p>Implantar obras de saneamento em 375 comunidades remanescentes de quilombos</p> <p>Beneficiar 30 municípios com a implantação e melhorias de serviços de drenagem</p> <p>Beneficiar 400 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos</p> <p>Beneficiar 500 municípios com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares</p> <p>Contratar R\$ 12,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou tratamento insuficiente</p> <p>Contratar R\$ 1.28 bilhão para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória</p> <p>Contratar R\$ 1,5 bilhão para apoio à execução de intervenções de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos em municípios com presença de formas inadequadas de disposição final</p> <p>Contratar R\$ 3 bilhões para apoio à execução de intervenções de saneamento integrado em municípios com baixos índices de acesso ou qualidade insatisfatória em dois ou mais componentes do saneamento</p> <p>Contratar R\$ 6,5 bilhões para apoio à execução de intervenções de abastecimento de água em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória</p> <p>Contratar R\$ 960 milhões para apoio à execução de intervenções de abastecimento de água em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória</p>	<p>02DO - Ampliar a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos com prioridade para os municípios operados mediante mecanismos de gestão associada</p> <p>02DP - Implantação, ampliação ou melhorias estruturais nos sistemas públicos de abastecimento de água</p> <p>02DQ - Implantação, ampliação ou melhorias nos sistemas públicos de esgotamento sanitário</p> <p>02DR - Implantar soluções integradas de saneamento, com ênfase na promoção das condições de salubridade, habitabilidade e infraestrutura de populações com carência simultânea de serviços</p> <p>02DS - Promover a gestão sustentável da drenagem e o manejo de águas pluviais urbanas com ações estruturais para minimização dos impactos provocados por cheias e alagamentos em áreas urbanas e ribeirinhas vulneráveis</p>

## Programa 2015 – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

<b>Objetivo 0714 – Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde. (MS)</b>	
<b>Metas</b>	<b>Iniciativas</b>
Ampliar o número de amostras realizadas para os parâmetros coliforme total e turbidez passando de 28% (333.962) de realização da análise da qualidade da água para o parâmetro coliformes totais e de 27% (346.443) para o parâmetro de turbidez em 2010 para 50% em ambos os parâmetros até 2015	02Q6 - Fortalecimento da Vigilância em saúde ambiental. 02Q7 - Fortalecimento do Sistema de Vigilância de Doenças Transmissíveis.

## Programa 2013- Agricultura Irrigada

<b>Objetivo 0128 - Reformular o marco legal da Política Nacional de Irrigação, elaborar Plano Diretor Nacional de Irrigação e reestruturar a gestão da agricultura irrigada em articulação com as políticas públicas afins.(MI)</b>	
<b>Metas</b>	<b>Iniciativas</b>
<p>Cadastrar e manter os dados de 100% dos irrigantes de projetos públicos de irrigação</p> <p>Cadastrar 100% dos irrigantes do setor privado</p> <p>Elaborar e aprovar novo marco legal da Política Nacional de Irrigação</p> <p>Implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Agricultura Irrigada</p> <p>Implantar o Comitê Interministerial de Agricultura Irrigada e seu Grupo Executivo</p> <p>Implantar o Conselho Consultivo para a agricultura irrigada</p>	<p>0094 - Elaboração do Plano Diretor Nacional de Irrigação e do Programa Nacional de Irrigação e Drenagem</p> <p>009A - Implantação do Comitê Interministerial de Agricultura Irrigada e seu Grupo Executivo</p> <p>009B - Implantação do Conselho Consultivo de apoio à Agricultura Irrigada</p> <p>009C - Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Agricultura Irrigada</p> <p>009D - Instituição do novo marco legal da Política Nacional de Irrigação</p> <p>009G - Promoção do intercâmbio de informações e articulação com as instâncias governamentais, associações de produtores, empresas públicas e privadas, instituições acadêmicas e organizações da sociedade civil por meio do Fórum Permanente de Agricultura Irrigada</p> <p>009H - Reestruturação das instituições responsáveis pela execução da Política Nacional de Irrigação</p>

**Objetivo 0171 - Promover e fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e inovação voltados para a agricultura irrigada e a sua difusão visando o incremento nos ganhos em produtividade, com qualidade e redução dos custos de produção. (MAPA)**

Metas	Iniciativas
<p>Consolidar 05 redes de pesquisas e transferência de tecnologia em agricultura irrigada: fruticultura, salinidade e drenagem, produção de grãos, arroz irrigado por inundação e hortaliças</p> <p>Contratar 30 estudos incrementais sobre diferentes temas associados ao desenvolvimento dos cultivos irrigados, métodos e sistemas de irrigação e drenagem</p>	<p>00F3 - Promoção de programas de difusão e transferência tecnológica e ampla divulgação dos benefícios da irrigação, com destaque para ganhos de produtividade e qualidade, em veículos e linguagem acessíveis ao produtor</p> <p>00F7 - Promoção do uso da agricultura de precisão, como ferramenta para a otimização e o uso racional da água</p> <p>00F9 - Realização de estudos e pesquisas direcionadas a redução das perdas de água em sistemas irrigados e a otimização de sua aplicação na agricultura irrigada, com vistas ao aumento de sua eficiência</p>

**Objetivo 0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão. (MI)**

Metas	Iniciativas
<p>Implantar 25 projetos demonstrativos em irrigação e drenagem</p> <p>Concluir as infraestruturas para ampliar a área irrigada em 193.137 ha</p> <p>Transferir a gestão de 18 perímetros públicos de irrigação</p> <p>Obter a conformidade ambiental de 61 perímetros em fase de operação</p> <p>Construir infraestrutura de apoio à produção em 44 perímetros públicos de irrigação</p> <p>Revitalizar as infraestruturas de uso comum que atendam a 97.737 ha</p>	<p>00FV - Administração, Operação, Manutenção e Revitalização de Perímetros Públicos de Irrigação</p> <p>00G0 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Baixio de Irecê/BA</p> <p>00G4 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação do Arroio Duro/RS</p> <p>00G5 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Flores de Goiás/GO</p> <p>00G7 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Jacaré-Curituba/SE</p> <p>00G8 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Luiz Alves do Araguaia/GO</p> <p>00GA - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Marituba/AL</p> <p>00GB - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Marrecas/Jenipapo/PI</p> <p>00GC - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Passarão/RR</p> <p>00GE - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal/PE</p> <p>00GF - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Propertins/TO</p> <p>00GG - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Rio Balsamo/AL</p> <p>00GH - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre/BA</p> <p>00GJ - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Sampaio/TO</p> <p>00GL - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação São João/TO</p> <p>00GM - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiros de São Bernardo/MA</p>

00GP - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Várzeas de Sousa/PB  
00GQ - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Araras Norte/CE  
00GR - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú/CE  
00GS - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Jaíba/MG  
00GU - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe/PI  
00GV - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Tabuleiros de Russas/CE  
00GW - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos do Piauí/PI  
00GX - Estudos para definição e implementação de modelos de gestão adequados a cada projeto público de irrigação  
00H7 - Infraestrutura de apoio à produção em projetos públicos de irrigação  
00H8 - Negociação com os órgãos estaduais e federais de licenciamento para definição de alternativas à averbação de reserva legal dos perímetros que não dispõe de áreas próximas para essa finalidade  
00H9 - Negociação com os órgãos estaduais e federais de licenciamento para desonerar os perímetros de atendimento a condicionantes referentes à habitação, educação, saúde, saneamento e segurança que se configuram dentro das atribuições dos estados e municípios  
00HA - Pactuação com os entes federados para o fornecimento de serviços públicos de educação, saúde, saneamento, segurança e transporte nos projetos públicos de irrigação  
00HD - Promover a regularização ambiental e fundiária em projetos públicos de irrigação com transferência da titularidade dos lotes aos produtores  
00HO - Revitalização do Perímetro Rio Formoso do Araguaia/TO  
00HP - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Baixo Açu/RN  
00HQ - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Bebedouro/PE  
00HR - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Brumado/BA  
00HS - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Curaçá/BA  
00HT - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Curu-Paraipaba/CE  
00HU - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Estreito/BA  
00HV - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Formoso/BA  
00HW - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Gorutuba/MG  
00HY - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Maniçoba/BA  
00HZ - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Mirorós/BA  
00I0 - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Nilo Coelho/PE  
00I2 - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação São Gonçalo/PB  
00I3 - Transferência de Perímetros Públicos de Irrigação

<b>Objetivo 0180 - Promover a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER nas áreas de agricultura Irrigada, visando o uso racional do solo e da água e o manejo adequado das culturas.(MI)</b>	
<b>Metas</b>	<b>Iniciativas</b>
Disponibilizar serviços de ATER nas áreas da agricultura irrigada de 8.000 agricultores familiares que se enquadrem na PNATER Disponibilizar serviços de ATER para 25.000 pequenos produtores dos projetos públicos de irrigação	00IZ - Aprimoramento dos modelos de prestação de serviços de ATER 00JO - Disponibilização dos serviços de ATER de caráter continuado, orientado para resultados econômicos, sociais e ambientais, nas áreas de agricultura irrigada nos projetos públicos de irrigação

<b>Objetivo 0543 - Viabilizar a produção dos perímetros de interesse eminentemente social visando garantir sua gestão operacional. (MI)</b>	
<b>Metas</b>	<b>Iniciativas</b>
Realizar a transferência de 40 empreendimentos	021B - Administração, operação, manutenção, revitalização e apoio à produção em projetos públicos de irrigação de interesse eminentemente social

<b>Objetivo 0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.(MI)</b>	
<b>Metas</b>	<b>Iniciativas</b>
Ampliar a área irrigada em 200.000 ha	021K - Construção de barragem para fins de irrigação no Rio Imburuçu/GO 021O - Construção do Canal de Irrigação Jaguari/RS 021Q - Construção do Canal de Irrigação Taquarembó/RS 021T - Estudos e projetos para implantação de perímetros de irrigação 021X - Implantação da infraestrutura de apoio à irrigação 0223 - Implantação do Perímetro de Irrigação Furamão/PI 0225 - Implantação do Perímetro de Irrigação Granja Camocim/CE 0229 - Implantação do Perímetro de Irrigação Jonas Pinheiro/MT 022B - Implantação do Perímetro de Irrigação Manoel Dionísio/SE

<p>022D - Implantação do Perímetro de Irrigação Mendubim/RN</p> <p>022E- Implantação do Perímetros de Irrigação – Nacional</p> <p>022H- Implantação do Perímetro de Irrigação Santa Cruz do Apodi/RN</p> <p>022M - Implantação do Perímetro de Irrigação Baixada Cuiabana/MT</p> <p>022O - Implantação do Perímetro de Irrigação Itamarati II/MS</p> <p>022T- Implantação dos Perímetros de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano/AL</p>
--

<b>Objetivo 0545 Incentivar a ampliação da utilização das áreas potencialmente irrigáveis para aumentar a oferta de alimentos, bioenergéticos e fibras de forma sustentável. (MI)</b>	
<b>Metas</b>	<b>Iniciativas</b>
Ampliar a atual área irrigada pelo setor privado em 100% nos próximos 4 anos	<p>0231 - Promoção da implantação de infraestrutura para reservação e distribuição de água que permitam o aproveitamento de 500.000 ha com irrigação</p> <p>0232 - Promoção da implantação de redes de energia elétrica que permitam o aproveitamento de 2.000.000 ha com irrigação</p>

### **Programa 2018 – Biodiversidade**

<b>Objetivo 0506 – Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais. (MMA)</b>	
<b>Metas</b>	<b>Iniciativas</b>
Definir estratégias para a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos em três sub-bacias da região amazônica.	

## Programa 2029- Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

Objetivo 0793 - Elaborar e implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico para a promoção do ordenamento e da gestão ambiental territorial (MMA)	
Metas	Iniciativas
<p>Elaborar o Zoneamento Ecológico-Econômico em pelo menos 10 municípios com maiores índices de desmatamento na Amazônia Legal</p> <p>Elaborar o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do bioma Cerrado</p>	<p>036Z - Integração do Zoneamento Ecológico-Econômico com os demais instrumentos de planejamento ambiental territorial, em especial as Agendas 21, os planos diretores e os planos de bacias hidrográficas</p>

## Programa 2033 - Energia Elétrica

Objetivo 0019 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária. (MME)	
Metas	Iniciativas
<p>Adicionar 10.326 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica (UHEs, PCHs e CGHs)</p>	<p>0001- Implantação da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu (PR)                      0002- Implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte (PA)                      0004- Implantação da Usina Hidrelétrica Cachoeira dos Patos (PA)                      0005 - Implantação da Usina Hidrelétrica Colider (MT)                      0007 - Implantação da Usina Hidrelétrica Estreito (MA/TO)                      0008 - Implantação da Usina Hidrelétrica Garabi (RS)                      0009 Implantação da Usina Hidrelétrica Itapiranga (RS/SC)                      000A - Implantação da Usina Hidrelétrica Jamanxim (PA)                      000B - Implantação da Usina Hidrelétrica Jatobá (PA)                      000C - Implantação da Usina Hidrelétrica Jirau (RO)                      000D - Implantação da Usina Hidrelétrica Marabá (MA/PA/TO)                      000E - Implantação da Usina Hidrelétrica Mauá (PR)                      000F - Implantação da Usina Hidrelétrica Panambi (RS)                      000H - Implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (RO)                      000I - Implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Jari (AP/PA)                      000J - Implantação da Usina Hidrelétrica São Luiz do Tapajós (PA)                      000K - Implantação da Usina Hidrelétrica São Manoel (MT/PA)                      000L - Implantação da Usina Hidrelétrica Serra Quebrada (MA/TO)                      000M - Implantação da Usina Hidrelétrica Símplicio (MG/RS)                      000N - Implantação da Usina Hidrelétrica Sinop (MT)                      000O - Implantação da Usina Hidrelétrica Tabajara (RO)                      000P - Implantação da Usina Hidrelétrica Teles Pires (MT/PA)</p>

	000Q - Implantação de Centrais Geradoras Hidrelétricas 000R - Implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas 000S - Implantação de Usinas Hidrelétricas 04A9 - Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha (GO/MG) 001O - Acompanhamento, avaliação e revisão das concessões do setor elétrico 001Q - Realização de Estudos e Projetos do Setor Elétrico 001R - Realização de Leilões de Energia Elétrica
--	---

<b>Objetivo 0034 Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor. (MME)</b>	
<b>Metas</b>	<b>Iniciativas</b>
Inventariar 12 rios com potencial de aproximadamente 5.000 MW de capacidade de geração hidrelétrica Realizar 28 projetos e estudos de viabilidade de usinas hidrelétricas (UHEs) com potencial de aproximadamente 12.000 MW de capacidade de geração hidrelétrica	

### Programa 2040- Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

<b>Objetivo 0169 -Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais. (MCid)</b>	
<b>Metas</b>	<b>Iniciativas</b>
Contratar R\$ 9 bilhões para apoio à execução de intervenções de drenagem urbana sustentável nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas Executar intervenções de drenagem e controle de cheias e de erosões marítimas e fluviais em municípios suscetíveis a inundações e enxurradas Investir na elaboração de planos e projetos e execução de obras de contenção de encostas nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a deslizamentos em ambiente urbano Estruturação do sistema de monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos Elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos Promover intervenções emergenciais de prevenção de desastres em situações de risco iminente Realizar o monitoramento da ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos	00EN - Construção da Barragem Serro Azul (PE) 00EP - Elaboração de diretrizes ambientais para o manejo sustentável de águas pluviais a partir do planejamento da bacia hidrográfica, visando à prevenção de desastres associados a inundações, enxurradas e deslizamentos 00ER - Execução de estudos e intervenções para prevenção de riscos de deslizamentos de encostas, enxurradas, erosões marítimas e fluviais, enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas por meio de obras de engenharia e recuperação ambiental 00ET - Execução de obras emergenciais em situações de risco iminente 00EU - Implantação do Sistema de Macrodrenagem da Baixada Campista (RJ) 00EV - Obras de Macrodrenagem em Salvador (BA) 00EW - Obras de Macrodrenagem em Salvador (BA)

**Objetivo 0173 - Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais.(MCT)**

Metas	Iniciativas
Modelos geodinâmicos e hidrológicos calibrados em 50 áreas críticas Monitoramento e alerta com alto grau de confiabilidades para 205 municípios com riscos de inundações e enxurradas Monitoramento e alerta com alto grau de confiabilidade para 251 municípios com riscos de deslizamentos de massa	00FM- Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais 00FQ - Operação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais e a expansão da infraestrutura observacional e computacional para monitoramento e modelagem de áreas de risco

**Objetivo 0587 - Expandir o mapeamento de áreas de risco com foco em municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos, para orientar as ações de defesa civil. (MI).**

Metas	Iniciativas
Mapear áreas sujeitas a inundações, enxurradas e deslizamentos em municípios	02B2 - Mapeamento de áreas de risco, com foco em inundações, enxurradas e deslizamentos

**Objetivo 0174 - Promover ações de pronta resposta e reconstrução de forma a restabelecer a ordem pública e a segurança da população em situações de desastre em âmbito nacional e internacional.(MI)**

Metas	Iniciativas
Assistir às populações vitimadas e reabilitar cenários de desastres.	00FT - Socorro e assistência às populações vitimadas, reabilitação do cenário de desastres e reconstrução de infraestruturas danificadas por desastres

**Objetivo 0172 - Induzir a atuação em rede dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil em apoio às ações de defesa civil, em âmbito nacional e internacional, visando a prevenção de desastres. (MI)**

Metas	Iniciativas
Modernização e estruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres	00FG - Modernização e estruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres

**Objetivo 0602** - Expandir e difundir o mapeamento geológico-geotécnico com foco nos municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos para orientar a ocupação do solo. (MME).

Metas	Iniciativas
Executar mapeamento geológico-geotécnico em municípios sujeitos a inundações, enxurradas e deslizamento	02CR - Levantamento e divulgação de informações geológicas-geotécnicas

### Programa 2041- Gestão Estratégica da Geologia da Mineração e da Transformação Mineral

**Objetivo 0032** - Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral. (MME).

Metas	Iniciativas
Cadastrar poços profundos no Sistema de Informações de águas Subterrâneas – SIAGAS Implantar e operar redes de monitoramento hidrológico em bacias experimentais e representativas	0017 - Implantação e operação de redes de monitoramento hidrológico em bacias experimentais e representativas

**Objetivo 0044** - Fortalecer as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação e articular com a indústria mineral para promover a cultura e a prática da inovação tecnológica no setor mineral. (MME)

Metas	Iniciativas
Implantar a Rede do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM (CEDES/CPRM)	002X - Consolidação do centro de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de geologia, recursos minerais e hídricos (CEDES/CPRM)

**Objetivo 0046** - Otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e promover mecanismos para o desenvolvimento das atividades, visando o presente e o futuro, por meio de regulação, fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral. (MME)

Metas	Iniciativas
Fiscalizar anualmente 100% das minas subterrâneas brasileiras, das minas com barragens em 4 anos e das concessões de águas minerais e potáveis de mesa em 4 anos	003E - Fiscalização da atividade minerária

### Programa 2043- Integração Sul-Americana

**Objetivo 0954 - Promover, sobretudo no âmbito do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL, a integração da infraestrutura física com os países da América do Sul, nos setores de transportes, energia e comunicações, com especial ênfase no componente de financiamento, com vistas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental da região. (MP).**

Metas	Iniciativas
Iniciar a execução da Agenda de Projetos Prioritários do COSIPLAN que envolvam o Brasil	042U - Produção de mapas cartográficos da América do Sul, em escala adequada, com foco nos recursos minerais, energéticos e hídricos, na infraestrutura logística e na identificação de unidades de conservação e terras indígenas

### Programa 2052 - Pesca e Agricultura

**Objetivo 0567 - Aumentar a produção de organismos aquáticos de forma sustentável, através da implantação de parques aquícolas, da regularização fundiária e ambiental, da realização de pesquisas e assistência técnica e da modernização de infraestruturas produtivas, com foco no potencial aquícola brasileiro e nos recursos subexplorados e inexplorados. (MPA).**

Metas	Iniciativas
Implantar e manter 78 unidades demonstrativas de aquicultura em tanques-rede, tanques escavados e canais de irrigação Demarcar parques aquícolas continentais em 30 reservatórios Demarcar parques aquícolas marinhos em 12 Estados	0265 - Demarcação, sinalização náutica e monitoramento de parques aquícolas em águas públicas e consolidação da estrutura do Sistema Nacional de Autorização de Uso de águas da União 026J - Implantação ou modernização de unidades produtoras de formas jovens para fomento à aquicultura e para repovoamento de corpos d'água

### Programa 2058 - Política Nacional de Defesa

**Objetivo 0527 - Prover a segurança da navegação aquaviária nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), mediante o desenvolvimento das atividades de controle e fiscalização do tráfego aquaviário e de formação dos operadores e usuários do sistema. (MD).**

Metas	Iniciativas
Alcançar índice de 80% das necessidades de ampliação das Organizações Militares (OM) integrantes do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA) Ampliar em 80% a quantidade de Inspeções Navais (IN) realizadas	01ZX - Desenvolvimento das atividades de auxílio à navegação 01ZY - Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo 01ZZ - Registro e fiscalização de embarcações

### Programa 2065 - Promoção e Proteção dos Direitos dos Povos Indígenas

**Objetivo 0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições. (MJ).**

Metas	Iniciativas
Executar 10.000 obras de infraestrutura comunitária ou de habitações em terras indígenas	0429 - Promover, por meio de articulação intersetorial, a identificação de tecnologias adequadas de captação e armazenamento de água para consumo humano e fomento de atividades produtivas dos povos indígenas

**Objetivo 0962 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais. (MS).**

Metas	Iniciativas
Implantar, até 2015, sistemas de abastecimento de água em 1.220 aldeias com população a partir de 50 habitantes	0445 - Implementação de sistema de abastecimento de água, melhorias sanitárias e manejo de resíduos sólidos nas aldeias, em quantidade e qualidade adequadas, considerando critérios epidemiológicos e as especificidades culturais dos povos indígenas.

### Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

**Objetivo 0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural. (MDA).**

Metas	Iniciativas
Beneficiar 50 mil famílias com acesso à água	01EP - Propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária

## Programa 2069- Segurança Alimentar e Nutricional

Objetivo 0614 - Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional. (MDS).	
Metas	Iniciativas
<p>Ampliar o acesso à água a 3.000 escolas da zona rural e dos territórios tradicionais, sem abastecimento da rede pública, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água com vistas ao consumo humano</p> <p>Criar intercâmbio de experiências e tecnologias sociais de captação e armazenamento de água, para apoio no nível internacional de ações de acesso à água</p> <p>Estabelecer cooperação e apoio para que as famílias beneficiárias de ações de acesso à água sejam assistidas por políticas que garantam a qualidade da água consumida</p> <p>Estabelecer estratégias que permitam ampliar o acesso à água para consumo humano a 245.000 famílias da zona rural das diversas regiões do país e dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, especialmente na região Norte, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água</p> <p>Implantar 1.200 sistemas coletivos dessalinizadores de água em comunidades rurais</p> <p>Universalizar o acesso à água para consumo humano, atendendo a 730.000 famílias da zona rural do semiárido brasileiro, inscritas no CadÚnico, sem acesso à rede pública de abastecimento, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água</p>	<p>02E2 - Constituição de comitês gestores federais e estaduais que colaborem com a coordenação das ações de universalização de acesso à água</p> <p>02E5 - Identificação, implantação e monitoramento de tecnologias para a captação e armazenamento de água, para famílias rurais, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e em escolas rurais, associadas à capacitação dos beneficiários em gestão hídrica, convivência com a seca, segurança alimentar e nutricional e uso sustentável dos recursos naturais, além de execução de ações de monitoramento da qualidade da água consumida</p> <p>02E6 - Instalação, recuperação e gestão de sistemas de dessalinização adequados às populações difusas do semiárido</p>

Objetivo 0615 - Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda. (MDS).	
Metas	Iniciativas
<p>Atender 142.100 agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade social, fomentando atividades produtivas diversificadas, especialmente de alimentos, a partir de conceitos agroecológicos, respeitadas as características culturais</p>	<p>02EC - Identificação e implantação de tecnologias de captação e armazenamento de água para fomentar e estruturar as atividades produtivas de agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, em situação de vulnerabilidade social, associadas ao intercâmbio de experiências, a capacitação dos beneficiários em gestão hídrica, segurança alimentar e nutricional, convivência com a seca e uso sustentável dos recursos naturais</p>

## Programa 2054 – Planejamento Urbano

**Objetivo 0321 - Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados. (MCid).**

Metas	Iniciativas
<p>Desenvolvimento de projetos de parques e áreas verdes de domínio público ou projetos urbanos em áreas de preservação permanente (APP) ou áreas urbanas de valor histórico, paisagístico e cultural em municípios pertencentes aos Grupos 1 e 2 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e em municípios que possuam áreas de expansão urbana e/ou de mananciais, bem como áreas de preservação permanente (APP's) ameaçadas de ocupação irregular</p> <p>Desenvolvimento de projetos integrados de reabilitação urbana que promovam o desenvolvimento social e econômico em municípios que integrem o Grupo 1 do PAC, possuam conjunto ou sítios históricos protegidos no âmbito do Patrimônio Cultural, estejam em área de influência de empreendimentos com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional ou estejam localizados em costas marítimas ou fluviais</p> <p>Implementação de ações de ordenamento territorial em municípios da orla marítima e municípios da orla de rios federais, no âmbito do Projeto Orla</p>	<p>00ZN - Reabilitação de áreas urbanas centrais, áreas subutilizadas ou áreas de especial interesse de preservação cultural ou ambiental</p> <p>00ZM - Implantação de parques, áreas verdes ou projetos urbanos em áreas urbanas de preservação permanente ou de valor histórico, paisagístico e cultural</p> <p>00ZK - Assistência técnica e fomento aos Estados e Municípios para ordenamento e ocupação das orlas marítima e de rios federais no âmbito do Projeto Orla</p>

**Objetivo 0322 - Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais. (MCid)**

Metas	Iniciativas
<p>Instituição de instrumentos de gestão ambiental em municípios que atendam ao menos um dos seguintes critérios: possuir altos índices de crescimento demográfico, estar localizado em área de influência de empreendimentos de grande impacto ambiental ou ter sido atingido por desastres naturais</p>	<p>00ZP - Instituição do planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento sustentável com redução de desigualdades sociais e melhoria da qualidade ambiental</p>

## Programa 2073 – Transporte Hidroviário

### Objetivo 0234 - Fortalecer os corredores hidroviários garantindo condições de navegabilidade (MT).

Metas	Iniciativas
<p>Eliminar 6 pontos críticos em hidrovias</p> <p>Garantir manutenção e melhorias nos corredores hidroviários em 9.785 km</p>	<p>00Q3 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio Madeira</p> <p>00Q5 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio São Francisco</p> <p>00Q7 - Adequação da navegabilidade de corredores hidroviários</p> <p>00Q8 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio Tietê e afluentes</p> <p>00QA - Adequação da navegabilidade das Hidrovias dos Rios Paraná e Paraguai</p> <p>00QB - Construção da Eclusa de Lajeado</p> <p>00QC - Elaboração de cartas náuticas</p> <p>00QE - Gestão, manutenção e operação de eclusas</p> <p>00QF - Manutenção das vias navegáveis</p>

### Objetivo 0236 - Aumentar a integração hidroviária com países da América do Sul fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento. (MT).

Metas	Iniciativas
<p>Elaborar 2 estudos de integração hidroviária sul-americana</p>	<p>00QI - Estudos para integração hidroviária sul-americana</p>

### Objetivo 0278 - Desenvolver o transporte aquaviário de passageiros e misto (passageiros e cargas) na Região Norte. (MT).

Metas	Iniciativas
<p>Adequar a infraestrutura do Porto de Manaus</p> <p>Estruturar plano para a implantação, ampliação e modernização do transporte aquaviário de passageiros na Região Norte</p> <p>Implantar 52 Instalações Portuárias Públicas, na Região Norte</p>	<p>00VW - Adequação de Infraestrutura Portuária Pública na Região Norte</p> <p>00W1 - Elaboração e consolidação de estudos para o desenvolvimento do transporte aquaviário de passageiros na Região Norte</p> <p>00W2 - Estudos e projetos para infraestrutura de terminais na Região Norte</p> <p>00W3 - Implantação de Infraestruturas Portuárias Públicas na Região Norte</p> <p>00W4 - Implantação do Porto de Manaus Moderna/AM</p> <p>00W5 - Implantação do Programa de Modernização da Frota de Embarcações de Passageiros na Região Norte</p> <p>00W8 - Operação e manutenção da Infraestruturas Portuárias Públicas na Região Norte</p>

<b>Objetivo 0798 - Desenvolver rede de instalações portuárias de navegação interior para transporte de carga considerando a integração multimodal. (MT).</b>	
<b>Metas</b>	<b>Iniciativas</b>
Adequar 2 Instalações Portuárias Públicas	037R - Adequação de Infraestruturas Portuárias Públicas 037S - Construção de Infraestruturas Portuárias Públicas 037V - Incentivo à construção de Infraestruturas Portuárias Privadas 037W - Operação e manutenção da Infraestrutura Portuária Pública

<b>Objetivo 0283 - Estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário, dando continuidade à regulação do setor e garantindo a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas. (MT).</b>	
<b>Metas</b>	<b>Iniciativas</b>
Definir classes de hidrovias Definir comboios tipo para os corredores hidroviários Elaborar 07 Planos para consolidar e estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário	00WQ - Estudos para o planejamento, gestão e operação do transporte hidroviário 00WR - Estudos para transposição de desnível em hidrovias 0486 - Regulação do transporte hidroviário

### **Programa 2046 – Mar, Zona Costeira e Antártida**

<b>Objetivo 0561 - Ampliar e consolidar um sistema de observações dos oceanos, zona costeira e atmosfera, a fim de aprimorar o conhecimento científico e contribuir para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos, variabilidade do clima e das mudanças climáticas.</b>	
<b>Metas</b>	<b>Iniciativas</b>
Ampliar para 40 o número médio de Dispositivos Fixos de coleta de dados, instalados, previstos para as Redes de Observação do GOOS/Brasil Ampliar para 60 o número médio de Dispositivos Derivantes de coleta de dados previstos para as Redes de Observação do GOOS/Brasil, em operação Manter operacional 90% dos Dispositivos Fixos instalados nas Redes de Observação previstas pelo GOOS/Brasil	025N - Geração de séries temporais de dados suficientes para a construção de cenários, julgados essenciais para a redução de vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos e de mudanças climáticas 025O - Operacionalização de Redes de Observação de coleta de dados oceanográficos e climatológicos e desenvolvimento de outros projetos de pesquisa que contribuam para o monitoramento dos oceanos e do clima

**Objetivo 0563 - Realizar o planejamento e a gestão ambiental territorial da zona costeira, visando a redução de suas vulnerabilidades ambientais, sociais e econômicas.**

<b>Metas</b>	<b>Iniciativas</b>
<p>Capacitar parceiros institucionais e sociedade dos 17 estados costeiros nas modalidades presencial ou a distância, na metodologia do Projeto Orla</p> <p>Elaborar metodologia para estudo e avaliação de vulnerabilidades na zona costeira, em escala local</p> <p>Elaborar proposta para monitoramento e avaliação dos resultados do Projeto Orla</p> <p>Implementar e disseminar Sistema de Modelagem Costeira, adaptado às características da costa brasileira</p>	<p>025Q - Análises de tendências de longo prazo para determinação da vulnerabilidade da zona costeira em distintos cenários de mudanças climáticas, a partir de dados fornecidos pela Rede de Observações do Nível Médio do Mar (NMM)</p> <p>047I - Gestão ambiental territorial da zona costeira</p>

# CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

---

O levantamento considera metas do PPA 2012-2015 que tratam especificamente ou têm forte impacto sobre a agenda de Ciência, Tecnologia e Inovação

Programas 33

Objetivos 77

Metas 201

<b>Programa 2013 – Agricultura Irrigada</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0171 - Promover e fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e inovação voltados para a agricultura irrigada e a sua difusão visando o incremento nos ganhos em produtividade, com qualidade e redução dos custos de produção.	<p>Consolidar 05 redes de pesquisas e transferência de tecnologia em agricultura irrigada: fruticultura, salinidade e drenagem, produção de grãos, arroz irrigado por inundação e hortaliças</p> <p>Contratar 30 estudos incrementais sobre diferentes temas associados ao desenvolvimento dos cultivos irrigados, métodos e sistemas de irrigação e drenagem</p> <p>Implantar 25 projetos demonstrativos em irrigação e drenagem</p>

<b>Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0743 - Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).	Implantar 900 Unidades de Teste e Demonstração ou de Referência Tecnológica (UTD ou URT) em sistemas agropecuários de produção sustentável, previstas no Plano ABC.
0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.	Ampliar de 26 para 90 o número de núcleos de estudos em agroecologia na rede federal de educação científica e tecnológica

<b>Programa: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.	<p>Apoiar 34 estudos e pesquisas com vistas a sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental</p> <p>Implantar na FIOCRUZ Centro de Estudos e Pesquisas em Desastres Naturais – CEPED</p> <p>Realizar 400 pesquisas em medicina tropical e meio ambiente até 2015</p> <p>Validar duas novas tecnologias na FioCruz para diagnóstico e tratamento da tuberculose</p>
0727 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde.	<p>Ampliar o cadastramento dos Comitês de Ética em Pesquisas (CEP) na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), passando de 10% em 2011 para 100% até 2015.</p> <p>Aprovar no Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS) 3(três) propostas para a otimização do marco regulatório do complexo produtivo e de ciência, tecnologia e inovação em saúde, relacionadas aos temas de compras governamentais, regulação sanitária, econômica, tributária e fiscal e de propriedade intelectual</p> <p>Celebrar 15 acordos regionais para realinhamento das prioridades de pesquisa em saúde no SUS, em consonância com os Planos Estaduais de Saúde</p> <p>Contratar 200 projetos de pesquisa no âmbito do programa de pesquisa para o SUS (PPSUS) até 2015, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Secretarias Estaduais de Saúde e Fundações de amparo à pesquisa</p> <p>Desenvolver 10 produtos em plataformas do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde - CDTS - até 2015</p> <p>Fomentar a realização de 100 estudos nacionais em temas contemplados na agenda de prioridades de pesquisa do Ministério da Saúde, até 2015</p>

<b>Programa: 2018 - Biodiversidade</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0191 - Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valorização e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.	<p>Ampliar em 500.000 espécimes biológicas coletadas, analisadas e depositadas adequadamente em acervos nacionais, aumentando efetivamente o conhecimento da biodiversidade brasileira"</p> <p>Catalogar 250.000 espécies de invertebrados brasileiros conhecidos em uma plataforma informatizada, integrada e compartilhada</p> <p>Concluir as listas de espécies de flora e dos vertebrados brasileiros</p> <p>Proteger 80% das coleções zoológicas, botânicas e microbiológica, em infraestruturas modernizadas e adequadas</p>
0506 - Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.	Caracterizar o valor nutricional de 40 espécies nativas priorizadas na Iniciativa "Plantas para o futuro", com vistas a diversificar a dieta do brasileiro
0508 - Recuperar o estado de conservação das espécies brasileiras, com ênfase nas ameaçadas de extinção.	<p>Diagnosticar o estado de conservação de 4.722 espécies da flora (plantas vasculares)</p> <p>Diagnosticar o estado de conservação de 100% das espécies de vertebrados</p>
0510 - Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.	<p>Adequar as instalações dos 11 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio</p> <p>Atualizar o Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, para todos os biomas, incluindo a zona costeira e marinha</p> <p>Fomentar 90 projetos de pesquisa de manejo em Unidades de Conservação Federais</p> <p>Implantar estrutura de apoio à pesquisa em 20 Unidades de Conservação Federais</p>

<b>Programa: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0400 - Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.	Ampliar de 3.500 para 10 mil o número de projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq Firmar, com entidades estaduais, 42 convênios de cooperação para fomento a projetos de pesquisa no período 2012-2015
0401 - Fortalecer as instituições científicas e tecnológicas da Amazônia para desconcentrar a produção científica e tecnológica do país.	Aumentar de 113 para 200 o número de bolsas especializadas em inovação em curso no Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) Aumentar para 4% a contribuição da Região Amazônica para o número de publicações brasileiras no Essential Science Indicators, Thomson Reuters Implementar 50 bolsas especializadas em tecnologia e inovação no Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus (CTPIM)
0403 - Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCT e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.	Ampliar o Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos nas Unidades de Pesquisa do MCT (PcTD) de 0,83 para 0,95 Ampliar para 117 o número anual de depósitos de patentes, registros de software ou outros títulos de Propriedade Intelectual das criações desenvolvidas nas Unidades de Pesquisa do MCT Aumentar o Índice Geral de Publicações (IGPUB) nas Unidades de Pesquisa do MCT de 1,85 para 2,20 Conectar 41 campi em municípios médios a 1 Gbps e 681 campi em municípios pequenos a 100 Mbps Criar 5 laboratórios multiusuários no país
0485 - Consolidar o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC).	Realizar 150.000 serviços anuais de ensaios ou calibração pelas redes SIBRATEC de Serviços Tecnológicos Realizar 17.000 atendimentos anuais de extensão tecnológica em micro, pequenas e médias empresas pelas redes SIBRATEC de Extensão Tecnológica Ter em curso 1.200 projetos de desenvolvimento tecnológico em cooperação entre as redes SIBRATEC de Centros de Inovação e Empresas
0486 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica.	Apoiar a implantação de 2 laboratórios-fábrica na área de semicondutores orgânicos e componentes avançados Constituir, no país, 4 Design Houses (DHs) nacionais, com pelo menos 500 projetistas no total Desenvolver e fortalecer competências e habilidades para o setor de TIC em pelo menos 35.000 profissionais

<p>0493 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais.</p>	<p>Ampliar para 120 o número de empresas que realizam pesquisa e desenvolvimento em nanotecnologia em seus processos produtivos</p> <p>Promover o aumento em 40% do número de pedidos de patentes de produtos, processos e serviços biotecnológicos depositados no Brasil e no exterior por residentes no país</p>
<p>0494 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial.</p>	<p>Aumentar de 41% para 50% a participação dos setores estratégicos no dispêndio empresarial brasileiro em pesquisa e desenvolvimento</p>
<p>0495 - Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação.</p>	<p>Aumentar de 22,3% para 30% o percentual de empresas inovadoras que utilizam ao menos um dos diferentes instrumentos de apoio governamental à inovação nas empresas</p> <p>Aumentar para 5.000 o número de empresas que fazem pesquisa e desenvolvimento contínuo</p> <p>Aumentar para 80.000 o número de técnicos e pesquisadores ocupados em pesquisa e desenvolvimento nas empresas</p>
<p>0497 - Expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, tecnologia e inovação e impulsionar o intercâmbio e a atração de recursos humanos qualificados radicados no exterior por meio de concessão de bolsas.</p>	<p>Alcançar o número de 26.000 bolsas de produtividade em pesquisa concedidas pelo CNPq</p> <p>Alcançar o número de 30.000 bolsas de pós-graduação concedidas pelo CNPq</p> <p>Alcançar o número de 35.000 bolsas voltadas para o Intercâmbio Internacional concedidas pelo CNPq</p> <p>Alcançar o número de 49.500 bolsas de iniciação à pesquisa concedidas pelo CNPq</p>
<p>0498 - Promover a formação e capacitação de recursos humanos nas Engenharias e demais áreas tecnológicas, priorizando a concessão de bolsas nessas áreas.</p>	<p>Alcançar o número anual de 400 empresas apoiadas pelo programa RHAE</p> <p>Alcançar o número de 13.400 bolsas de iniciação tecnológica concedidas pelo CNPq para as Engenharias</p> <p>Ampliar a participação das Engenharias no total de bolsas concedidas pelo CNPq, de 19% para 25%</p>
<p>0499 - Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica.</p>	<p>Ampliar para 240 o número de espaços científico-culturais dos estados brasileiros</p> <p>Atingir 1000 municípios com atividades em eventos de divulgação científica no ano</p> <p>Aumentar a participação do público elegível na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) para 90%</p> <p>Criar o Desafio Nacional de Ciências</p>

0500 - Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social.	<p>Apoiar 120 projetos de tecnologia social, tecnologia assistiva e extensão tecnológica</p> <p>Apoiar 20 projetos de pesquisa e desenvolvimento em arranjos produtivos locais e micro e pequenos empreendimentos no período 2012-2015</p> <p>Apoiar 20 projetos de pesquisa e desenvolvimento em segurança alimentar e nutricional</p> <p>Apoiar a modernização ou implantação de 100 Centros Vocacionais Tecnológicos no período 2012-2015</p> <p>Criar Rede Nacional de Tecnologia Assistiva com 40 núcleos interdisciplinares em universidades nas cinco regiões do país e implantar o Centro de Referência em Tecnologia Assistiva</p>
0501 - Fomentar o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras para cidades sustentáveis.	<p>Apoiar 12 projetos de inovações tecnológicas para os setores de reciclagem, saneamento e fontes alternativas de energia</p> <p>Apoiar 16 projetos de aplicação tecnológica para gestão e desenvolvimento de esporte e lazer</p>

<b>Programa: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0754 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva brasileira das comunicações e sua inserção internacional a partir do fomento à pesquisa, desenvolvimento, inovação e do estímulo ao uso de bens e serviços com tecnologia nacional.	<p>Ampliar a geração de inovação pela indústria nacional de telecomunicação e de serviços, por meio do aumento de 50% (R\$1,71 bilhão) no dispêndio do Setor Privado em atividades inovativas</p> <p>Desenvolver pelo menos dois terminais móveis de baixo custo para acesso à Internet Banda Larga</p>

<b>Programa 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0923 - Introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, tendo como subsídio a realização de levantamentos acerca dos padrões de consumo de crack e outras drogas e a produção de conhecimentos científicos afetos ao tema; aperfeiçoando os marcos institucionais e legais; fortalecendo os mecanismos de articulação intersetorial e cooperação internacional; modernizando os instrumentos de acompanhamento e monitoramento das ações e fomentando a criação de estruturas locais de gestão, com a ampliação dos mecanismos de participação social.	<p>Fortalecimento da rede de pesquisa com financiamento sistemático por meio de editais temáticos</p> <p>Realização de estudos e pesquisas multinacionais com ênfases nos países que estabelecem fronteiras com o Brasil</p> <p>Realização, de modo sistemático e periódico, de estudos epidemiológicos relativos à população brasileira em geral e seus estratos, em especial grupos vulneráveis (estudantes, indígenas, população em situação de rua, sistema penitenciário, entre outros)</p> <p>Articular a disseminação de linhas de pesquisa sobre a temática do crack e outras drogas, incentivando o desenvolvimento de projetos de iniciação científica relacionados ao tema e fomentando a formação de novos pesquisadores nas áreas que apresentam déficits de profissionais trabalhando com a temática de drogas</p>

<b>Programa 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0785 - Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população.	Apoiar a realização de 4 pesquisas para o setor audiovisual
0621 - Promover, preservar e difundir o patrimônio e as expressões culturais afro-brasileiras.	Realizar 10 pesquisas, estudos e levantamentos sobre a cultura e o patrimônio afro-brasileiro de forma a subsidiar políticas públicas de inserção da comunidade negra no sistema político, social e econômico"
0788 - Produzir e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira e desenvolver política nacional de integração entre cultura e educação.	Produzir e difundir 316 estudos, pesquisas e eventos sobre a cultura no Brasil

<b>Programa 2055 - Desenvolvimento Produtivo</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0194 - Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde.	Desenvolver 10 produtos em plataformas do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS) até 2015 Disponibilizar 2 produtos para diagnóstico em oncologia
0849 - Atrair projetos e centros de P&D de empresas estrangeiras, por meio de medidas fiscais, regulatórias e creditícias.	Atrair 100 projetos e centros de P&D
0850 - Expandir, diversificar e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades, capacitações e potencialidades das empresas.	Aumentar de 4728 para 5328 o número de empresas brasileiras que lançaram produto novo no mercado nacional, segundo a PINTEC. Disponibilizar bolsas para 100 Gestores seniores em Inovação, Design e Sustentabilidade (GIDS) em Arranjos Produtivos Locais (APLs) Fomentar a especialização de 20 Centros de Inovação, Design e Sustentabilidade (CIDS)
0859 - Fomentar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade, normalização e regulamentação técnica.	Implantar 10 laboratórios delegados à Rede Laboratórios Associados ao INMETRO para inovação na empresa

<p>0881 - Conceder direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia.</p>	<p>Aumentar de 30 para 60 o número de publicações do corpo docente do mestrado relacionadas à propriedade intelectual</p> <p>Reduzir de 2,5 anos, a partir do pedido de exame, para 1 ano o prazo para manifestação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) quanto à viabilidade dos pedidos de patente</p> <p>Reduzir de 5,3 anos para 2,5 anos o prazo médio de concessão de patente contado a partir do pedido de exame</p>
---	---

<b>Programa 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
<p>0792 - Desenvolver sistemas locais e regionais de inovação e projetos de incorporação e de difusão de tecnologias.</p>	<p>Desenvolver projetos de apoio à inovação em 10 Arranjos Produtivos Locais</p> <p>Desenvolver Rede Regional de Inovação da Amazônia</p> <p>Desenvolver Rede Regional de Inovação do Centro-Oeste</p> <p>Desenvolver de Rede Regional de Inovação do Nordeste</p> <p>Realizar projetos de incorporação e de difusão de tecnologias no setor produtivo do Nordeste</p>

<b>Programa 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
<p>0803 - Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.</p>	<p>Elevar o número de mestres e doutores titulados por ano, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020</p> <p>Elevar o percentual de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício nas instituições de educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020</p>

<b>Programa 2033 - Energia Elétrica</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
<p>0439 - Pesquisar fontes e tecnologias para o desenvolvimento e inovação no setor de energia elétrica.</p>	<p>Realizar pesquisas nas áreas de geração, de transmissão, de distribuição e utilização de energia elétrica</p>

<b>Programa 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0229 - Promover a recuperação de áreas degradadas, com ênfase nas áreas de preservação permanente e de reserva legal, por meio de pesquisa e instrumentos de adequação e regularização ambiental de imóveis rurais.	Implementar 12 novos Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs) nos biomas brasileiros  Estabelecer, para cada bioma, metodologia de recuperação de áreas degradadas e as respectivas análises econômicas

<b>Programa 2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0032 - Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.	Concluir a implantação da Rede de Laboratórios de Análises Mineraias - LAMIN Concluir a implantação da Rede de Litotecas Concluir a implantação da Rede do Centro de Informações Geocientíficas - CIG Implantar a Rede de Sismologia Produzir estudos e mapeamento hidrogeológicos Realizar levantamentos aerogeofísicos nas áreas territoriais brasileiras emersas Realizar levantamentos geoquímicos com amostragem de baixa densidade Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:100.000 Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:250.000 Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:50.000
0044 - Fortalecer as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação e articular com a indústria mineral para promover a cultura e a prática da inovação tecnológica no setor mineral.	Implantar a Rede do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Companhia de Pesquisa de Recursos Mineraias - CPRM (CEDES/CPRM)

<b>Programa 2042 - Inovações para a Agropecuária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0842 - Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.	Desenvolver plataforma funcional de validação de novos genes (Programa ABC) Estabelecer 2 (dois) cenários de referência nacionais para Recuperação de Pastagens Degradadas e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta Executar uma carteira de P&D e TT com, em média, 750 projetos ao ano
0845 - Pesquisar e desenvolver tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos biomas Mata Atlântica e Amazônia.	Incrementar a produção nacional de cacau de 234 mil para 334 mil toneladas nas regiões cacaueiras Incrementar a produtividade de cacau de 360 Kg/ha para 480 Kg/ha das regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia
0846 - Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional - institucional e a gestão, visando a inovação e a consolidação da atuação interna e externa em PD&I agropecuária.	Implantar a unidade Embrapa Quarentena Vegetal (DF) Promover a formação de competências na Embrapa e OEPAs através da formação de Profissionais em nível de pós-graduação, beneficiando 88 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico, incluindo áreas promotoras de eficiência administrativa Promover a formação de competências na Embrapa e OEPAs através do aperfeiçoamento de profissionais via cursos de curta duração, beneficiando 5.550 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico, incluindo áreas promotoras de eficiência administrativa
0968 - Difundir e adaptar tecnologias sustentáveis para os sistemas agrossilvopastoris nas regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia.	Ampliar de 5.300 para 7.000 o número de produtores associados em organizações nas regiões cacaueiras Ampliar de 53 mil para 70 mil o número de produtores atendidos por ATER nas regiões cacaueiras Ampliar de 649,4 mil ha para 696,4 mil ha a área assistida de cacau, dendê e seringueira

<p>0969 - Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual e no desenvolvimento da biotecnologia, da agricultura de precisão, da proteção de cultivares, da indicação geográfica e marcas coletivas, visando às necessidades do pequeno e médio produtor e à competitividade e agregação de valor aos processos, produtos, sistemas e serviços agropecuários.</p>	<p>Ampliar de 1658 para 2298 o número de cultivares protegidas</p> <p>Ampliar de 65 para 150 o número de cadeias produtivas organizadas para o uso de indicações geográficas e marcas coletivas</p> <p>Aprovar o Plano de Ações Estratégicas de Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para a Agricultura e Alimentação - RGAA</p> <p>Aumentar de 110 para 150 o número de novas espécies no regime de proteção de cultivares</p> <p>Cadastrar 100 empresas prestadoras de serviços em Agricultura de Precisão - AP</p> <p>Capacitar 200 profissionais em gestão, curadoria, pesquisa, fomento e agregação de valor de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação - RGAA</p> <p>Capacitar 3.000 técnicos do setor em temas de inovação no âmbito do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA</p> <p>Implementar 12 projetos com foco em inovação no agronegócio (Propriedade Intelectual, Biotecnologia, Agricultura de Precisão-AP, Recursos Genéticos)</p>
--	--

Programa 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida	
Objetivos	Metas
<p>0558 - Desenvolver pesquisa científica e ações de preservação ambiental para assegurar a ocupação das Ilhas Oceânicas, em particular, o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a fim de garantir a conservação dos seus biomas terrestre e marinho e os direitos de soberania sobre a Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental.</p>	<p>Estabelecer, para cada bioma, metodologia de recuperação de áreas degradadas e as respectivas análises econômicas</p> <p>Ampliar para 60 o número de projetos de pesquisa sendo desenvolvidos simultaneamente nas Ilhas Oceânicas</p>

<p>0560 - Desenvolver ações que promovam o conhecimento e o uso sustentável dos recursos do mar, em águas nacionais e internacionais.</p>	<p>Ampliar para 40 o número de projetos integrados no âmbito das cinco redes de pesquisas multidisciplinares existentes sobre o potencial biotecnológico da biodiversidade marinha</p> <p>Alcançar o número de 30 doutores titulados a partir de pesquisas sobre a região Antártica desenvolvidas no âmbito do Programa Antártico Brasileiro no período 2012-2015.</p> <p>Alcançar o número de 50 trabalhos científicos sobre a região Antártica desenvolvidos no âmbito do Programa Antártico Brasileiro publicados em periódicos e revistas internacionais indexados e de alto índice de impacto no período 2012-2015.</p> <p>Alcançar o número de 60 mestres titulados a partir de pesquisas sobre a região Antártica desenvolvidas no âmbito do Programa Antártico Brasileiro no período 2012-2015.</p> <p>Elevar a taxa de atendimento logístico da demanda para pesquisa para 80%</p> <p>Elevar a taxa de dedicação dos navios à pesquisa para 70%</p>
<p>0991 - Pesquisar o Potencial Mineral de Fundos Marinhos em Águas Internacionais, para fins de Aquisição de Direito de Exploração Mineral, e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.</p>	<p>Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área da Elevação do Rio Grande</p> <p>Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área do PROAREA</p> <p>Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área do PROCORDILHEIRA</p> <p>Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na Plataforma Continental Jurídica Brasileira</p>
<p>0997 - Definir diretrizes básicas de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos e implantar infraestrutura operacional e administrativa para promover o conhecimento científico sobre Oceanos e Clima.</p>	<p>Elaborar e aprovar, até 2012, a Política Nacional em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos, harmonizada com os demais instrumentos jurídicos existentes</p> <p>Elaborar e aprovar, até 2013, o Planejamento Estratégico para a criação do Instituto Nacional de Pesquisas sobre os Oceanos (INPO)</p> <p>Instalar e implementar o Instituto Nacional de Pesquisas sobre os Oceanos até 2014</p>

<b>Programa 2047 - Micro e Pequenas Empresas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0836 - Regular no âmbito da União e incentivar a implementação nos estados e municípios do marco legal das micro e pequenas empresas, com vistas a fortalecer e ampliar os incentivos governamentais para o desenvolvimento econômico e social do segmento.	Regular o apoio à inovação – art. 65 da Lei Complementar 123/2006

<b>Programa 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0584 - Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável.	Promover a inovação tecnológica e a produção e disseminação de conhecimento na área de trânsito

<b>Programa 2049 - Moradia Digna</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0755 - Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.	Conceder o Documento de Avaliação Técnica do Produto Inovador (DATec) para 100% dos produtos inovadores utilizados em empreendimentos de habitação de interesse social, por meio do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT)

<b>Programa 2050 - Mudanças Climáticas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0536 - Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades.	Desenvolver o Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global para projeções climáticas de longo prazo
0540 - Gerar e disseminar conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por intermédio de uma rede formada pelas instituições públicas e privadas de pesquisa e ensino (Rede CLIMA).	Criar uma plataforma integrada de dados de projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico sobre mudanças climáticas Elaborar o Plano de Ação da Rede Brasileira de Mudanças Climáticas

<b>Programa 2052 - Pesca e Aquicultura</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0567 - Aumentar a produção de organismos aquáticos de forma sustentável, através da implantação de parques aquícolas, da regularização fundiária e ambiental, da realização de pesquisas e assistência técnica e da modernização de infraestruturas produtivas, com foco no potencial aquícola brasileiro e nos recursos subexplorados e inexplorados.	Financiar 100 projetos de pesquisa, no âmbito do Consórcio Brasileiro em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Transferência de Tecnologia (P,D&I e TT) em Pesca e Aquicultura (CTPA) Financiar 200 projetos de pesquisa básica e aplicada (em áreas não cobertas pelo CTPA), infraestrutura laboratorial, formação de recursos humanos especializados (com ênfase para bolsas de pós-graduação stricto sensu) e ações de cooperação com universidades e centros de pesquisa internacionais
0970 - Ampliar a inserção do pescado brasileiro no mercado nacional e internacional, promovendo o consumo e a comercialização de pescado.	Desenvolver 5 sistemas (kits) de diagnóstico molecular do pescado, otimizados para a detecção de casos de fraude conhecida, no âmbito da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP) Implantar 5 centros de referência da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP)

<b>Programa 2053 - Petróleo e Gás</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0063 - Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local.	Liderar o desenvolvimento tecnológico do setor, através da realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento e da ampliação da infraestrutura experimental, visando a expansão dos objetivos dos negócios, a agregação de valor, a diversificação de produtos e a sustentabilidade dos projetos
0559 - Desenvolver ou formar polos produtivos ou tecnológicos da cadeia de fornecedores de bens e serviços de petróleo e gás natural, a partir das vocações e potencialidades regionais, promover a melhoria contínua da gestão empresarial e incentivar a criação de institutos tecnológicos voltados à pesquisa industrial aplicada, alinhada com os princípios de sustentabilidade socioambiental.	Consolidar o Polo Tecnológico da Ilha do Fundão, Rio de Janeiro

<b>Programa 2056 - Política Espacial</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0397 - Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.	<p>Lançar 40 foguetes suborbitais e de treinamento</p> <p>Ter empresa nacional certificada para produção do foguete suborbital VSB-30</p> <p>Tornar a Usina de Propelentes Cel. Abner capaz de atender às necessidades de suprimento de propelentes sólidos do veículo lançador VLM-1</p> <p>Voo de qualificação do VLM-1 realizado até 2015</p> <p>Voo de qualificação do VLS-01 V04 realizado até 2013</p> <p>Voo tecnológico XVT-01 (VSISNAV) realizado até 2012</p> <p>Voo tecnológico XVT-02 realizado até 2013</p>
0399 - Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa.	<p>Capacitar 100 especialistas nas áreas de interesse do programa</p> <p>Realizar 4 eventos relacionados à divulgação da área espacial em todos os níveis de ensino, como olimpíadas e competições de foguetes experimentais e satélites educacionais</p> <p>Treinar 1000 professores de ensino fundamental e médio, incluindo escolas técnicas, nas áreas de interesse do programa</p>

<p>0555 - Desenvolver e ampliar o conhecimento das tecnologias críticas para garantir o uso autônomo das aplicações espaciais.</p>	<p>Catalisador de hidrazina qualificado em voo do satélite Amazonia-1          Desenvolver modelo de engenharia do motor a propelente líquido de 75kN de empuxo (Motor L75)          Dissipadores de calor para uso espacial à base de fios de alta condutividade revestidos de diamante (CVD) qualificados          Iniciar o desenvolvimento de estágio líquido do VLS-Alfa          Lançar dois microssatélites          Lançar o satélite de reentrada atmosférica (SARA suborbital - Fase de desenvolvimento)          Lançar quatro picosatélites          Lubrificantes sólidos a base de carbono tipo diamante (DLC-Diamond Like Carbon) para peças de satélites com qualificação para voo no Satélite Amazonia-1 e tecnologia transferida para a indústria          Microgiroscópio de silício para uso espacial operacional e caracterizado até 2014          Motor iônico qualificado</p>
<p>0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.</p>	<p>Contratar o desenvolvimento do primeiro satélite do Sistema Geoestacionário Brasileiro (SGB)          Contratar o desenvolvimento, pela indústria nacional, de um satélite radar          Implantar o sistema de monitoramento de clima espacial até 2013          Lançar quatro satélites          Tornar o Laboratório de Integração e Testes (LIT) capaz de realizar testes de satélites geoestacionários</p>

<b>Programa 2057 - Política Externa</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
<p>0909 - Promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet e temas relacionados.</p>	<p>Expandir o número dos Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC) no exterior de 14 unidades em 12 países para 19 unidades em 15 países, e capacitá-los com vistas a, entre outras atribuições, atuarem como observatórios de inovação em suas respectivas áreas jurisdicionais</p> <p>Promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet, e temas relacionados</p>

<b>Programa 2058 - Política Nacional de Defesa</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0463 - Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea.	Desenvolver 4 projetos de sistemas bélicos Desenvolver 8 cargueiros táticos militares Realizar 4 pesquisas na área de tecnologia aeroespacial
0552 - Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica do Exército, visando à ampliação da capacidade de defesa terrestre.	Adequar os arsenais de guerra para produção, nacionalização, aperfeiçoamento, modernização e recuperação de material de emprego militar – Priorizado o Arsenal de Guerra de São Paulo Desenvolver 30% do sistema de comando e controle do Exército Implantar o Instituto Tecnológico do Exército em Campinas
0521 - Desenvolver tecnologias da informação e comunicação, visando a assegurar a capacidade de defesa cibernética nos campos civil, industrial e militar.	Implantar o centro de defesa cibernética
0528 - Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica da Marinha, visando à ampliação da capacidade de defesa e segurança marítima.	Implantar uma unidade piloto de conversão (Unidade de Produção de Hexafluoreto de Urânio - USEXA) com capacidade nominal de 40 t/ano de hexafluoreto de urânio Implantar uma usina nuclear de geração de energia elétrica (Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica - LABGENE) projetada e construída no País, incluindo o seu reator, com potência de cerca de 11 MW, protótipo em terra do sistema de propulsão naval

<b>Programa 2059 - Política Nuclear</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0323 - Aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no país, para ampliar o acesso à medicina nuclear pela população brasileira.	Implantar 50% do reator multipropósito brasileiro
0325 - Expandir e implantar, em escala capaz de suprir a demanda nacional, o ciclo completo para produção do combustível nuclear.	Atender, com produção nacional, a 35% da demanda de urânio enriquecido para a Central Nuclear de Angra I Atingir 100% do cronograma físico da implantação da Unidade Tecnológica de Separação Isotópica Atingir 30% do cronograma físico da Fábrica de Tubos Extrudados em ligas especiais Atingir 40% do cronograma físico de implantação da Usina de Conversão Atingir 60% do cronograma físico do projeto de ampliação da capacidade produtiva do parque industrial de reconversão, pastilhas e montagem do elemento combustível nuclear de Resende/RJ Aumentar em 30% a reserva medida de urânio no país por meio da intensificação da pesquisa e prospecção mineral
0326 - Implantar programa de formação especializada do setor nuclear, envolvendo universidades e centros tecnológicos, voltados para os segmentos de pesquisa avançada, desenvolvimento tecnológico e indústria nuclear.	Formar 164 novos profissionais em temas de interesse do setor nuclear
0328 - Desenvolver a tecnologia nuclear e suas aplicações para atender aos diversos usos na área civil.	Implantar 80% do Laboratório Nacional de Fusão Realizar, anualmente, 450 pesquisas científicas e tecnológicas

<b>Programa 2016 - Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0933 - Fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica, mediante apoio às políticas de educação de qualidade, além de políticas culturais, de esporte e lazer que assegurem tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais.	Criar o Programa Trabalho e Inovação Tecnológica para as mulheres Realizar 4 edições do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e lançar Edital de Fomento à Pesquisa no Campo dos Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismo Realizar o Encontro de Núcleos e Grupos de Pesquisa - Pensando Gênero e Ciência, previsto para 2013

<b>Programa 2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0568 - Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.	Acompanhar a ampliação do número de Parques Tecnológicos e Incubadores de empresas de bases tecnológicas voltadas para incremento da qualidade e produção das ajudas técnicas Acompanhar a criação do Centro Nacional de Tecnologia Assistiva

<b>Programa 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.	Realizar 4 pesquisas acerca do funcionamento de sistemas alimentares próprios tradicionais de povos indígenas
0949 - Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade.	Pesquisar e documentar 30 línguas, culturas e acervos de povos indígenas no país

<b>Programa 2068 - Saneamento Básico</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0353 - Implantar medidas estruturantes que visem à melhoria da gestão em saneamento básico, compreendendo a organização, o planejamento, a prestação dos serviços, a regulação e fiscalização, e a participação e controle social.	Apoiar 34 estudos e pesquisas com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental Apoiar a elaboração de 20 estudos e/ou pesquisas para desenvolvimento científico e tecnológico de saneamento básico

<b>Programa 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0379 - Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional e de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares saudáveis, por meio da mobilização social, articulação e trabalho em rede, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.	Criar os serviços de pesquisa e extensão em Educação Alimentar e Nutricional para subsidiar os setores governamentais no aprimoramento e integração das ações em nível local
<b>Programa 2070 - Segurança Pública com Cidadania</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0828 - Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.	Realizar estudos e pesquisas na área de educação, valorização profissional e segurança pública
<b>Programa 2071 - Trabalho, Emprego e Renda</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0288 - Estimular e aprimorar as formas de participação e controle social, com intenso envolvimento do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) e das Comissões de Emprego Estaduais e Municipais, para potencializar o alcance das políticas públicas de trabalho, emprego e renda.	Realizar estudos, pesquisas, levantamento e disseminação de boas práticas, visando ao aperfeiçoamento das políticas públicas financiadas com os recursos do FAT
0293 - Promover a segurança e saúde no trabalho, de modo a prevenir doenças e acidentes.	Aumentar em 30% o número de estudos e pesquisas em segurança e saúde no trabalho Criar rede de centros de pesquisa em segurança e saúde no trabalho

## CRIANÇA E ADOLESCENTE

---

O levantamento considera metas do PPA 2012-2015, exclusivamente ou prioritariamente voltadas ao segmento criança e adolescente. Não estão selecionadas as metas que, embora possam ter impacto na vida das crianças e adolescentes, são universais, sem exclusividade ou prioridade ao segmento.

Programas 17

Objetivos 30

Metas 92

<b>Programa: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.	<p>Promover a adesão de 5.556 Municípios ao Programa Saúde na Escola</p> <p>Implantar progressivamente nos municípios brasileiros a notificação contínua da violência doméstica, sexual e/ou outras violências</p> <p>Iniciativa: Promoção e garantia da atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens</p>
0715- Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.	<p>Adequar a ambiência de 120 maternidades (reforma, aquisição de equipamentos e materiais) para a atenção humanizada ao parto e nascimento</p> <p>Ampliar a investigação de óbitos infantis e fetais, passando de 24% em 2010 para 50% até 2015</p> <p>Ampliar a utilização da Caderneta de Saúde de Adolescentes pelos serviços de atenção básica, passando de 1.000 serviços de atenção básica em 2011, para 13.000 até 2015</p> <p>Ampliar em 684 o número de leitos de unidade de terapia intensiva neonatal, passando de 3.775 leitos em 2011 para 4.459 até 2015</p> <p>Custear 3.141 leitos adicionais de unidades de cuidado intermediário neonatal (UCI), passando de 349 leitos custeados em 2011 para 3.490 até 2015</p> <p>Distribuir 13,2 milhões de Cadernetas de Saúde da Criança para todos os estados</p> <p>Implantar 156 novas casas de gestante, bebê e puérpera, passando de 36 casas (implantadas pela Rede Cegonha) em 2011 para 192 até 2015</p> <p>Novas instalações do complexo assistencial de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia entregues e em operação</p> <p>Implantar progressivamente nos municípios brasileiros a notificação contínua da violência doméstica, sexual e/ou outras violências.</p>
0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.	Implementar Núcleos de Prevenção à Violência nas Unidades da Federação com mais altos índices de homicídios, de agressões e de vitimização a populações vulneráveis

<b>Programa 2016 - Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0998- Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.	Contribuir para a ampliação dos serviços especializados às mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual.
0999 - Fortalecer a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, por meio de difusão da lei e dos instrumentos de proteção de direitos, bem como por meio de ações educativas para o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, para a promoção de direitos sexuais e desconstrução dos estereótipos e mitos relacionados à sexualidade das mulheres.	Construir pactos com empresas públicas e privadas e outros órgãos do governo para prevenir a violência contra as mulheres e combater a exploração sexual de mulheres, adolescentes e jovens, em especial nas áreas de grandes obras de desenvolvimento econômico e infraestrutura e nas regiões de fomento ao turismo.

<b>Programa: 2019- Bolsa Família</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0619 - Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda.	Incluir 800 mil famílias em extrema pobreza no Bolsa Família
0374 - Reforçar o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, para ruptura do ciclo intergeracional de pobreza.	Aumentar o acompanhamento do acesso das crianças beneficiárias do PBF ao sistema de saúde infantil, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas  Aumentar o acompanhamento do acesso das famílias beneficiárias do PBF ao sistema educacional, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas

<b>Programa: 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0787 - Implantar, ampliar, modernizar, recuperar e articular a gestão e o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer, com ênfase em áreas de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.	Implantar e induzir a gestão de 800 Praças dos Esportes e da Cultura em municípios caracterizados pela baixa presença de equipamentos e pela alta vulnerabilidade social
0788 - Produzir e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira e desenvolver política nacional de integração entre cultura e educação.	Implementar o Programa Mais Cultura nas escolas

<b>Programa: 2030 - Educação Básica</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0596 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.	<p>Apoiar a cobertura de 4000 quadras esportivas escolares</p> <p>Apoiar a construção de 6.116 quadras esportivas escolares</p> <p>Apoiar a construção de 6 mil creches e pré-escolas</p> <p>Elevar a taxa de escolarização líquida no ensino médio, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária.)</p> <p>Elevar a taxa de escolarização no ensino fundamental de 9 anos para a população na faixa etária entre 6 e 14 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos).</p> <p>Elevar a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária.)</p> <p>Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 0 a 3 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos.)</p> <p>Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 4 e 5 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos.)</p>

<p>0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.</p>	<p>Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.)</p> <p>Elevar a taxa de inclusão escolar de estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.)</p> <p>Elevar o IDEB do ensino médio para 4,3</p> <p>Elevar o IDEB dos anos finais do ensino fundamental para 4,7</p> <p>Elevar o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental para 5,2</p> <p>Elevar o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os 8 anos de idade.)</p> <p>Expandir a oferta de educação em tempo integral em escolas públicas de educação básica, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica.)</p>
---	---

<b>Programa: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
<p>0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.</p>	<p>Elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 562</p> <p>Oferecer 8 milhões de vagas para a educação profissional e tecnológica, com a concessão de 3 milhões de bolsas a estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda</p>

<b>Programa: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.	<p>Ampliar em 50% ao ano o acesso ao esporte a crianças, adolescentes e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas voltadas ao seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social (Segundo Tempo), beneficiando 1.296.000 nas capitais e municípios com mais de 1000 habitantes e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação</p> <p>Criar 228 projetos esportivos de Legado Social dos Grandes Eventos – Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, voltados à inclusão social, juventude e educação.</p> <p>Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.</p>

<b>Programa: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.	<p>Ampliar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial - PSE para crianças e adolescentes, em situação de violência, com enfoque na proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária</p> <p>Construir e difundir orientações técnicas, estabelecer e monitorar protocolos intersetoriais para implantação e implementação do Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências, com enfoque nas particularidades de grupos vulneráveis (crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes, pessoas com deficiência e idosos) nos municípios em situação de desastres</p> <p>Elaborar e difundir orientações técnicas e fluxos intersetoriais para o aprimoramento da gestão do serviço de proteção social para adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)</p> <p>Elaborar e difundir orientações técnicas e protocolos intersetoriais sobre atendimento especializado a crianças e adolescentes em situação de violação física, psicológica e abuso e exploração sexual</p> <p>Induzir a oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social nos municípios com populações em situação de rua, com foco no trabalho infantil em suas piores formas e em cidades-sede de grandes eventos e obras</p>

<p>0371 - Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.</p>	<p>Criar condições para ampliar a cobertura dos beneficiários na faixa etária de 0 a 18 anos no Programa BPC na Escola</p> <p>Instituir novos critérios de manutenção do BPC, para compatibilizar o benefício com o contrato de aprendizagem profissional e a situação inicial de trabalho do beneficiário</p>
--	--

Programa: 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude	
Objetivos	Metas
<p>0961 - Expandir a aprendizagem profissional como política permanente de formação profissional e inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, de forma articulada à elevação da escolaridade formal, às diretrizes da política de educação técnico-profissional e tecnológica e ao projeto de desenvolvimento econômico do país.</p>	<p>Atingir 1.220.628 adolescentes e jovens, com idade entre 14 e 24 anos, e pessoas com deficiência a qualquer tempo, admitidos em contratos de aprendizagem</p> <p>Elevar o número de mulheres jovens inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de trabalho de aprendizagem</p> <p>Implantar Fóruns Estaduais de Aprendizagem Profissional em todas as unidades da federação</p> <p>Implementar o Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (PNAP)</p> <p>Inserir 644.160 aprendizes sob ação fiscal no mercado de trabalho</p>

Programa: 2057- Política Externa	
Objetivos	Metas
<p>0919 - Promover a percepção internacional do compromisso do Brasil com os direitos humanos e com os temas sociais, por meio da participação ativa em órgãos multilaterais e do diálogo e da cooperação bilaterais</p>	<p>Organizar a Conferência Mundial sobre Trabalho Infantil, no Brasil em 2013</p> <p>Iniciativa: Divulgação nos foros internacionais competentes da aplicação do Plano Decenal de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT e do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial</p>

<b>Programa: 2058- Política Nacional de Defesa</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0502 - Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.	Participação de 80.000 crianças no Programa “Forças no Esporte”

<b>Programa: 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0920 - Capacitar, de forma continuada e articulada com as Políticas Públicas relacionadas ao tema, os atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.	Capacitar conselheiros municipais (drogas, educação, segurança, assistência social, tutelares, criança e adolescente, idoso, entre outros) e lideranças comunitárias para atuar na redução da demanda de drogas em suas comunidades

<b>Programa: 2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0736 - Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para garantir a utilização dos ambientes com segurança e autonomia.	Acompanhar a implementação da acessibilidade nas escolas públicas: salas de recursos multifuncionais, nas edificações e entornos

<b>Programa: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0254 - Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica.	Implantar 1.053 unidades interligadas de registro de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam acima de 300 partos por ano e conveniados ao SUS
0742 - Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.	Reintegrar crianças e adolescentes em situação de rua, na convivência familiar e comunitária, em municípios com mais de 300 mil habitantes
0974 - Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão.	Ampliar os serviços de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte para mais 5 estados (MT, AM, RN, CE e AC)

<b>Programa: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0962 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.	Ampliar a cobertura vacinal para 80% da população indígena até 2015, conforme o calendário de imunização específico estabelecido pelo Ministério da Saúde Implantar a estratégia Rede Cegonha nos 34 Distrito Sanitário Especial Indígena

<b>Programa: 2071- Trabalho, Emprego e Renda</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0869 - Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de discriminação no mundo do trabalho.	Implementar, monitorar e avaliar o II Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil

Programa: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	
Objetivos	Metas
0575 - Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação	<p>Aumentar o percentual de adoções nacionais de crianças e adolescentes afrodescendentes, soro positivos, com deficiência e/ou grupo de irmãos</p> <p>Construir condições para ampliação do acesso de crianças de 0 a 3 anos a Programas de cuidados à Primeira Infância nos municípios com mais de 300 mil habitantes</p> <p>Desenvolver 03 campanhas anuais em temáticas referentes aos direitos da infância e da adolescência</p> <p>Estabelecer protocolos de navegação segura de crianças e adolescentes na Internet</p>
0259 - Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento.	<p>Construir condições para extinção das unidades de internação impróprias no sistema socioeducativo</p> <p>Expandir e monitorar a implementação do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual (PAIR) contra crianças e adolescentes nos municípios acima de 300 mil habitantes considerados de maior incidência conforme a Matriz Intersetorial</p> <p>Extinguir os acolhimentos institucionais de crianças e adolescentes na rede do SUAS sem respaldo de medida judicial</p> <p>Implantar serviços de atendimento integrado a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual nas 27 capitais</p> <p>Implantar serviços integrados de atendimento inicial a adolescentes em conflito com a lei nas 27 capitais</p> <p>Reduzir a taxa de crescimento da internação de adolescentes em conflito com a lei</p>
0260 - Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.	<p>Aprovar marco legal regulatório das atribuições e funcionamento dos Conselhos Tutelares</p> <p>Equipar 100% dos Conselhos Tutelares dos 1.000 municípios com menor IDI e IDH, localizados nas regiões Norte e Nordeste, com sede, computador, telefone e meio de transporte</p> <p>Implantar Conselho Tutelar referencial em municípios com mais de 300 mil habitantes, com padrão arquitetônico e de atendimento, equipagem e integração ao SIPIA CT, aos canais de denúncia nacional e locais, bem como aos Centros de Referência em Direitos Humanos</p> <p>Implantar Escolas de Conselhos nas 27 unidades federadas, com modalidade presencial integrada aos programas de ensino à distância</p> <p>Parametrizar e aprovar no CONANDA fluxos de atendimento e monitoramento para os conselhos tutelares</p> <p>Universalizar os Conselhos Tutelares, estendendo-os a todos os municípios</p>

<p>0435 - Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.</p>	<p>Aprovar marco legal sobre repasse de recursos Fundo a Fundo, sobre proibição dos castigos corporais e para a instituição do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)</p> <p>Aprovar no CONANDA o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Letal de Crianças e Adolescentes</p> <p>Constituir fórum intergovernamental da Política dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes</p> <p>Implantar a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, conforme item 4 da Resolução nº 7/29 do Conselho de Direitos Humanos da ONU</p> <p>Implantar o Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA CT) em municípios com mais de 100 mil habitantes</p> <p>Implantar o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) em 100% das Unidades da Federação que operam o programa</p> <p>Implantar o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) nos programas de privação de liberdade nas 27 unidades da federação e nos programas em meio aberto nos municípios com mais de 100 mil habitantes</p> <p>Realizar a Reforma Política do CONANDA</p> <p>Universalizar Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, estendendo-os a todos os municípios</p>
<p>0829 - Ampliar, qualificar e articular programas, ações e serviços para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho.</p>	<p>Elevar a detecção das situações de trabalho infantil, aprimorando metodologias de identificação, articulando ações de busca ativa por meio do Plano Brasil sem Miséria e integrando Municípios ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)</p> <p>Elevar o número de crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho, pertencentes a famílias que recebem transferência de renda, com frequência suficiente às atividades socioeducativas e de convivência</p> <p>Elevar o percentual de famílias beneficiárias do PETI acompanhadas pelos CREAS e CRAS, conforme parâmetros nacionais</p> <p>Realizar 25.000 fiscalizações especializadas para a erradicação do trabalho infantil</p> <p>Realizar a III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, em 2013</p> <p>Reduzir progressivamente a incidência do trabalho infantil, visando sua erradicação</p>

# DESENVOLVIMENTO REGIONAL

---

O levantamento considera metas do PPA 2012-2015 que tratam especificamente ou têm forte impacto sobre a agenda de Desenvolvimento Regional

Programas 15

Objetivos 30

Metas 73

<b>Programa: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0789 - Formular e implementar os marcos legais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e a ocupação racional do território.	<p>Aprovar o marco legal da Política Nacional de Ordenamento Territorial.</p> <p>Criar 23 fóruns temáticos regionais que promovam o fortalecimento da governança do processo de desenvolvimento regional.</p> <p>Elaborar 19 planos de desenvolvimento regional nas escalas macrorregional, estadual e sub-regional.</p> <p>Reformular e aprovar o marco legal da Política de Desenvolvimento Regional.</p>
0790 - Criar e aperfeiçoar instrumentos econômicos e financeiros com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável.	<p>Avaliar anualmente o desempenho do FINAM e FINOR.</p> <p>Avaliar anualmente o desempenho dos Fundos de Desenvolvimento Regional.</p> <p>Avaliar anualmente o desempenho dos incentivos fiscais na Amazônia e Nordeste.</p> <p>Avaliar semestralmente o desempenho das aplicações dos Fundos Constitucionais de Financiamento.</p>
0791 - Institucionalização e fortalecimento da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais.	<p>Instituir e implementar a Política Nacional para Arranjos Produtivos Locais.</p> <p>Desenvolvimento de projetos de apoio à inovação em 10 Arranjos Produtivos Locais.</p>
0792 - Desenvolver sistemas locais e regionais de inovação e projetos de incorporação e de difusão de tecnologias.	<p>Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação da Amazônia.</p> <p>Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação do Centro-Oeste.</p> <p>Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação do Nordeste.</p> <p>Realização de projetos de incorporação e de difusão de tecnologias no setor produtivo do Nordeste.</p>
0793 - Elaborar e implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico para a promoção do ordenamento e da gestão ambiental territorial.	<p>Elaborar o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do bioma Cerrado.</p> <p>Elaborar o Zoneamento Ecológico-Econômico em pelo menos 10 municípios com maiores índices de desmatamento na Amazônia Legal.</p>
0840 - Estruturar e adensar Arranjos Produtivos Locais e cadeias produtivas em múltiplas escalas, com vistas ao desenvolvimento sustentável, à competitividade e à superação das desigualdades regionais e da pobreza extrema, por meio da dinamização econômica e da inclusão produtiva.	<p>Gerar 106.770 postos de trabalho nos APLs apoiados.</p>

<p>0977 - Promover a integração de políticas públicas em âmbito setorial e federativo, bem como em múltiplas escalas territoriais, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração.</p>	<p>Atender 280 territórios rurais com um conjunto de políticas públicas integradas e territorializadas, compatível com as principais carências existentes no meio rural.</p> <p>Criar e implementar o marco legal da Política Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural.</p>
<p>0978 - Consolidar um modelo de governança territorial baseado na gestão social, com o compartilhamento, entre poder público e sociedade civil organizada, da formulação, gestão e controle das políticas públicas, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.</p>	<p>Apoiar 165 territórios rurais existentes e respectivos colegiados.</p> <p>Apoiar a gestão de 280 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável.</p> <p>Articular 200 processos de Agenda 21 junto aos colegiados territoriais.</p> <p>Capacitar ou formar 80.000 agentes de desenvolvimento.</p> <p>Criar mecanismos de garantia da participação de povos e comunidades tradicionais nos colegiados territoriais e outras instâncias colegiadas.</p> <p>Reconhecer 160 novos territórios rurais e constituir e apoiar os respectivos colegiados.</p>
<p>0979 - Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.</p>	<p>Apoiar 920 projetos estratégicos de estudos, integração e desenvolvimento de cadeias produtivas.</p> <p>Apoiar a organização produtiva de 5.600 empreendimentos econômicos solidários, sendo, no mínimo, 30% de grupos de mulheres.</p> <p>Capacitar 2.000 novos agentes de promoção de redes socioprodutivas solidárias nos territórios.</p> <p>Disponibilizar suporte adequado que permita a melhoria das condições de produção e comercialização favorecendo a inclusão produtiva sustentável de 50.000 famílias.</p> <p>Estruturar 01 rede nacional de 200 Bases de Serviços Técnicos e apoiar diretamente, por meio de seus componentes, 500 empreendimentos associativos.</p> <p>Organizar e estruturar 280 redes socioprodutivas territoriais, priorizando as redes de grupos de mulheres.</p>
<p>0980 - Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.</p>	<p>Ampliar o acesso aos recursos para melhoria da infraestrutura territorial nas comunidades indígenas.</p> <p>Apoiar 3.135 projetos de infraestrutura e serviços nos territórios rurais.</p> <p>Beneficiar 2.155 municípios com até 50.000 habitantes com máquinas e equipamentos para recuperação de estradas vicinais.</p> <p>Garantir o acesso a políticas públicas de apoio à infraestrutura para 680 organizações de mulheres, beneficiando 10.200 trabalhadoras rurais.</p>

<p>0981 - Ampliar os direitos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais nas políticas de desenvolvimento territorial, por meio de ações de emissão de documentação civil e jurídica, bem como de apoio à participação das organizações de mulheres rurais nas instâncias colegiadas e nos comitês gestores de políticas.</p>	<p>Articular a realização de pesquisa de Amostra Nacional para conhecer a demanda por documentação.</p> <p>Emitir gratuitamente 1.200.000 documentos civis, trabalhistas, jurídicos e fiscais.</p> <p>Garantir a obrigatoriedade da participação de, no mínimo, 30% de mulheres em todas as instâncias colegiadas de 280 colegiados territoriais.</p> <p>Realizar 4.000 mutirões de documentação, atendendo a 700 mil mulheres rurais.</p> <p>Realizar campanha nacional de mobilização sobre a importância da formalização de grupos produtivos de mulheres na agricultura familiar e reforma agrária.</p>
<p>0982 - Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento.</p>	<p>Aprovar o novo marco legal da economia solidária e do cooperativismo de trabalho.</p> <p>Criar e implantar o Sistema Nacional de Economia Solidária e fortalecer as instâncias de participação.</p> <p>Implementar a inserção de 9 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário.</p> <p>Manter e atualizar informações de 30 mil organizações de economia solidária.</p> <p>Promover a integração das políticas de economia solidária em 100 processos territoriais de desenvolvimento.</p> <p>Realização de campanhas educativas para divulgação da economia solidária e promoção do consumo responsável e Solidário.</p>
<p>0983 - Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.</p>	<p>Certificar os produtos e serviços de 5 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema de Comércio Justo e Solidário.</p> <p>Criar e fortalecer 200 redes de produção e comercialização.</p> <p>Incluir 200 comunidades nas finanças solidárias.</p> <p>Promover a formação e capacitação social e profissional de 10.000 trabalhadores para a economia solidária.</p> <p>Promover a incubação, assessoria técnica e o fomento direto a 1,5 mil empreendimentos econômicos solidários.</p>

Além do Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, acima exposto, com suas metas, considera-se que a regionalização é um princípio que deve ser observado pelo desenvolvimento brasileiro, também por mandamento constitucional (de acordo com o Art. 3º de nossa Constituição Federal, “constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...] III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”). Além disso, todo o PPA 2012-2015 orienta-se pelo critério da regionalização; assim, encontra-se em todo o Plano a distribuição regional das políticas públicas. A seguir, vêm exemplificadas algumas das principais metas e objetivos com alguma forma de expressão regional.

<b>Programa 2041: Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0032 - Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.	Implantar a Rede de Monitoramento de Poços contemplando 1.000 poços monitorados nos principais aquíferos Brasileiros.

<b>Programa 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0378 - Consolidar a organização de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo, por meio da expansão e estruturação da rede de equipamentos, ações e serviços públicos de comercialização, alimentação e nutrição sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada.	Promover a integração dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs) com outras políticas territoriais estimuladas pelo Governo Federal, com vistas a fomentar e estruturar sistemas públicos agroalimentares.

<b>Programa 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0921 - Apoiar a estruturação de projetos e serviços voltados ao atendimento de usuários de drogas e seus familiares, de forma articulada ao Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social.	Mapeamento e georreferenciamento dos serviços voltados ao atendimento de usuários de crack, álcool e outras drogas.

<b>Programa 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0988 - Implementar o programa Estação Juventude no território nacional, voltado para a produção e circulação de informações, a formação de redes sociais de interesse comum e experiências concretas de integração de políticas públicas capazes de modificar e enriquecer a realidade dos jovens, reafirmando a importância da dimensão territorial do desenvolvimento.	Integrar pontos da Estação Juventude a Equipamentos públicos nos territórios.

<b>Programa 2018 - Biodiversidade</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0510 - Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.	Implementar instrumentos de gestão de conflitos em 40 Unidades de Conservação Federais com áreas de sobreposição com territórios de povos e comunidades tradicionais.
0506 - Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.	Promover 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade em âmbito nacional.

<b>Programa 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0780 - Promover a cidadania e a diversidade das expressões culturais e o acesso ao conhecimento e aos meios de expressão e fruição cultural.	Realizar cartografia da diversidade cultural brasileira, identificando territórios culturais, agentes e grupos, instituindo a categoria de micro-territórios como unidades básicas promotoras de singularidades simbólicas e identitárias.

<b>Programa 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0563 - Realizar o planejamento e a gestão ambiental territorial da zona costeira, visando a redução de suas vulnerabilidades ambientais, sociais e econômicas.	Capacitar parceiros institucionais e sociedade dos 17 estados costeiros nas modalidades presencial ou a distancia, na metodologia do Projeto Orla.

<b>Programa 2052 - Pesca e Aquicultura</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0572 - Implementar infraestruturas de recepção, distribuição e comercialização do pescado, para promover a agregação de valor e a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais.	<p>Adequar 6 terminais pesqueiros públicos.</p> <p>Atender 65 territórios com equipamentos para desenvolvimento da infraestrutura e logística produtiva do pescado.</p> <p>Implantar 11 Centros Integrados da Pesca Artesanal – CIPAR.</p> <p>Implantar e adequar 27 mercados públicos/pontos de comercialização.</p> <p>Implantar e adequar 27 unidades de recepção de pescado.</p> <p>Implantar e adequar 68 Unidades de Beneficiamento de Pescado – UBP.</p>

<b>Programa 2054 - Planejamento Urbano</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0589 - Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.	Fomentar a estruturação de Cadastros Territoriais Multifinalitários e o uso e disseminação de geotecnologias voltadas para o planejamento e desenvolvimento urbano.

<b>Programa 2058 - Política Nacional de Defesa</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0520 - Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica.	Atender 194 municípios com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas seguintes áreas: segurança e defesa, econômica, educação, saúde, social, transportes e esportes.
0533 - Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.	Capacitar 1.300 técnicos nos 700 municípios na Amazônia Legal em geotecnologias aplicadas na gestão territorial (Programa Sipam Cidades).

<b>Programa 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0950 - Articular as políticas públicas implementadas pelos órgãos do governo federal junto aos povos indígenas, compatibilizando suas estratégias de regionalização e sistemas de informação de modo a otimizar seus resultados, com desdobramentos territoriais.	Elaboração e implementação de 36 Planos Regionais Indigenistas articulados entre as diversas instituições governamentais com atuação no território.

<b>Programa 2012 - Agricultura Familiar</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.	Inserir 25.000 famílias da agricultura familiar nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis Inserir 25 cooperativas nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis. Inserir 90 cooperativas da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel.
0187 - Ampliar e qualificar a participação da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel.	200.000 agricultores familiares participando da cadeia produtiva do biodiesel.

<b>Programa 2013 - Agricultura Irrigada</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.	Concluir as infraestruturas para ampliar a área irrigada em 193.137 ha.

<b>Programa 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0231 - Instituir sistemas produtivos rurais sustentáveis e implementar instrumentos de pagamento por serviços ambientais em áreas prioritárias para a prevenção e o controle do desmatamento.	Elaborar diagnóstico e estratégias de intervenção em 5 cadeias produtivas (carne, soja, madeira, piscicultura, carvão) nos municípios prioritários para prevenção e controle do desmatamento, incorporando a variável ambiental.

# DESERTIFICAÇÃO, PRODUÇÃO E DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS E COMBATE A POBREZA

---

O levantamento considera objetivos e metas do PPA 2012-2015 que tratam especificamente ou têm forte impacto sobre o combate à desertificação

Programas 6

Objetivos 16

Metas 36

<b>Programa 2050 – Mudanças Climáticas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0536 - Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades.	Desenvolver o Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global para projeções climáticas de longo prazo
0698- Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e a diversidade regional.	Aprovar marco legal do mecanismo de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD) Atualizar o Plano Nacional Sobre Mudança do Clima Fomentar a execução de 40 projetos e 20 empreendimentos que promovam a adaptação e mitigação às mudanças climáticas
0707-Reduzir riscos e vulnerabilidades ambientais, econômicas e sociais decorrentes da mudança do clima, processos de desertificação e degradação da terra para minimizar prejuízos materiais, impactos nos ecossistemas e promover a melhoria socioambiental por meio de medidas de adaptação	Atualizar o Plano Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca

<b>PROGRAMA 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0743 - Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).	Mapear as áreas de pastagens degradadas e/ou com baixo potencial produtivo por UF, no contexto do Plano ABC

<b>Programa 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0229- Promover a recuperação de áreas degradadas, com ênfase nas áreas de preservação permanente e de reserva legal, por meio de pesquisa e instrumentos de adequação e regularização ambiental de imóveis rurais.	<p>Implementar 12 novos Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs) nos biomas brasileiros</p> <p>Promover a recuperação de 20 milhões de hectares de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais</p> <p>Estabelecer, para cada bioma, metodologia de recuperação de áreas degradadas e as respectivas análises econômicas</p> <p>Instituir plano nacional de recuperação de áreas degradadas e restauração da paisagem</p>
0472- Incentivar a ampliação de florestas plantadas, com vistas ao suprimento da demanda de matéria-prima florestal e à redução da pressão sobre os remanescentes nativos.	Ampliar em 1 milhão de hectares das áreas plantadas destinadas ao suprimento de lenha e carvão vegetal do setor industrial.

<b>PROGRAMA 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0646 Coordenar a formulação, o planejamento e a avaliação da Política Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Estados, com a política ambiental e com as demais políticas setoriais, considerando a necessária participação da sociedade.	<p>Qualificar 30.000 pessoas para participarem do processo de formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos</p> <p>Apoiar a elaboração de 6 Planos Estaduais de Recursos Hídricos</p> <p>Implantar o Sistema de Gerenciamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos (SIGEOR/PNRH)</p>
0650 Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.	<p>Modernizar 990 estações da Rede Hidrometeorológica Nacional</p> <p>Ampliar de 7.643 para 10.700 o universo de usuários de recursos hídricos regularizados</p> <p>Dotar 3 bacias hidrográficas de instrumentos de gestão de recursos hídricos: plano, outorga, cobrança ou estudos de viabilidade para cobrança (somando um total de 7 bacias)</p> <p>Elaborar o atlas de vulnerabilidade às inundações, na escala de 1:1.000.000 dos principais rios brasileiros</p> <p>Estruturar o Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens</p>

<p>0662 Promover a consolidação e a estruturação técnico e institucional dos entes envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com foco nas instâncias de representação colegiada e órgãos gestores estaduais.</p>	<p>Capacitar 100% dos órgãos gestores estaduais e comitês de bacias de rios de domínio da União com cursos em gestão integrada de recursos hídricos</p> <p>Pactuar metas de gestão e de condições de entrega de água entre rios de diferentes dominialidades com 5 Estados da federação</p> <p>Consolidar o funcionamento de 5 Comitês em bacias de rios de domínio da União</p>
<p>0663 Instituir instrumentos de apoio técnico e institucional para promover a integração do Planejamento e da gestão dos recursos hídricos com a formulação e implementação das Políticas, Planos e Programas dos principais setores relacionados com vistas a assegurar os usos múltiplos de forma sustentável.</p>	<p>Definir áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos, em 5 bacias hidrográficas prioritárias</p> <p>Desenvolver o detalhamento de 2 programas previstos em planos de bacia para apoiar sua implementação e orientar as políticas públicas relacionadas aos recursos hídricos</p> <p>Desenvolver coeficientes técnicos de uso da água para 3 setores usuários (indústria, irrigação e saneamento)</p>
<p>0665 Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade.</p>	<p>Revitalizar 60 sub-bacias hidrográficas</p> <p>Conservar e recuperar 6000 hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes</p> <p>Reduzir os níveis de poluição hídrica em bacias críticas em 28.000 Kg DBO/Dia - média anual</p>

PROGRAMA 2051 - Oferta de Água	
Objetivos	Metas
<p>0480 Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais.</p>	<p>Revitalizar infraestruturas hídricas</p>
<p>0549 Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do Estado.</p>	<p>Elaborar marcos legal e institucional para a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica</p> <p>Elaborar o Plano Nacional de Infraestrutura Hídrica</p> <p>Implementar a gestão do Projeto de Integração do São Francisco</p> <p>Diagnosticar a situação de operação e segurança física de infraestruturas hídricas</p>
<p>0479 Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.</p>	<p>Regularizar a oferta de água para os sistemas de abastecimento</p>

PROGRAMA 2069 – Segurança Alimentar e Nutricional	
Objetivos	Metas
0614 - Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.	<p>Implantar 1.200 sistemas coletivos dessalinizadores de água em comunidades rurais.</p> <p>Universalizar o acesso à água para consumo humano, atendendo a 730 mil famílias da zona rural do semiárido brasileiro, inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico), sem acesso à rede pública de abastecimento, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água.</p> <p><b>Iniciativa Relevante:</b></p> <p>Identificação, implantação e monitoramento de tecnologias para a captação e armazenamento de água, para famílias rurais, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e em escolas rurais, associadas à capacitação dos beneficiários em gestão hídrica, convivência com a seca, segurança alimentar e nutricional e uso sustentável dos recursos naturais, além de execução de ações de monitoramento da qualidade da água consumida</p>
0615 - Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.	<p><b>Iniciativa Relevante:</b></p> <p>Identificação e implantação de tecnologias de captação e armazenamento de água para fomentar e estruturar as atividades produtivas de agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, em situação de vulnerabilidade social, associadas ao intercâmbio de experiências, a capacitação dos beneficiários em gestão hídrica, segurança alimentar e nutricional, convivência com a seca e uso sustentável dos recursos naturais</p>

# FÓRUM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

---

O levantamento considera os programas, objetivos e metas do PPA 2012-2015 que tratam especificamente ou têm forte impacto sobre essa agenda transversal, considerando os seguintes eixos: Solidez Fiscal, Melhoria do Sistema de Crédito, Melhoria do Setor Externo, Fortalecimento da Indústria Nacional e Qualificação de mão de obra.

Programas 29

Objetivos 98

Metas 222

## Fórum Desenvolvimento Econômico: Eixo Solidez Fiscal

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	
Objetivos	Metas
0725 - Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.	<p>Apoiar o desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil em 100% dos Fundos Estaduais de Saúde anualmente</p> <p>Apoiar o desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil em 100% dos Fundos Municipais de Saúde até 2015</p> <p>Disponibilizar programa de apuração de custos de serviços e ações em saúde até 2015.</p>
2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional	
Objetivos	Metas
0887 – Assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira, por meio da formulação, execução e supervisão de medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, cambial e de crédito; de um Sistema Financeiro Nacional estável e eficiente, e da administração do endividamento público e dos haveres financeiros e mobiliários da União.	<p>Manter a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA no intervalo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.</p> <p>Implementar diretrizes da política econômica com vistas ao crescimento sustentado e à solidez das contas públicas, com estabilidade de preços e promoção da competitividade</p> <p>Assegurar o cumprimento da meta de superávit primário para o Governo Central estabelecida na Lei das Diretrizes Orçamentárias</p> <p>Promover o enquadramento das Instituições do Sistema Financeiro Nacional às exigências de capitalização.</p>
0895 – Desenvolver os mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, protegendo os direitos dos consumidores, por meio de regulamentação clara e eficaz, de ações de supervisão e de atendimento e orientação à sociedade.	<p>Instituir novas diretrizes e/ou modificar a legislação financeira, tributária e creditícia, com ênfase nos aspectos que propiciem a otimização dos recursos alocados na implementação de políticas públicas.</p> <p>Desenvolver os Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, buscando a formação de poupança popular e a proteção da sociedade contra prejuízos financeiros, aumentando em 30% as reservas desses mercados corrigidas pelo IPCA ou outro índice que, porventura, venha a substituí-lo no período 2012-2015.</p>

<b>2047 - Micro e Pequenas Empresas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0836 - Regularizar no âmbito da União e incentivar a implementação nos estados e municípios do marco legal das micro e pequenas empresas, com vistas a fortalecer e ampliar os incentivos governamentais para o desenvolvimento econômico e social do segmento.	Regularizar a Sociedade de Propósito Específico – art. 56 da Lei Complementar 123/2006.
<b>2061 - Previdência Social</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0250 - Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária.	Ampliar o número de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Ampliar para 3 milhões o número de microempreendedores individuais formalizados.
0252 - Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários, com foco em supervisão, controle e gestão de riscos.	Aumentar os ativos totais dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 4,7% do PIB. Reabilitar 80% dos segurados elegíveis para o programa de reabilitação profissional. Reduzir o déficit atuarial dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 13,5% do PIB.
<b>2071 - Trabalho, Emprego e Renda</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0869 - Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando o enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e o combate a todo tipo de discriminação no mundo do trabalho.	Institucionalizar a política de valorização do salário mínimo.

## Fórum Desenvolvimento Econômico: Eixo Melhoria do Sistema de Crédito

2012 - Agricultura Familiar	
Objetivos	Metas
0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.	<p>Adequar as condições de crédito às particularidades da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentados e assentadas da reforma agrária.</p> <p>Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo</p>
2013 – Agricultura Irrigada	
Objetivos	Metas
0163 – Aperfeiçoar as políticas creditícia e securitária voltadas à irrigação com vistas a ampliar a área irrigada, a aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos e a contribuir para a contenção do avanço da fronteira agrícola.	Disponibilizar R\$ 4 bilhões para as linhas de crédito destinadas à Agricultura Irrigada
2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	
Objetivos	Metas
0618 - Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário	<p>Aumentar de 107,2 para 140,5 bilhões de Reais, o volume de crédito rural oficial disponibilizado ao setor agropecuário.</p> <p>Aumentar de 750 mil para 830 mil o número de contratos de crédito rural oficial (agricultura de médio e grande porte).</p>
0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.	Aumentar de 1,16 bilhão para 1,60 bilhão ao ano o montante das linhas de financiamento com recursos do Funcafé.

<b>2024 – Comércio Exterior</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0807 – Aprimorar a política creditícia voltada ao comércio exterior a fim de incrementar a utilização dos instrumentos de financiamento e garantia oficiais e não-oficiais à exportação, visando ao aumento da competitividade internacional das empresas brasileiras.	Pôr em operação o PROEX Financiamento à Produção Exportável. Pôr em operação o Seguro de Crédito à Exportação destinado às operações de micro, pequenas e médias empresas, com cobertura do Fundo de Garantia à Exportação (FGE).
<b>2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0781 - Promover a economia criativa contribuindo para o desenvolvimento econômico e sociocultural sustentável	Disponibilização de Linha de crédito específica para os setores criativos ofertada por bancos oficiais
<b>2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Objetivo: 0790 - Criar e aperfeiçoar instrumentos econômicos e financeiros com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável	Avaliar anualmente o desempenho do FINAM e FINOR. Avaliar anualmente o desempenho dos Fundos de Desenvolvimento Regional. Avaliar anualmente o desempenho dos incentivos fiscais na Amazônia e Nordeste. Avaliar semestralmente o desempenho das aplicações dos Fundos Constitucionais de Financiamento

<b>2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0889 – Propor e/ou aperfeiçoar medidas regulatórias voltadas às atividades econômicas, ao controle das estruturas de mercado e o mercado de captação de poupança popular, com a finalidade de promover a livre concorrência e estimular o crescimento econômico sustentado.	Realizar 2.400 eventos de homologação e acompanhamento de promoções e sorteios com fins comerciais.
0893 – Viabilizar a inclusão social da população desassistida de serviços financeiros, por meio de produtos e serviços bancários dos bancos públicos federais para população de baixa renda.	Realizar a inclusão social da população de baixa renda, por intermédio do acesso a produtos e serviços financeiros e capacitar os novos clientes de baixa renda em educação financeira.
0894 – Desenvolver o mercado de valores mobiliários por meio de uma regulação clara e eficaz e de ações de supervisão e disseminação de informações, de modo a estimular a formação de poupança e ampliar, de forma sustentável e equilibrada, a sua aplicação em setores mais dinâmicos e inclusivos da economia brasileira.	Direcionar as ações de supervisão e regulação do mercado de valores mobiliários para a mitigação dos principais riscos relacionados ao desempenho das atribuições legais conferidas à CVM pela Lei nº 6.385/1976, objetivando uma abordagem mais preventiva do que reativa e a racionalização da aplicação dos recursos humanos e materiais. Entre 2012 e 2015, deverão ser elaborados e divulgados: 2 Planos Bienais de Supervisão Baseada em Risco. 8 Relatórios Semestrais de Execução dos Planos Bienais de Supervisão Baseada em Risco.
<b>2049 - Moradia Digna</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura e inclusão sócio ambiental.	Disponibilizar R\$ 30,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para urbanização de assentamentos precários.
0382 - Melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização	Contratar 500 mil operações de financiamento imobiliário destinadas à construção, aquisição ou reforma de unidades habitacionais com recursos do FGTS.
0384 - Incentivar a expansão do crédito habitacional para construção, aquisição, ampliação e melhorias, por meio de medidas de facilitação do acesso ao financiamento imobiliário com estímulos ao crescimento da sua oferta pelos agentes financeiros.	Contratar R\$ 176 bilhões em operações de financiamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.

2071 - Trabalho, Emprego e Renda	
Objetivos	Metas
0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.	Reestruturar os programas e linhas de crédito de aplicação dos depósitos especiais do FAT, reduzindo a sobreposição de linhas de crédito e a dispersão de recursos, e focalizando melhor os beneficiários.
0291 - Fortalecer a política de microcrédito produtivo orientado, promovendo a universalização do acesso a essa modalidade de crédito por meio do apoio às instituições do setor, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo.	<p>Elevar os valores do volume de crédito concedido, do número de operações de microcrédito, bem como a quantidade de clientes atendidos e o volume da carteira ativa.</p> <p>Estimular a formação de novos operadores dentro da metodologia de crédito orientado, incentivando a transformação de programas de microcrédito municipais ou estaduais em instituições de microcrédito amparadas pela Lei nº 11.110/2005.</p> <p>Promover a articulação entre os atores do setor de microcrédito com a finalidade de consolidar um entendimento e propor ações acerca da temática de transformação das OSCIP de microcrédito em instituições supervisionadas pelo Banco Central, massificando o acesso ao crédito para os microempreendedores populares</p> <p>Promover a negociação entre as instituições financeiras e a de microcrédito para a constituição de uma Sociedade Garantidora de Crédito das instituições de microcrédito.</p> <p>Propor alterações da legislação com os objetivos de autorizar tanto a utilização dos depósitos especiais do FAT, diretamente pelas instituições de microcrédito produtivo orientado, quanto o desenvolvimento de novas modalidades de captação de funding, inclusive a captação de poupança e oferta de outros produtos e serviços financeiros.</p> <p>Realizar mapeamento do setor de microcrédito, promovendo mecanismos de análise das informações do banco de dados do PNMPO e ampliando a interlocução com os demais órgãos governamentais.</p> <p>Realizar parcerias com instituições dedicadas à classificação de rating, possibilitando que os custos de análise e controle das operações de microcrédito sejam os menores possíveis.</p>

<b>2047 - Micro e Pequenas Empresas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0836 - Regularizar no âmbito da União e incentivar a implementação nos estados e municípios do marco legal das micro e pequenas empresas, com vistas a fortalecer e ampliar os incentivos governamentais para o desenvolvimento econômico e social do segmento.	Regularizar a Cédula de Crédito Microempresarial – art. 46 da Lei Complementar 123/2006. Regularizar o Sistema Nacional de Garantias de Crédito – art. 60-A da Lei Complementar 123/2006.
0837 - Promover a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, a inserção comercial, o encadeamento produtivo e o fomento às relações cooperativas e associativas para micro e pequenas empresas, de forma a estimular seu crescimento e competitividade, potencializando sua participação nos processos de geração de emprego e renda.	Elevar o montante de crédito disponibilizado pelo BNDES para micro e pequenas empresas de 5 bilhões em 2010 para 21,2 milhões

### **Fórum Desenvolvimento Econômico: Eixo Melhoria Setor Externo**

<b>2012 - Agricultura Familiar</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0761 - Promover e garantir o espaço das políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária por meio do fortalecimento do processo de integração regional, cooperação internacional e participação nas negociações internacionais e de comércio exterior envolvendo o país.	Promover negociações internacionais e de comércio exterior, projetos de cooperação técnica e propostas de regulamentos do Mercosul que fortaleçam o espaço das políticas públicas da agricultura familiar, reforma agrária e de povos e comunidades tradicionais.

<b>2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0692 – Ampliar, diversificar e consolidar as exportações de produtos agropecuários brasileiros, visando a geração de divisas, empregos e renda.	Realizar 76 ações de promoção do agronegócio no exterior Realizar 10 missões internacionais para promoção do Agronegócio, incluindo a participação das cooperativas brasileiras.

2022 - Combustíveis	
Objetivos	Metas
0184 - Fazer avançar o processo de comoditização dos biocombustíveis por meio da atuação brasileira junto a foros e parceiros internacionais	Promover a internacionalização da produção e do uso sustentáveis de bioenergia

2024 – Comércio Exterior	
Objetivos	Metas
0802 – Intensificar e aprimorar os instrumentos de controle administrativos e de fiscalização aduaneira par ao combate às práticas ilegais no comércio exterior	<p>Implantar o Centro Nacional de Gestão de Risco Aduaneiro</p> <p>Implantar o Plano de Modernização e de Reestruturação das unidades aduaneiras.</p> <p>Criar sistema informatizado necessário à atividade de identificação, apuração e punição de práticas ilegais no comércio exterior.</p>
0795 – Modernizar os sistemas informatizados de controle aduaneiro com vistas à simplificação, agilização, harmonização de rotinas e procedimentos e eficácia no combate às irregularidades e fraudes	<p>Implementar a emissão e vinculação de documentos necessários às atividades exportadora e importadora por meio eletrônico, com reaproveitamento de dados.</p> <p>Reduzir o percentual de declarações selecionadas para controle no despacho de importação de 21% para 13%, com aumento da qualidade na seleção pela concentração da ação de fiscalização nas operações de maior risco.</p> <p>Simplificar e padronizar os procedimentos aduaneiros de importação e exportação, reduzindo os tempos de despacho de importação de 2,22 dias para 1,5 dia e de exportação de 0,51 dia para 0,4 dia.</p>
0805 – Fortalecer o Sistema de Defesa Comercial brasileiro, bem como estruturar novas formas de combate a práticas desleais de comércio.	<p>Reduzir de 8 para 6 meses o prazo para alcançar determinações preliminares nos casos em que seja necessário proteger a indústria doméstica de práticas comerciais desleais durante o período de investigação.</p> <p>Reduzir prazo médio das investigações de 15 para 12 meses.</p>
0806 – Simplificar, modernizar e harmonizar normas, procedimentos e exigências relativos às operações de comércio exterior.	<p>Desenvolver sistema para a integração de sistemas de governo de gestão do comércio exterior e suas bases de dados, em uma abordagem de single window, considerando perfis pré-definidos de usuários, segundo o nível de risco, e uso obrigatório de certificação digital.</p> <p>Desenvolver sistema de Desempenho Logístico, no qual serão definidos indicadores qualitativos e quantitativos e ferramentas de auxílio à análise, para fins de mensuração da efetividade e eficácia das operações de comércio exterior, antes e após a modernização e simplificação das normas e procedimentos.</p>

<p>0808 – Promover a difusão da cultura exportadora nas Unidades da Federação, mobilizando e capacitando gestores públicos, empresários e profissionais de comércio exterior, com a finalidade de aumentar e qualificar a base exportadora.</p>	<p>Ampliar para 50 o número de núcleos operacionais do Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEX). Elaborar e implementar, em conjunto com as Unidades da Federação, Mapas Estratégicos de Comércio Exterior. Implementar o Plano Nacional da Cultura Exportadora</p>
<p>0809 – Fortalecer a promoção comercial brasileira no exterior e diminuir o número de barreiras ao produto nacional, com ênfase na ampliação das exportação de bens e serviços, na diversificação da pauta exportadora e dos mercados destino e na maior agregação de valor ao produto e serviço exportado.</p>	<p>Aumentar em 27,5% o número de empresas apoiadas pela Apex-Brasil. Aumentar em 4 vezes o número de empresas cadastradas no SISPROM, com equivalente aumento de registros de promoção, a partir da implantação da nova versão. Criar mecanismo institucional de auxílio ao setor exportador nacional contra demandas externas excessivas (barreiras comerciais) e de negociação para a resolução de problemas enfrentados pelo exportador e pelo investidor brasileiros. Elaborar a Estratégia Nacional de Exportações que preveja os mercados e setores prioritários para a promoção comercial brasileira nos próximos anos, além de uma estratégia de atuação por mercado.</p>
<p>0817 – Promover a efetiva implantação e funcionamento das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), integrando ações públicas e privadas, com vistas ao crescimento das exportações e ao equilibrado desenvolvimento econômico e social do País.</p>	<p>Garantir condições para a implantação e operação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) já aprovadas pelo Conselho das ZPEs que tenham cumprido as exigências legais, técnicas e administrativas.</p>
<p>0820 – Implantar, manter e aprimorar os sistemas de informação e gestão do comércio exterior, com vistas a conferir maior celeridade, simplificação e segurança aos processos.</p>	<p>Aumentar em 20% o número de empresas brasileiras que utilizam o regime aduaneiro especial de drawback. Desenvolver o módulo Drawback Integrado Isenção Web, informatizando o processo de análise, concessão e controle das operações. Desenvolver o módulo Licença de Importação Web, a fim de facilitar o acesso, integrar e harmonizar o sistema com os demais módulos do SISCOMEX e dar maior agilidade às operações de importação. Implantar Sistema de Informação e Gestão do Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (SISCOSERV) Implementar sistema de informação estatística mensal relacionada ao comércio exterior de serviços e intangíveis.</p>
<p>0816 – Ampliar o acesso das exportações brasileiras a mercados prioritários por meio de novos acordos comerciais e da administração dos acordos existentes</p>	<p>Garantir condições para a negociação do acordo de comércio do Brasil com a União Europeia, bem como para as demais negociações que possam surgir.</p>

<b>2028 - Defesa Agropecuária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.	Obter o Reconhecimento Internacional de País Livre de Febre Aftosa.

<b>2043 – Integração Sul Americana</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0406 – Promover a cooperação com os países da América do Sul, com vistas à construção de uma visão compartilhada em matéria de defesa e segurança regional, à integração das indústrias nacionais de defesa e ao fortalecimento das medidas de fomento à confiança.	Ampliar a cooperação militar, de pesquisa e de desenvolvimento com os países da América do Sul, colaborando com o fortalecimento do Brasil no cenário internacional, de acordo com a Estratégia Nacional de Defesa.
0796 – Promover a implementação das Áreas de Controle Integrado (ACIs) na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL, por meio da modernização e aprimoramento, dotando-as de adequada infraestrutura, recursos humanos, financeiros e tecnológicos, de forma a simplificar os trâmites aduaneiros.	Implementar efetivamente o controle integrado em 10 ACIs.
0883 – Fomentar a integração produtiva na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL e no COSIPLAN, com vistas a estimular a complementaridade entre diferentes elos das cadeias regionais de valor e a efetiva incorporação da produção desses países ao processo produtivo do Brasil.	Desenvolver dois projetos de Arranjos Produtivos Locais (APLs) no MERCOSUL. Implementar o Fundo MERCOSUL de Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas.
0940 – Incentivar a construção de um espaço regulatório e econômico integrado na América do Sul, por meio do adensamento, da convergência, do aprofundamento e da ampliação dos acordos firmados pelo Brasil, em conjunto com o MERCOSUL ou em separado, no marco institucional da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), com vistas a conferir fluidez ao intercâmbio de bens e serviços na região.	Aprofundar as preferências tarifárias no ACE-58 e no ACE-59. Concluir a negociação do Acordo Bilateral sobre Investimentos entre Brasil e Chile. Concluir a negociação do Protocolo sobre Comércio de Serviços entre MERCOSUL e Colômbia, no ACE-59. Incorporar compras governamentais no âmbito dos ACEs ou bilateralmente. Incorporar investimentos no âmbito dos ACEs ou bilateralmente. Incorporar o Certificado de Origem Digital nos ACEs ou bilateralmente. Incorporar o comércio de serviços no âmbito do ACE-58 (MERCOSUL-Peru).

<p>0941 – Promover o aperfeiçoamento da União Aduaneira do MERCOSUL, com vistas ao estabelecimento do livre comércio intra zona, à consolidação da Tarifa Externa Comum e à coordenação de políticas econômico comerciais.</p>	<p>Concluir a negociação para a implementação da 1a e 2a etapas da eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) e do mecanismo de distribuição da renda aduaneira, correspondente a cada etapa.</p> <p>Concluir o processo de entrada em vigor de versão revista da Tarifa Externa Comum, incluindo nova Tarifa Externa Comum para Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicações.</p> <p>Concluir o processo de entrada em vigor do novo Regime Comum de Importação de Bens de Capital Não Produzidos no MERCOSUL.</p> <p>Implementar o mecanismo de monitoramento dos impactos econômico comerciais decorrentes da eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC).</p> <p>Revisar a Decisão CMC no 08/94 “Zonas Francas, Zonas de Processamento de Exportações e Áreas Aduaneiras Especiais”.</p>
<p>0944 – Fortalecer a institucionalidade dos mecanismos de integração regional, sobretudo a UNASUL e o MERCOSUL, para que seus órgãos tenham instrumentos capazes de impulsionar a integração sul-americana.</p>	<p>Instalar a Secretaria-Geral da UNASUL.</p>
<p>0954 – Promover, sobretudo no âmbito do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL, a integração da infraestrutura física com os países da América do Sul, nos setores de transportes, energia e comunicações, com especial ênfase no componente de financiamento, com vistas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental da região.</p>	<p>Iniciar a execução da Agenda de Projetos Prioritários do COSIPLAN que envolvam o Brasil.</p>
<p>0957 – Promover a implementação do Banco do Sul como instrumento regional de financiamento de projetos com vistas ao desenvolvimento econômico e social na América do Sul, bem como avançar na negociação de um mecanismo regional de garantias, para facilitar o acesso a diferentes formas de financiamento a empreendimentos na região.</p>	<p>Iniciar o financiamento de projetos-piloto por parte do Banco do Sul.</p>

2057 – Política Externa	
Objetivos	Metas
0905 – Intensificar a participação do Brasil nos organismos comerciais multilaterais e na gestão dos mecanismos de governança econômico-financeira internacionais com vistas a reforçar as ações de política externa.	<p>Concluir as negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC).</p> <p>Concluir a negociação para o ingresso do Brasil ao Banco Asiático de Desenvolvimento como membro não-regional</p> <p>Concluir a negociação de novo quadro normativo sobre créditos à exportação na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico(OCDE), inclusive para a venda de aeronaves.</p>
0906 – Negociar e ampliar os acordos de livre comércio do Mercosul com terceiros países e regiões	Estabelecer programas de importação, sem quotas e sem tarifas (“duty-free, quota-free”), de produtos originários de Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo (PMDRs)
0907 – Desenvolver a contribuição das atividades de promoção comercial da política externa brasileira, com ênfase em ações de inteligência comercial e prospecção de mercados, de divulgação de oportunidades de negócio ao investidor estrangeiro e de apoio à internacionalização de empresas brasileiras	<p>Expandir o número de Setores de Promoção Comercial (SECOMs) no exterior de 100 unidades em 78 países para 134 unidades em 101 países.</p> <p>Aumentar, de 130 para 190 eventos anuais, o apoio à participação de empresas brasileiras em feiras setoriais e multissetoriais no exterior.</p> <p>Ampliar de 12 para 25 a participação institucional do Ministério das Relações Exteriores em feiras no Brasil visando divulgar os serviços disponíveis para a promoção das exportações.</p> <p>Aumentar de 15 para 25 o número de “roadshows” para a atração de investimentos para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com especial ênfase nos setores portuário e aeroportuário, para os megaeventos esportivos e para setores relacionados à economia verde e inovação</p> <p>Aumentar de 35 anuais para 100, a contratação e elaboração de estudos sobre investimentos e comércio, bem como de pesquisas de mercado, com o objetivo de subsidiar ações de promoção de investimentos</p> <p>Ampliar a base de importadores cadastrados na rede BrasilGlobalNet em até 40%, de 46677 para 65348 empresas.</p> <p>Reestruturar e ampliar a rede de pontos focais do Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas (SIPRI), ao passar de 55 operadores nacionais atuais para 61 parcerias nos vinte e sete Estados da Federação</p> <p>Ampliar de 10 para 15 o número de atividades de treinamento e capacitação para os operadores do sistema de promoção comercial brasileiro.</p> <p>Expandir de 4 para 6 o número de cidades sul-americanas a serem contempladas com a realização de seminários e oficinas relativas ao Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI).</p> <p>Estender para 15 cidades brasileiras a realização dos seminários e das oficinas do Programa de Promoção de Exportações para a Organização das Nações Unidas (PPE-ONU).</p>

<b>2047 – Micro e Pequenas Empresas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0838 - Promover a cooperação técnica e financeira internacional para as micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais.	Incluir a agenda brasileira de desenvolvimento das micro e pequenas empresas nas principais instâncias internacionais de cooperação (União Europeia, Mercosul, UNIDO, BID, Banco Mundial, CAF).  Realizar cooperação técnica internacional em melhores práticas com União Europeia, Mercosul, UNIDO, BID, Banco Mundial e CAF.

<b>2076 – Turismo</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0740 - Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento.	Aumentar de 9,8 milhões de assentos ofertados em voos internacionais em 2010 para 15,2 milhões.

### **Fórum Desenvolvimento Econômico: Eixo Fortalecimento Indústria Nacional**

<b>2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0726 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.	Ampliar de 63 para 73 o número de medicamentos produzidos na Fiocruz, com foco em medicamentos de maior valor agregado até 2015.
0727 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde.	Aprovar no Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS) 3(três) propostas para a otimização do marco regulatório do complexo produtivo e de ciência, tecnologia e inovação em saúde, relacionadas aos temas de compras governamentais, regulação sanitária, econômica, tributária e fiscal e de propriedade intelectual.

2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação	
Objetivos	Metas
0485 – Consolidar o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC)	Realizar 150.000 serviços anuais de ensaios ou calibração pelas redes SIBRATEC de Serviços Tecnológicos. Realizar 17.000 atendimentos anuais de extensão tecnológica em micro, pequenas e médias empresas pelas redes SIBRATEC de Extensão Tecnológica. Ter em curso 1.200 projetos de desenvolvimento tecnológico em cooperação entre as redes SIBRATEC de Centros de Inovação e Empresas.
0486 – Promover a Pesquisa, o Desenvolvimento e a Inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e microeletrônica	Apoiar a implantação de 2 laboratórios-fábrica na área de semicondutores orgânicos e componentes avançados. Constituir, no País, 4 Design Houses (DHs) nacionais, com pelo menos 500 projetistas no total.
0493 – Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais	Ampliar para 120 o número de empresas que realizam pesquisa e desenvolvimento em nanotecnologia em seus processos produtivos. Promover o aumento em 40% do número de pedidos de patentes de produtos, processos e serviços biotecnológicos depositados no Brasil e no exterior por residentes no país.
0494 – Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, defesa e segurança pública, agropecuária, complexo econômico industrial da saúde, transporte, petróleo e gás, aeroespacial	Aumentar de 41% para 50% a participação dos setores estratégicos no dispêndio empresarial brasileiro em pesquisa e desenvolvimento.
0495 – Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação.	Aumentar de 22,3% para 30% o percentual de empresas inovadoras que utilizam ao menos um dos diferentes instrumentos de apoio governamental à inovação nas empresas. Aumentar para 5.000 o número de empresas que fazem pesquisa e desenvolvimento contínuo. Aumentar para 80.000 o número de técnicos e pesquisadores ocupados em pesquisa e desenvolvimento nas empresas.
0500 – Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social	Apoiar 20 projetos de pesquisa e desenvolvimento em arranjos produtivos locais e micro e pequenos empreendimentos no período 2012-2015.

**2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia**

Objetivos	Metas
0754 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva brasileira das comunicações e sua inserção internacional a partir do fomento à pesquisa, desenvolvimento, inovação e do estímulo ao uso de bens e serviços com tecnologia nacional.	Ampliar a geração de inovação pela indústria nacional de telecomunicação e de serviços, por meio do aumento de 50% (R\$1,71 bilhão) no dispêndio do Setor Privado em atividades inovativas.  Elevar para 70% a participação da produção nacional no mercado nacional de equipamentos e aparelhos de telecomunicação.

**2027 – Cultura: Preservação, Promoção e Acesso**

Objetivos	Metas
0785 – Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população.	11% de participação da produção nacional no mercado cinematográfico do Brasil

**2028 - Defesa Agropecuária**

Objetivos	Metas
0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.	Capacitar 20.000 profissionais de defesa agropecuária nas três instâncias do SUASA.

<b>2041 – Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e Transformação Mineral</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0038 – Promover a Ampliação das Reservas e da Produção de Minerais Estratégicos	Ampliar o conhecimento geológico do território emerso através do levantamento geológico temático de minerais estratégicos com enfoque em potássio, fosfato, minerais para rochagem, terras-raras e lítio.
0044 – Fortalecer as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação e articulação com a indústria mineral para promover a cultura e a prática da inovação tecnológica no setor mineral	Realizar estudo diagnóstico sobre o conteúdo nacional de máquinas e equipamentos para a mineração e transformação mineral.

<b>2043- Integração Sul-Americana</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0406 - Promover a cooperação com os países da América do Sul, com vistas à construção de uma visão compartilhada em matéria de defesa e segurança regional, à integração das indústrias nacionais de defesa e ao fortalecimento das medidas de fomento à confiança.	Estabelecer acordos com os países da América do Sul que possibilitem a integração das indústrias regionais de produtos de defesa, conforme estabelecido na Estratégia Nacional de Defesa.
0765- Estimular o desenvolvimento socioeconômico e a integração das regiões inseridas na Faixa de Fronteira, por meio de políticas públicas que tenham em conta sua singularidade e seu caráter estratégico para a integração regional sul-americana, com vistas a reduzir a vulnerabilidade das populações fronteiriças	Estruturar e integrar Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira, conforme as potencialidades identificadas na Região
0883 - Fomentar a integração produtiva na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL e no COSIPLAN, com vistas a estimular a complementaridade entre diferentes elos das cadeias regionais de valor e a efetiva incorporação da produção desses países ao processo produtivo do Brasil.	Implementar o Fundo MERCOSUL de Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas.

<b>2047 – Micro e Pequenas Empresas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0836 – Regular no âmbito da União e incentivar a implementação nos estados e municípios do marco legal das micro e pequenas empresas, com vistas a fortalecer e ampliar os incentivos governamentais para o desenvolvimento econômico e social do segmento.	Regular o apoio à inovação – art. 65 da Lei Complementar 123/2006.

2056 - Política Espacial	
Objetivos	Metas
0397 - Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.	Ter empresa nacional certificada para produção do foguete suborbital VSB-30.

2055 - Política de Desenvolvimento Produtivo	
Objetivos	Metas
0194 - Fortalecer o complexo produtivo industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde.	<p>Ampliar a produção local integrada dos insumos e produtos de maior conteúdo tecnológico, estratégicos para o SUS, passando de 8% em 2011 para 35% até 2015.</p> <p>Ampliar a produção nacional de genéricos dos itens com patentes vencidas, passando de 20% em 2011 para 60% até 2015.</p> <p>Ampliar de 20 para 40 o número de projetos de pesquisa clínica realizadas na FIOCRUZ.</p> <p>Apoiar a modernização produtiva e gerencial de pelo menos oito produtores públicos.</p> <p>Apoiar dois testes clínicos da vacina contra dengue.</p> <p>Atender a demanda nacional do Programa Nacional de Controle da Tuberculose com produção nacional de 02 medicamentos.</p> <p>Atender a demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle das Hepatites Virais com produção nacional de 02 medicamentos.</p> <p>Atender a demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle DST/Aids com produção nacional de 03 medicamentos.</p> <p>Atender o mercado brasileiro e internacional com a produção nacional de pelo menos uma vacina com a marca Brasil.</p> <p>Concluir a construção do complexo industrial de produção de hemoderivados, até 2015.</p> <p>Desenvolver 10 produtos em plataformas do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde - CDTS - até 2015.</p> <p>Disponibilizar 300 mil litros de plasma para o uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados.</p> <p>Disponibilizar dois produtos para diagnóstico em oncologia.</p> <p>Disponibilizar para o SUS um novo modelo de multiteste para diagnóstico de doenças selecionadas (plataformas de micro arranjos líquidos).</p>

0196 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva.	Fabricar o Fuzil Brasileiro.
0757 – Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira e o parque nacional de estaleiros de modo a atender à navegação de longo curso, de cabotagem e navegação interior.	Fomentar a construção de 9 estaleiros com recursos do FMM. Fomentar a contratação de 14 bilhões em projetos de embarcações com recursos do FMM.
0847 – Promover a competitividade, a agregação de valor e o adensamento da indústria, por meio da avaliação, aprimoramento, reformulação e expansão dos mecanismos existentes.	Implantar sistema informatizado integrado (um) para concessão e acompanhamento de Processos Produtivos Básicos (PPBs). Reformular a metodologia de concessão de Processo Produtivo Básico (PPBs)
0848 – Induzir a ampliação do investimento fixo na indústria por meio de benefícios fiscais e creditícios, simplificação de exigências regulatórias e disseminação da informação.	Criar o portal do observatório do investimento.
0849 – Atrair projetos e centros de P&D de empresas estrangeiras, por meio de medidas fiscais, regulatórias e creditícias.	Atrair 100 projetos e centros de P&D.
0850 – Expandir, diversificar e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades, capacitações e potencialidades das empresas.	Disponibilizar bolsas para 100 Gestores seniores em Inovação, Design e Sustentabilidade – GIDS em Arranjos Produtivos Locais - APLs. Fomentar a especialização de 20 centros de inovação, design e sustentabilidade - CIDS. Fomentar a participação de 100 (cem) produtos brasileiros em concursos internacionais de design em mercados prioritários. Fomentar o desenvolvimento de 2 (dois) canais de comercialização para produtos brasileiros com valor agregado pelo design. Realizar 5 exposições de Design em representações brasileiras no exterior. Realizar a Bienal Brasileira de Design – 2012 e 2014.
0851 – Orientar junto às entidades competentes, o direcionamento da oferta de treinamento, qualificação e formação de mão de obra em adequação às necessidades das empresas.	Criar 500 novas vagas nas instituições de ensino e qualificação profissional para os setores identificados e afetados pelos programas de treinamentos.
0853 - Incentivar a implantação de indústrias competitivas de componentes e o incremento da indústria de equipamentos eletrônicos, com ênfase no desenvolvimento local, com vistas a posicionar o País como produtor e exportador relevante de software, conteúdos digitais interativos e serviços de TI.	Investir R\$ 1 bilhão de reais em nova capacidade instalada em componentes eletrônicos.

<p>0854 – Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados.</p>	<p>Capacitar 2048 profissionais na área metal-mecânica para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia.</p> <p>Implantar sistema integrado informatizado para concessão de ex-tarifários.</p> <p>Obter e preservar o selo N (projeto de equipamentos nucleares) do American Society of Mechanical Engineers – ASME.</p> <p>Produzir 12.000 toneladas de equipamentos e componentes para as indústrias nuclear e de alta tecnologia.</p>
<p>0855 – Promover a competitividade das empresas de base Biotecnológica e Nanotecnológica, por meio do fortalecimento da capacidade inovativa e adensamento da cadeia produtiva da indústria, via atração de investimentos e oferta de infraestrutura tecnológica para alcance de economia de escala.</p>	<p>Realizar 2 rodadas de negócios para empresas, academia e governo.</p>
<p>0856 – Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.</p>	<p>Aumentar a oferta de Ácido tereftálico (PTA) em 700 mil toneladas/ano</p> <p>Aumentar a oferta de amônia para 124 mil t/ano.</p> <p>Aumentar a oferta de estireno em 250 mil toneladas/ano</p> <p>Aumentar a oferta de filamentos de poliéster e resina têxtil em 240 mil toneladas/ano.</p> <p>Aumentar a oferta de Politereftalato de etileno - PET em 450 mil toneladas/ano</p> <p>Aumentar a oferta de ureia para 1.210 mil t/ano.</p>
<p>0857 – Fortalecer os empreendimentos organizados em Arranjos Produtivos Locais - APLs, por meio de apoio a melhoria de processos e produtos e as iniciativas coletivas, com vistas ao aumento da competitividade e à desconcentração da produção no País.</p>	<p>Apoiar 80 Arranjos Produtivos Locais - APLs no País.</p>
<p>0858 – Fomentar a adoção pelas empresas de práticas ambientalmente sustentáveis na produção de bens e serviços.</p>	<p>Criar banco de dados de tecnologias de baixo carbono.</p>
<p>0859 - Fomentar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação de conformidade, normalização e regulamentação técnica.</p>	<p>Implantar 10 laboratórios delegados à Rede Laboratórios Associados ao Inmetro para inovação na empresa.</p> <p>Ter 1180 organismos de avaliação da conformidade acreditados pelo Inmetro.</p>
<p>0860 – Aumentar a participação do conteúdo local na cadeia de petróleo e gás, por meio da promoção de negócios e de parcerias entre as empresas, de forma competitiva e sustentável.</p>	<p>Aumento de 5 pontos percentuais dos índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em Águas Profundas (profundidade entre 100m e 400 m): Exploração (42%) e Desenvolvimento (60%).</p> <p>Aumento de 5 pontos percentuais dos índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em Águas Rasas (profundidade inferior a 100 m), de forma a atingir os seguintes níveis em</p>

	<p>2015: Exploração (56%) e Desenvolvimento (68%).</p> <p>Aumento de 5 pontos percentuais dos índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em Águas Ultra-Profundas (profundidade superior a 400 m): Exploração (42%) e Desenvolvimento (60%)</p> <p>Aumento de 5 pontos percentuais dos índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em Terra, de forma a atingir os seguintes níveis em 2015: Exploração (75%) e Desenvolvimento (82%).</p> <p>Aumento de 5 pontos percentuais dos índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera no Pré-Sal: Exploração (42%) e Desenvolvimento (60%).</p>
<p>0865 – Promover a formação de empresas globais e apoiar a internacionalização de empresas brasileiras de capital nacional, sobretudo daquelas situadas em posição promissora nas cadeias produtivas e de conhecimento mundiais.</p>	<p>Internacionalizar 30 empresas da indústria de transformação.</p>
<p>0881 - Conceder direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia.</p>	<p>Aumentar de 2.500 para 5.000 o número de pessoas capacitadas em cursos de propriedade intelectual oferecidos pelo INPI</p> <p>Aumentar de 30 para 60 o número de publicações do corpo docente do mestrado relacionadas à propriedade intelectual.</p> <p>Aumentar de 5.786 para 6.250 o número de registros de desenho industrial.</p> <p>Conceder 120 registros de indicação de procedência e 30 registros de denominação de origem.</p> <p>Disseminar a cultura de Propriedade Intelectual em 123 instituições públicas de educação superior brasileiras</p> <p>Reduzir de 2,5 anos, a partir do pedido de exame, para 1 ano o prazo para manifestação do INPI quanto à viabilidade dos pedidos de patente</p> <p>Reduzir de 25 meses para 9 meses o prazo de exame de novos pedidos de registro de marca.</p> <p>Reduzir de 5,3 anos para 2,5 anos o prazo médio de concessão de patente contado a partir do pedido de exame.</p>

<b>2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas	Regulamentar o etno turismo e ecoturismo em terras indígenas de forma sustentável

### **Fórum Desenvolvimento Econômico: Eixo Qualificação de mão de obra**

<b>2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada	Capacitar 7.970 profissionais na área de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e Sistemas de Informação em Saúde
0721 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.	Capacitar 380 mil técnicos de nível médio (agentes de combate a endemias, agentes comunitários de saúde, auxiliares de enfermagem, agentes de saúde indígena, técnicos de vigilância em saúde, técnicos em novas áreas - manutenção de equipamento, órtese e prótese, registro de informação em saúde, técnicos em saúde bucal, auxiliar em saúde bucal e técnicos em laboratório odontológico, entre outros) até 2015.  Ampliar e consolidar o Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do SUS - Progesus - até 2015.

<b>2044 – Autonomia e Emancipação da Juventude</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0967 – Oferecer políticas públicas específicas, que garantam melhores condições de inclusão social e produtiva da juventude e que ampliem as políticas de transferência de renda, participação cidadã e qualificação profissional	Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional de jovens de 18 a 29 anos em situação de baixa renda, privilegiando as áreas da SUDAM, SUDENE, SUDECO e integrantes do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional, jovens dependentes químicos em situação de conflito com a lei, jovens rurais e de comunidades tradicionais.
0989 – Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio a microprojetos produtivos juvenis.	Capacitação de 50.000 jovens moradores de áreas rurais para a inserção produtiva e o desenvolvimento sustentável do campo.

<b>2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0486 - Promover a Pesquisa, o Desenvolvimento e a Inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e microeletrônica	Desenvolver e fortalecer competências e habilidades para o setor de TIC em pelo menos 35.000 profissionais.
0498 - Promover a Formação e Capacitação de Recursos Humanos nas Engenharias e demais Áreas Tecnológicas, priorizando a concessão de bolsas nessas áreas.	Alcançar o número anual de 400 empresas apoiadas pelo programa RHAE. Alcançar o número de 13.400 bolsas de Iniciação Tecnológica concedidas pelo CNPq para as engenharias. Ampliar a participação das engenharias no total de bolsas concedidas pelo CNPq, de 19% para 25%.
<b>2031 – Educação Profissional e Tecnológica</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0582 – Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda e pessoas com deficiência.	Oferecer 8 milhões de matrículas de educação profissional e tecnológica, com a concessão de 3 milhões de bolsas a estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda.
<b>2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0489 - Promover o aperfeiçoamento do licenciamento e da avaliação ambiental	Capacitar como especialistas em avaliação de impacto ambiental 300 técnicos que atuam no licenciamento ambiental federal. Implantar o Programa de Qualificação Técnica em Avaliação de Impactos Ambientais em 20 órgãos estaduais de meio ambiente.

<b>2046 – Mar, Zona Costeira e Antártica</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0560 – Desenvolver ações que promovam o conhecimento e o uso sustentável dos recursos do mar, em águas nacionais e internacionais.	Ampliar para 1.400 o número de graduados anualmente em Ciências do Mar Ampliar para 560 o número de alunos qualificados anualmente em programas de pós-graduação na área de Ciências do Mar
<b>2047 - Micro e Pequenas Empresas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0837 - Promover a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, a inserção comercial, o encadeamento produtivo e o fomento às relações cooperativas e associativas para micro e pequenas empresas, de forma a estimular seu crescimento e competitividade, potencializando sua participação nos processos de geração de emprego e renda.	Capacitar 100 mil micro e pequenas empresas e/ou empreendedores, inclusive as artesanais e as organizadas em APLs.
<b>2042 - Inovações para a Agropecuária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0842 - Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.	Executar uma carteira de P&D e TT com, em média, 750 projetos ao ano
0969 - Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual e no desenvolvimento da biotecnologia, da agricultura de precisão, da proteção de cultivares, da indicação geográfica e marcas coletivas, visando às necessidades do pequeno e médio produtor e à competitividade e agregação de valor aos processos, produtos, sistemas e serviços agropecuários.	Capacitar 3.000 técnicos do setor em temas de inovação no âmbito do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA

<b>2041 – Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e Transformação Mineral</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0481 – Consolidar e Ampliar os Programas de Formalização da Atividade Minerária e de Fortalecimento de Micro e Pequenas Empresas do Setor Mineral	Capacitar técnica, ambiental e gerencialmente trabalhadores de micro e pequenas empresas, associações e cooperativas de mineração.
<b>2056 – Política Espacial</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0399 – Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa.	0399 – Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa.
<b>2059 - Política Nuclear</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0326 - Implantar programa de formação especializada do setor nuclear, envolvendo universidades e centros tecnológicos, voltados para os segmentos de pesquisa avançada, desenvolvimento tecnológico e indústria nuclear.	Formar 164 novos profissionais em temas de interesse do setor nuclear.
<b>2076 - Turismo</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.	Qualificar 186.750 gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo.
0738 - Estruturar, qualificar e promover os destinos turísticos brasileiros para os Megaeventos Esportivos.	Qualificar 162.000 profissionais da linha de frente do turismo, como foco nas cidades-sede da Copa do Mundo FIFA de Futebol.

2071 – Trabalho, Emprego e Renda	
Objetivos	Metas
<p>0287 – Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.</p>	<p>Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional e a orientação profissional associadas à concessão de crédito produtivo para o autoemprego e para empreendimentos econômicos solidários.</p> <p>Aprimorar os mecanismos de adequação da oferta de serviços de qualificação social e profissional e intermediação de mão de obra a demanda do mercado de trabalho.</p> <p>Ampliar em 50% o atendimento em intermediação de mão de obra no âmbito do Sine e ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional priorizando, em particular, o seguinte público e/ou áreas de atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) atividades relacionadas à agricultura, pecuária, <input type="checkbox"/>qüicultura, pesca e produção florestal;</li> <li>b) afrodescendentes, mulheres, jovens e pessoas com deficiência física e intelectual;</li> <li>c) trabalhadoras domésticas;</li> <li>d) moradores de rua;</li> <li>e) público do Programa do Seguro-Desemprego;</li> <li>f) público dos Programas Bolsa Família e Brasil Sem Miséria;</li> <li>g) trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo;</li> <li>h) atividades voltadas para grandes eventos esportivos;</li> <li>i) trabalhadores da construção civil;</li> <li>j) presidiários e egressos do sistema penal.</li> </ul> <p>Instituir o cadastro e certificação de instituições de qualificação social e profissional, bem como o selo e prêmio nacional de qualificação profissional.</p>

# GEO INFORMAÇÃO

---

O levantamento considera metas do PPA 2012-2015 que tratam especificamente ou têm forte impacto sobre a geo informação.

Programas 21

Objetivos 32

Metas 84

2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	
Objetivos	Metas
0418 - Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.	<p>Ampliar em 50% o número de estações ativas de cobertura da Rede Inkra de Bases Comunitárias do GPS – RIBAC mediante a instalação de 40 novos equipamentos, totalizando 120, e disponibilizar oportunidades para cooperação internacional em georreferenciamento de imóveis rurais.</p> <p>Desenvolver e implantar o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) em conjunto com a Receita Federal do Brasil (RFB), mediante: a. Formalização da parceria INCRA e RFB; b. Fechamento do modelo conceitual; c. Desenvolvimento e produção.</p> <p>Disponibilizar aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais 120 mil polígonos de imóveis rurais através do acervo fundiário digital do INCRA, mediante: a. Inserção no banco de dados geográfico do INCRA de limites de imóveis rurais particulares e áreas públicas georreferenciadas e certificadas; b. Interoperabilidade de dados via rede mundial de computadores, segundo os padrões da infraestrutura nacional de dados espaciais (INDE).</p> <p>Implantar um Serviço de Certificação de Imóveis Rurais automatizado, acessível através da rede mundial de computadores, mediante: a. Desenvolvimento e implantação de um módulo de processamento de informações tabulares; b. Desenvolvimento e implantação de um módulo de processamento de informações geográfica.</p> <p>Levar a presença da Rede Nacional de Cadastro Rural para 60% dos municípios jurisdicionados em cada Unidade da Federação, com prioridade para aqueles com maior densidade de imóveis cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR).</p> <p>Modernizar o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), agregar valor e massificar seu acesso e o dos dados do Acervo Fundiário Nacional à população, mediante: a. Definição dos requisitos necessários para concepção de um novo sistema que contemple os conceitos previstos na Lei nº 10.267/2001; b. Contratação de serviço tecnológico para o desenvolvimento do SNCR; c. Desenvolvimento e implantação dos módulos do novo SNCR; d. Implementação do módulo específico de acessibilidade para a população.</p>
0419 - Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.	<p>Georreferenciamento de 4 milhões de ha, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal.</p> <p>Identificação, discriminação, arrecadação e destinação de 8 milhões de ha de terras públicas, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal.</p> <p>Identificar, cadastrar e georreferenciar 104 mil estabelecimentos agropecuários e domicílios dentro dos 57 milhões de ha de terras públicas federais remanescentes, localizadas na Amazônia Legal - Terra Legal.</p>

<b>2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.	<p>Promover o monitoramento permanente nas 20 terras indígenas com maior índice de desmatamento.</p> <p>Delimitação de 56 terras indígenas.</p> <p>Estudos e localização de 8 novas referências de povos indígenas isolados, com incremento de 30% sobre as 33 referências já confirmadas.</p> <p>Implementação do Projeto de Monitoramento Espacial das Terras Indígenas.</p> <p>Estruturação de 5 unidades descentralizadas da FUNAI, especializadas no serviço de monitoramento territorial e na proteção de índios isolados para atuarem em terras indígenas localizadas na faixa de fronteira do Brasil com Peru, Colômbia e Venezuela.</p> <p>Desenvolvimento, implantação e disponibilização de Sistema de Informação Geográfica das terras indígenas.</p>
<b>2034 – Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.	Demarcar, certificar e titular os territórios desintrusados em nome das comunidades quilombolas.
<b>2027 – Cultura: Preservação, Promoção e Acesso</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0780 - Promover a cidadania e a diversidade das expressões culturais e o acesso ao conhecimento e aos meios de expressão e fruição cultural	Realizar cartografia da diversidade cultural brasileira, identificando territórios culturais, agentes e grupos, instituindo a categoria de micro-territórios como unidades básicas promotoras de singularidades simbólicas e identitárias.
0781 - Promover a economia criativa contribuindo para o desenvolvimento econômico e sociocultural sustentável	Mapear e institucionalizar 30 bacias criativas distribuídas nas cinco regiões do país.

<b>2054 – Planejamento Urbano</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0589 Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social	Fomentar a estruturação de Cadastros Territoriais Multifinalitários e o uso e disseminação de geotecnologias voltadas para o planejamento e desenvolvimento urbano. Fortalecer e aprimorar o Sistema Nacional de Informações das Cidades (SNIC).

<b>2056 – Política Espacial</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0702 – Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.	Contratar o desenvolvimento do primeiro satélite do Sistema Geoestacionário Brasileiro (SGB). Contratar o desenvolvimento, pela indústria nacional, de um satélite radar. Implantar o sistema de monitoramento de clima espacial até 2013. Lançar quatro satélites. Tornar o Laboratório de Integração e Testes (LIT) capaz de realizar testes de satélites geoestacionários.

<b>2046 – Mar, Zona Costeira e Antártida</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0991 – Pesquisar o Potencial Mineral de Fundos Marinhos em Águas Internacionais, para fins de Aquisição de Direito de Exploração Mineral, e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.	Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área do PROCORDILHEIRA. Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área da Elevação do Rio Grande. Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área do PROAREA. Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.

<b>2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0600 – Ampliar a infraestrutura, disponibilizar on-line séries históricas das informações meteorológicas e climáticas e incentivar, por meio do desenvolvimento de produtos e aplicações especiais e da interação direta entre meteorologistas e usuários, a utilização desses dados nos processos de planejamento e de tomada de decisão dos setores público e privado	Ampliar a rede de estações meteorológicas automáticas de superfície de 465 para 965 estações. Digitalizar o acervo de 12 milhões de documentos de registro de dados disponíveis apenas em papel. Elaborar Programa de Zoneamento de Pastagens na Amazônia Legal, no contexto do Plano ABC.
0743 - Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º)	Mapear as áreas de pastagens degradadas e/ou com baixo potencial produtivo por UF, no contexto do Plano ABC. Mapear as áreas prioritárias para implantação de sistemas produtivos sustentáveis, conforme previsto no Plano ABC.

<b>2018 – Biodiversidade</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0191 - Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros	Catalogar 250.000 espécies de invertebrados brasileiros conhecidos em uma plataforma informatizada, integrada e compartilhada.
0510 - Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.	Atualizar o Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, para todos os biomas, incluindo a zona costeira e marinha.

<b>2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0650 - Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.	Elaborar o atlas de vulnerabilidade às inundações, na escala de 1:1.000.000 dos principais rios brasileiros. Estruturar o Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens.
<b>2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0476 - Monitorar a cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais.	Expandir a área de monitoramento do desmatamento, da cobertura da terra e do impacto do fogo para todo território nacional. Implementar o módulo online de emissão de autorizações de queima controlada do Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo). Implementar sistemas de cadastro de alvos para fiscalização (polígonos de desmatamento a serem fiscalizados). Implementar sistemas de monitoramento de áreas embargadas.
<b>2042 - Inovações para a Agropecuária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0969 - Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual e no desenvolvimento da biotecnologia, da agricultura de precisão, da proteção de cultivares, da indicação geográfica e marcas coletivas, visando às necessidades do pequeno e médio produtor e à competitividade e agregação de valor aos processos, produtos, sistemas e serviços agropecuários.	Ampliar de 65 para 150 o número de cadeias produtivas organizadas para o uso de indicações geográficas e marcas coletivas.
<b>2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0488 - Promover a Gestão dos Riscos relacionados às Emergências Ambientais com ênfase nos Produtos Perigosos, visando à Proteção da População e do Meio Ambiente	Mapear a sensibilidade ambiental ao óleo nas bacias sedimentares marítimas de Campos e de Pelotas.

<b>2050 – Mudanças Climáticas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0707 - Reduzir riscos e vulnerabilidades ambientais, econômicas e sociais decorrentes da mudança do clima, processos de desertificação e degradação da terra para minimizar prejuízos materiais, impactos nos ecossistemas e promover a melhoria socioambiental por meio de medidas de adaptação.	Atualizar o Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.
0698 - Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e a diversidade regional.	Monitorar as emissões setoriais de gases de efeito estufa.

<b>2058 – Política Nacional de Defesa</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0533 - Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.	Monitorar semestralmente 150 milhões de hectares no Programa de Áreas Especiais (ProAE). Monitorar mensalmente o desmatamento em 470.000 Km <sup>2</sup> de glebas públicas federais na Amazônia Legal (Programa Terra Legal).
0547 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.	Atualizar 74 cartas náuticas. Editar 1.561 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR). Editar e imprimir 606 cartas topográficas.
0522 - Implantar o Sistema de Cartografia da Amazônia, visando aprofundar o conhecimento das características fisiográficas da região, contribuindo para o desenvolvimento e para o monitoramento regional, segurança e defesa nacional, com especial ênfase nas áreas de fronteira.	Elaborar 2.292 arquivos de estratificação vegetal. Executar o imageamento de 731.046 Km <sup>2</sup> em áreas de floresta e não-floresta.
0482 - Adequar a infraestrutura das instalações terrestres para ampliar a capacidade de articulação das unidades militares do Exército, sob a égide do trinômio monitoramento, mobilidade e presença militar.	Processar 1.478 Modelos Digitais de Superfície (MDS). Processar 1.478 Modelos Digitais do Terreno (MDT).

<p>0527 - Prover a segurança da navegação aquaviária nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), mediante o desenvolvimento das atividades de controle e fiscalização do tráfego aquaviário e de formação dos operadores e usuários do sistema.</p>	<p>Processar 1.478 ortoimagens obtidas por Radar de Abertura Sintética (SAR).          Produzir 433 cartas aerogeofísicas.          Produzir 70 cartas geológicas.</p>
<p>0534 - Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.</p>	<p>Estruturar 20% do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON).          Atingir o percentual de 16% na implantação do Sistema Tático de Enlace de Dados (SISTED).</p>

<b>2041 – Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
<p>0032 - Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.</p>	<p>Produzir estudos e mapeamento hidrogeológicos.          Realizar levantamentos aerogeofísicos nas áreas territoriais brasileiras emersas.          Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:250.000.          Concluir a implantação da Rede de Litotecas.          Implantar a Rede de Sismologia.</p>
<p>0038 - Promover a ampliação das reservas e da produção de minerais estratégicos.</p>	<p>Concluir a implantação da Rede do Centro de Informações Geocientíficas – CIG.          Implantar a Rede de Monitoramento de Poços contemplando 1.000 poços monitorados nos principais aquíferos brasileiros.          Gerar e divulgar periodicamente produtos contendo dados e estatísticas do setor mineral, especialmente, o Sumário.          Gerar e divulgar periodicamente produtos contendo dados e estatísticas do setor mineral, especialmente, o Sumário Mineral Brasileiro, o Balanço Mineral Brasileiro, o Informe Mineral Brasileiro, o Anuário Mineral Brasileiro e o Anuário Metalúrgico Brasileiro.          Cadastrar poços profundos no Sistema de Informações de Águas Subterrâneas – SIAGAS.          Implantar e operar redes de monitoramento hidrológico em bacias experimentais e representativas.          Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:50.000.          Ampliar o conhecimento geológico do território emerso através do levantamento geológico temático de minerais estratégicos com enfoque em potássio, fosfato, minerais para rochagem, terras-raras e lítio.</p>

<b>2053 – Petróleo e Gás</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0053 - Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas.	Realizar estudos geológicos e geofísicos visando disponibilizar áreas para oferta em cada rodada de licitação. Revisar e atualizar o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás a cada dois anos (2012 e 2014).
<b>2040 – Gestão de Riscos e Resposta a Desastres</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0587 - Expandir o mapeamento de áreas de risco com foco em municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos, para orientar as ações de defesa civil.	Mapear áreas sujeitas a inundações, enxurradas e deslizamentos em municípios.
0602 - Expandir e difundir o mapeamento geológico-geotécnico com foco nos municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos para orientar a ocupação do solo.	Executar mapeamento geológico-geotécnico em municípios sujeitos a inundações, enxurradas e deslizamentos.
<b>2023 – Comércio e Serviços</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0823 - Mapear e diagnosticar os setores de comércio e serviços no Brasil para levantar informações oficiais que orientem as políticas e os investimentos no país.	Elaborar o Atlas Nacional de Serviços. Elaborar o Atlas Nacional do Comércio.

<b>2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.	<p>Aprovação de mecanismos para a pactuação de resultados, com metodologias de gestão do desempenho, para a Administração Pública Federal.</p> <p>Fomentar inovações de gestão no âmbito da Administração Pública Federal.</p> <p>Projetos implementados voltados à melhoria da capacidade institucional de órgãos e entidades públicos.</p>

# IGUALDADE RACIAL E COMUNIDADES QUILOMBOLAS

---

O levantamento considera metas do PPA 2012-2015, exclusivamente ou prioritariamente voltadas à população negra e a comunidades quilombolas. Não estão selecionadas as metas que, embora possam ter impacto para o segmento, são universais, sem exclusividade ou prioridade a ele.

Programas 18

Objetivos 41

Metas 84

<b>Programa: 2012 - Agricultura Familiar</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços	<p>Adequar as condições de crédito às particularidades da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentados/as da reforma agrária.</p> <p>Ampliar o acesso dos assentados/as da reforma agrária, das comunidades quilombolas, indígenas e dos povos e comunidades tradicionais às políticas de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda, por meio da construção de uma proposta de ajuste e qualificação da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, ampliação das entidades emissoras e capacitação dessas comunidades.</p>
0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.	<p>Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para 20 mil famílias quilombolas com recorte específico para este público.</p> <p>Implementar plano de formação e qualificação de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e estabelecer parcerias, considerando as especificidades das comunidades indígenas e quilombolas e das mulheres rurais.</p> <p>Incentivar as Escolas Família Agrícolas - EFAS a destinarem vagas exclusivas para estudantes quilombolas.</p> <p>Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres.</p>
0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.	<p>Criar estratégia para identificar e valorizar os aspectos culturais e ambientais dos produtos oriundos de comunidades quilombolas e indígenas, visando ampliar a comercialização de gêneros alimentícios no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.</p>

<b>Programa: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.	Implantar, em pelo menos 10 estados do país, a Política de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias.
0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.	Implementar Núcleos de Prevenção à Violência nas Unidades da Federação com mais altos índices de homicídios, de agressões e de vitimização a populações vulneráveis. Capacitar 200 parteiras de comunidades quilombolas.
0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.	Realizar o teste de eletroforese em 100% das gestantes usuárias do SUS, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha. Realizar cursos de capacitação para trabalhadores da saúde que incluam o enfoque racial na saúde, especialmente no combate ao racismo institucional.
0721 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.	Realizar 10 seminários envolvendo as 700 comunidades quilombolas até 2015, com participação de gestores, profissionais de saúde e lideranças das comunidades. Realizar 6 encontros nacionais envolvendo lideranças do campo e da floresta, do movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais, da população em situação de rua, dos ciganos e dos gestores do SUS até 2015.
0724 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.	Elaborar manuais sobre saúde da população negra e combate ao racismo institucional para as secretarias estaduais de saúde dos 26 estados e do Distrito Federal.

<b>Programa: 2016 - Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
<p>0931 - Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.</p>	<p>Construir diálogo social visando ampliar o nível de formalização do trabalho doméstico remunerado no Brasil.</p> <p>Implementar Mesa de Negociação entre entidades das trabalhadoras domésticas e órgãos federais.</p> <p>Promover o debate e monitoramento dos índices de formalização do trabalho doméstico remunerado.</p> <p>Ratificar a Convenção e a Recomendação da OIT sobre trabalho decente das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos.</p> <p>Realizar 4 (quatro) campanhas de alcance nacional de respeito, valorização e divulgação dos direitos sociais e previdenciários das trabalhadoras domésticas.</p> <p>Revisar a Lei nº 11.324/06 que trata da dedução no Imposto de Renda de Pessoa Física visando à ampliação da formalização das trabalhadoras domésticas.</p> <p>Certificar 250 organizações públicas e privadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça.</p>
<p>0933 - Fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica, através da garantia a uma política de educação de qualidade, além de políticas culturais, de esporte e lazer com garantia de tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais.</p>	<p>Formular e articular mecanismos que visem à criação de Orientações ou Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de gênero – que contemplem as abordagens de classe social, raça-etnia, orientação sexual e geracional – em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, e à inserção dessa temática nos materiais didáticos empregados.</p> <p>Formar 140 mil profissionais da rede pública de educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual por meio do Programa Gênero e Diversidade na Escola.</p> <p>Formar 40 mil gestoras e gestores em políticas públicas nas temáticas de gênero e relações étnico-raciais através do Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GR).</p>

0934 - Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres.	Estimular a ampliação do número de mulheres nos cargos de decisão dos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) em todos os níveis considerando as mulheres negras e indígenas.
0935 - Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.	Produzir, fomentar e publicar estudos, pesquisas, dados e indicadores oficiais sobre igualdade de gênero, raça, etnia e geracional.
0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.	Realizar capacitação permanente de 100% das atendentes da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 no tema da violência contra as mulheres, com destaque às especificidades das mulheres do campo e da floresta, negras, indígenas e lésbicas.

<b>Programa: 2019 - Bolsa Família</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0376 - Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômicas, por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias, instrumentos e sistemas de informações, com objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.	Aprimorar a estratégia de identificação e caracterização das famílias pertencentes a grupos populacionais diferenciados bem como das famílias em situação de extrema pobreza, no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

<b>Programa: 2020 - Cidadania e Justiça</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0878 - Garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abarcando a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.	<p>Apoiar a implementação de núcleos especializados da Defensoria Pública para atendimento de casos de discriminação racial.</p> <p>Estruturar o atendimento da Defensoria Pública da União para as comunidades quilombolas e tradicionais com maiores índices de violência e risco social.</p>

<b>Programa: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.	Atender os pedidos de instalação de Telefone de Uso Público nas comunidades remanescentes de quilombos ou quilombolas, devidamente certificadas; populações tradicionais e extrativistas fixadas nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; assentamentos de trabalhadores rurais; aldeias indígenas; organizações militares das Forças Armadas; postos da Polícia Rodoviária Federal; e, aeródromos públicos.

<b>Programa: 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0621 - Promover, preservar e difundir o patrimônio e as expressões culturais afro-brasileiras	<p>Realizar ações para o desenvolvimento sustentável de 1.635 comunidades remanescentes de quilombos, tradicionais e de terreiros</p> <p>Fomentar, valorizar e preservar a cultura e o patrimônio afro-brasileiro através da execução de 250 projetos específicos</p> <p>Implantação do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra</p> <p>Realizar 10 pesquisas, estudos e levantamentos sobre a cultura e o patrimônio afro-brasileiro de forma a subsidiar políticas públicas de inserção da comunidade negra no sistema político, social e econômico</p>

<b>Programa: 2030 – Educação Básica</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados	Aproximar a escolaridade média entre negros e não negros. Reduzir a taxa de analfabetismo, especialmente entre as mulheres, a população do campo e afrodescendentes

<b>Programa: 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.	Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior.

<b>Programa: 2033 – Energia Elétrica*</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0045 - Universalizar o acesso à energia elétrica	Atender integralmente a população assistida pelo Programa Brasil Sem Miséria, através do Luz para Todos e da Universalização.

\*Ainda que não esteja explícito, a universalização do acesso à energia, especialmente da população do Plano Brasil sem Miséria, compreende o atendimento das comunidades quilombolas

<b>Programa: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.	Produzir materiais de orientação aos municípios sobre o atendimento às populações rurais; comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhas) e inclusão das pessoas com deficiência nos serviços.
0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.	Elaborar e difundir parâmetros, orientações técnicas e regulações de âmbito nacional para oferta dos Serviços de Acolhimento tipificados para os diferentes públicos, em suas diversas modalidades, assegurando enfoque nas questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT. Construir e difundir parâmetros e regulações nacionais para o funcionamento do CREAS e do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, assegurado enfoque nas questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial. Elaborar e difundir protocolos e orientações técnicas com enfoque nas questões de gênero, raça ou etnia para o aprimoramento da atenção especializada a mulheres em situação de violência, visando contribuir para a implementação da lei Maria da Penha.
<b>Programa: 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0276 - Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.	Ampliar os recortes de gênero, etnicorracial, LGBT e pessoas com deficiência nos projetos voltados para jovens.
0960 - Articular a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra	Implantar mecanismo de denúncia, notificação e monitoramento da mortalidade e violência contra a juventude negra. Promover a adesão de todos os estados brasileiros ao Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra Realizar campanhas de comunicação e de sensibilização sobre racismo, com foco na reversão dos estereótipos que atingem a juventude negra, em todas as unidades da federação.

<b>Programa: 2057 - Política Externa</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0913 - Ampliar a capacitação dos quadros da carreira de diplomata e aumentar a diversidade de seus integrantes, mediante concursos de seleção, cursos de formação e aperfeiçoamento e de altos estudos, programas de ação afirmativa e acordos de intercâmbio e cooperação com academias diplomáticas de outros países.	Aumentar a taxa de aprovação de candidatos afro-descendentes no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, dos atuais 5,17% para 7%. Iniciativa: Concessão da Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia para candidatos afro-descendentes e expansão da divulgação do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco para todas as capitais brasileiras.
0919 - Promover a percepção internacional do compromisso do Brasil com os direitos humanos e com os temas sociais, por meio da participação ativa em órgãos multilaterais e do diálogo e da cooperação bilaterais.	Iniciativa: Divulgação nos foros internacionais competentes da aplicação do Plano Decenal de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT e do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

<b>Programa: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0575 - Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.	Aumentar o percentual de adoções nacionais de crianças e adolescentes afrodescendentes, soro positivos, com deficiência e/ou grupo de irmãos.

<b>Programa: 2068 - Saneamento Básico</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0355 - Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, indígenas, dentre outras), e população rural dispersa, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços.	Implantar obras de saneamento em 375 comunidades remanescentes de quilombos.

<b>Programa: 2070 - Segurança Pública com Cidadania</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0834 - Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.	Apoio, nas 27 Unidades da Federação, a iniciativas no âmbito das corporações de segurança pública que combatam o estigma incidente sobre a população negra, visando igualar o índice de vitimização por homicídios da população negra ao mesmo índice no restante da população.

<b>Programa: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho	<p>Ampliar em 50% o atendimento em intermediação de mão de obra no âmbito do Sine e ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional, priorizando, em particular, o seguinte público e/ou áreas de atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• atividades relacionadas à agricultura, pecuária, aquicultura, pesca e produção florestal;</li> <li>• afrodescendentes, mulheres, jovens e pessoas com deficiência física e intelectual;</li> <li>• trabalhadoras domésticas;</li> <li>• moradores de rua;</li> <li>• público do Programa do Seguro-Desemprego;</li> <li>• público dos Programas Bolsa Família e Brasil Sem Miséria;</li> <li>• trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo;</li> <li>• atividades voltadas para grandes eventos esportivos;</li> <li>• trabalhadores da construção civil; e presidiários e egressos do sistema penal.</li> </ul>
0869 - Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de discriminação no mundo do trabalho.	<p>Acompanhar e incentivar a proposição de medidas e cenários (tendo como referência os dados de 2009) para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• aumentar em 10% as taxas de participação e de ocupação das mulheres;</li> <li>• aumentar em 15% a taxa de ocupação da população negra;</li> <li>• aumentar em 10% a taxa de formalidade;</li> <li>• aumentar em 20% o número de trabalhadoras/es domésticas/os com carteira de trabalho assinada;</li> <li>• aumentar em 37% o número de trabalhadores/as autônomos/as formalizados/as;</li> <li>• diminuir em 20% as desigualdades de rendimentos entre homens e mulheres;</li> <li>• diminuir em 15% as desigualdades de rendimentos entre negros e brancos</li> </ul>

	<p>Aprimorar e avançar nos estudos sobre a pobreza e a desigualdade social, o desemprego e a informalidade, a extensão da cobertura da proteção social, os baixos níveis de rendimentos e produtividade, os elevados índices de rotatividade no emprego, as desigualdades de gênero e raça/etnia, as condições de segurança e saúde nos locais de trabalho, sobretudo na zona rural, e o combate à discriminação, dentre outros.</p> <p>Estimular, nas negociações coletivas, disposições que visem à promoção da igualdade racial e de gênero, com avanços nas cláusulas sociais e financeiras</p> <p>Viabilizar informações desagregadas por sexo e raça/cor dos registros administrativos e banco de dados dos órgãos da administração federal responsáveis por políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda e combate à pobreza.</p> <p>Articular para assegurar às/aos trabalhadoras/es domésticas/os os mesmos direitos previstos na CLT aos demais trabalhadores assalariados.</p> <p>Incentivar a formalização das relações de trabalho doméstico remunerado.</p>
--	---

<b>Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0772 - Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios.	<p>Construir um sistema integrado de informações sobre as políticas governamentais numa perspectiva de igualdade racial e de gênero.</p> <p>Produzir e publicar relatórios periódicos de monitoramento das políticas de promoção da igualdade racial, incluindo a perspectiva de gênero.</p>
0773 - Promover ações afirmativas no âmbito da ação governamental visando a corrigir as desigualdades raciais e assegurar a igualdade de oportunidades.	<p>Ampliar a proporção de negros/as em posições valorizadas no serviço público</p> <p>Construir cadastro de programas de ações afirmativas no âmbito das três esferas de Governo e da iniciativa privada.</p> <p>Estabelecer acordos para a inclusão da população negra no mercado de trabalho.</p>
0774 - Disseminar e adotar medidas que garantam a efetividade dos marcos legais referentes ao enfrentamento do racismo e à promoção da igualdade racial.	<p>Ampliar a capacidade de acolhimento, apuração e resposta a denúncias dando maior efetividade às ações do Estado nos casos de racismo no âmbito das instituições públicas.</p> <p>Criar rede de atenção integral às vítimas do racismo e da discriminação racial, articulando esforços de diferentes instituições públicas.</p>
0776 - Instituir medidas de prevenção e enfrentamento do racismo institucional, fomentando a valorização da pluralidade etnicorracial em instituições públicas e privadas.	<p>Ampliar o número de organizações públicas e privadas que adotam medidas de prevenção e enfrentamento ao racismo institucional.</p>

<p>0777 - Reverter representações negativas da pessoa negra, que sustentam as ações de negação simbólica e as diversas formas de violência, bem como reconhecer e valorizar a história e a cultura negra em suas formas de existência e resistência.</p>	<p>Adotar medidas que garantam a participação de pessoas negras na publicidade institucional da Administração Pública Federal e estimular ações semelhantes no setor privado.</p> <p>Fortalecer organizações de mídia negra.</p> <p>Realizar e apoiar campanhas de valorização da pessoa negra e de enfrentamento ao racismo, divulgando as manifestações da cultura, a memória e as tradições afrobrasileiras.</p>
<p>0778 - Estabelecer pactos intersetoriais e interinstitucionais que revertam as altas taxas de mortalidade precoce na população negra, garantindo o seu direito à vida.</p>	<p>Reduzir a morbidade/mortalidade materna entre as mulheres negras.</p> <p>Reduzir as mortes por homicídio na juventude negra.</p>
<p>0984 - Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas.</p>	<p>Assegurar o acesso a serviços, programas e projetos a 700 comunidades quilombolas certificadas e/ou tituladas.</p> <p>Fortalecer o Selo Quilombos do Brasil como referência de origem da produção das comunidades em diversas cadeias produtivas.</p> <p>Implantar Sistema de Monitoramento e Avaliação das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas.</p>
<p>0985 - Incentivar ações de fortalecimento da autonomia e do protagonismo político das comunidades quilombolas.</p>	<p>Desenvolver projetos de fortalecimento institucional das organizações representativas de comunidades quilombolas certificadas e/ou tituladas.</p>
<p>0986 - Articular junto aos ministérios e demais órgãos governamentais o acesso de povos e comunidades tradicionais a serviços públicos e programas sociais.</p>	<p>Implantar sistema integrado de informações sobre as ações governamentais para comunidades de terreiro e povos de culturas ciganas.</p> <p>Mapear as comunidades tradicionais de terreiro, priorizando as capitais e regiões metropolitanas.</p>
<p>0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.</p>	<p>Contratar e conveniar a elaboração de Relatórios Antropológicos.</p> <p>Decretar de interesse social 120 territórios quilombolas.</p> <p>Demarcar, certificar e titular os territórios desintrusados em nome das comunidades quilombolas.</p> <p>Publicar 140 portarias, reconhecendo 64 mil hectares e beneficiando 14 mil famílias.</p> <p>Publicar 190 RTIDs, identificando 660 mil hectares, beneficiando 13 mil famílias.</p> <p>Vistoriar e avaliar 520 mil hectares de terras inseridos nos territórios quilombolas, indenizando 250 mil hectares.</p>

## JUVENTUDE

---

O levantamento considera metas do PPA 2012-2015, exclusivamente ou prioritariamente voltadas à juventude. Não estão selecionadas as metas que, embora possam ter impacto na vida dos jovens, são universais, sem exclusividade ou prioridade ao jovem.

Programas 16

Objetivos 26

Metas 83

<b>Programa 2012 - Agricultura Familiar</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.	Adequar as condições de crédito às particularidades da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentados e assentadas da reforma agrária  Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo.
0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 50 mil jovens rurais.

<b>Programa 2016 - Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0936 - Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.	Formar 5.000 jovens mulheres multiplicadoras nas jornadas de formação sobre acesso a informações de direitos e ações previstas nos programas do Plano Nacional de Política para as Mulheres e da Política Nacional de Juventude.  Realizar campanha de valorização da mulher jovem, com produção de materiais e vídeos direcionados à divulgação de seus direitos e ao incentivo da autonomia.
0999 - Fortalecer a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, por meio de difusão da lei e dos instrumentos de proteção de direitos, bem como por meio de ações educativas para o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, para a promoção de direitos sexuais e desconstrução dos estereótipos e mitos relacionados à sexualidade das mulheres.	Construir pactos com empresas públicas e privadas e outros órgãos do governo para prevenir a violência contra as mulheres e combater a exploração sexual de mulheres, adolescentes e jovens, em especial nas áreas de grandes obras de desenvolvimento econômico e infraestrutura e nas regiões de fomento ao turismo.

<b>Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.	Implantar 40 projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva de mulheres e jovens para acesso aos mercados e aumento da renda.

<b>Programa 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0787 - Implantar, ampliar, modernizar, recuperar e articular a gestão e o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer, com ênfase em áreas de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.	Implantar e induzir a gestão de 800 Praças dos Esportes e da Cultura em municípios caracterizados pela baixa presença de equipamentos e pela alta vulnerabilidade social.

<b>Programa 2030 - Educação Básica</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0596 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.	<p>Apoiar a cobertura de 4.000 quadras esportivas escolares.</p> <p>Apoiar a construção de 6.116 quadras esportivas escolares.</p> <p>Elevar a taxa de escolarização líquida no ensino médio, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária.)</p>

0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.

Elevar a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária.)

Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo, da região de menor escolaridade do país ou incluída entre os 25% mais pobres, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020. (Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional. )

Elevar a taxa de inclusão escolar de estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.)

Elevar o atendimento escolar das pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.)

Elevar o IDEB do ensino médio para 4,3.

Expandir a oferta de educação em tempo integral nas escolas públicas de educação básica, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica ).

Programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica	
Objetivos	Metas
0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.	<p>Elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 562.</p> <p>Elevar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020 (Ampliar a oferta de vagas por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uniformizando a expansão no território nacional.)</p> <p>Elevar o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, em consonância com o PNE 2011-2020 (Duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta ).</p>
0588 - Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.	<p>Oferecer 8 milhões de vagas para a educação profissional e tecnológica, com a concessão de 3 milhões de bolsas a estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda.</p> <p>Elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio).</p>

**Programa 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**

Objetivos	Metas
<p>0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.</p>	<p>Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior.</p> <p>Ampliar o número de vagas em graduação presencial em universidades federais, com foco em cursos noturnos, em consonância com o PNE 2011-2020 (a - “Ampliar a oferta de vagas por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uniformizando a expansão no território nacional”. b - “Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior”)</p> <p>Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do produto interno bruto do país).</p> <p>Elevar a relação aluno/professor nas Instituições Federais de Ensino Superior, em consonância com o PNE 2011-2020. (Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior).</p> <p>Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta ).</p> <p>Elevar a taxa líquida de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta).</p> <p>Elevar o número de campi da Rede Federal de Educação Superior para 321.</p> <p>Elevar o número de universidades federais para 63.</p>

<b>Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0778 - Estabelecer pactos intersetoriais e interinstitucionais que revertam as altas taxas de mortalidade precoce na população negra, garantindo o seu direito à vida.	Reduzir as mortes por homicídio na juventude negra.

<b>Programa 2035 – Esporte e Grandes Eventos Esportivos</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.	<p>Ampliar em 50% ao ano o acesso ao esporte a crianças, adolescentes e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas voltadas ao seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social (Segundo Tempo), beneficiando 1.296.000 nas capitais e municípios com mais de 1000 habitantes e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação.</p> <p>Criar 228 projetos esportivos de Legado Social dos Grandes Eventos – Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, voltados à inclusão social, juventude e educação.</p> <p>Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.</p>

<b>Programa 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0592 - Promover a educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito.	Implementar “Programa Jovem Consciente” nas escolas públicas, para 40.000 alunos, com a finalidade de educar o jovem para o exercício da cidadania, desenvolvendo comportamentos conscientes e responsáveis.

<b>Programa 2058 - Política Nacional de Defesa</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0502 - Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.	Formação de 9.500 Rondonistas nas operações do “Projeto Rondon”. Profissionalização de 100.000 jovens pelo Programa “Soldado Cidadão”.

<b>Programa 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0920 - Capacitar, de forma continuada e articulada com as Políticas Públicas relacionadas ao tema, os atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.	Capacitar profissionais de saúde, de redes de tratamento e técnicos que trabalham com jovens, populações de risco e em situação de vulnerabilidade social, para a aplicação de técnicas de tratamento e reinserção social e gerenciamento de casos  Ofertar cursos de capacitação de educadores e áreas afins para o desenvolvimento de programas e projetos de prevenção do uso de drogas no contexto escolar e em outros espaços de comportamentos de risco, em especial entre adolescentes e jovens

<b>Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0422 - Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.	Atender 8.000 jovens e ou adultos, mantendo 2.000 alunos em formação profissional de nível médio e superior, anualmente  Manter 10.000 alunos em processo de alfabetização e ou escolarização anualmente.

Programa 2070 - Segurança Pública com Cidadania	
Objetivos	Metas
0834 - Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.	<p>Construção do Plano Nacional para Prevenção e Redução de Homicídios.</p> <p>Implantação de 400 projetos Proteção e Mulheres da Paz junto às Praças dos Esportes e da Cultura.</p>

Programa 2071 - Trabalho, Emprego e Renda	
Objetivos	Metas
0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.	<p>Ampliar a articulação das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda com as políticas públicas voltadas para o fomento à geração de emprego e renda, a juventude, a educação, a economia solidária, a redistribuição de renda e erradicação da pobreza, e a promoção da cidadania</p> <p>Ampliar em 50% o atendimento em intermediação de mão de obra no âmbito do SINE e ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional, priorizando, em particular, o seguinte público e/ou áreas de atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- atividades relacionadas à agricultura, pecuária, aquicultura, pesca e produção florestal;</li> <li>- afrodescendentes, mulheres, jovens e pessoas com deficiência física e intelectual;</li> <li>- trabalhadoras domésticas;</li> <li>- população em situação de rua;</li> <li>- público do Programa do Seguro-Desemprego;</li> <li>- públicos do Programa Bolsa Família e do Plano Brasil Sem Miséria;</li> <li>- trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo;</li> <li>- atividades voltadas para grandes eventos esportivos;</li> <li>- trabalhadores da construção civil; e</li> <li>- presidiários e egressos do sistema penal</li> </ul>

Programa 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude	
Objetivos	Metas
0276 - Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.	<p>Ampliar a participação social, constituindo 10 grupos de trabalho temáticos com a participação da sociedade civil e fortalecendo o Conselho Nacional de Juventude</p> <p>Ampliar os recortes de gênero, etnicorracial, LGBT e pessoas com deficiência nos projetos voltados para jovens</p> <p>Aprovar o Estatuto da Juventude</p> <p>Aprovar o Plano Nacional de Juventude</p> <p>Constituir a Seção Nacional da Reunião Especializada de Juventude do Mercosul</p> <p>Constituir o Observatório da Juventude</p> <p>Constituir Sistema de avaliação e monitoramento dos programas de juventude</p> <p>Coordenar, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, a implementação da Agenda do Trabalho Decente para Juventude</p> <p>Criar Portal da Juventude e política de comunicação nas redes sociais</p> <p>Elaboração e publicação de diretrizes da política cultural, para promoção da cultura da juventude</p> <p>Elaborar proposta e iniciar a implementação do Sistema Nacional de Juventude</p> <p>Financiar 200 microprojetos para promoção da cultura da juventude</p> <p>Firmar parcerias com órgãos governamentais e sociedade civil para prevenir o tráfico, a exploração sexual e a violência contra mulheres jovens</p> <p>Firmar termos de cooperação com organismos internacionais para fortalecer a política nacional de juventude</p> <p>Firmar termos de cooperação em políticas de juventude com países da América Latina, para fortalecer a integração regional</p> <p>Formar lideranças das juventudes rurais e urbanas para construção de iniciativas de sociedades sustentáveis</p> <p>Implementar Seminário Permanente de Integração Regional Juvensur</p> <p>Realizar Conferência Nacional de Juventude</p> <p>Realizar cursos de capacitação e qualificação técnica e gerencial para gestoras jovens para ampliar a incidência do tema nas políticas públicas de promoção de igualdade de gênero</p> <p>Realizar seleções públicas de apoio a 240 órgãos estaduais/municipais de juventude, com seus respectivos conselhos, para estruturação destes órgãos a nível local</p> <p>Veicular produção independente sobre a juventude nas redes públicas de comunicação</p>

<p>0960 - Articular a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra.</p>	<p>Implantar mecanismo de denúncia, notificação e monitoramento da mortalidade e violência contra a juventude negra</p> <p>Promover a adesão de todos os estados brasileiros ao Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra</p> <p>Realizar campanhas de comunicação e de sensibilização sobre racismo, com foco na reversão dos estereótipos que atingem a juventude negra, em todas as unidades da federação</p>
<p>0961 - Expandir a aprendizagem profissional como política permanente de formação profissional e inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, de forma articulada à elevação da escolaridade formal, às diretrizes da política de educação técnico-profissional e tecnológica e ao projeto de desenvolvimento econômico do país.</p>	<p>Atingir 1.220.628 adolescentes e jovens, com idade entre 14 e 24 anos, e pessoas com deficiência a qualquer tempo, admitidos em contratos de aprendizagem</p> <p>Elevar o número de mulheres jovens inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de trabalho de aprendizagem</p> <p>Implantar Fóruns Estaduais de Aprendizagem Profissional em todas as unidades da federação</p> <p>Implementar o Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (PNAP)</p> <p>Inserir 644.160 aprendizes sob ação fiscal no mercado de trabalho</p>
<p>0967 - Oferecer políticas públicas específicas, que garantam melhores condições de inclusão social e produtiva da juventude e que ampliem as políticas de transferência de renda, participação cidadã e qualificação profissional</p>	<p>Estimular e fomentar a geração de oportunidade de trabalho, emprego e renda, por meio de ações integradas de qualificação direcionadas à gestão e incubação de negócios no âmbito do ProJovem, de forma articulada ao Programa de Microcrédito, priorizando os jovens em situação de extrema pobreza.</p> <p>Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional de jovens de 18 a 29 anos em situação de baixa renda, privilegiando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• as áreas da SUDAM, SUDENE, SUDECO e integrantes do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional;</li> <li>• jovens dependentes químicos em situação de conflito com a lei; e</li> <li>• jovens rurais e de comunidades tradicionais</li> </ul>

<p>0988 - Implementar o programa Estação Juventude no território nacional, voltado para a produção e circulação de informações, a formação de redes sociais de interesse comum e experiências concretas de integração de políticas públicas capazes de modificar e enriquecer a realidade dos jovens, reafirmando a importância da dimensão territorial do desenvolvimento.</p>	<p>Formar 7.500 jovens locais em políticas públicas de juventude  Implantar 150 unidades do programa Estação Juventude  Integrar pontos da Estação Juventude a Equipamentos públicos nos territórios</p>
<p>0989 - Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio a microprojetos produtivos juvenis.</p>	<p>Capacitação de 50.000 jovens moradores de áreas rurais para a inserção produtiva e o desenvolvimento sustentável do campo  Apoiar 4.000 microprojetos produtivos juvenis  Qualificação de 3.000 jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais</p>
<p>0996 - Elevar a escolaridade de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos visando à conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional em nível de formação inicial, o desenvolvimento da participação cidadã e a ampliação de oportunidades de inclusão profissional e social.</p>	<p>Elevar gradualmente a escolaridade média da população de 18 a 29 anos</p>

## MEIO AMBIENTE

---

O levantamento considera programas, objetivos, metas e iniciativas do PPA 2012-2015 que tratam especificamente ou têm forte impacto sobre as Políticas relacionadas ao Meio Ambiente.

Programas 41

Objetivos 113

Metas 376

<b>Programa 2012 – Agricultura Familiar</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.	Adequar as condições de crédito às particularidades da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentadas da reforma agrária setoriais
Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.	<p>Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 50 mil famílias extrativistas para realização de atividades de manejo florestal e implantação de agricultura de baixo carbono</p> <p>Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 500 mil famílias de agricultores familiares, assentados, povos e comunidades tradicionais, no desenvolvimento de processos de produção de base ecológica e acesso a mercados agroecológicos e orgânicos</p> <p>Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 600 mil famílias utilizando a metodologia do Pronaf sustentável</p>
Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.	<p>Apoiar 6,8 mil organizações da agricultura familiar para a diversificação e organização econômica, inserção no mercado privado, comercialização, agroindustrialização e desenvolvimento de atividades não agrícolas, garantindo a participação de pelo menos 30% de organizações de mulheres rurais</p> <p>Criar estratégia para identificar e valorizar os aspectos culturais e ambientais dos produtos oriundos de comunidades quilombolas e indígenas, visando a ampliar a comercialização de gêneros alimentícios no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)</p> <p>Inserir 25.000 famílias da agricultura familiar nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis</p> <p>Inserir 25 cooperativas nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis</p> <p>Inserir 90 cooperativas da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel</p>

<p>Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação.</p>	<p>Articular a inserção do conteúdo da Agroecologia na educação formal e informal</p> <p>Aumentar a participação dos produtos orgânicos e de base ecológica no mercado</p> <p>Cadastrar 25.000 agricultores e agricultoras familiares no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG)</p> <p>Consolidar um banco de informações sobre a produção orgânica e de base ecológica no Brasil, com dados desagregados por sexo</p> <p>Elaborar e implementar a Política Nacional de Agroecologia e de Agricultura Orgânica</p> <p>Garantir o atendimento de 200 pessoas jurídicas com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento a sistemas de produção de base ecológica e orgânica</p> <p>Garantir o atendimento de 500.000 famílias com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento para sistemas de produção de base ecológica e orgânica, com a participação de pelo menos 30% de mulheres rurais</p>
--	--

Programa 2013 – Agricultura Irrigada	
Objetivos	Metas
<p>Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.</p>	<p>Obter a conformidade ambiental de 61 perímetros em fase de operação</p>
<p>Promover a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER nas áreas de agricultura Irrigada, visando o uso racional do solo e da água e o manejo adequado das culturas.</p>	<p>Disponibilizar serviços de ATER nas áreas da agricultura irrigada de 8.000 agricultores familiares que se enquadrem na PNATER</p> <p>Disponibilizar serviços de ATER para 25.000 pequenos produtores dos projetos públicos de irrigação</p> <p>Ampliar a atual área irrigada pelo setor privado em 100% nos próximos 4 anos</p>

Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	
Objetivos	Metas
Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º)	<p>Capacitar 500 técnicos e 100.000 produtores rurais para ampliação de áreas com florestas plantadas para fins comerciais, no contexto do Plano ABC, incluindo a heveicultura</p> <p>Capacitar 8.000 técnicos do setor e 250.000 produtores rurais, em práticas e sistemas conservacionistas de produção agropecuária sustentável, conforme previsto no Plano ABC</p> <p>Divulgar a Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - Plano ABC, realizando 5 campanhas publicitárias</p> <p>Elaborar Programa de Zoneamento de Pastagens na Amazônia Legal, no contexto do Plano ABC</p> <p>Implantar 900 Unidades de Teste e Demonstração ou de Referência Tecnológica (UTD ou URT) em sistemas agropecuários de produção sustentável, previstas no Plano ABC</p> <p>Implantar e reativar 2.000 viveiros de mudas de espécies florestais nativas e exóticas, visando atender às demandas do Plano ABC</p> <p>Implantar Laboratório Virtual Multi-Institucional para as ações de Monitoramento, Reporte e Verificação (MRV) do Plano ABC</p> <p>Mapear as áreas de pastagens degradadas e/ou com baixo potencial produtivo por UF, no contexto do Plano ABC</p> <p>Mapear as áreas prioritárias para implantação de sistemas produtivos sustentáveis, conforme previsto no Plano ABC</p>
Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.	<p>Implantar 100 unidades comparativas entre produção integrada agropecuária</p> <p>Ampliar de 8.000 para 28.000 o número de unidades de produção adotando sistemas orgânicos de produção sob controle oficial</p> <p>Elaborar Projeto de Lei sobre Produção Agropecuária Sustentável</p> <p>Implantar a Comissão Nacional da Produção Orgânica e garantir o funcionamento das 27 Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação</p> <p>Publicar 15 normas técnicas específicas de produção integrada agropecuária e 3 manuais bem estar animal</p> <p>Capacitar 8.000 técnicos e produtores em bem-estar animal, 40.000 em produção integrada agropecuária e 80.000 em qualidade e segurança do leite e da carne</p> <p>Capacitar 40.000 produtores e 20.000 técnicos do setor em tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos e/ou mecanismos de controle da qualidade orgânica</p> <p>Ampliar de 26 para 90 o número de núcleos de estudos em agroecologia na rede federal de educação científica e tecnológica</p> <p>Consolidar a formação de 800 bancos comunitários de sementes e/ou mudas com ênfase em variedades crioulas, espécies florestais nativas e aquelas utilizadas como adubos verdes</p> <p>Instituir a Política Nacional de Agricultura Orgânica</p> <p>Tornar acessível 250 tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção para os produtores rurais</p> <p>Elaborar ou atualizar 45 regulamentos técnicos para produção orgânica</p>

<p>Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética.</p>	<p>Promover a implantação de 10.000 ha de dendezais  Promover a renovação de 6.000 ha de dendezais  Ampliar o número de amostras realizadas para os parâmetros coliforme total e turbidez passando de 28% (333.962) de realização da análise da qualidade da água para o parâmetro coliformes totais e de 27% (346.443) para o parâmetro de turbidez em 2010 para 50% em ambos os parâmetros até 2015  Capacitar 4.000 produtores rurais, extensionistas e equipes de assistência técnica em produção agroenergética  Organizar 30 projetos de difusão de tecnologias de produção de matérias primas agroenergéticas  Modernizar duas unidades artesanais de extração de óleo de dendê</p>
---	--

<b>Programa 2015 – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
<p>Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.</p>	<p>Apoiar 34 estudos e pesquisas com vistas a sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental  Realizar 400 pesquisas em medicina tropical e meio ambiente até 2015</p>

<b>Programa 2016 – Política para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
<p>Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.</p>	<p>Capacitar 20.000 mulheres urbanas, do campo e da floresta para inserção no mercado de trabalho  Firmar acordos de cooperação para que os Arranjos Produtivos Locais (APLs) promovam a inclusão produtiva das mulheres  Firmar acordos de cooperação que visem ao fortalecimento das organizações produtivas de mulheres urbanas, do campo e da floresta, promovendo acesso à assistência técnica, ao crédito e apoio à comercialização  Firmar acordos e protocolos para fortalecimento da cadeia produtiva da pesca artesanal e o desenvolvimento da aquicultura familiar e ainda da constituição de banco de sementes e criação de sementes crioulas em empreendimentos que beneficiem as mulheres  Promover o debate e monitoramento dos índices de formalização do trabalho doméstico remunerado  Ratificar a Convenção e a Recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre trabalho decente das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos</p>

<b>Programa 2018– Biodiversidade</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valorização e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.	<p>Catalogar 250.000 espécies de invertebrados brasileiros conhecidos em uma plataforma informatizada, integrada e compartilhada</p> <p>Proteger 80% das coleções zoológicas, botânicas e microbiológica, em infraestruturas modernizadas e adequadas</p> <p>Concluir as listas de espécies de flora e dos vertebrados brasileiros</p> <p>Ampliar em 500.000 espécimes biológicas coletadas, analisadas e depositadas adequadamente em acervos nacionais, aumentando efetivamente o conhecimento da biodiversidade brasileira</p>
Atualizar o marco regulatório sobre a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da biodiversidade, tendo como referência os compromissos assumidos pelo governo brasileiro na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).	<p>Propor a ratificação e implementar o Protocolo de Nagoya de Acesso ao Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios, em parceria com os demais órgãos federais competentes</p> <p>Elaborar e publicar plano decenal de metas para conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira visando promover uma ação efetiva e coordenada entre os diferentes setores da sociedade e entes da federação</p> <p>Propor novo marco regulatório de acesso e repartição de benefícios da biodiversidade, em parceria com os demais órgãos federais competentes</p> <p>Elaborar instrumento normativo para a regulamentação do pagamento por serviços ambientais</p> <p>Elaborar plano nacional sobre espécies exóticas invasoras</p> <p>Instituir novo marco regulatório de uso tradicional e popular de produtos da biodiversidade de ação terapêutica</p> <p>Regulamentar as categorias de manejo e outros dispositivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)</p> <p>Avaliar a adequação da Lei de Biossegurança (Lei 11.105/2005) com vistas a contemplar as novas tecnologias, em parceria com os demais órgãos do Governo Federal</p> <p>Avaliar, em articulação com os demais órgãos federais competentes, o Protocolo Suplementar de Nagoya - Kuala Lumpur</p>

<p>Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.</p>	<p>Celebrar 20 contratos de concessão de direito real de uso com organizações dos povos e comunidades tradicionais das Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais</p> <p>Criar e assistir 6 redes comunitárias, implementando, no total, 48 sistemas comunitários de conservação e de uso sustentável da agrobiodiversidade</p> <p>Mapear a distribuição geográfica das variedades crioulas e parentes silvestres de 4 espécies de plantas cultivadas</p> <p>Disponibilizar banco de dados das organizações existentes de Povos e Comunidades Tradicionais</p> <p>Fomentar 200 projetos de uso e conservação da biodiversidade</p> <p>Elaborar 6 Planos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais</p> <p>Promover o acesso de 100 mil famílias de Povos Comunidades Tradicionais e Agricultores ao mercado</p> <p>Realizar o cadastramento de famílias em 44 unidades de conservação</p> <p>Caracterizar o valor nutricional de 40 espécies nativas priorizadas na Iniciativa "Plantas para o futuro", com vistas a diversificar a dieta do brasileiro</p> <p>Incentivar a ampliação do uso de 12 espécies subutilizadas da flora nativa</p> <p>Realizar um diagnóstico nacional das instituições envolvidas com a conservação da agrobiodiversidade in situ, on farm e ex situ</p> <p>Desenvolver e certificar modelos de uso sustentável para 5 espécies da fauna silvestre nativa com tecnologias conhecidas</p> <p>Remunerar 70 mil famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos naturais no meio rural (Plano Brasil Sem Miséria)</p> <p>Definir estratégias para a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos em três sub-bacias da região amazônica</p> <p>Promover 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade em âmbito nacional</p> <p>Implantar 30 arranjos produtivos locais envolvendo produtos da sociobiodiversidade</p> <p>Retirar 50 mil famílias extrativistas da linha de extrema pobreza</p> <p>Compartilhar manejos de 10 milhões de filhotes de quelônios ao ano</p>
<p>Modernizar a gestão, promover o acesso aos recursos genéticos da biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais associados e assegurar a repartição justa e equitativa dos benefícios gerados.</p>	<p>60 instituições credenciadas como fiéis depositárias do patrimônio genético</p> <p>Credenciar 3 instituições para emissão de autorização de acesso aos recursos genéticos</p> <p>Implantar Sistema informatizado de gestão do acesso aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados integrado com todas as instituições credenciadas</p>

<p>Recuperar o estado de conservação das espécies brasileiras, com ênfase nas ameaçadas de extinção.</p> <p>Recuperar o estado de conservação das espécies brasileiras, com ênfase nas ameaçadas de extinção.</p>	<p>Avaliar a situação de 20 espécies ameaçadas de extinção com relação ao comércio internacional CITES - Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora</p> <p>Elaborar Planos de Ação para 500 espécies da flora ameaçadas de extinção</p> <p>Elaborar Planos de Ação para 100% espécies da fauna ameaçadas de extinção</p> <p>Diagnosticar o estado de conservação de 100% das espécies de vertebrados</p> <p>80% das espécies da fauna ameaçadas de extinção com populações presentes em unidades de conservação</p> <p>Conservar ex-situ e/ou in-situ 40% das espécies da flora ameaçada de extinção</p> <p>Diagnosticar o estado de conservação de 4.722 espécies da flora (plantas vasculares)</p>
<p>Aprimorar instrumentos de prevenção, monitoramento, avaliação e controle do uso da biodiversidade visando a biossegurança e o equilíbrio dos ecossistemas.</p>	<p>Regulamentar o uso sustentável e propor medidas de recuperação das populações das principais espécies pesqueiras sobre-explotadas</p> <p>Publicar marco regulatório e planos de ação para controle e monitoramento das 10 principais espécies sinantrópicas consideradas nocivas e promotoras de risco</p> <p>Revisar e publicar normas legais relativas ao uso sustentável da fauna silvestre</p>
<p>Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.</p>	<p>Implementar em 30 unidades de conservação federais medidas de prevenção, controle de uso e dispersão, monitoramento e erradicação de espécies invasoras</p> <p>Incorporar 10 milhões de hectares ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação</p> <p>Fomentar 90 projetos de pesquisa de manejo em Unidades de Conservação Federais</p> <p>Implantar estrutura de apoio à pesquisa em 20 Unidades de Conservação Federais</p> <p>Elaborar o programa nacional para a conservação dos recifes de coral e de ecossistemas marinhos</p> <p>Realizar um Inventário do Patrimônio Espeleológico Nacional com revisões anuais</p> <p>Sinalizar e demarcar o perímetro de 40 Unidades de Conservação Federais</p> <p>Publicar 58 Planos de Manejo para Unidades de Conservação Federais situadas em áreas com prioridade extremamente alta para a conservação da biodiversidade e sob alta pressão antrópica</p> <p>Implantar reservas genéticas para a conservação in situ de variedades crioulas e parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas em 4 Unidades de Conservação</p> <p>Regularizar 10 Unidades de Conservação Federais com concessão de Direito Real de Uso de terras públicas</p> <p>Implementar instrumentos de gestão de conflitos em 40 Unidades de Conservação Federais com áreas de sobreposição com territórios de povos e comunidades tradicionais</p> <p>Instituir 131 Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais</p> <p>Estruturar 30 Unidades de Conservação Federais para visitação e uso público</p> <p>Regularizar 200.000 hectares de terras privadas localizadas no interior de Unidades de Conservação Federais ao patrimônio do ICMBio</p> <p>Adequar as instalações dos 11 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio</p> <p>Avaliar o estado de conservação em 40 Unidades de Conservação Federais</p> <p>Atualizar o Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, para todos os biomas, incluindo a zona costeira e marinha</p> <p>Designar 5 sítios de zonas úmidas de importância internacional na Lista de Ramsar</p>

<b>Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Fomentar o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras para cidades sustentáveis.	Apoiar 12 projetos de inovações tecnológicas para os setores de reciclagem, saneamento e fontes alternativas de energia

<b>Programa 2022– Combustíveis</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Fazer avançar o processo de comoditização dos biocombustíveis por meio da atuação brasileira junto a foros e parceiros internacionais.	Promover a internacionalização da produção e do uso sustentáveis de bioenergia
Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética	Atender à estimativa de produção nacional de biocombustíveis indicada pelo Plano Decenal de Expansão de Energia vigente
Estimular medidas de eficiência energética no uso de derivados do Petróleo, do Gás Natural e de Biocombustíveis que contribuam para o uso racional destes insumos.	Elevar o percentual de modelos de automóveis etiquetados pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) para 50%  Evitar o consumo de 650 milhões de litros de óleo diesel por meio de ações de eficiência energética
Monitorar e incentivar o uso sustentável de biocombustíveis de origem florestal (lenha e carvão) para fins energéticos.	Desenvolver procedimento de auditoria para uso energético sustentável da biomassa florestal e auditar 300 empresas usuárias de carvão vegetal proveniente do bioma Caatinga  Promover o uso energético sustentável da biomassa florestal em 300 empresas usuárias de carvão vegetal proveniente do bioma Caatinga

<b>Programa 2026– Conservação e Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Coordenar a formulação, o planejamento e a avaliação da Política Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Estados, com a política ambiental e com as demais políticas setoriais, considerando a necessária participação da sociedade.	Qualificar 30.000 pessoas para participarem do processo de formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos Apoiar a elaboração de 6 Planos Estaduais de Recursos Hídricos Implantar o Sistema de Gerenciamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos (SIGEOR/PNRH)
Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.	Modernizar 990 estações da Rede Hidrometeorológica Nacional Ampliar de 7.643 para 10.700 o universo de usuários de recursos hídricos regularizados Dotar 3 bacias hidrográficas de instrumentos de gestão de recursos hídricos: plano, outorga, cobrança ou estudos de viabilidade para cobrança (somando um total de 7 bacias) Elaborar o atlas de vulnerabilidade às inundações, na escala de 1:1.000.000 dos principais rios brasileiros Estruturar o Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens
Promover a consolidação e a estruturação técnico e institucional dos entes envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com foco nas instâncias de representação colegiada e órgãos gestores estaduais.	Capacitar 100% dos órgãos gestores estaduais e comitês de bacias de rios de domínio da União com cursos em gestão integrada de recursos hídricos Pactuar metas de gestão e de condições de entrega de água entre rios de diferentes dominialidades com 5 Estados da federação Consolidar o funcionamento de 5 Comitês em bacias de rios de domínio da União
Instituir instrumentos de apoio técnico e institucional para promover a integração do Planejamento e da gestão dos recursos hídricos com a formulação e implementação das Políticas, Planos e Programas dos principais setores relacionados com vistas a assegurar os usos múltiplos de forma sustentável.	Definir áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos, em 5 bacias hidrográficas prioritárias Desenvolver o detalhamento de 2 programas previstos em planos de bacia para apoiar sua implementação e orienta as políticas públicas relacionadas aos recursos hídricos Desenvolver coeficientes técnicos de uso da água para 3 setores usuários (indústria, irrigação e saneamento)
Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade.	Revitalizar 60 sub-bacias hidrográficas Conservar e recuperar 6000 hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes Reduzir os níveis de poluição hídrica em bacias críticas em 28.000 Kg DBO/Dia - média anual

<b>Programa 2028 – Defesa Agropecuária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.	<p>Aumentar de 874 para 1.049 as fiscalizações de material genético animal</p> <p>Construir um índice de risco dos insumos agrícolas</p> <p>Desenvolver e promover a adesão de 440 estabelecimentos produtores de insumos agrícolas às Boas Práticas de Fabricação</p> <p>Realizar auditoria em 100% dos serviços de fiscalização de insumos agrícolas</p>
Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.	<p>Ampliar de 72% para 80% a taxa de amostras analisadas em relação às amostras sorteadas no âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – PNCRC em produtos de origem animal</p> <p>Ampliar de 86,8% para 90% a taxa de amostras analisadas em relação às amostras distribuídas no âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – PNCRC em produtos de origem vegetal</p>
Estruturar os serviços em sanidade pesqueira e aquícola para garantir a sustentabilidade e a qualidade dos recursos pesqueiros.	Monitorar resíduos e contaminantes naturais e artificiais nos recursos pesqueiros de 40 áreas

<b>Programa 2027 – Cultura: Preservação, Promoção e Acesso</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Promover, preservar e difundir o patrimônio e as expressões culturais afro-brasileiras.	Realizar ações para o desenvolvimento sustentável de 1.635 comunidades remanescentes de quilombos, tradicionais e de terreiros

<b>Programa 2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Elaborar e implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico para a promoção do ordenamento e da gestão ambiental territorial.	Elaborar o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do bioma Cerrado Elaborar o Zoneamento Ecológico-Econômico em pelo menos 10 municípios com maiores índices de desmatamento na Amazônia Legal
Estruturar e adensar Arranjos Produtivos Locais e cadeias produtivas em múltiplas escalas, com vistas ao desenvolvimento sustentável, à competitividade e à superação das desigualdades regionais e da pobreza extrema, por meio da dinamização econômica e da inclusão produtiva	Gerar 106.770 postos de trabalho nos APLs apoiados Atender 280 territórios rurais com um conjunto de políticas públicas integradas e territorializadas, compatível com as principais carências existentes no meio rural Criar e implementar o marco legal da Política Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural
Consolidar um modelo de governança territorial baseado na gestão social, com o compartilhamento, entre poder público e sociedade civil organizada, da formulação, gestão e controle das políticas públicas, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.	Apoiar a gestão de 280 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável
Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.	Disponibilizar suporte adequado que permita a melhoria das condições de produção e comercialização favorecendo a inclusão produtiva sustentável de 50.000 famílias
Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento.	Aprovar o novo marco legal da economia solidária e do cooperativismo de trabalho Criar e implantar o Sistema Nacional de Economia Solidária e fortalecer as instâncias de participação Manter e atualizar informações de 30 mil organizações de economia solidária Realização de campanhas educativas para divulgação da economia solidária e promoção do consumo responsável e solidário

<b>Programa 2033 – Energia Elétrica</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis.	Adicionar 1.395 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fonte térmica a biomassa Adicionar 3.680 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica
Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor	Viabilizar e projetar 1.100 MW de capacidade de geração a partir de biomassa
Estimular medidas de eficiência energética, que contribuam para a otimização da transmissão, da distribuição e do consumo de energia elétrica.	Conservar 20.000 GWh do consumo de energia elétrica que ocorreria sem medidas de conservação

<b>Programa 2036 – Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).	Implementar o inventário florestal nacional em 27 unidades da federação Apoiar, por instrumentos de fomento florestal, 400 atividades produtivas de desenvolvimento florestal sustentável Elaborar programas florestais em 27 unidades da federação Autorizar manejo sustentável de uso múltiplo em 400.000 hectares Firmar acordos de cooperação técnica para a gestão florestal compartilhada com as 27 unidades da federação
Promover a recuperação de áreas degradadas, com ênfase nas áreas de preservação permanente e de reserva legal, por meio de pesquisa e instrumentos de adequação e regularização ambiental de imóveis rurais.	Promover a recuperação de 20 milhões de hectares de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais Instituir plano nacional de recuperação de áreas degradadas e restauração da paisagem Estabelecer, para cada bioma, metodologia de recuperação de áreas degradadas e as respectivas análises econômicas Implementar 12 novos Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs) nos biomas brasileiros

<p>Instituir sistemas produtivos rurais sustentáveis e implementar instrumentos de pagamento por serviços ambientais em áreas prioritárias para a prevenção e o controle do desmatamento.</p>	<p>Propor instrumento normativo para a regulamentação do pagamento por serviços ambientais em áreas críticas para a prevenção e controle do desmatamento</p> <p>Elaborar diagnóstico e estratégias de intervenção em 5 cadeias produtivas (carne, soja, madeira, piscicultura, carvão) nos municípios prioritários para prevenção e controle do desmatamento, incorporando a variável ambiental</p>
<p>Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda.</p>	<p>Estabelecer normas e diretrizes técnicas para o manejo florestal sustentável de 27 espécies vegetais de produtos florestais não-madeireiros</p> <p>Estabelecer manejo sustentável de 10 produtos da sociobiodiversidade em 34 Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais</p> <p>Implementar Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar em assentamentos do Inbra e do Programa Nacional de Crédito Fundiário em 340 mil hectares</p> <p>Implementar Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar em 180 mil hectares de Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais</p> <p>Elaborar e implementar 4 Planos Anuais de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PAMFCs)</p> <p>Capacitar 200 Técnicos em boas práticas de manejo de espécies de produtos florestais não-madeireiros</p> <p>Promover o manejo de 5 milhões de hectares de florestas privadas de forma sustentável</p> <p>Capacitar 6.000 famílias com a promoção de assistência técnica e extensão rural apropriadas ao manejo florestal comunitário e familiar</p>
<p>Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais.</p>	<p>Conceder 3.000.000 hectares de florestas públicas no bioma Amazônia</p>
<p>Incentivar a ampliação de florestas plantadas, com vistas ao suprimento da demanda de matéria-prima florestal e à redução da pressão sobre os remanescentes nativos.</p>	<p>Ampliar a área de florestas plantadas em 6 milhões de hectares</p> <p>Disponibilizar acesso ao crédito florestal a 250 mil pequenos produtores rurais</p> <p>Ampliar em 1 milhão de hectares das áreas plantadas destinadas ao suprimento de lenha e carvão vegetal do setor industrial</p> <p>Ampliar em 600 mil hectares as florestas plantadas com espécies nativa</p>

Prevenir e combater incêndios florestais com enfoque nas áreas remanescentes dos biomas brasileiros.	<p>Contratar 4500 brigadistas de prevenção e combate aos incêndios florestais</p> <p>Aumentar em 50% o número anual de atividades e programas interagências na prevenção dos incêndios florestais, com base nas 89 ações executadas em 2010</p> <p>Reduzir em 50% a área atingida por incêndios florestais nas unidades de conservação federais</p>
Promover a queda contínua do desmatamento ilegal, com ênfase na fiscalização ambiental e na articulação entre os entes federados.	Implementar ações de fiscalização em 248 Unidades de Conservação federais
Monitorar a cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais.	<p>Implementar o módulo online de emissão de autorizações de queima controlada do Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo)</p> <p>Expandir a área de monitoramento do desmatamento, da cobertura da terra e do impacto do fogo para todo território nacional</p> <p>Implementar sistemas de monitoramento de áreas embargadas</p> <p>Implementar sistemas de cadastro de alvos para fiscalização (polígonos de desmatamento a serem fiscalizados)</p>

<b>Programa 2041 – Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.	<p>Cadastrar poços profundos no Sistema de Informações de Águas Subterrâneas – SIAGAS (inserir objetivo que ficou sem meta)</p> <p>Fiscalizar anualmente 100% das minas subterrâneas brasileiras, das minas com barragens em 4 anos e das concessões de águas minerais e potáveis de mesa em 4 anos (adicionar)</p>
Otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e promover mecanismos para o desenvolvimento das atividades, visando o presente e o futuro, por meio de regulação, fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral.	Realizar estudo sobre a eficiência produtiva da indústria mineral brasileira
Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral.	Capacitar técnica, ambiental e gerencialmente trabalhadores de micro e pequenas empresas, associações e cooperativas de mineração

<b>Programa 2040 – Gestão de Riscos e Resposta a Desastres</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.	<p>Contratar R\$ 9 bilhões para apoio à execução de intervenções de drenagem urbana sustentável nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas</p> <p>Elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos</p> <p>Estruturação do sistema de monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos</p> <p>Executar intervenções de drenagem e controle de cheias e de erosões marítimas e fluviais em municípios suscetíveis a inundações e enxurradas</p> <p>Investir na elaboração de planos e projetos e execução de obras de contenção de encostas nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a deslizamentos em ambiente urbano</p> <p>Realizar o monitoramento da ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos</p>
Expandir e difundir o mapeamento geológico-geotécnico com foco nos municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos para orientar a ocupação do solo.	Executar mapeamento geológico-geotécnico em municípios sujeitos a inundações, enxurradas e deslizamentos.

<b>Programa 2042- Inovação para a agropecuária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.	Estabelecer 2 (dois) cenários de referência nacionais para Recuperação de Pastagens Degradadas e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta
Pesquisar e desenvolver tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris das regiões cacauceiras dos biomas Mata Atlântica e Amazônia.	<p>Incrementar a produção nacional de cacau de 234 mil para 334 mil toneladas nas regiões cacauceiras</p> <p>Incrementar a produtividade de cacau de 360 Kg/ha para 480 Kg/ha das regiões cacauceiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia</p>

Difundir e adaptar tecnologias sustentáveis para os sistemas agrossilvopastoris nas regiões cacauceiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia.	Ampliar de 53 mil para 70 mil o número de produtores atendidos por ATER nas regiões cacauceiras
Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual e no desenvolvimento da biotecnologia, da agricultura de precisão, da proteção de cultivares, da indicação geográfica e marcas coletivas, visando às necessidades do pequeno e médio produtor e à competitividade e agregação de valor aos processos, produtos, sistemas e serviços agropecuários.	Aprovar o Plano de Ações Estratégicas de Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para a Agricultura e Alimentação - RGAA

<b>Programa 2043 – Integração Sul - Americana</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Promover, sobretudo no âmbito do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL, a integração da infraestrutura física com os países da América do Sul, nos setores de transportes, energia e comunicações, com especial ênfase no componente de financiamento, com vistas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental da região.	Iniciar a execução da Agenda de Projetos Prioritários do COSIPLAN que envolvam o Brasil

<b>Programa 2044 – Autonomia e Emancipação da Juventude</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.	Formar lideranças das juventudes rurais e urbanas para construção de iniciativas de sociedades sustentáveis
Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio à microprojetos produtivos juvenis.	Capacitação de 50.000 jovens moradores de áreas rurais para a inserção produtiva e o desenvolvimento sustentável do campo

<b>Programa 2045 – Licenciamento e Qualidade Ambiental</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Aperfeiçoar os mecanismos de gestão e de controle voltados para a prevenção da contaminação e da poluição ambiental, e para o gerenciamento de substâncias perigosas, visando garantir a melhoria da qualidade ambiental.	<p>Atualizar o Perfil Nacional sobre a Gestão de Substâncias Químicas e publicar o Relatório de Qualidade do Meio Ambiente</p> <p>Ampliar em 5% o número de operações anuais de fiscalização, visando coibir os ilícitos relacionados às atividades degradadoras e poluidoras do meio ambiente</p> <p>Elaborar e Implementar o plano de ação para redução de emissões de dioxinas e furanos</p> <p>Implementar a avaliação do risco ambiental para novos ingredientes ativos registrados como agrotóxicos</p> <p>Elaborar e implementar o plano de ação para gestão de estoques e resíduos de agrotóxicos considerados poluentes orgânicos persistentes</p>
Promover a Gestão dos Riscos relacionados às Emergências Ambientais com ênfase nos Produtos Perigosos, visando a Proteção da População e do Meio Ambiente.	<p>Mapear a sensibilidade ambiental ao óleo nas bacias sedimentares marítimas de Campos e de Pelotas</p> <p>Elaborar o Plano Nacional de Ação de Emergência para Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos e apoiar elaboração de 4 Planos de Ação Estaduais</p> <p>Elaborar o Plano Nacional de Ação de Emergência para Resgate e Reabilitação da Fauna Impactada com Óleo</p> <p>Elaborar o Programa de Gestão de Riscos de Acidentes Ambientais para as tipologias de empreendimentos e atividades prioritárias</p> <p>Elaborar, em parceria com os setores envolvidos, 2 Planos de Área para combate a derramamento de óleo em águas jurisdicionais brasileiras</p>
Promover o aperfeiçoamento do licenciamento e da avaliação ambiental.	<p>Ampliar em 50% a capacidade operacional do licenciamento ambiental federal</p> <p>Integrar as bases de dados de licenciamento ambiental dos órgãos integrantes do SISNAMA, considerando padrões estabelecidos pelo governo federal no âmbito da Infraestrutura de Dados Espaciais (INDE) por meio do Decreto 6.666/08</p> <p>Implementar sistema informatizado para disponibilização de dados e informações referentes à avaliação de impactos ambientais de empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental federal</p> <p>Implantar o Programa de Qualificação Técnica em Avaliação de Impactos Ambientais em 20 órgãos estaduais de meio ambiente</p> <p>Capacitar como especialistas em avaliação de impacto ambiental 300 técnicos que atuam no licenciamento ambiental federal</p> <p>Implementar sistema informatizado para acompanhamento de custos e prazos do licenciamento ambiental</p>

Fomentar a elaboração e a implementação de planos e projetos que promovam políticas públicas voltadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável.	Apoiar a atualização e a implementação de 100 Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável, em âmbito municipal, pelos respectivos Fóruns de Agenda 21 Fomentar a implementação de projetos socioambientais abrangendo 200 municípios brasileiros
Promover a educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais, contribuindo para construção de sociedades sustentáveis.	Realizar 80 adesões da Agenda Ambiental na Administração Pública, nos órgãos e instituições em todos os poderes e esferas de governo Formar 20.000 educadores ambientais, lideranças comunitárias e gestores públicos para gestão e implementação de programas territoriais e locais de educação ambiental Apoiar 2.000 instituições, entes e órgãos federais, estaduais e municipais, governamentais e não governamentais no desenvolvimento de ações de educação ambiental

<b>Programa 2046 – Mar, Zona Costeira e Antártida</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Desenvolver ações que promovam o conhecimento e o uso sustentável dos recursos do mar, em águas nacionais e internacionais.	Ampliar para 1.400 o número de graduados anualmente em Ciências do Mar Ampliar para 40 o número de projetos integrados no âmbito das cinco redes de pesquisas multidisciplinares existentes sobre o potencial biotecnológico da biodiversidade marinha Atender 70% dos graduandos na área de Ciências do Mar que necessitam realizar práticas de experiência embarcada (100 horas)
Realizar o planejamento e a gestão ambiental territorial da zona costeira, visando a redução de suas vulnerabilidades ambientais, sociais e econômicas.	Capacitar parceiros institucionais e sociedade dos 17 estados costeiros nas modalidades presencial ou a distancia, na metodologia do Projeto Orla Elaborar metodologia para estudo e avaliação de vulnerabilidades na zona costeira, em escala local Elaborar proposta para monitoramento e avaliação dos resultados do Projeto Orla Implementar e disseminar Sistema de Modelagem Costeira, adaptado às características da costa brasileira Implementar sistema informatizado para acompanhamento de custos e prazos do licenciamento ambiental
Desenvolver pesquisa científica e ações de preservação ambiental para assegurar a ocupação das Ilhas Oceânicas, em particular, o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a fim de garantir a conservação dos seus biomas terrestre e marinho e os direitos de soberania sobre a Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental.	Ampliar para 60 o número de projetos de pesquisa sendo desenvolvidos simultaneamente nas Ilhas Oceânicas

<b>Programa 2048 – Mobilidade Urbana</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.	<p>Aumentar a demanda transportada por dia útil nos sistemas metro ferroviários sob a gestão do governo federal</p> <p>Investir R\$ 18 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível</p>
Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável	<p>Apoiar a elaboração de projetos de sistemas de mobilidade urbana que priorizem e qualifiquem o transporte público coletivo e não motorizados em 50% dos municípios acima de 100 mil habitantes</p> <p>Apoiar a elaboração e atualização dos Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade Urbana em 100% dos municípios acima de 500 mil habitantes</p> <p>Instituir o marco regulatório da mobilidade urbana</p>

<b>Programa 2049 – Moradia Digna</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura e inclusão socioambiental.	Disponibilizar R\$ 30,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para urbanização de assentamentos precários

<p>Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.</p>	<p>Alcançar 90% de conformidade com as normas técnicas no âmbito do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC), de todos os produtos que compõem a cesta básica de materiais de construção de uma habitação de interesse social</p> <p>Certificar 100% das empresas de serviços e obras que executem empreendimentos de habitação de interesse social, por meio do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC)</p> <p>Conceder o Documento de Avaliação Técnica do Produto Inovador (DATec) para 100% dos produtos inovadores utilizados em empreendimentos de habitação de interesse social, por meio do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT)</p>
<p>Promover a qualidade da inserção urbana dos empreendimentos habitacionais, assim como, contribuir para a inserção socioeconômica das famílias beneficiadas por programas habitacionais.</p>	<p>Beneficiar 100% das famílias atendidas por programas habitacionais de natureza social com o desenvolvimento de trabalho social envolvendo mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de emprego e renda</p>

<b>Programa 2050 – Mudanças Climáticas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
<p>Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades.</p>	<p>Desenvolver o Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global para projeções climáticas de longo prazo</p>
<p>Gerar e disseminar conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por intermédio de uma rede formada pelas instituições públicas e privadas de pesquisa e ensino (Rede CLIMA).</p>	<p>Criar uma plataforma integrada de dados de projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico sobre mudanças climáticas</p> <p>Elaborar o Plano de Ação da Rede Brasileira de Mudanças Climáticas</p> <p>Conceder o Documento de Avaliação Técnica do Produto Inovador (DATec) para 100% dos produtos inovadores utilizados em empreendimentos de habitação de interesse social, por meio do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT)</p> <p>Elaborar, em parceria com os setores envolvidos, 2 Planos de Área para combate a derramamento de óleo em águas jurisdicionais brasileiras</p>

Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e a diversidade regional.	<p>Atualizar o Plano Nacional Sobre Mudança do Clima</p> <p>Aprovar marco legal do mecanismo de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD)</p> <p>Monitorar as emissões setoriais de gases de efeito estufa</p> <p>Implementar o Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis</p> <p>Fomentar a execução de 40 projetos e 20 empreendimentos que promovam a adaptação e mitigação às mudanças climáticas</p>
Reduzir riscos e vulnerabilidades ambientais, econômicas e sociais decorrentes da mudança do clima	Elaborar o Programa Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas

<b>Programa 2051 – Oferta de Água</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.	Regularizar a oferta de água para os sistemas de abastecimento

<b>Programa 2052- Pesca e Agricultura</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Aumentar a produção de organismos aquáticos de forma sustentável, através da implantação de parques aquícolas, da regularização fundiária e ambiental, da realização de pesquisas e assistência técnica e da modernização de infraestruturas produtivas, com foco no potencial aquícola brasileiro e nos recursos subexplorados e inexplorados.	<p>Atender 80 mil famílias pela extensão pesqueira e aquícola</p> <p>Demarcar parques aquícolas continentais em 30 reservatórios</p> <p>Demarcar parques aquícolas marinhos em 12 Estados</p> <p>Regularização ambiental de cinquenta mil aquicultores brasileiros</p>
Orientar a gestão da atividade pesqueira para a promoção da exploração sustentável dos recursos pesqueiros.	<p>Adquirir 10.000 equipamentos de rastreamento para embarcações pesqueiras</p> <p>Implantar e operacionalizar 21 Comitês Permanentes de Gestão</p> <p>Publicar 15 planos de gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros</p>

<b>Programa 2053- Petróleo e Gás</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Implantar sistemas coordenados de exploração, produção e processamento de petróleo e gás natural, em terra e mar, com conteúdo local, bem como de transporte de gás natural, orientados ao desenvolvimento equilibrado do território e para atender, agregando valor, aos mercados doméstico e internacional.	Aumentar a participação da oferta nacional no mercado de gás natural, possibilitando o suprimento e a expansão do mercado interno e buscando a geração de excedentes de produção com vistas à exportação
Desenvolver ou formar polos produtivos ou tecnológicos da cadeia de fornecedores de bens e serviços de petróleo e gás natural, a partir das vocações e potencialidades regionais, promover a melhoria contínua da gestão empresarial e incentivar a criação de institutos tecnológicos voltados à pesquisa industrial aplicada, alinhada com os princípios de sustentabilidade socioambiental	Elaborar estudos sobre Instrumentos de Gestão Ambiental e Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável na área de influência da indústria do petróleo e gás natural

<b>Programa 2054 – Planejamento Urbano</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.	Desenvolvimento de projetos de parques e áreas verdes de domínio público ou projetos urbanos em áreas de preservação permanente (APP) ou áreas urbanas de valor histórico, paisagístico e cultural em municípios pertencentes aos Grupos 1 e 2 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e em municípios que possuam áreas de expansão urbana e/ou de mananciais, bem como áreas de preservação permanente (APP's) ameaçadas de ocupação irregular  Desenvolvimento de projetos integrados de reabilitação urbana que promovam o desenvolvimento social e econômico em municípios que integrem o Grupo 1 do PAC, possuam conjunto ou sítios históricos protegidos no âmbito do Patrimônio Cultural, estejam em área de influência de empreendimentos com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional ou estejam localizados em costas marítimas ou fluviais
Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais.	Instituição de instrumentos de gestão ambiental em municípios que atendam ao menos um dos seguintes critérios: possuir altos índices de crescimento demográfico, estar localizado em área de influência de empreendimentos de grande impacto ambiental ou ter sido atingido por desastres naturais  Instituição do Plano Diretor nos municípios com obrigatoriedade legal para sua elaboração, conforme artigo 41 da Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade)

Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.	Manter o Conselho Nacional das Cidades e amparar outras ações de participação social relevantes ao desenvolvimento urbano e sustentável
--	---

<b>Programa 2055- Desenvolvimento Produtivo</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Fomentar a adoção pelas empresas de práticas ambientalmente sustentáveis na produção de bens e serviços	Criar banco de dados de tecnologias de baixo carbono

<b>Programa 2057- Política Externa</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Aprofundar a agenda de relacionamento do Brasil com os países com os quais mantém relações diplomáticas, mediante o incremento do diálogo político e a cooperação bilaterais.	Apoiar a implementação dos programas setoriais de cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nas áreas de saúde, meio ambiente, igualdade de gênero e cultura
Aprofundar a participação nos esforços de reforma da governança e a agenda de relacionamento com os organismos políticos multilaterais dos quais o país é membro e ampliar o diálogo com aqueles cujas atividades acompanha.	Organizar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20)

<b>Programa 2058- Política Nacional de Defesa</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Implantar o Sistema de Cartografia da Amazônia, visando aprofundar o conhecimento das características fisiográficas da região, contribuindo para o desenvolvimento e para o monitoramento regional, segurança e defesa nacional, com especial ênfase nas áreas de fronteira.	Executar o imageamento de 731.046 Km <sup>2</sup> em áreas de floresta e não-floresta
Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia	Monitorar mensalmente o desmatamento em 470.000 Km <sup>2</sup> de glebas públicas federais na Amazônia Legal (Programa Terra Legal)

<b>Programa 2065- Proteção e Promoção das Direitos dos Povos Indígenas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.	<p>Estabelecimento de acordos de cooperação técnica para o combate ao desmatamento, incêndios florestais e outros ilícitos nas terras indígenas</p> <p>Estruturação de 12 Frentes de Proteção Etnoambiental para fiscalizar e monitorar 23 terras indígenas com referências de povos indígenas isolados confirmadas</p> <p>Promover o monitoramento permanente nas 20 terras indígenas com maior índice de desmatamento</p> <p>Redução de ilícitos socioambientais nas terras indígenas, por meio de ações articuladas de fiscalização e de etnodesenvolvimento</p>
Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.	<p>Coordenar, promover e apoiar a estruturação de 8 arranjos produtivos locais, com base em cadeias de valor, visando o estabelecimento de marcas coletivas, certificação de produtos indígenas, acesso aos mercados e geração de renda</p> <p>Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições e órgãos parceiros, a elaboração e implementação de quatro acordos e planos participativos, visando à transição para atividades produtivas sustentáveis em terras indígenas</p> <p>Coordenar e promover, em articulação com instituições de governo, indígenas e não governamentais, a 1ª Conferência Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas</p> <p>Coordenar e promover, em articulação com instituições do governo, indígenas e não governamentais, o Ano Internacional da Sociobiodiversidade Indígena</p> <p>Coordenar e promover, em articulação com instituições parceiras, 6 chamadas públicas de projetos com foco na conservação</p>

<b>Programa 2066- Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural	Emissão de certidão de certificação de 100 milhões de ha Encaminhar 200.000 imóveis rurais para a regularização fundiária Georreferenciamento de 4 milhões de ha, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal Identificação, discriminação, arrecadação e destinação de 8 milhões de ha de terras públicas, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal Identificar, cadastrar e georreferenciar 104 mil estabelecimentos agropecuários e domicílios dentro dos 57 milhões de ha de terras públicas federais remanescentes, localizadas na Amazônia Legal - Terra Legal Promover a regularização e a ratificação de 200 mil títulos de posses em faixa de fronteira, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal Regularização fundiária de 49 milhões de ha de terras públicas federais e estaduais na Amazônia Legal - Terra Legal
Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.	Beneficiar 50 mil famílias com acesso à água Protocolar licença ambiental para 3.200 Projetos de Assentamentos Apoiar o acesso ao Programa de Financiamento da Agricultura Familiar (PRONAF), ampliando o número de contratos para 60% das famílias assentadas

<b>Programa 2067- Resíduos Sólidos</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.	Apoio a 100 municípios para implantação de programas de coleta seletiva Capacitar e fortalecer a participação na coleta seletiva de 60 mil catadores Fomento a constituição e implementação de 120 consórcios públicos com a atuação em resíduos sólidos Fomento e fortalecimento de 500 cooperativas/associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação na coleta seletiva e nas cadeias da reciclagem Incrementar 100 redes de comercialização de materiais recicláveis coletados pelas associações de catadores Viabilizar infraestrutura para 280 mil catadores

<p>Promover a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com ênfase na reestruturação das cadeias produtivas, na integração das associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores, na estruturação do planejamento do setor, no gerenciamento de áreas contaminadas e na inovação tecnológica respeitando as peculiaridades regionais.</p>	<p>20 estados com inventário de áreas contaminadas disponibilizado  8 Acordos Setoriais de cadeias produtivas implementados  Elaborar 27 Planos de Resíduos Sólidos em todos os estados e no Distrito Federal  Elaborar o Plano Nacional de Resíduos Sólidos  Elevar para 20% o percentual de municípios brasileiros com reciclagem de resíduos sólidos implantada  Implantar Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) em 35% dos municípios do país</p>
---	--

<b>Programa 2068- Saneamento Básico</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
<p>Implantar medidas estruturantes que visem à melhoria da gestão em saneamento básico, compreendendo a organização, o planejamento, a prestação dos serviços, a regulação e fiscalização, e a participação e controle social.</p>	<p>Apoiar 1.125 comunidades com ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação de ações de saneamento  Apoiar 1.500 municípios com ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação dos serviços de saneamento  Apoiar 320 municípios na melhoria da gestão ou na estruturação dos serviços de saneamento, nas sedes e/ou nas áreas rurais  Apoiar 34 estudos e pesquisas com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental  Apoiar 450 municípios na elaboração do Plano de Saneamento Básico  Apoiar 800 municípios com capacitação na gestão dos serviços de saneamento  Apoiar a elaboração de 20 estudos e/ou pesquisas para desenvolvimento científico e tecnológico de saneamento básico  Apoiar a realização de 10 atividades de capacitação dos membros dos órgãos colegiados, prestadores e técnicos do setor saneamento  Apoiar municípios com fomento de Educação em Saúde Ambiental voltados para a sustentabilidade sócio ambiental  Contratar R\$ 2 bilhões para a execução de intervenções de redução e controle de perdas em sistemas de abastecimento de água  Contratar R\$ 600 milhões para realização de projetos e planos de saneamento básico  Elaborar 3 Planos Regionais de Saneamento Básico das Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDES)</p>

<b>Programa 2069- Segurança Alimentar e Nutricional</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional e de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares saudáveis, por meio da mobilização social, articulação e trabalho em rede, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.	Realizar campanhas de sensibilização de profissionais, agentes do SISAN e da população para o preparo e consumo de produtos alimentares regionais, da sociobiodiversidade, agroecológicos e de maior valor nutritivo
Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.	Ampliar a compra de alimentos agroecológicos e oriundos das cadeias da sociobiodiversidade, de modo a beneficiar 25.000 agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas
Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.	Ampliar o acesso à água a 3.000 escolas da zona rural e dos territórios tradicionais, sem abastecimento da rede pública, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água com vistas ao consumo humano  Criar intercâmbio de experiências e tecnologias sociais de captação e armazenamento de água, para apoio no nível internacional de ações de acesso à água  Estabelecer cooperação e apoio para que as famílias beneficiárias de ações de acesso à água sejam assistidas por políticas

<b>Programa 2071- Trabalho, Emprego e Renda</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.	Ampliar em 50% o atendimento em intermediação de mão de obra no âmbito do SINE e ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional, priorizando, em particular, o seguinte público e/ou áreas de atividades:  - atividades relacionadas à agricultura, pecuária, aquicultura, pesca e produção florestal;

<b>Programa 2072- Transporte Ferroviário</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Ordenar o tráfego ferroviário nos perímetros urbanos das cidades, de forma a reduzir os riscos de acidentes, melhorar a operação ferroviária e reduzir os impactos socioambientais.	11 projetos para construção de contornos e variantes ferroviárias Construir 6 contornos ferroviários Realizar 5 adequações ferroviárias em perímetro urbano

<b>Programa 2073- Transporte Hidroviário</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário, dando continuidade à regulação do setor e garantindo a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas.	Elaborar 07 Planos para consolidar e estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário

<b>Programa 2074- Transporte Marítimo</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Promover a regularização ambiental dos portos organizados, adequando suas necessidades de operação, manutenção e ampliação às normas ambientais e de saúde vigentes, de modo a assegurar a operação legal e sustentável no setor portuário.	<p>Elaborar 22 estudos para a regularização ambiental e uniformização de processos de licenciamento ambiental do Sistema Portuário Nacional</p> <p>Implantar o Programa Nacional de Regularização Ambiental Portuária (PRGAP) em 22 portos organizados marítimos</p> <p>Implantar o Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos em 22 portos</p>

<b>Programa 2076- Turismo</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.	<p>Classificar 4.000 empreendimentos turísticos</p> <p>Qualificar 186.750 gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo</p>

# ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA, INOVAÇÃO, TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SOCIOAMBIENTAL

---

O levantamento considera metas do PPA 2012-2015 que tratam especificamente ou têm forte impacto sobre a organização produtiva, a inovação e o desenvolvimento territorial, regional e socioambiental.

Programas 24

Objetivos 34

Metas 62

# Levantamento de Políticas para Arranjos Produtivos Locais

Programas 8

Objetivos 8

Metas 9

<b>Programa 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0726 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.	Apoiar 20 Arranjos Produtivos Locais – APL até 2015, visando promover o acesso a plantas medicinais e fitoterápicos no SUS.

<b>Programa 2018 - Biodiversidade</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0506 - Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.	Implantar 30 arranjos produtivos locais envolvendo produtos da sociobiodiversidade.

<b>Programa: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0500 - Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social.	Apoiar 20 projetos de pesquisa e desenvolvimento em arranjos produtivos locais e micro e pequenos empreendimentos no período 2012-2015.

<b>Programa: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0840 - Estruturar e adensar Arranjos Produtivos Locais e cadeias produtivas em múltiplas escalas, com vistas ao desenvolvimento sustentável, à competitividade e à superação das desigualdades regionais e da pobreza extrema, por meio da dinamização econômica e da inclusão produtiva.	Gerar 106.770 postos de trabalho nos APLs apoiados

<b>Programa: 2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0481 - Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral.	Consolidar Arranjos Produtivos Locais - APLs atualmente apoiados pela RedeAPLmineral Organizar e desenvolver Arranjos Produtivos Locais - APLs em processo de formação atualmente apoiados pela RedeAPLmineral

<b>Programa: 2047 - Micro e Pequenas Empresas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0837 - Promover a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, a inserção comercial, o encadeamento produtivo e o fomento às relações cooperativas e associativas para micro e pequenas empresas, de forma a estimular seu crescimento e competitividade, potencializando sua participação nos processos de geração de emprego e renda.	Capacitar 100 mil micro e pequenas empresas e/ou empreendedores, inclusive as artesanais e as organizadas em APLs.

<b>Programa 2055 - Desenvolvimento Produtivo</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0857 - Fortalecer os empreendimentos organizados em Arranjos Produtivos Locais (APLs), por meio de apoio a melhoria de processos e produtos e as iniciativas coletivas, com vistas ao aumento da competitividade e à desconcentração da produção no país.	Apoiar 80 Arranjos Produtivos Locais no país

<b>Programa 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.	Coordenar, promover e apoiar a estruturação de 8 arranjos produtivos locais, com base em cadeias de valor, visando o estabelecimento de marcas coletivas, certificação de produtos indígenas, acesso aos mercados e geração de renda.

## Levantamento de Políticas para Inovação

Programas 6

Objetivos 9

Metas 15

<b>Programa 2013 – Agricultura Irrigada</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0171 - Promover e fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e inovação voltados para a agricultura irrigada e a sua difusão visando o incremento nos ganhos em produtividade, com qualidade e redução dos custos de produção.	Consolidar 05 redes de pesquisas e transferência de tecnologia em agricultura irrigada: fruticultura, salinidade e drenagem, produção de grãos, arroz irrigado por inundação e hortaliças. Implantar 25 projetos demonstrativos em irrigação e drenagem.

<b>Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0743 - Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).	Implantar 900 Unidades de Teste e Demonstração ou de Referência Tecnológica (UTD ou URT) em sistemas agropecuários de produção sustentável, previstas no Plano ABC.

<b>Programa: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0493 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais.	Ampliar para 120 o número de empresas que realizam pesquisa e desenvolvimento em nanotecnologia em seus processos produtivos.
0494 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial.	Aumentar de 41% para 50% a participação dos setores estratégicos no dispêndio empresarial brasileiro em pesquisa e desenvolvimento
0495 - Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação.	Aumentar de 22,3% para 30% o percentual de empresas inovadoras que utilizam ao menos um dos diferentes instrumentos de apoio governamental à inovação nas empresas

0501 - Fomentar o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras para cidades sustentáveis.	Apoiar 12 projetos de inovações tecnológicas para os setores de reciclagem, saneamento e fontes alternativas de energia
--	---

<b>Programa: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0754 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva brasileira das comunicações e sua inserção internacional a partir do fomento à pesquisa, desenvolvimento, inovação e do estímulo ao uso de bens e serviços com tecnologia nacional.	Ampliar a geração de inovação pela indústria nacional de telecomunicação e de serviços, por meio do aumento de 50% (R\$1,71 bilhão) no dispêndio do Setor Privado em atividades inovativas.

<b>Programa 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0792 - Desenvolver sistemas locais e regionais de inovação e projetos de incorporação e de difusão de tecnologias.	Desenvolver projetos de apoio à inovação em 10 Arranjos Produtivos Locais. Desenvolver Rede Regional de Inovação da Amazônia. Desenvolver Rede Regional de Inovação do Centro-Oeste. Desenvolver Rede Regional de Inovação do Nordeste. Realização de projetos de incorporação de tecnologias no setor produtivo do Nordeste.

<b>Programa 2055 - Desenvolvimento Produtivo</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0850 - Expandir, diversificar e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades, capacitações e potencialidades das empresas.	Aumentar de 4728 para 5328 o número de empresas brasileiras que lançaram produto novo no mercado nacional, segundo a PINTEC. Fomentar a especialização de 20 Centros de Inovação, Design e Sustentabilidade (CIDS)

# Levantamento de Políticas para Organização Produtiva, Território, Desenvolvimento Local e Socioambiental

Programas 10

Objetivos 17

Metas 38

<b>Programa 2012 - Agricultura Familiar</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.	Expandir a concessão de crédito de investimento para organizações de mulheres rurais no Programa Agroindústria Familiar, atendendo a 48 mil mulheres integrantes de 3.200 organizações produtivas.  Ampliar o acesso ao crédito para 5 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar.
0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.	Apoiar 6,8 mil organizações da agricultura familiar para a diversificação e organização econômica, inserção no mercado privado, comercialização, agroindustrialização e desenvolvimento de atividades não agrícolas, garantindo a participação de pelo menos 30% de organizações de mulheres rurais.  Inserir 25.000 famílias da agricultura familiar nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis.  Inserir 25 cooperativas nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis.  Inserir 90 cooperativas da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel.
0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar.	Atender 1.500 organizações com políticas integradas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), crédito, comercialização e gestão
0760 - Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação.	Garantir o atendimento de 200 pessoas jurídicas com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento a sistemas de produção de base ecológica e orgânica.

<b>Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.	Ampliar de 8.000 para 28.000 o número de unidades de produção adotando sistemas orgânicos de produção sob controle oficial
0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.	Implantar 40 projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva de mulheres e jovens para acesso aos mercados e aumento da renda.

<b>Programa 2018 - Biodiversidade</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0506 - Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.	Promover 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade em âmbito nacional. Criar e assistir 6 redes comunitárias, implementando, no total, 48 sistemas comunitários de conservação e de uso sustentável da agrobiodiversidade. Fomentar 200 projetos de uso e conservação da biodiversidade. Promover o acesso de 100 mil famílias de Povos Comunidades Tradicionais e Agricultores ao mercado.

<b>Programa: 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0781 - Promover a economia criativa contribuindo para o desenvolvimento econômico e sociocultural sustentável.	Implementar 30 incubadoras de empreendimentos criativos Implementar 60 birôs de serviços para suporte, assessoria e consultoria de empreendedores e empreendimentos criativos Mapear e institucionalizar 30 bacias criativas distribuídas nas cinco regiões do país Mapear e institucionalizar 30 polos criativos, distribuídos nas cinco regiões do país

<b>Programa: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0979 - Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.	<p>Apoiar 920 projetos estratégicos de estudos, integração e desenvolvimento de cadeias produtivas.</p> <p>Apoiar a organização produtiva de 5.600 empreendimentos econômicos solidários, sendo, no mínimo, 30% de grupos de mulheres.</p> <p>Estruturar 01 rede nacional de 200 Bases de Serviços Técnicos e apoiar diretamente, por meio de seus componentes, 500 empreendimentos associativos.</p> <p>Organizar e estruturar 280 redes socioprodutivas territoriais, priorizando as redes de grupos de mulheres.</p>
0983 - Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.	<p>Certificar os produtos e serviços de 5 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema de Comércio Justo e Solidário.</p> <p>Criar e fortalecer 200 redes de produção e comercialização.</p> <p>Promover a incubação, assessoria técnica e o fomento direto a 1,5 mil empreendimentos econômicos solidários.</p>

<b>Programa 2036 – Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0228 - Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).	Apoiar, por instrumentos de fomento florestal, 400 atividades produtivas de desenvolvimento florestal sustentável.
0469 - Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda.	<p>Estabelecer manejo sustentável de 10 produtos da sociobiodiversidade em 34 Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais.</p> <p>Implementar Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar em assentamentos do Inkra e do Programa Nacional de Crédito Fundiário em 340 mil hectares.</p> <p>Implementar Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar em 180 mil hectares de Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais.</p>

<b>Programa: 2045 – Autonomia e Emancipação da Juventude</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0989 - Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio à microprojetos produtivos juvenis.	Apoiar 4.000 microprojetos produtivos juvenis.

<b>Programa 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.	Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições e órgãos parceiros, a elaboração e implementação de quatro acordos e planos participativos, visando à transição para atividades produtivas sustentáveis em terras indígenas.

<b>Programa 2067 - Resíduos Sólidos</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0319 - Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.	<p>Capacitar e fortalecer a participação na coleta seletiva de 60 mil catadores.</p> <p>Fomento a constituição e implementação de 120 consórcios públicos com a atuação em resíduos sólidos.</p> <p>Fomento e fortalecimento de 500 cooperativas/associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação na coleta seletiva e nas cadeias da reciclagem.</p> <p>Incrementar 100 redes de comercialização de materiais recicláveis coletados pelas associações de catadores.</p> <p>Viabilizar infraestrutura para 280 mil catadores.</p>

<b>Programa 2069 – Segurança Alimentar e Nutricional</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0380 - Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.	Ampliar a compra de alimentos agroecológicos e oriundos das cadeias da sociobiodiversidade, de modo a beneficiar 25.000 agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas.
0615 - Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.	Apoiar 800 iniciativas de estruturação da produção familiar e de suas organizações coletivas, em áreas rurais e periurbanas.

## PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

---

O levantamento considera metas do PPA 2012-2015, exclusivamente ou prioritariamente voltadas à pessoa com deficiência. Não estão selecionadas as metas que, embora possam ter impacto na vida desse público, são universais, sem exclusividade ou prioridade ao segmento.

Programas 16

Objetivos 24

Metas 51

Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	
Objetivos	Metas
0976 - Modernizar a gestão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira.	Passar de 2 para 4 o Índice de atendimento (acessibilidade, navegabilidade, usabilidade, interface, qualidade das informações, satisfação dos gestores dos sistemas) dos sistemas de informação do MAPA.

Programa 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	
Objetivos	Metas
0713- Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.	<p>Implantar 270 redes loco regionais de serviços de reabilitação, passando de 334 serviços em 2011 para 604 até 2015</p> <p><b>Iniciativa:</b> Atenção de referência, educação e pesquisa em reabilitação física qualificada</p> <p><b>Iniciativa:</b> Implementação da Política Nacional para a Pessoa com Deficiência</p>

Programa: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	
Objetivos	Metas
0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.	<p>Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação de Equipe de referência do CRAS, visando atender e acompanhar o público prioritário (Programa Bolsa Família, Brasil sem Miséria, BPC e benefícios eventuais) que vive no território.</p> <p>Produzir materiais de orientação aos municípios sobre o atendimento às populações rurais; comunidades tradicionais (indígena, quilombola e ribeirinha) e inclusão das pessoas com deficiência nos serviços.</p>
0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.	<p>Construir e difundir orientações técnicas, estabelecer e monitorar protocolos intersetoriais para implantação e implementação do Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências, com enfoque nas particularidades de grupos vulneráveis (crianças, adolescentes, gestantes e nutrízes, pessoas com deficiência e idosos) nos municípios em situação de desastres.</p> <p>Construir orientações técnicas e induzir o reordenamento dos serviços pré-existentes aos SUAS para atendimento às pessoas idosas e pessoas com deficiências.</p>

<p>0371 - Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.</p>	<p>Conceder o BPC para 302.297 Pessoas com Deficiência em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015.</p> <p>Instituir novos critérios de manutenção do BPC, para compatibilizar o benefício com o contrato de aprendizagem profissional e a situação inicial de trabalho do beneficiário.</p> <p>Ampliar as informações socioeconômicas sobre os beneficiários do BPC, por meio de sua inclusão no CadÚnico, visando analisar a focalização, a cobertura do benefício e o perfil do beneficiário.</p> <p>Criar condições para ampliar a cobertura dos beneficiários na faixa etária de 0 a 18 anos no Programa BPC na Escola</p> <p>Instituir o Programa BPC Trabalho e implantá-lo em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal</p>
--	---

<b>Programa 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
<p>0500 - Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social.</p>	<p>Criar Rede Nacional de Tecnologia Assistiva com 40 núcleos interdisciplinares em universidades nas cinco regiões do país e implantar o Centro de Referência em Tecnologia Assistiva.</p>

<b>Programa 2030- Educação Básica</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
<p>0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.</p>	<p>Elevar a taxa de inclusão escolar de estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.)</p> <p>Elevar o atendimento escolar das pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020. (Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino).</p>

<b>Programa 2035- Esporte e Grandes Eventos Esportivos</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.	Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.  Criar 228 projetos esportivos de Legado Social dos Grandes Eventos – Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, voltados à inclusão social, juventude e educação.
0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.	Apoiar 100% das Modalidades dos Programas Olímpico e Paraolímpico, visando à preparação para Rio 2016.  Contemplar 100% dos atletas de modalidades dos Programas Olímpico e Paraolímpico e dos programas Pan e Parapan-americanos que preencherem os requisitos e se candidatarem ao Bolsa-Atleta, em todas as suas categorias.

<b>Programa 2038- Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0605 - Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.	Implementar Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG) nos sítios governamentais

<b>Programa 2049- Moradia Digna</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.	Promover a acessibilidade nas unidades habitacionais ofertadas no MCMV em áreas urbanas e municípios acima de 50 mil habitantes.

<b>Programa 2044- Autonomia e Emancipação da Juventude</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0276 - Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.	Ampliar os recortes de gênero, etnicorracial, LGBT e pessoas com deficiência nos projetos voltados para jovens.
0961 - Expandir a aprendizagem profissional como política permanente de formação profissional e inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, de forma articulada à elevação da escolaridade formal, às diretrizes da política de educação técnico-profissional e tecnológica e ao projeto de desenvolvimento econômico do país.	Atingir 1.200.000 adolescentes e jovens, com idade entre 14 e 24 anos e pessoas com deficiência a qualquer tempo, admitidos em contratos de aprendizagem.

<b>Programa 2071- Trabalho, Emprego e Renda</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.	<p>Ampliar em 50% o atendimento em intermediação de mão de obra no âmbito do SINE e ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional, priorizando, em particular, o seguinte público e/ou áreas de atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• atividades relacionadas à agricultura, pecuária, aquicultura, pesca e produção florestal;</li> <li>• afrodescendentes, mulheres, jovens e pessoas com deficiência física e intelectual;</li> <li>• trabalhadoras domésticas;</li> <li>• moradores de rua;</li> <li>• público do Programa do Seguro-Desemprego;</li> <li>• público dos Programas Bolsa Família e Brasil Sem Miséria;</li> <li>• trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo;</li> <li>• atividades voltadas para grandes eventos esportivos;</li> <li>• trabalhadores da construção civil; e</li> <li>• presidiários e egressos do sistema penal.</li> </ul> <p>Desenvolver metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional voltadas para o atendimento dos públicos prioritários.</p>

**Programa 2016- Políticas para as Mulheres: enfrentamento à violência e autonomia**

Objetivos	Metas
0932 - Fortalecer e apoiar a implementação da Política de Atenção Integral à Saúde das Mulheres, visando à melhoria das condições de saúde das mulheres, sendo resguardadas as identidades e especificidades vinculadas às questões de raça/etnia, de geração, de orientação sexual e de mulheres com deficiência.	Criar grupo de trabalho interministerial visando a formular políticas de adequação dos equipamentos utilizados no âmbito do SUS para o atendimento de mulheres com deficiência e levantamento de demais necessidades.

**Programa 2044- Mobilidade Urbana e Trânsito**

Objetivos	Metas
0580 - Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal	Adequação dos sistemas metroferroviários à Acessibilidade Universal até 2014, conforme Decreto nº 5.296 de 2004.  Apoiar 50 municípios com projetos de implantação e adequação de infraestrutura urbana visando à acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade.

**Programa 2057- Política Externa**

Objetivos	Metas
0605 - Intensificar a participação do Brasil nos organismos comerciais multilaterais e na gestão dos mecanismos de governança econômico-financeira internacionais com vistas a reforçar as ações de política externa.	Concluir, no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Industrial (OMPI), negociação de instrumentos jurídicos internacionais sobre limitações e exceções aos direitos autorais para (a) pessoas com deficiência para leitura, (b) bibliotecas e arquivos, (c) usos educacionais e (d) pessoas com outros tipos de deficiência
0919 - Promover a percepção internacional do compromisso do Brasil com os direitos humanos e com os temas sociais, por meio da participação ativa em órgãos multilaterais e do diálogo e da cooperação bilaterais.	Iniciativa: Articulação governamental com vistas à participação nas conferências dos Estados-Partes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e promoção da cooperação com outros países e instituições

<b>Programa 2061- Previdência Social</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0252 - Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários, com foco em supervisão, controle e gestão de riscos.	Reabilitar 80% dos segurados elegíveis para o programa de reabilitação profissional.

<b>Programa 2062- Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0575 - Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.	Aumentar o percentual de adoções nacionais de crianças e adolescentes afrodescendentes, soro positivos, com deficiência e/ou grupo de irmãos.

<b>Programa 2063- Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0268 - Expandir a fiscalização do cumprimento das cotas legais para pessoas com deficiência e aprimorar mecanismos de estímulo à inserção desse público no mercado de trabalho.	Inserir 160.000 pessoas com deficiência sob ação fiscal no mercado de trabalho.
0442 - Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência	<p>Acompanhar a implementação de iniciativas que assegurem que pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, de 0 a 18 anos, estejam na escola.</p> <p>Acompanhar o preenchimento das vagas criadas pela política de cotas para pessoas com deficiência no serviço público federal e nas empresas privadas.</p> <p>Atualizar e ampliar os objetivos e metas do Compromisso pela Inclusão das Pessoas com Deficiência – Agenda Social - (Decreto nº 6.215, de 26 de setembro de 2007)</p> <p>Definir conteúdo básico e realizar capacitação em acessibilidade</p> <p>Definir conteúdo básico para capacitação em promoção de direitos da pessoa com deficiência.</p> <p>Implantar Modelo Único de Valoração e Classificação de Deficiências nas diversas políticas.</p> <p>Implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência.</p> <p>Lançar o Banco de Talentos e estimular sua utilização em conjunto com outros sistemas congêneres.</p> <p>Promover capacitação para multiplicadores sobre a técnica de Orientação e Mobilidade.</p>

<p>0568 - Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.</p>	<p>Acompanhar a ampliação da rede de reabilitação dirigida ao fornecimento de órteses e próteses com vistas a atender à demanda.</p> <p>Acompanhar a ampliação do número de Parques Tecnológicos e Incubadores de empresas de bases tecnológicas voltadas para incremento da qualidade e produção das ajudas técnicas.</p> <p>Acompanhar a criação e execução do serviço de apoio para pessoas com impedimento de longo prazo em situação de dependência.</p> <p>Acompanhar a criação do Centro Nacional de Tecnologia Assistiva</p> <p>Implantar, em parceria com outros órgãos, os centros de formação de treinadores e instrutores de cães-guia e centros de treinamentos de cães-guia.</p> <p>Implantar as Centrais de Interpretes da Língua Brasileira de Sinais visando à acessibilidade na comunicação e informação</p> <p>Orientar a padronização de Produtos de Tecnologia Assistiva, envolvendo o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO) e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO).</p>
<p>0736 - Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para garantir a utilização dos ambientes com segurança e autonomia.</p>	<p>Acompanhar ações para incluir o ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – como disciplina curricular</p> <p>Acompanhar a implementação da acessibilidade nas escolas públicas: salas de recursos multifuncionais, ambientes interno, externo e entorno</p> <p>Acompanhar a implementação da acessibilidade nas habitações construídas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, nos projetos do PAC 2 e de mobilidade urbana previstos no PAC-Copa 2014.</p> <p>Acompanhar a implementação da acessibilidade no transporte público e coletivo e a regulamentação do transporte complementar acessível.</p>

# POLÍTICAS PARA AS MULHERES

---

O levantamento considera objetivos e metas do PPA de políticas para as mulheres, compreendendo atendimento específico ou serviços com forte impacto na vida das mulheres. Não estão selecionadas as metas que, embora possam ter impacto na vida das mulheres, são universais, sem exclusividade ou prioridade ao segmento.

Programas 21

Objetivos 50

Metas 211

<b>Programa 2012 – Agricultura Familiar</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.	<p>Adequar as condições de crédito às particularidades da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentados e assentadas da reforma agrária</p> <p>Ampliar de forma qualificada o microcrédito orientado e acompanhado para 750 mil agricultores familiares, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais</p> <p>Expandir a concessão de crédito de investimento para organizações de mulheres rurais no Programa Agroindústria Familiar, atendendo a 48 mil mulheres integrantes de 3.200 organizações produtivas</p> <p>Ampliar o acesso dos assentados e assentadas da reforma agrária, das comunidades quilombolas, indígenas e dos povos e comunidades tradicionais às políticas de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda, por meio da construção de uma proposta de ajuste e qualificação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), ampliação das entidades emissoras e capacitação dessas comunidades</p> <p>Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo.</p> <p>Expandir o Garantia-Safra para a participação de 1.000.000 famílias da agricultura familiar em situação de vulnerabilidade climática, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais.</p>
0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.	<p>Implementar plano de formação e qualificação de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e estabelecer parcerias, considerando as especificidades das comunidades indígenas e quilombolas e das mulheres rurais</p> <p>Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) qualificada e continuada para 1,5 milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 30% de mulheres rurais.</p> <p>Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres.</p> <p>Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 750 mil assentados e assentadas da reforma agrária.</p>
0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e	Apoiar 6,8 mil organizações da agricultura familiar para a diversificação e organização econômica, inserção no mercado privado, comercialização, agroindustrialização e desenvolvimento de atividades não agrícolas,

convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.	garantindo a participação de pelo menos 30% de organizações de mulheres rurais. Implementação do sistema de monitoramento da comercialização de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar (AF) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de acordo com o artigo 14 da Lei 11.947/2009, garantindo a visibilidade da participação das mulheres.
0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar.	Atender 3.200 organizações produtivas de mulheres com Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Setorial para Mulheres. Atender 70 mil mulheres com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Mulher. Capacitar 200 agentes de crédito para atendimento às demandas e qualificação de oferta de crédito para mulheres rurais. Capacitar 200 técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER em metodologia de trabalho com as mulheres. Atender 1.500 organizações com políticas integradas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), crédito, comercialização e gestão.
0760 - Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação.	Consolidar um banco de informações sobre a produção orgânica e de base ecológica no Brasil, com dados desagregados por sexo. Garantir o atendimento de 500.000 famílias com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento para sistemas de produção de base ecológica e orgânica, com a participação de pelo menos 30% de mulheres rurais.

<b>Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.	Implantar 40 projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva de mulheres e jovens para acesso aos mercados e aumento da renda.

<b>Programa: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.	<p>Implantar progressivamente nos municípios brasileiros a notificação contínua da violência doméstica, sexual e/ou outras violências.</p> <p>Implementar Núcleos de Prevenção à Violência nas Unidades da Federação com mais altos índices de homicídios, de agressões e de vitimização a populações vulneráveis</p> <p>Adequar a ambiência de 120 maternidades (reforma, aquisição de equipamentos e materiais) para a atenção humanizada ao parto e nascimento.</p>
0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.	<p>Ampliar a investigação de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil por causas presumíveis de morte materna, passando de 53% em 2010 para 85% até 2015.</p> <p>Ampliar de 6.000 para 7.500 o número de gestantes atendidas (com risco fetal)/ano no IFF/FIOCRUZ.</p> <p>Ampliar em 513 o número de leitos de unidade de terapia intensiva para adultos localizados em hospitais habilitados em alto risco obstétrico, passando de 2.382 leitos para 2.895 até 2015.</p> <p>Ampliar em 684 o número de leitos de unidade de terapia intensiva neonatal, passando de 3.775 leitos em 2011 para 4.459 até 2015.</p> <p>Capacitar 200 parteiras de comunidades quilombolas.</p> <p>Custear 3.141 leitos adicionais de unidades de cuidado intermediário neonatal (UCI), passando de 349 leitos custeados em 2011 para 3.490 até 2015.</p> <p>Distribuir 1.000 kits para parteiras tradicionais até 2015.</p> <p>Implantar 156 novas casas de gestante, bebê e puérpera, passando de 36 casas (implantadas pela Rede Cegonha) em 2011 para 192 até 2015.</p> <p>Implantar 20 serviços para ampliação do acesso à confirmação diagnóstica e tratamento de lesões precursoras de câncer de colo de útero.</p> <p>Implantar 249 novos centros de parto normal, passando de 35 centros (implantadas pela Rede Cegonha) em 2011 para 284 até 2015.</p> <p>Implantar 50 serviços de diagnóstico mamário.</p> <p>Novas instalações do complexo assistencial de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia entregues e em operação.</p> <p>Realizar 15,2 milhões de mamografias bilaterais.</p> <p>Realizar 48 milhões de exames citopatológicos.</p> <p>Realizar o teste de eletroforese em 100% das gestantes usuárias do SUS, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha.</p> <p>Realizar teste rápido da sífilis em 100% das gestantes usuárias do SUS até 2015, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha.</p>

<b>Programa: 2019 - Bolsa Família</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0374 - Reforçar o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, para ruptura do ciclo intergeracional de pobreza.	Aumentar o acompanhamento do acesso das gestantes beneficiárias do PBF ao sistema de saúde materna, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas.

<b>Programa:2020 - Cidadania e Justiça</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0875 - Tornar o sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que compõem o sistema e da implementação de políticas públicas que enfoquem formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos.	Apoiar e instituir equipamentos públicos de Efetivação da Lei Maria da Penha no Sistema de Justiça.  Apoiar e instituir núcleos de execução penal da Defensoria Pública para assistência jurídica integral aos presos, presas e seus familiares
0878 - Garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abarcando a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.	Normatizar a substituição de eixos das embarcações na Amazônia Legal, de forma a erradicar os casos de escalpelamento.

<b>Programa: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0979 - Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.	Apoiar a organização produtiva de 5.600 empreendimentos econômicos solidários, sendo, no mínimo, 30% de grupos de mulheres.  Organizar e estruturar 280 redes socioprodutivas territoriais, priorizando as redes de grupos de mulheres.

0980 - Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.	Garantir o acesso a políticas públicas de apoio à infraestrutura para 680 organizações de mulheres, beneficiando 10.200 trabalhadoras rurais.
0981 - Ampliar os direitos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais nas políticas de desenvolvimento territorial, por meio de ações de emissão de documentação civil e jurídica, bem como de apoio à participação das organizações de mulheres rurais nas instâncias colegiadas e nos comitês gestores de políticas.	Emitir gratuitamente 1.200.000 documentos civis, trabalhistas, jurídicos e fiscais. Garantir a obrigatoriedade da participação de, no mínimo, 30% de mulheres em todas as instâncias colegiadas de 280 colegiados territoriais Realizar 4.000 mutirões de documentação, atendendo a 700 mil mulheres rurais Realizar campanha nacional de mobilização sobre a importância da formalização de grupos produtivos de mulheres na agricultura familiar e reforma agrária. Articular a realização de pesquisa de Amostra Nacional para conhecer a demanda por documentação

<b>Programa: 2030 - Educação Básica</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0596 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.	<p>Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 0 a 3 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos. )</p> <p>Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 4 e 5 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020. (Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos. )</p> <p>Apoiar a construção de 6 mil creches e pré-escolas.</p>
0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.	Reduzir a taxa de analfabetismo, especialmente entre as mulheres, a população do campo e afrodescendentes.

<b>Programa: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0588 Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.	Ampliar a oferta de cursos de profissionalização articulados com elevação de escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres.

<b>Programa: 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0772 - Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios.	Construir um sistema integrado de informações sobre as políticas governamentais numa perspectiva de igualdade racial e de gênero Produzir e publicar relatórios periódicos de monitoramento das políticas de promoção da igualdade racial, incluindo a perspectiva de gênero.
0778 - Estabelecer pactos intersetoriais e interinstitucionais que revertam as altas taxas de mortalidade precoce na população negra, garantindo o seu direito à vida.	Reduzir a morbidade/mortalidade materna entre as mulheres negras

<b>Programa: 2035 - Esportes e Grandes Eventos Esportivos</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.	Incluir nas diretrizes dos projetos de esporte, lazer e atividade física a equidade de gênero.
0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.	Estímulo à criação e consolidação de competições regionais, à racionalização do calendário do futebol profissional e contribuição para o desenvolvimento do futebol feminino.

**Programa: 2037- Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**

**Indicador: Percentual de CREAS com atendimento para mulheres em situação de violência – Índice: 77,00**

<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.	Produzir materiais de orientação aos municípios sobre o trabalho com os direitos das mulheres no âmbito do acompanhamento familiar do PAIF.
0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.	<p>Construir e difundir orientações técnicas, estabelecer e monitorar protocolos intersetoriais para implantação e implementação do Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências, com enfoque nas particularidades de grupos vulneráveis (crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes, pessoas com deficiência e idosos) nos municípios em situação de desastres.</p> <p>Construir e difundir parâmetros e regulações nacionais para o funcionamento do CREAS e do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, assegurado enfoque nas questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial.</p> <p>Elaborar e difundir parâmetros, orientações técnicas e regulações de âmbito nacional para oferta dos Serviços de Acolhimento tipificados para os diferentes públicos, em suas diversas modalidades, assegurando enfoque nas questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT.</p> <p>Elaborar e difundir protocolos e orientações técnicas com enfoque nas questões de gênero, raça ou etnia para o aprimoramento da atenção especializada a mulheres em situação de violência, visando contribuir para a implementação da lei Maria da Penha.</p> <p>Elevar o número de CREAS prestando atendimento especializado a mulheres em situação de violência.</p>

<b>Programa: 2044- Autonomia e Emancipação da Juventude</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0276 - Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.	<p>Ampliar os recortes de gênero, etnicorracial, LGBT e pessoas com deficiência nos projetos voltados para jovens.</p> <p>Firmar parcerias com órgãos governamentais e sociedade civil para prevenir o tráfico, a exploração sexual e a violência contra mulheres jovens.</p> <p>Realizar cursos de capacitação e qualificação técnica e gerencial para gestoras jovens para ampliar a incidência do tema nas políticas públicas de promoção de igualdade de gênero.</p>
0961 - Expandir a aprendizagem profissional como política permanente de formação profissional e inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, de forma articulada à elevação da escolaridade formal, às diretrizes da política de educação técnico-profissional e tecnológica e ao projeto de desenvolvimento econômico do país.	Elevar o número de mulheres jovens inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de trabalho de aprendizagem.

<b>Programa: 2052 - Pesca e Aquicultura</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0576 - Promover a inclusão social, o acesso à cidadania e qualificação profissional com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura.	<p>Capacitar 2.000 pescadoras e aquicultoras dentro do 'Programa Mulheres Mil' do Ministério da Educação</p> <p>Capacitar 4.000 merendeiras em manipulação e preparo de pescado</p>

<b>Programa: 2057 - Política Externa</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0900 - Aprofundar a agenda de relacionamento do Brasil com os países com os quais mantém relações diplomáticas, mediante o incremento do diálogo político e a cooperação bilaterais.	Apoiar a implementação dos programas setoriais de cooperação no âmbito da CPLP, nas áreas de saúde, meio ambiente, igualdade de gênero e cultura, entre outros.

<b>Programa: 2061 - Previdência Social</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0250 - Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária.	Ampliar a cobertura previdenciária das mulheres trabalhadoras, de 64,5% em 2009, para 75%.

<b>Programa: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0962 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.	Implantar a estratégia Rede Cegonha nos 34 Distrito Sanitário Especial Indígena.

<b>Programa: 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.	Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher.
0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.	Elaborar diagnóstico nacional sobre a participação das mulheres da reforma agrária na economia dos projetos de assentamento. Construir instrumentos de priorização dos grupos produtivos de mulheres no Programa Terra Sol.
0422 - Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.	Ampliar as iniciativas de articulação interinstitucional para a construção de creches e escolas de educação básica (infantil, fundamental e média) nos assentamentos.

<b>Programa: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0378 - Consolidar a organização de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo, por meio da expansão e estruturação da rede de equipamentos, ações e serviços públicos de comercialização, alimentação e nutrição sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada.	Ampliar a participação dos equipamentos públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos nos territórios de referência dos equipamentos sociais de assistência social, educação, saúde e outros, de forma a garantir o atendimento integral de pessoas inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico)
0380 - Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.	Ampliar a participação de mulheres rurais no Programa de Aquisição de Alimentos para, no mínimo, 35% do total de agricultores familiares participantes.
0614 - Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.	<p>Ampliar o acesso à água a 3.000 escolas da zona rural e dos territórios tradicionais, sem abastecimento da rede pública, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água com vistas ao consumo humano.</p> <p>Universalizar o acesso à água para consumo humano, atendendo a 730.000 famílias da zona rural do semiárido brasileiro, inscritas no CadÚnico, sem acesso à rede pública de abastecimento, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água.</p> <p>Estabelecer estratégias que permitam ampliar o acesso à água para consumo humano a 245.000 famílias da zona rural das diversas regiões do país e dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, especialmente na região Norte, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água</p>

<b>Programa: 2070 - Segurança Pública com Cidadania</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0285 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.	100% dos estados federados e Distrito Federal, com pelo menos um núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas e um posto avançado de atendimento humanizado ao migrante Elaborar e implementar o 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas 80 pessoas indiciadas por crimes relacionados ao tráfico de pessoas
0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do DF e dos municípios, assim como outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.	Ampliar a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos a todas as unidades da federação, com a adesão do Acre, Alagoas, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins
0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do indivíduo à sociedade, a redução da reiteração criminosa, aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.	Aumentar o número de presídios femininos adequados aos dispositivos das Leis nº 11.942/09 e nº12.121/09 e aos demais direitos das mulheres em situação de prisão (regionalização – nacional)
0834 - Ampliar a presença do Estado em territórios vulneráveis, por meio de ações multisetoriais de segurança, justiça e cidadania em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.	Implantação de 400 projetos Protejo e Mulheres da Paz junto às Praças do PEC – Praças dos Esportes e da Cultura (PAC II).

Programa: 2071 – Trabalho, Emprego e Renda	
Objetivos	Metas
0287 – Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.	<p>Ampliar em 50% o atendimento em intermediação de mão de obra no âmbito do SINE e ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional, priorizando, em particular, o seguinte público e/ou áreas de atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- atividades relacionadas à agricultura, pecuária, aquicultura, pesca e produção florestal;</li> <li>- afrodescendentes, mulheres, jovens e pessoas com deficiência física e intelectual;</li> <li>- trabalhadoras domésticas;</li> <li>- população em situação de rua;</li> <li>- público do Programa do Seguro-Desemprego;</li> <li>- públicos do Programa Bolsa Família e do Plano Brasil Sem Miséria;</li> <li>- trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo;</li> <li>- atividades voltadas para grandes eventos esportivos;</li> <li>- trabalhadores da construção civil; e</li> <li>- presidiários e egressos do sistema penal.</li> </ul> <p>Desenvolver metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional voltadas para o atendimento dos públicos prioritários.</p>

<p>0869 – Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de discriminação no mundo do trabalho.</p>	<p>Acompanhar e incentivar a proposição de medidas e cenários (tendo como referência os dados de 2009) para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• aumentar em 10% as taxas de participação e de ocupação das mulheres;</li> <li>• aumentar em 15% a taxa de ocupação da população negra;</li> <li>• aumentar em 10% a taxa de formalidade;</li> <li>• aumentar em 20% o número de trabalhadoras/es domésticas/os com carteira de trabalho assinada;</li> <li>• aumentar em 37% o número de trabalhadores/as autônomos/as formalizados/as;</li> <li>• diminuir em 20% as desigualdades de rendimentos entre homens e mulheres;</li> <li>• diminuir em 15% as desigualdades de rendimentos entre negros e brancos</li> </ul> <p>Aprimorar e avançar nos estudos sobre a pobreza e a desigualdade social, o desemprego e a informalidade, a extensão da cobertura da proteção social, os baixos níveis de rendimentos e produtividade, os elevados índices de rotatividade no emprego, as desigualdades de gênero e raça/etnia, as condições de segurança e saúde nos locais de trabalho, sobretudo na zona rural, e o combate à discriminação, dentre outros</p> <p>Articular para assegurar aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos previstos na CLT aos demais trabalhadores assalariados.</p> <p>Estimular, nas negociações coletivas, disposições que visem à promoção da igualdade racial e de gênero, com avanços nas cláusulas sociais e financeiras.</p> <p>Incentivar a formalização das relações de trabalho doméstico remunerado.</p> <p>Viabilizar informações desagregadas por sexo e raça/cor dos registros administrativos e banco de dados dos órgãos da administração federal responsáveis por políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda e combate à pobreza.</p>
---	---

Programa: 2016 – Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia	
Objetivos	Metas
<p>0931- Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.</p>	<p>Capacitar 20.000 mulheres urbanas, do campo e da floresta para inserção no mercado de trabalho</p> <p>Certificar 250 organizações públicas e privadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça</p> <p>Construir diálogo social visando ampliar o nível de formalização do trabalho doméstico remunerado no Brasil</p> <p>Efetivação do Protocolo de Intenções visando à concessão de crédito para estimular o empreendedorismo das mulheres</p> <p>Firmar acordos de cooperação para que os Arranjos Produtivos Locais (APLs) promovam a</p>

<p>inclusão produtiva das mulheres</p> <p>Firmar acordos de cooperação que visem ao fortalecimento das organizações produtivas de mulheres urbanas, do campo e da floresta, promovendo acesso à assistência técnica, ao crédito e apoio à comercialização</p> <p>Firmar acordos e protocolos para fortalecimento da cadeia produtiva da pesca artesanal e o desenvolvimento da aquicultura familiar e ainda da constituição de banco de sementes e criação de sementes crioulas em empreendimentos que beneficiem as mulheres</p> <p>Implementar Mesa de Negociação entre entidades das trabalhadoras domésticas e órgãos federais</p> <p>Inscriver a temática de gênero nas políticas de combate à pobreza, com foco em ações voltadas para a inserção das mulheres pobres/extremamente pobres no mercado de trabalho e no sistema produtivo</p> <p>Participar dos Fóruns de Pactuação para implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) instituído pela Lei 11.346/06, com vistas a assegurar o direito das mulheres à alimentação adequada</p> <p>Promover 4 Seminários com órgãos do Governo Federal, visando à formulação de políticas e ao monitoramento da implementação de equipamentos públicos</p> <p>Promover o debate e monitoramento dos índices de formalização do trabalho doméstico remunerado</p> <p>Ratificar a Convenção e a Recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre trabalho decente das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos</p> <p>Realizar 4 campanhas de alcance nacional de respeito, valorização e divulgação dos direitos sociais e previdenciários das trabalhadoras domésticas</p> <p>Revisar a Lei nº 11.324/06 que trata da dedução no Imposto de Renda de Pessoa Física visando à ampliação da formalização das trabalhadoras domésticas</p>
--

0932 - Fortalecer e apoiar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, visando à melhoria das condições de saúde das mulheres, sendo resguardadas as identidades e especificidades vinculadas às questões de raça/etnia, de geração, de orientação sexual e de mulheres com deficiência.

Acompanhar implementação das políticas de saúde visando adequar as demandas específicas das mulheres na identificação e caracterização das doenças ocupacionais vinculadas a labores majoritariamente exercidos por mulheres

Capacitar 70% dos profissionais do Programa de Saúde da Família, responsáveis pelas Unidades Básicas de Saúde, sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), juntamente com órgãos parceiros

Criar grupo de trabalho interministerial visando a formular políticas de adequação dos equipamentos utilizados no âmbito do SUS para o atendimento de mulheres com deficiência e levantamento de demais necessidades

Elaborar documento contendo detalhamento das estratégias da Rede Cegonha em parceria com o Ministério da Saúde

Elaborar estudos e pesquisas sobre usos e aplicações de medicamentos que promovam benefícios para a qualidade de vida das mulheres, incluindo os métodos contraceptivos

Estimular os organismos executivos de políticas para as mulheres a acompanhar a implementação da Rede Cegonha nos estados e municípios

Firmar Acordo de Cooperação, visando a aprimorar e estender o alcance das ações do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST

Participar do Fórum de Implementação e Monitoramento da Rede Cegonha

Realizar 4 Seminários (periodicidade anual) para discussão, divulgação e aprofundamento acerca da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher

Apoiar ações desenvolvidas pela SDH visando a reparação das mulheres anistiadas e/ou em processo de obtenção de anistia política

Apoiar a constituição e fortalecimento de núcleos de gênero nas Universidades Federais e Estaduais

Articular a ampliação do alcance do Programa Gênero e Diversidade na Escola para as instituições de ensino superior público e privado e demais modalidades

<p>0933 - Fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica, mediante apoio às políticas de educação de qualidade, além de políticas culturais, de esporte e lazer que assegurem tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais.</p>	<p>Criar o Programa Trabalho e Inovação Tecnológica para as mulheres</p> <p>Elaborar um caderno com diretrizes da política cultural para incentivo à igualdade de gênero</p> <p>Estimular a ampliação no número de mulheres contempladas com Bolsa-Atleta e nos esportes de alto rendimento visando promover a discussão sobre a perspectiva de gênero nos grandes eventos esportivos, junto aos órgãos federais</p> <p>Formar 140 mil profissionais da rede pública de educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual por meio do Programa Gênero e Diversidade na Escola</p> <p>Formar 40 mil gestoras e gestores em políticas públicas nas temáticas de gênero e relações étnico-raciais através do Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GR)</p> <p>Formular e articular mecanismos que visem à criação de Orientações ou Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de gênero – que contemplem as abordagens de classe social, raça-etnia, orientação sexual e geracional – em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, e à inserção dessa temática nos materiais didáticos empregados</p> <p>Realizar 4 edições do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e lançar Edital de Fomento à Pesquisa no Campo dos Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismo</p> <p>Realizar 4 seleções públicas de iniciativas e projetos de, para e sobre mulheres, visando a produção e circulação de conteúdos culturais que desconstruam mitos e estereótipos de gênero</p> <p>Realizar 4 seminários de abrangência nacional para discussão e divulgação da formação e produção do conhecimento sobre gênero e feminismo</p> <p>Realizar o Encontro de Núcleos e Grupos de Pesquisa - Pensando Gênero e Ciência, previsto para 2013.</p>
--	---

<p>0934 - Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres.</p>	<p>Apoiar a implementação da legislação eleitoral que visa à ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder</p> <p>Apoiar discussão e implementação de Projeto de Lei que vise à ampliação do direito à licença maternidade de 180 dias para as trabalhadoras do setor privado</p> <p>Apoiar e subsidiar o debate sobre a Reforma Política tendo em vista a perspectiva da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão</p> <p>Constituir estratégia para aprovação e implementação do Projeto de Lei que trata da igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho público e privado</p> <p>Constituir um Grupo de Trabalho de caráter interministerial voltado para o tema das mulheres lésbicas e bissexuais, com ênfase no desenvolvimento e implementação de estratégias de apoio à discussão das propostas de legislação que tratam da equiparação de direitos e de garantia da proteção à população LGBT</p> <p>Criar Grupo de Trabalho no âmbito da SPM para elaboração de propostas e contribuições de políticas de atendimento específico às mulheres idosas</p> <p>Divulgar e fortalecer a implementação dos compromissos internacionalmente assumidos, entre eles, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979) e seu Protocolo Facultativo (2000); os Princípios e o Plano de Ação de Cairo (1994); a Declaração e a Plataforma de Ação de Beijing (1995); a Declaração e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000); a Declaração e a Plataforma de Ação de Durban (2001); a Convenção Interamericana para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra a mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994); e o Consenso de Brasília, aprovado na XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe (2010)</p> <p>Estimular a ampliação do número de mulheres nos cargos de decisão dos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) em todos os níveis considerando as mulheres negras e indígenas</p> <p>Estimular a participação das mulheres nos espaços de liderança política e de decisão no âmbito dos partidos políticos, das entidades representativas de movimentos sociais, sindicatos, conselhos de natureza diversa e diversos tipos de associação</p> <p>Fortalecer a parceria com a ONU Mulheres, Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, com vistas a ampliar as políticas de igualdade implementadas pela ONU e nos países que a integram</p> <p>Fortalecer os mecanismos regionais de políticas para as mulheres, a exemplo da Reunião Especializada da Mulher do Mercosul, Comissão Interamericana de Mulheres e Mesa Diretora da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe</p> <p>Realizar 10 reuniões do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos</p>
--	--

<p>0935 - Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.</p>	<p>Ampliar em 30% a Cobertura Municipal dos Conselhos de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres  Ampliar para 1.000 o número de municípios com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres  Ampliar para 1.000 o número de municípios com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres  Ampliar para 10 o número de mecanismos de gênero nos órgãos do Governo Federal com prioridade para os representados no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, bem como estimular o aprimoramento e fortalecimento dos mecanismos já existentes  Ampliar para 27 o número de estados com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres  Ampliar para 27 o número de estados com Plano Estadual de Políticas para as Mulheres  Avaliar as ações prioritárias do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)  Desenvolver e implementar um Sistema Integrado de Dados e Indicadores de Igualdade de Gênero para subsidiar a formulação de políticas públicas e promover a transparência dos gastos públicos e a participação social  Disponibilizar, para 50% dos organismos governamentais de políticas para as mulheres existentes, equipamentos de informática, acesso à internet e capacitação  Estruturar, implementar e consolidar o Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação da Política Nacional para as Mulheres que agregue o atual Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (SIGSPM), garantindo os ajustes necessários  Fortalecer a articulação nacional e regional dos organismos executivos de políticas para as mulheres através do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres  Fortalecer o diálogo e parceria com os institutos de produção de dados e indicadores no âmbito do Comitê de Gênero e Uso do Tempo  Produzir, fomentar e publicar estudos, pesquisas, dados e indicadores oficiais sobre igualdade de gênero, raça, etnia e geracional  Publicação do documento Orientações Estratégicas para a Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais, elaborado pela SPM como resultado de Oficina realizada no âmbito do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM  Publicar o Guia de implementação de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres e demais documentos voltados ao fortalecimento dos organismos executivos de políticas para as mulheres  Realizar estudo/diagnóstico sobre gênero e pobreza  Realizar reuniões, atividades e ações do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM)  Revisar e atualizar o PNPM, à luz da 3ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres - 3ª CNPM</p>
--	---

<p>0936 - Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.</p>	<p>Capacitar 1.000 mulheres indígenas como multiplicadoras para fortalecimento de sua participação na implementação das políticas públicas, com ênfase em sua atuação nos Comitês Regionais da FUNAI.</p> <p>Estimular, por meio de campanhas de grande alcance, a participação de meninas e mulheres nas áreas científicas e tecnológicas</p> <p>Formar 5.000 jovens mulheres multiplicadoras nas jornadas de formação sobre acesso a informações de direitos e ações previstas nos programas do Plano Nacional de Política para as Mulheres e da Política Nacional de Juventude.</p> <p>Produzir peças de publicidade de utilidade pública nos diferentes meios de comunicação, tais como TV, rádio, internet, jornais, revistas e outros</p> <p>Realizar campanha comemorativa e de conscientização da população sobre o Dia Internacional da Mulher, as principais conquistas e os principais desafios a serem superados para igualdade entre mulheres e homens</p> <p>Realizar campanha de valorização da mulher jovem, com produção de materiais e vídeos direcionados à divulgação de seus direitos e ao incentivo da autonomia</p> <p>Realizar campanhas de sensibilização da sociedade para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão</p> <p>Realizar campanha sobre os 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres</p> <p>Realizar campanhas, seminários, vídeos, oficinas de alcance nacional que apontem para a necessidade de superação da divisão sexual do trabalho, dialogando sobre o uso do tempo das mulheres e os impactos do trabalho doméstico.</p>
--	--

<p>0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.</p>	<p>Ampliar a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 para o atendimento internacional.</p> <p>Ampliar e implantar Rede de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência em todos os municípios-polo, territórios da cidadania e áreas deflagradas.</p> <p>Apoiar e articular a implantação da Ficha de Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências, nos serviços de saúde em cumprimento da Portaria do MS nº 104, de 25 de janeiro de 2011.</p> <p>Articular a priorização do atendimento das mulheres em situação de violência nos programas de habitação social, inserção no mundo do trabalho, geração de trabalho e renda, economia solidária e capacitação profissional.</p> <p>Articular a Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência nas Regiões de Fronteira Seca, com atenção especial às mulheres em situação de tráfico e exploração sexual.</p> <p>Aumentar o número de Centros de Referência e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.</p> <p>Aumentar o número de municípios com serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.</p> <p>Aumentar o número de profissionais da Rede de Atendimento e operadores/as de direito capacitados sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e questões da violência contra as mulheres.</p> <p>Aumentar o número de Serviços de Abrigamento, levando em conta os consórcios entre municípios, as áreas deflagradas e os territórios da cidadania.</p> <p>Contribuir para a ampliação do número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.</p> <p>Contribuir para a ampliação dos serviços especializados às mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual.</p> <p>Formalizar parcerias no âmbito do governo federal para a integração das Redes de Atendimento com os sistemas de políticas sociais.</p> <p>Implantar registro administrativo unificado na Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.</p> <p>Implantar Sistema Nacional de Dados sobre a Violência contra a Mulher.</p> <p>Implantar Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência para atender as mulheres do campo e da floresta e dos territórios da cidadania.</p> <p>Induzir, articular e coordenar a elaboração de protocolos, fluxos e procedimentos, em articulação com o Sistema Único de Saúde, Sistema Único de Assistência Social, Sistema Único de Segurança Pública, Poder Judiciário e Ministério Público.</p> <p>Integrar a Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas à Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.</p> <p>Participar do Grupo de Trabalho de monitoramento do Sistema de Notificação Compulsória dos casos de violência contra as mulheres atendidos na rede de saúde pública e privada.</p> <p>Realizar capacitação permanente de 100% das atendentes da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 no tema da violência contra as mulheres, com destaque às especificidades das mulheres do campo e da floresta, negras, indígenas e lésbicas.</p>
--	---

<p>0999 - Fortalecer a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, por meio de difusão da lei e dos instrumentos de proteção de direitos, bem como por meio de ações educativas para o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, para a promoção de direitos sexuais e desconstrução dos estereótipos e mitos relacionados à sexualidade das mulheres.</p>	<p>Construir pactos com empresas públicas e privadas e outros órgãos do governo para prevenir a violência contra as mulheres e combater a exploração sexual de mulheres, adolescentes e jovens, em especial nas áreas de grandes obras de desenvolvimento econômico e infraestrutura e nas regiões de fomento ao turismo.</p> <p>Contribuir para o aumento do número de Coordenadorias Estaduais da Mulher em situação de violência doméstica e familiar nos Tribunais de Justiça Estaduais.</p> <p>Contribuir para o aumento do número de Defensorias Públicas Especializadas e da assistência jurídica gratuita para o atendimento às mulheres em situação de violência.</p> <p>Contribuir para o aumento do número de juizados e varas especializadas de violência doméstica e familiar contra a mulher.</p> <p>Contribuir para o aumento do número de Promotorias Públicas Especializadas e dos Núcleos de Gênero nos Ministérios Públicos Estaduais.</p> <p>Estabelecer parceria com os órgãos responsáveis pela aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) para viabilizar o acompanhamento do percentual de medidas protetivas utilizadas e dos processos julgados de acordo com a referida Lei.</p> <p>Incorporar a temática do enfrentamento à violência contra as mulheres e a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) nos conteúdos programáticos de cursos, principalmente no processo de formação dos operadores de direito, de gestores e gestoras públicos/as e no conteúdo dos concursos públicos.</p> <p>Promover campanhas e ações educativas para o enfrentamento da violência contra as mulheres, exploração sexual e tráfico de mulheres, principalmente direcionadas para os territórios da cidadania, áreas deflagradas, municípios-polo, regiões de fronteira seca e cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.</p> <p>Promover campanhas e ações em defesa da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06).</p>
---	--

<p>1000 - Promover o acesso à Justiça às mulheres em situação de violência, por meio da implementação de Segurança Cidadã, do pleno funcionamento dos instrumentos e serviços do sistema de justiça, promovendo uma cultura não discriminatória.</p>	<p>Constituir grupo de trabalho para a elaboração e construção das diretrizes e normatização dos serviços de responsabilização e educação dos agressores.</p> <p>Contribuir com a construção do Plano Nacional para a Prevenção e Redução de Homicídios.</p> <p>Contribuir para o aumento do número de presídios femininos adequados aos dispositivos das Leis 11.942/09 e 12.121/09 e aos demais direitos das mulheres em situação de prisão.</p> <p>Estabelecer parceria para inclusão da investigação dos casos de violência contra as mulheres na rotina dos Serviços de Inteligência Policial.</p> <p>Firmar parceria com o Sistema Único de Segurança Pública e Polícia Federal para viabilizar a ampliação da utilização dos instrumentos de combate aos crimes de violência sexual contra as mulheres, com destaque para o fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos.</p> <p>Fomentar cooperação internacional, bilateral ou multilateral para o enfrentamento à violência contra as mulheres, bem como à exploração sexual e ao tráfico de pessoas, principalmente no tocante ao atendimento às mulheres.</p> <p>Incentivar a implementação de novos mecanismos de proteção e segurança às mulheres em situação de exploração sexual e tráfico de pessoas.</p> <p>Inserir mulheres nos espaços de participação popular e controle social da Segurança Pública.</p> <p>Integrar as mulheres participantes do Programa Mulheres da Paz às ações de prevenção e defesa dos direitos das mulheres nos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.</p>
--	---

## POLÍTICAS PARA IDOSO

---

O levantamento considera metas do PPA 2012-2015, exclusivamente ou prioritariamente voltadas à população idosa e aquelas com forte impacto para a promoção do envelhecimento ativo e saudável.

Programas 12

Objetivos 20

Metas 52

<b>Programa 2015 – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.	Implantar as equipes de atenção à saúde domiciliar, chegando a 977 equipes até 2015.
0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.	Implantar progressivamente nos municípios brasileiros a notificação contínua da violência doméstica, sexual e/ou outras violências. Implementar Núcleos de Prevenção à Violência nas Unidades da Federação com mais altos índices de homicídios, de agressões e de vitimização a populações vulneráveis. Implantar as academias de saúde, chegando a 4000 academias em 2015. Implementar e monitorar o Plano Nacional para o Controle de Doenças Crônicas não Transmissíveis até 2015.
0717 - Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.	Adquirir 2.160 ambulâncias até 2015. Estruturar 231 unidades de atenção especializada dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015. Implantar 2.163 leitos hospitalares (leitos de UTI, UCI, UTI neonatal, leitos clínicos de retaguarda, leitos de reabilitação) dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015. Implantar 500 unidades de pronto atendimento, passando de 596 em 2011 para 1.096 até 2015. Implantar ou expandir 64 novas centrais de regulação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), até 2015.
0719 - Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção	Capacitar 400 profissionais para qualificações da gestão e das redes de atenção integral à saúde do idoso nos estados e municípios até 2015. Capacitar 5.000 profissionais em saúde do idoso e envelhecimento na modalidade de ensino à distância até 2015. Distribuir 8.000.000 de cadernetas do idoso até 2015.  Iniciativa: Implementação e qualificação de um modelo de atenção integral ao processo de envelhecimento ativo, com foco na saúde da pessoa idosa, favorecendo a ampliação do grau de autonomia e independência para o auto cuidado, envolvendo familiares e comunidade.

0726 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.	Ampliar a cobertura do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular - nos municípios brasileiros do mapa da extrema pobreza que tenham farmácias, passando de 638 municípios em 2011 para 2.365 municípios até 2015.
--	---

<b>Programa 2016 - Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0934 - Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres.	Criar Grupo de Trabalho no âmbito da SPM para elaboração de propostas e contribuições de políticas de atendimento específico às mulheres idosas.

<b>Programa 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0787 - Implantar, ampliar, modernizar, recuperar e articular a gestão e o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer, com ênfase em áreas de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.	Implantar e induzir a gestão de 800 Praças dos Esportes e da Cultura em municípios caracterizados pela baixa presença de equipamentos e pela alta vulnerabilidade social.

<b>Programa 2030 - Educação Básica</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.	<p>Reduzir a taxa de analfabetismo, especialmente entre as mulheres, a população do campo e afrodescendentes*</p> <p>Reduzir a taxa de analfabetismo funcional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020*. (Reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional).</p> <p>* De forma geral o analfabetismo incide de forma mais intensa sobre a população idosa</p>

<b>Programa 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.	Criar projetos de esporte e atividade física que contribuam com a promoção da saúde e da qualidade de vida da população, com atenção especial aos idosos nos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer nas 27 capitais e 553 municípios.

<b>Programa 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)</b> <b>- Taxa Anual de Crescimento do BPC para a Pessoa Idosa Índice de referência: 5,32%</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.	<p>Ampliar a cobertura de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) para todas as faixas etárias dos serviços tipificados, buscando a universalização da oferta e equalização da cobertura de cofinanciamento.</p> <p>Construir padrões para execução dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para todas as faixas etárias tipificadas.</p> <p>Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação de Equipe de referência do CRAS, visando atender e acompanhar o público prioritário (Programa Bolsa Família, Brasil sem Miséria, BPC e benefícios eventuais) que vive no território.</p>
0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.	<p>Construir e difundir orientações técnicas, estabelecer e monitorar protocolos intersetoriais para implantação e implementação do Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências, com enfoque nas particularidades de grupos vulneráveis (crianças, adolescentes, gestantes e nutrízes, pessoas com deficiência e idosos) nos municípios em situação de desastres.</p> <p>Construir orientações técnicas e induzir o reordenamento dos serviços pré-existentes aos SUAS para atendimento às pessoas idosas e pessoas com deficiências.</p> <p>Induzir os municípios com mais de 100 mil habitantes a organizarem a gestão da rede de serviços de acolhimento.</p>

<p>0371 - Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.</p>	<p>Conceder o BPC a todos os indivíduos elegíveis, de acordo com a demanda.</p> <p>Conceder o BPC para 144.715 Pessoas Idosas em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015.</p> <p>Elaborar e difundir Orientações Técnicas sobre a utilização da renda do BPC pelos beneficiários idosos em situação de acolhimento.</p> <p>Instituir protocolo de integração entre o INSS e a SNAS, definindo fluxos e procedimentos para a operacionalização do BPC e o acompanhamento dos beneficiários pelos serviços socioassistenciais.</p>
--	---

**Programa 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito**

Objetivos	Metas
<p>0580 - Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.</p>	<p>Adequação dos sistemas metroferroviários à Acessibilidade Universal até 2014, conforme Decreto nº 5.296 de 2004.</p> <p>Apoiar 50 municípios com projetos de implantação e adequação de infraestrutura urbana visando à acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade</p> <p>Implementação de infraestrutura de transporte não motorizado: 8.000 Km de calçadas.</p>

**Programa 2049 - Moradia Digna**

Objetivos	Metas
<p>0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.</p>	<p>Disponibilizar 200 mil moradias para famílias com renda até R\$ 5 mil mensais na área urbana e até R\$ 60 mil anuais na área rural.*</p> <p>Disponibilizar 600 mil moradias para famílias com renda até R\$ 3,1 mil mensais na área urbana e R\$ 30 mil por ano na área rural.*</p> <p>Promover a acessibilidade nas unidades habitacionais ofertadas no MCMV em áreas urbanas e municípios acima de 50 mil habitantes.</p> <p>*Nota: A Lei nº 12.418/11 reserva aos idosos pelo menos 3% (três por cento) das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.</p>

<b>Programa 2061 - Previdência Social</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0251 - Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adequar 100% da rede de atendimento.</li> <li>• Implantar 435 novas unidades de atendimento do Plano de Expansão.</li> <li>• Reduzir o tempo médio de concessão de benefícios para 15 dias.</li> <li>• Reduzir o tempo médio do atendimento agendado da perícia médica para 10 dias.</li> <li>• Reduzir o tempo médio do atendimento agendado para 15 dias.</li> <li>• Ter 85% dos benefícios decididos na mesma data de entrada.</li> </ul>

<b>Programa 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0256 - Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.	<p>Aprovar marco regulatório para definir padrão de funcionamento e custos das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILP) e dos Centros Dia para Idosos.</p> <p>Elaborar e padronizar os cursos de cuidadores de idosos.</p> <p>Implementar a Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (RENADI) em todos os estados brasileiros.</p> <p style="padding-left: 40px;">Iniciativa: Aprimoramento de mecanismos de denúncia e notificação de violações de direitos da pessoa idosa.</p> <p style="padding-left: 40px;">Iniciativa: Implementação do Compromisso pelo Envelhecimento Ativo e Saudável.</p>
0258 - Promover, defender e articular as políticas de direitos humanos por meio da implementação dos Centros de Direitos Humanos e da realização de Caravanas dos Direitos Humanos.	<p>Implementar Centros de Direitos Humanos em todas as regiões metropolitanas.</p> <p>Implementar Centros de Direitos Humanos no campo em todos os estados brasileiros.</p> <p>Implementar sistema nacional de acompanhamento de denúncias e demandas recebidas nos Centros de Direitos Humanos.</p> <p>Realizar Caravanas de Direitos Humanos em todos os estados brasileiros.</p>
0972 - Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro.	<p>Concluir a análise de todos os processos de requerimento de pensão especial pela Comissão Interministerial de Avaliação que viabiliza a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase.</p>

<b>Programa 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0930 - Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional com a promoção da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, por meio do controle e regulação de alimentos e da estruturação da atenção nutricional na rede de atenção à saúde.	Promover o monitoramento em alimentos processados dos teores de sódio, açúcares e gorduras em 50% dos estados. Redução de 25% da oferta de sódio nos alimentos processados prioritários.

<b>Programa 2071 - Trabalho, Emprego e Renda</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0869 - Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de discriminação no mundo do trabalho.	Institucionalizar a política de valorização do salário mínimo.

# POLÍTICAS PARA OS OBJETIVOS DO MILÊNIO

---

O levantamento considera objetivos e metas do PPA de políticas que contribuem para o alcance dos Objetivos do Milênio.

Programas 41

Objetivos 144

Metas 598

# Levantamento de Políticas para Objetivo 1

**ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME**

Programas 27

Objetivos 73

Metas 274

## OBJETIVO 1: ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME

Programa 2019 – Bolsa Família	
Objetivos	Metas
0619 - Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda.	<p>Aumentar o impacto do Programa Bolsa Família na erradicação e/ou na diminuição da pobreza e da extrema pobreza.</p> <p>Incluir 800 mil famílias em extrema pobreza no Bolsa Família.</p>
0376 - Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômicas, por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias, instrumentos e sistemas de informações, com objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.	<p>Aprimorar a estratégia de identificação e caracterização das famílias pertencentes a grupos populacionais diferenciados bem como as famílias em situação de extrema pobreza, no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.</p> <p>Disponibilização de ferramentas para acesso às informações do Cadastro Único.</p> <p>Identificar e incluir as famílias de baixa renda no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.</p> <p>Migração dos municípios para o Sistema de Cadastro Único Versão 7.</p> <p>Qualificar e atualizar as informações socioeconômicas das famílias de baixa renda incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.</p> <p>Reformular o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF).</p>
0374 - Reforçar o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, para ruptura do ciclo intergeracional de pobreza.	<p>Acompanhar o aumento do acesso das famílias beneficiárias do PBF aos serviços socioassistenciais</p> <p>Aumentar o acompanhamento do acesso das crianças beneficiárias do PBF ao sistema de saúde infantil, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas.</p> <p>Aumentar o acompanhamento do acesso das famílias beneficiárias do PBF ao sistema educacional, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas.</p> <p>Aumentar o acompanhamento do acesso das gestantes beneficiárias do PBF ao sistema de saúde materna, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas.</p>
0375 - Aprimorar a gestão, a operacionalização e a fiscalização do Programa Bolsa Família.	<p>Ampliar o número de municípios brasileiros recebendo o recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD).</p> <p>Aprimorar a atuação da Rede Pública de Fiscalização.</p> <p>Aumentar o percentual dos municípios brasileiros com Fator de Operação do Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M) superior a 0,55.</p>

Programa 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional	
Objetivos	Metas
0377 - Institucionalizar no Território Nacional o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e seus mecanismos de gestão, a fim de possibilitar o seu financiamento e a estruturação da capacidade institucional de planejamento, execução e monitoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, através do plano nacional e dos planos estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional, incluindo a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no âmbito nacional e internacional.	<p>Adesão de todos os estados e do Distrito Federal ao SISAN.</p> <p>Adesão de 3339 Municípios ao SISAN.</p> <p>Implementação do SISAN nos estados, Distrito Federal e municípios através da (i) instituição dos Fóruns de Pactuação, (ii) elaboração dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e (iii) apoio aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional.</p>
0378 - Consolidar a organização de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo, por meio da expansão e estruturação da rede de equipamentos, ações e serviços públicos de comercialização, alimentação e nutrição sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada.	<p>Ampliar a participação dos equipamentos públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos nos territórios de referência dos equipamentos sociais de assistência social, educação, saúde e outros, de forma a garantir o atendimento integral de pessoas inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico).</p> <p>Elaboração de estratégias e planos de gestão descentralizada e de integração de ações de segurança alimentar.</p> <p>Implantação da Política Nacional de Agricultura Urbana.</p> <p>Promover a integração dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs) com outras políticas territoriais estimuladas pelo Governo Federal, com vistas a fomentar e estruturar sistemas públicos agroalimentares.</p>

<p>0379 - Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional e de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares saudáveis, por meio da mobilização social, articulação e trabalho em rede, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.</p>	<p>Criar os serviços de pesquisa e extensão em Educação Alimentar e Nutricional para subsidiar os setores governamentais no aprimoramento e integração das ações em nível local.  Criar protocolo de ações de Educação Alimentar e Nutricional para as famílias beneficiárias dos Programas Socioassistenciais, integrando as redes e equipamentos públicos e instituições que compõem o SISAN.  Incluir ações de Educação Alimentar e Nutricional nos planos político pedagógicos das escolas.  Inserir a promoção da alimentação adequada e saudável nas ações e estratégias realizadas pelas redes de saúde, educação e assistência social.  Inserir nos processos de Educação Alimentar e Nutricional, estratégias de sensibilização e orientação à população para adoção de hábitos alimentares mais saudáveis; e de formação e qualificação dos profissionais e produtores familiares e/ou urbanos para atuarem com os componentes alimentação, nutrição e consumo saudável.  Publicar o marco conceitual de Educação Alimentar e Nutricional nas Políticas Públicas, respeitando as práticas alimentares dos Povos Indígenas e dos Povos e Comunidades Tradicionais.  Realizar campanhas de sensibilização de profissionais, agentes do SISAN e da população para o preparo e consumo de produtos alimentares regionais, da sociobiodiversidade, agroecológicos e de maior valor nutritivo.</p>
<p>0380 - Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.</p>	<p>Ampliar a compra de alimentos agroecológicos e oriundos das cadeias da sociobiodiversidade, de modo a beneficiar 25.000 agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas.  Ampliar a destinação ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) de bens e mercadorias apreendidos pelos órgãos de fiscalização e apreensão e de material vegetal suprimido de grandes obras pelos órgãos da administração pública federal, elevando a arrecadação do Fundo de Erradicação e Combate a Fome, visando o apoio a ações de estruturação da produção e inclusão socioeconômica, de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como de suas organizações, incluindo aquelas que atuam sob os princípios da economia solidária.  Ampliar a participação de mulheres rurais no Programa de Aquisição de Alimentos para, no mínimo, 35% do total de agricultores familiares participantes.  Ampliar a participação de povos e comunidades tradicionais e povos indígenas no Programa de Aquisição de Alimentos.  Ampliar o número de agricultores familiares participantes do Programa de Aquisição de Alimentos para 450 mil, sendo, no mínimo, 57% dos agricultores participantes enquadrados nos Grupos A, A/C e B do PRONAF.  Apoiar a formação de estoques por 45 mil agricultores familiares, organizados em pessoas jurídicas, para comercialização de seus produtos, sendo, no mínimo, 25 mil agricultores familiares enquadrados nos Grupos A, A/C e B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).  Expandir a destinação dos produtos adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos para as redes socioassistencial e de equipamentos públicos de alimentação e nutrição.  Expandir a execução do Programa de Aquisição de Alimentos nos estados da Região Norte e Nordeste para 60% do total executado Implantação de sistemas informatizados de acompanhamento e gestão do Programa de Aquisição de Alimentos, que permitam a expansão qualificada do Programa, bem como a transparência nas operações realizadas no seu âmbito.  Qualificar, em articulação com parceiros institucionais, o fornecimento de alimentos aos grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública e integrá-los aos programas sociais e de inclusão produtiva, visando a sua melhoria socioeconômica.</p>

<p>0613 - Fomentar o abastecimento alimentar como forma de assegurar o acesso regular e permanente da população brasileira a alimentos, em quantidade suficiente, qualidade e diversidade, observadas as práticas alimentares promotoras da saúde e respeitados os aspectos culturais e ambientais.</p>	<p>Adquirir produtos da agricultura familiar, dos extrativistas e dos pescadores artesanais, perfazendo um total de 3.000 famílias produtoras, com atuação nas calhas dos rios Amazonas, Negro, Solimões, Juruá, Purus e Madeira, utilizando, para tanto 4 embarcações fluviais.</p> <p>Realizar interação do setor hortigranjeiro com agentes da cadeia de produção e distribuição.</p> <p>Fortalecer o segmento dos varejistas de pequeno porte, até cinco checkouts, que atuam com a linha básica de consumo (mercearias), assegurando sua rentabilidade e melhorando a qualidade dos serviços prestados às comunidades locais, por meio do incentivo ao associativismo.</p> <p>Implementar um observatório dos preços dos alimentos, buscando reduzir a volatilidade dos preços dos alimentos.</p>
<p>0615 - Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.</p>	<p>Adotar medidas para ampliar a aplicação de recursos advindos de leilões de bens apreendidos em operações de crimes ambientais e de empreendimentos de interesse público ou social que tenham sido objeto de licenciamento ambiental que possuem autorização de supressão vegetal, em ações de desenvolvimento social de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.</p> <p>Apoiar 800 iniciativas de estruturação da produção familiar e de suas organizações coletivas, em áreas rurais e periurbanas.</p> <p>Atender 142.100 agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade social, fomentando atividades produtivas diversificadas, especialmente de alimentos, a partir de conceitos agroecológicos, respeitadas as características culturais.</p> <p>Elaborar política, marcos legais e instrumentos normativos visando a estruturação da produção dos agricultores familiares, de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais, diferenciando-as das ações oficiais de crédito.</p>
<p>0930 - Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional com a promoção da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, por meio do controle e regulação de alimentos e da estruturação da atenção nutricional na rede de atenção à saúde.</p>	<p>33% ao ano das unidades básicas de saúde equipadas com balanças e antropômetros.</p> <p>Aprovação da atualização da Política Nacional de Alimentação e Nutrição do SUS.</p> <p>Aumentar em 25% o número de culturas agrícolas a serem analisadas quanto aos níveis de resíduos de agrotóxicos.</p> <p>Aumento de 35% na cobertura populacional do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan).</p> <p>Avaliar a redução dos limites tolerados de micotoxinas em alimentos, tendo como base o disposto em legislação específica.</p> <p>Elaboração do Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade.</p> <p>Implantação de uma nova estratégia para o controle e prevenção da anemia ferropriva.</p> <p>Implantar o Sistema Eletrônico de Notificação e Registro de Produtos na Área de Alimentos.</p> <p>Promover o monitoramento em alimentos processados dos teores de sódio, açúcares e gorduras em 50% dos estados.</p> <p>Redução de 25% da oferta de sódio nos alimentos processados prioritários.</p>

Programa 2012 - Agricultura Familiar	
Objetivos	Metas
0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.	<p>Adequar as condições de crédito às particularidades da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentados e assentadas da reforma agrária.</p> <p>Adquirir 2,7 milhões de toneladas de alimentos produzidos pela agricultura familiar por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM-AF).</p> <p>Ampliar de forma qualificada o microcrédito orientado e acompanhado para 750 mil agricultores familiares, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais.</p> <p>Ampliar o acesso ao crédito para 5 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar.</p> <p>Ampliar o acesso dos assentados e assentadas da reforma agrária, das comunidades quilombolas, indígenas e dos povos e comunidades tradicionais às políticas de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda, por meio da construção de uma proposta de ajuste e qualificação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), ampliação das entidades emissoras e capacitação dessas comunidades.</p> <p>Distribuir sementes para 220 mil famílias no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria.</p> <p>Expandir a concessão de crédito de custeio agrícola para 750 mil famílias da agricultura familiar.</p> <p>Expandir a concessão de crédito de investimento para organizações de mulheres rurais no Programa Agroindústria Familiar, atendendo a 48 mil mulheres integrantes de 3.200 organizações produtivas.</p> <p>Expandir o Garantia-Safra para a participação de 1.000.000 famílias da agricultura familiar em situação de vulnerabilidade climática, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais.</p> <p>Financiar 100 mil equipamentos da indústria nacional com tecnologia apropriada para a agricultura familiar no âmbito do Mais Alimentos.</p> <p>Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo.</p> <p>Ofertar seguro da produção para 650 mil famílias da agricultura familiar.</p>

<p>0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.</p>	<p>Atender 3 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar com metodologia de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para produção, organização, gestão e comercialização.</p> <p>Capacitar 17.292 conselheiros municipais de desenvolvimento rural sustentável, envolvidos na operacionalização do Garantia Safra, como agentes de controle social das políticas públicas.</p> <p>Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com monitoramento e avaliação para 750.000 agricultores familiares que acessam o microcrédito.</p> <p>Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 15 mil famílias indígenas, com recorte específico para este público.</p> <p>Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 20 mil famílias quilombolas, com recorte específico para este público.</p> <p>Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 750 mil assentados e assentadas da reforma agrária.</p> <p>Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 10 mil famílias de agricultores familiares produtoras de tabaco, para a diversificação da produção.</p> <p>Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 203 mil famílias de agricultores e 50 mil famílias assentadas da reforma agrária no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, com acompanhamento diferenciado.</p> <p>Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 50 mil famílias extrativistas para realização de atividades de manejo florestal e implantação de agricultura de baixo carbono.</p> <p>Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 500 mil famílias de agricultores familiares, assentados, povos e comunidades tradicionais, no desenvolvimento de processos de produção de base ecológica e acesso a mercados agroecológicos e orgânicos.</p> <p>Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 50 mil jovens rurais.</p> <p>Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 600 mil famílias utilizando a metodologia do Pronaf sustentável.</p> <p>Implementar plano de formação e qualificação de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e estabelecer parcerias, considerando as especificidades das comunidades indígenas e quilombolas e das mulheres rurais.</p> <p>Incentivar as Escolas Famílias Agrícolas (EFAS) a destinarem vagas exclusivas para estudantes quilombolas.</p> <p>Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) qualificada e continuada para 1,5 milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 30% de mulheres rurais.</p> <p>Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres.</p>
---	---

<p>0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.</p>	<p>Ampliar o percentual de acesso do público da reforma agrária às políticas de compras públicas.</p> <p>Apoiar 6,8 mil organizações da agricultura familiar para a diversificação e organização econômica, inserção no mercado privado, comercialização, agroindustrialização e desenvolvimento de atividades não agrícolas, garantindo a participação de pelo menos 30% de organizações de mulheres rurais.</p> <p>Apoiar a adequação das legislações sanitária, tributária, fiscal e previdenciária para atendimento das especificidades da agricultura familiar e revisão/elaboração de instrumentos legais relacionados.</p> <p>Apoiar a ampliação da criação das agroindústrias familiares das comunidades indígenas e sua manutenção, respeitando a dinâmica cultural e divisão do trabalho de cada povo.</p> <p>Criar estratégia para identificar e valorizar os aspectos culturais e ambientais dos produtos oriundos de comunidades quilombolas e indígenas, visando a ampliar a comercialização de gêneros alimentícios no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).</p> <p>Implantar compra mínima de 30% do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) diretamente da agricultura familiar em 100% do território nacional, com 60% das capitais comprando conforme o artigo 14 da Lei 11.947/09 de agricultores familiares do próprio estado.</p> <p>Implementação do sistema de monitoramento da comercialização de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar (AF) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de acordo com o artigo 14 da Lei 11.947/2009, garantindo a visibilidade da participação das mulheres.</p> <p>Inserir 25.000 famílias da agricultura familiar nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis.</p> <p>Inserir 25 cooperativas nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis.</p> <p>Inserir 90 cooperativas da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel.</p>
---	---

<p>0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar.</p>	<p>Atender 1.500 organizações com políticas integradas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), crédito, comercialização e gestão.</p> <p>Atender 3.200 organizações produtivas de mulheres com Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Setorial para Mulheres.</p> <p>Atender 70 mil mulheres com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Mulher.</p> <p>Capacitar 200 agentes de crédito para atendimento às demandas e qualificação de oferta de crédito para mulheres rurais.</p> <p>Capacitar 200 técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em metodologia de trabalho com as mulheres.</p>
<p>0760 - Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação.</p>	<p>Articular a inserção do conteúdo da Agroecologia na educação formal e informal.</p> <p>Aumentar a participação dos produtos orgânicos e de base ecológica no mercado.</p> <p>Cadastrar 25.000 agricultores e agricultoras familiares no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG).</p> <p>Consolidar um banco de informações sobre a produção orgânica e de base ecológica no Brasil, com dados desagregados por sexo.</p> <p>Elaborar e implementar a Política Nacional de Agroecologia e de Agricultura Orgânica.</p> <p>Garantir o atendimento de 200 pessoas jurídicas com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento a sistemas de produção de base ecológica e orgânica.</p> <p>Garantir o atendimento de 500.000 famílias com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento para sistemas de produção de base ecológica e orgânica, com a participação de pelo menos 30% de mulheres rurais.</p>
<p>0761 - Promover e garantir o espaço das políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária por meio do fortalecimento do processo de integração regional, cooperação internacional e participação nas negociações internacionais e de comércio exterior envolvendo o país.</p>	<p>Promover negociações internacionais e de comércio exterior, projetos de cooperação técnica e propostas de regulamentos do Mercosul que fortaleçam o espaço das políticas públicas da agricultura familiar, reforma agrária e de povos e comunidades tradicionais.</p>

<b>Programa 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.	<p>Promover a adesão de 5.556 Municípios ao Programa Saúde na Escola.</p> <p>Implantar 270 redes loco regionais de serviços de reabilitação, passando de 334 serviços em 2011 para 604 até 2015.</p> <p>Implantar, em pelo menos 10 estados do país, a Política de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias.</p> <p>Ampliar em 7.200 o número de equipes de saúde bucal, passando de 20.400 equipes em 2011 para 27.600 até 2015.</p>
0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.	Implementar Núcleos de Prevenção à Violência nas Unidades da Federação com mais altos índices de homicídios, de agressões e de vitimização a populações vulneráveis.

<b>Programa 2018 - Biodiversidade</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0506 Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.	Remunerar 70 mil famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos naturais no meio rural (Plano Brasil sem Miséria).

<b>Programa: 2020 - Cidadania e Justiça</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0874 - Assegurar e expandir os direitos dos migrantes por meio da consolidação de mecanismos ágeis de acesso à informação, construção de direitos e prestação de serviços públicos gratuitos, independentemente de sua situação migratória.	Apoiar a implementação de núcleos especializados da Defensoria Pública para atendimento da população em situação de rua.
0878 - Garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abrangendo a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.	Estruturar o atendimento da Defensoria Pública da União para as comunidades quilombolas e tradicionais com maiores índices de violência e risco social.

<b>Programa: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.	Atender os pedidos de instalação de Telefone de Uso Público nas comunidades remanescentes de quilombos ou quilombolas, devidamente certificadas; populações tradicionais e extrativistas fixadas nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; assentamentos de trabalhadores rurais; aldeias indígenas; organizações militares das Forças Armadas; postos da Polícia Rodoviária Federal; e, aeródromos públicos.

<b>Programa 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0840 - Estruturar e adensar Arranjos Produtivos Locais e cadeias produtivas em múltiplas escalas, com vistas ao desenvolvimento sustentável, à competitividade e à superação das desigualdades regionais e da pobreza extrema, por meio da dinamização econômica e da inclusão produtiva.	Gerar 106.770 postos de trabalho nos APLs apoiados.
0977 - Promover a integração de políticas públicas em âmbito setorial e federativo, bem como em múltiplas escalas territoriais, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração.	Atender 280 territórios rurais com um conjunto de políticas públicas integradas e territorializadas, compatível com as principais carências existentes no meio rural.
0979 - Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.	Apoiar a organização produtiva de 5.600 empreendimentos econômicos solidários, sendo, no mínimo, 30% de grupos de mulheres. Capacitar 2.000 novos agentes de promoção de redes socioprodutivas solidárias nos territórios. Organizar e estruturar 280 redes socioprodutivas territoriais, priorizando as redes de grupos de mulheres.
0982 - Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento.	Aprovar o novo marco legal da economia solidária e do cooperativismo de trabalho. Criar e implantar o Sistema Nacional de Economia Solidária e fortalecer as instâncias de participação. Implementar a inserção de 9 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário.
0983 - Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.	Certificar os produtos e serviços de 5 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema de Comércio Justo e Solidário. Criar e fortalecer 200 redes de produção e comercialização. Incluir 200 comunidades nas finanças solidárias. Promover a formação e capacitação social e profissional de 10.000 trabalhadores para a economia solidária. Promover a incubação, assessoria técnica e o fomento direto a 1,5 mil empreendimentos econômicos solidários.

<b>Programa 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0621 - Promover, preservar e difundir o patrimônio e as expressões culturais afro-brasileiras	Realizar ações para o desenvolvimento sustentável de 1.635 comunidades remanescentes de quilombos, tradicionais e de terreiros. Fomentar, valorizar e preservar a cultura e o patrimônio afro-brasileiro através da execução de 250 projetos específicos.
0787 - Implantar, ampliar, modernizar, recuperar e articular a gestão e o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer, com ênfase em áreas de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.	Implantar e induzir a gestão de 200 Espaços Mais Cultura. Implantar e induzir a gestão de 800 Praças dos Esportes e da Cultura em municípios caracterizados pela baixa presença de equipamentos e pela alta vulnerabilidade social.
0788 - Produzir e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira e desenvolver política nacional de integração entre cultura e educação.	Implementar o Programa Mais Cultura nas escolas.

<b>Programa 2030 - Educação Básica</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.	Iniciativa 02C0 - Prestação de assistência financeira, técnica e material às escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de transporte, alimentação, assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático-escolar, paradidático, periódicos e obras de referência, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos. Ação: 2A95 Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional – ProJovem Urbano e Campo Ação: 8744 Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica

<b>Programa 2033 - Energia Elétrica</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0045 Universalizar o acesso à energia elétrica.	Atender integralmente a população assistida pelo Programa Brasil Sem Miséria, através do Luz para Todos e Universalização.

<b>Programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.	<p>Elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 562.</p> <p>Elevar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020. (Ampliar a oferta de vagas por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uniformizando a expansão no território nacional.)</p> <p>Elevar o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, em consonância com o PNE 2011-2020. (Duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta)</p> <p>Oferecer 8 milhões de vagas para a educação profissional e tecnológica, com a concessão de 3 milhões de bolsas a estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda.</p>
0588 - Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.	Elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio).

<b>Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0773 - Promover ações afirmativas no âmbito da ação governamental visando a corrigir as desigualdades raciais e assegurar a igualdade de oportunidades.	Estabelecer acordos para a inclusão da população negra no mercado de trabalho.
0984 - Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas.	Assegurar o acesso a serviços, programas e projetos a 700 comunidades quilombolas certificadas e/ou tituladas. Fortalecer o Selo Quilombos do Brasil como referência de origem da produção das comunidades em diversas cadeias produtivas.
0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.	Contratar e conveniar a elaboração de Relatórios Antropológicos. Decretar de interesse social 120 territórios quilombolas. Demarcar, certificar e titular os territórios desintrusados em nome das comunidades quilombolas. Publicar 140 portarias, reconhecendo 64 mil hectares e beneficiando 14 mil famílias. Publicar 190 RTIDs, identificando 660 mil hectares, beneficiando 13 mil famílias. Vistoriar e avaliar 520 mil hectares de terras inseridos nos territórios quilombolas, indenizando 250 mil hectares.

**Programa 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**

<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
<p>0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.</p>	<p>Ampliar a cobertura de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) para todas as faixas etárias dos serviços tipificados, buscando a universalização da oferta e equalização da cobertura de cofinanciamento.</p> <p>Aprimorar a gestão territorial dos CRAS, de forma a assegurar a articulação entre o trabalho social com famílias e a oferta de serviços de proteção básica no território.</p> <p>Construir padrões para execução dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para todas as faixas etárias tipificadas.</p> <p>Elevar o percentual de CRAS operando segundo padrões nacionais de funcionamento.</p> <p>Elevar o percentual de Municípios que realizam Busca Ativa das famílias, especialmente daquelas priorizadas pelo Plano Brasil Sem Miséria.</p> <p>Fortalecer e incrementar a rede de Proteção Social Básica, induzindo o acompanhamento das famílias em situação de extrema pobreza definidas pelo Plano Brasil sem Miséria.</p> <p>Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação de Equipe de referência do CRAS, visando atender e acompanhar o público prioritário (Programa Bolsa Família, Brasil sem Miséria, BPC e benefícios eventuais) que vive no território.</p> <p>Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação de Equipes de referência do CRAS para execução do Plano Nacional de Enfrentamento ao crack e outras drogas.</p> <p>Produzir materiais de orientação aos municípios sobre o atendimento às populações rurais; comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhas) e inclusão das pessoas com deficiência nos serviços.</p> <p>Produzir materiais de orientação aos municípios sobre o trabalho com os direitos das mulheres no âmbito do acompanhamento familiar do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF.</p>

<p>0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.</p>	<p>Ampliar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial - PSE para crianças e adolescentes, em situação de violência, com enfoque na proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária.</p> <p>Ampliar o número de CREAS Regionais e Municipais nas regiões de extrema pobreza, em acordo com o Plano Brasil sem Miséria.</p> <p>Construir e difundir orientações técnicas, estabelecer e monitorar protocolos intersetoriais para implantação e implementação do Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências, com enfoque nas particularidades de grupos vulneráveis (crianças, adolescentes, gestantes e nutrízes, pessoas com deficiência e idosos) nos municípios em situação de desastres.</p> <p>Construir e difundir parâmetros e regulações nacionais para o funcionamento do CREAS e do Centro de Referência.</p> <p>Especializado para População em Situação de Rua, assegurado enfoque nas questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial.</p> <p>Construir orientações técnicas e induzir o reordenamento dos serviços pré-existentes aos SUAS para atendimento às pessoas idosas e pessoas com deficiências.</p> <p>Criar capacidade para mapeamento, identificação, registro no CadÚnico e vinculação a serviços públicos, das pessoas em situação de rua nos municípios com mais de 100 mil habitantes.</p> <p>Elaborar e difundir orientações técnicas e fluxos intersetoriais para o aprimoramento da gestão do serviço de proteção social para adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).</p> <p>Elaborar e difundir orientações técnicas e protocolos intersetoriais sobre atendimento especializado a crianças e adolescentes em situação de violação física, psicológica e abuso e exploração sexual.</p> <p>Elaborar e difundir parâmetros, orientações técnicas e regulações de âmbito nacional para oferta dos Serviços de Acolhimento tipificados para os diferentes públicos, em suas diversas modalidades, assegurando enfoque nas questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT.</p> <p>Elaborar e difundir protocolos e orientações técnicas com enfoque nas questões de gênero, raça ou etnia para o aprimoramento da atenção especializada a mulheres em situação de violência, visando contribuir para a implementação da lei Maria da Penha.</p> <p>Elaborar protocolo intersetorial, construir e difundir orientações técnicas específicas para o atendimento especializado às famílias e indivíduos com violação de direitos associada ao uso de crack e outras drogas.</p> <p>Elevar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial para população em situação de rua nos territórios cobertos pelo Plano Brasil sem Miséria.</p> <p>Elevar o número de CREAS ofertando serviço de proteção social a adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).</p> <p>Elevar o número de CREAS prestando atendimento especializado a mulheres em situação de violência.</p> <p>Elevar o percentual de Centros de Referência Especial de Assistência Social - CREAS e de Centros de Referência Especializado para Populações em situação de rua, operando segundo padrões de funcionamento estabelecidos nacionalmente.</p> <p>Incluir no Censo SUAS os serviços de acolhimento.</p> <p>Induzir a oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social nos municípios com populações em situação de rua, com foco no trabalho infantil em suas piores formas e em cidades-sede de grandes eventos e obras.</p> <p>Induzir os municípios com mais de 100 mil habitantes a organizarem a gestão da rede de serviços de acolhimento.</p>
---	--

<p>0371 - Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.</p>	<p>Ampliar as informações socioeconômicas sobre os beneficiários do BPC, por meio de sua inclusão no CadÚnico, visando analisar a focalização, a cobertura do benefício e o perfil do beneficiário.</p> <p>Conceder o BPC a todos os indivíduos elegíveis, de acordo com a demanda.</p> <p>Conceder o BPC para 144.715 Pessoas Idosas em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015.</p> <p>Conceder o BPC para 302.297 Pessoas com Deficiência em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015.</p> <p>Criar condições para ampliar a cobertura dos beneficiários na faixa etária de 0 a 18 anos no Programa BPC na Escola.</p> <p>Elaborar e difundir Orientações Técnicas sobre a utilização da renda do BPC pelos beneficiários idosos em situação de acolhimento.</p> <p>Estabelecer e implantar novo marco regulatório para reavaliação periódica do BPC.</p> <p>Instituir novos critérios de manutenção do BPC, para compatibilizar o benefício com o contrato de aprendizagem profissional e a situação inicial de trabalho do beneficiário.</p> <p>Instituir o Programa BPC Trabalho e implantá-lo em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal.</p> <p>Instituir protocolo de integração entre o INSS e a SNAS, definindo fluxos e procedimentos para a operacionalização do BPC e o acompanhamento dos beneficiários pelos serviços socioassistenciais.</p>
<p>0372 - Coordenar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), apoiando e acompanhando sua implementação nas demais esferas de governo, assim como organizar e coordenar a Vigilância Social, para o monitoramento das vulnerabilidades, riscos sociais e violações de direitos, dos padrões dos benefícios e ações ofertadas pela política de assistência social.</p>	<p>Elevar o número de municípios com desempenho satisfatório na gestão do SUAS.</p> <p>Elevar o número de profissionais capacitados no Programa Nacional de Formação, Qualificação e Capacitação no SUAS.</p> <p>Induzir a estruturação da área de Vigilância Social em todos os Estados e no Distrito Federal.</p> <p>Induzir a estruturação da área de Vigilância Social em todos os municípios com 50 mil habitantes ou mais.</p> <p>Integrar todos os municípios ao sistema de notificação de violação de direitos.</p> <p>Revisar o Pacto de Aprimoramento de Gestão firmado entre os Governos Estaduais e Federal e estendê-lo aos municípios.</p> <p>Vincular entidades de assistência social ao SUAS.</p>

<b>Programa 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
<p>0276 - Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.</p>	<p>Aprovar o Estatuto da Juventude.</p> <p>Aprovar o Plano Nacional de Juventude.</p> <p>Elaborar proposta e iniciar a implementação do Sistema Nacional de Juventude.</p>

<p>0961 - Expandir a aprendizagem profissional como política permanente de formação profissional e inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, de forma articulada à elevação da escolaridade formal, às diretrizes da política de educação técnico-profissional e tecnológica e ao projeto de desenvolvimento econômico do país.</p>	<p>Atingir 1.220.628 adolescentes e jovens, com idade entre 14 e 24 anos, e pessoas com deficiência a qualquer tempo, admitidos em contratos de aprendizagem. Implementar o Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (PNAP). Inserir 644.160 aprendizes sob ação fiscal no mercado de trabalho.</p>
<p>0967 - Oferecer políticas públicas específicas, que garantam melhores condições de inclusão social e produtiva da juventude e que ampliem as políticas de transferência de renda, participação cidadã e qualificação profissional</p>	<p>Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional de jovens de 18 a 29 anos em situação de baixa renda, privilegiando: - as áreas da SUDAM, SUDENE, SUDECO e integrantes do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional; - jovens dependentes químicos em situação de conflito com a lei; e - jovens rurais e de comunidades tradicionais.</p>
<p>0988 - Implementar o programa Estação Juventude no território nacional, voltado para a produção e circulação de informações, a formação de redes sociais de interesse comum e experiências concretas de integração de políticas públicas capazes de modificar e enriquecer a realidade dos jovens, reafirmando a importância da dimensão territorial do desenvolvimento.</p>	<p>Implantar 150 unidades do programa Estação Juventude. Integrar pontos da Estação Juventude a Equipamentos públicos nos territórios.</p>
<p>0989 - Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio à microprojetos produtivos juvenis.</p>	<p>Apoiar 4.000 microprojetos produtivos juvenis. Capacitação de 50.000 jovens moradores de áreas rurais para a inserção produtiva e o desenvolvimento sustentável do campo. Qualificação de 3.000 jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais.</p>

<b>Programa 2038- Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
<p>0605 - Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.</p>	<p>Implementar Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG) nos sítios governamentais.</p>

<b>Programa 2048- Mobilidade Urbana e Trânsito</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0580 - Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.	Adequação dos sistemas metroferroviários à Acessibilidade Universal até 2014, conforme Decreto nº 5.296 de 2004. Apoiar 50 municípios com projetos de implantação e adequação de infraestrutura urbana visando à acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade.

<b>Programa 2049- Moradia Digna</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.	Promover a acessibilidade nas unidades habitacionais ofertadas no MCMV em áreas urbanas e municípios acima de 50 mil habitantes.

<b>Programa 2061 - Previdência Social</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0250 - Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária.	Ampliar o índice de cobertura previdenciária para 77%. Ampliar para 3 milhões o número de microempreendedores individuais formalizados.
0252 - Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários, com foco em supervisão, controle e gestão de riscos.	Reabilitar 80% dos segurados elegíveis para o programa de reabilitação profissional.

<b>Programa 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0575 - Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação	Aumentar o percentual de adoções nacionais de crianças e adolescentes afrodescendentes, soro positivos, com deficiência e/ou grupo de irmãos.
0259 - Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento.	<p>Construir condições para extinção das unidades de internação impróprias no sistema socioeducativo.</p> <p>Expandir e monitorar a implementação do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual (PAIR) contra crianças e adolescentes nos municípios acima de 300 mil habitantes considerados de maior incidência conforme a Matriz Intersetorial.</p> <p>Extinguir os acolhimentos institucionais de crianças e adolescentes na rede do SUAS sem respaldo de medida judicial.</p> <p>Implantar serviços de atendimento integrado a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual nas 27 capitais.</p> <p>Implantar serviços integrados de atendimento inicial a adolescentes em conflito com a lei nas 27 capitais.</p> <p>Reduzir a taxa de crescimento da internação de adolescentes em conflito com a lei.</p>
0260 - Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.	<p>Aprovar marco legal regulatório das atribuições e funcionamento dos Conselhos Tutelares.</p> <p>Equipar 100% dos Conselhos Tutelares dos 1.000 municípios com menor IDI e IDH, localizados nas regiões Norte e Nordeste, com sede, computador, telefone e meio de transporte.</p> <p>Implantar Conselho Tutelar referencial em municípios com mais de 300 mil habitantes, com padrão arquitetônico e de atendimento, equipagem e integração ao SIPIA CT, aos canais de denúncia nacional e locais, bem como aos Centros de Referência em Direitos Humanos.</p> <p>Implantar Escolas de Conselhos nas 27 unidades federadas, com modalidade presencial integrada aos programas de ensino à distância.</p> <p>Universalizar os Conselhos Tutelares, estendendo-os a todos os municípios.</p>

<p>0435 - Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.</p>	<p>Aprovar marco legal sobre repasse de recursos Fundo a Fundo, sobre proibição dos castigos corporais e para a instituição do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM).</p> <p>Implantar o Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA CT) em municípios com mais de 100 mil habitantes.</p> <p>Implantar o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) em 100% das Unidades da Federação que operam o programa.</p> <p>Implantar o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) nos programas de privação de liberdade nas 27 unidades da federação e nos programas em meio aberto nos municípios com mais de 100 mil habitantes.</p>
<p>0829 - Ampliar, qualificar e articular programas, ações e serviços para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho.</p>	<p>Elevar a detecção das situações de trabalho infantil, aprimorando metodologias de identificação, articulando ações de busca ativa por meio do Plano Brasil sem Miséria e integrando Municípios ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).</p> <p>Elevar o número de crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho, pertencentes a famílias que recebem transferência de renda, com frequência suficiente às atividades socioeducativas e de convivência.</p> <p>Elevar o percentual de famílias beneficiárias do PETI acompanhadas pelos CREAS e CRAS, conforme parâmetros nacionais.</p> <p>Realizar 25.000 fiscalizações especializadas para a erradicação do trabalho infantil.</p> <p>Reduzir progressivamente a incidência do trabalho infantil, visando sua erradicação.</p>

<b>Programa 2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
<p>0268 - Expandir a fiscalização do cumprimento das cotas legais para pessoas com deficiência e aprimorar mecanismos de estímulo à inserção desse público no mercado de trabalho.</p>	<p>Inserir 160.000 pessoas com deficiência sob ação fiscal no mercado de trabalho.</p>

<p>0442 - Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.</p>	<p>Acompanhar a implementação de iniciativas que assegurem que pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, de 0 a 18 anos, estejam na escola.</p> <p>Acompanhar o preenchimento das vagas criadas pela política de cotas para pessoas com deficiência no serviço público federal e nas empresas privadas.</p> <p>Atualizar e ampliar os objetivos e metas do Compromisso pela Inclusão das Pessoas com Deficiência – Agenda Social - (Decreto nº 6.215, de 26 de setembro de 2007).</p> <p>Implantar Modelo Único de Valoração e Classificação de Deficiências nas diversas políticas.</p>
--	---

<p><b>Programa 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</b></p>	
<p><b>Objetivos</b></p>	<p><b>Metas</b></p>
<p>0254 - Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica.</p>	<p>Identificar, em todas as faixas etárias, a população brasileira não registrada e não documentada.</p> <p>Implantar 1.053 unidades interligadas de registro de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam acima de 300 partos por ano e conveniados ao SUS.</p> <p>Implementar o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil em todo o território nacional.</p> <p>Realizar campanhas de orientação e formação de cultura de inclusão, a partir do registro civil de nascimento.</p>

<p>0256 - Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.</p>	<p>Aprovar marco regulatório para definir padrão de funcionamento e custos das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILP) e dos Centros Dia para Idosos.</p> <p>Elaborar e padronizar os cursos de cuidadores de idosos.</p> <p>Implementar a Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (RENADI) em todos os estados brasileiros.</p>
--	--

0742 - Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.	Realizar o censo de população em situação de rua. Reintegrar crianças e adolescentes em situação de rua, na convivência familiar e comunitária, em municípios com mais de 300 mil habitantes
0973 - Erradicar todas as formas de trabalho análogo a de escravo, por meio da ampliação, qualificação e articulação de ações e serviços focados no seu enfrentamento e na promoção dos direitos dos trabalhadores submetidos a esta condição.	Aprovar e implementar a PEC sobre a expropriação de propriedades flagradas com trabalhadores reduzidos à condição análoga a de escravo e disposições afins. Realizar 945 ações fiscais para erradicação do trabalho análogo a de escravo.
0974 - Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão.	Ampliar os serviços de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte para mais 5 estados (MT, AM, RN, CE e AC)

**Programa 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas**

<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.	Realizar 13 projetos de substituição de alimentos industrializados da cesta básica, distribuída em aldeias com déficit de produção, por outros itens produzidos por comunidades indígenas e mais condizentes com o padrão alimentar indígena

**Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária**

<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0420 Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.	Conceder Crédito Fomento a 50 mil famílias assentadas no âmbito do Plano Brasil sem Miséria.

<b>Programa 2067 - Resíduos Sólidos</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0319 Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.	<p>Capacitar e fortalecer a participação na coleta seletiva de 60 mil catadores.</p> <p>Fomento e fortalecimento de 500 cooperativas/associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação na coleta seletiva e nas cadeias da reciclagem.</p> <p>Incrementar 100 redes de comercialização de materiais recicláveis coletados pelas associações de catadores.</p> <p>Viabilizar infraestrutura para 280 mil catadores.</p>

<b>Programa 2070 - Segurança Pública com Cidadania</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0834 - Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.	<p>27 Unidades da Federação com a filosofia de polícia comunitária implantada.</p> <p>Apoio a 280 projetos municipais de prevenção à violência e criminalidade.</p> <p>Apoio aos 27 Programas Educacionais de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) dos Estados e Distrito Federal.</p> <p>Fortalecimento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), com a implantação de 150 Territórios da Paz.</p> <p>Implantação de 400 projetos Proteção e Mulheres da Paz junto às Praças dos Esportes e da Cultura.</p> <p>Implantação de 436 Unidades de Preservação da Vida, com prioridade para os municípios com os maiores números de homicídios.</p>

Programa 2071 - Trabalho, Emprego e Renda	
Objetivos	Metas
0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.	<p>Ampliar a articulação das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda com as políticas públicas voltadas para o fomento à geração de emprego e renda, a juventude, a educação, a economia solidária, a redistribuição de renda e erradicação da pobreza, e a promoção da cidadania</p> <p>Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional e a orientação profissional associadas à concessão de crédito produtivo para o autoemprego e para empreendimentos econômicos solidários.</p> <p>Ampliar em 50% o atendimento em intermediação de mão de obra no âmbito do SINE e ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional, priorizando, em particular, o seguinte público e/ou áreas de atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• atividades relacionadas à agricultura, pecuária, aquicultura, pesca e produção florestal;</li> <li>• afrodescendentes, mulheres, jovens e pessoas com deficiência física e intelectual;</li> <li>• trabalhadoras domésticas;</li> <li>• população em situação de rua;</li> <li>• público do Programa do Seguro-Desemprego;</li> <li>• públicos do Programa Bolsa Família e do Plano Brasil Sem Miséria;</li> <li>• trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo;</li> <li>• atividades voltadas para grandes eventos esportivos;</li> <li>• trabalhadores da construção civil; e</li> <li>• presidiários e egressos do sistema penal.</li> </ul> <p>Criar o passaporte para a qualificação social e profissional, visando ao acesso direto do trabalhador, especialmente o beneficiário do seguro-desemprego, a cursos em instituições previamente credenciadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).</p> <p>Instituir modalidade de cursos de qualificação a distância.</p>

<p>0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.</p>	<p>Iniciativa: Apoio, por via do crédito, a regiões e setores econômicos sob situação de vulnerabilidade conjuntural, como políticas específicas de governo de curto prazo, visando à manutenção de trabalho e renda.</p> <p>Financiamento Extra-orçamentário</p> <p>Iniciativa: Concessão de crédito para financiamento da produção industrial, exportação e inovação tecnológica, visando à geração e manutenção de trabalho e renda.</p> <p>Financiamento Extra-orçamentário</p> <p>Iniciativa: Concessão de crédito para investimento em infraestrutura, visando à geração e manutenção de trabalho e renda.</p> <p>Financiamento Extra-orçamentário</p> <p>Iniciativa: Concessão de crédito produtivo a organizações socioeconômicas baseadas na cooperação entre trabalhadores ou produtores autônomos e familiares, em Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs), visando à geração e manutenção de trabalho e renda.</p> <p>Financiamento Extra-orçamentário</p> <p>Iniciativa: Concessão de crédito produtivo prioritariamente a micro e pequenos empreendimentos urbanos e rurais, visando à geração e manutenção de trabalho e renda.</p> <p>Financiamento Extra-orçamentário</p> <p>Iniciativa: Concessão de financiamento a atividades produtivas de auto-emprego e trabalho não assalariado, visando à geração e manutenção de trabalho e renda.</p> <p>Financiamento Extra-orçamentário</p> <p>Iniciativa: Concessão de financiamento a empreendimentos do setor turismo, visando à geração e manutenção de trabalho e renda.</p> <p>Financiamento Extra-orçamentário</p> <p>Iniciativa: Operacionalização, acompanhamento, controle, avaliação, estudos e divulgação dos depósitos especiais do FAT.</p> <p>Financiamento Extra-orçamentário</p>
--	---

<p>0291 - Fortalecer a política de microcrédito produtivo orientado, promovendo a universalização do acesso a essa modalidade de crédito por meio do apoio às instituições do setor, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo.</p>	<p>Elevar os valores do volume de crédito concedido, do número de operações de microcrédito, bem como a quantidade de clientes atendidos e o volume da carteira ativa.</p> <p>Iniciativa: Concessão de financiamento, bem como constituição de linhas de crédito específicas para empreendedores populares, a partir da disponibilização de recursos do FAT.</p> <p>Financiamento Extra-orçamentário</p> <p>Iniciativa: Concessão de financiamento de crédito produtivo orientado a micronegócios, bem como assessoria empresarial aos microempreendedores populares</p> <p>Financiamento Extra-orçamentário</p>
<p>0861 - Melhorar a qualidade nutricional do Programa de Alimentação do Trabalhador.</p>	<p>Fiscalizar 500 empresas beneficiárias do Programa de Alimentação do Trabalhador</p>
<p>0869 - Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de discriminação no mundo do trabalho.</p>	<p>Institucionalizar a política de valorização do salário mínimo.</p> <p>Aprovar, implementar e avaliar as Agendas e Planos Regionais, Estaduais e Municipais e Setoriais de Trabalho Decente.</p> <p>Consolidar a Agenda Nacional do Trabalho Decente e o Plano Nacional do Trabalho Decente.</p>

## **Levantamento de Políticas para Objetivo 2**

### **UNIVERSALIZAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA**

Programas **1**

Objetivos **4**

Metas **23**

## OBJETIVO 2: UNIVERSALIZAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA

Programa 2030 – Educação Básica	
Objetivos	Metas
<p>0596 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física</p>	<p>Apoiar a cobertura de 4 mil quadras esportivas escolares</p> <p>Apoiar a construção de 6.116 quadras esportivas escolares</p> <p>Elevar a taxa de escolarização líquida no ensino médio, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020. (Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária.)</p> <p>Elevar a taxa de escolarização no ensino fundamental de 9 anos para a população na faixa etária entre 6 e 14 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos).</p> <p>Elevar a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária.)</p>
<p>0597 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho</p>	<p>Apoiar a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino, em consonância com o PNE 2011-2020 (Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino)</p> <p>Elevar o percentual de professores da educação básica que possuem formação específica de nível superior obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam)</p> <p>Formar professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Formar cinquenta por cento dos professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu e garantir a todos formação continuada em sua área de atuação)</p> <p>Incentivar a aproximação entre o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade e o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, em consonância com o PNE 2011-2020 (Valorizar o magistério público da educação básica, a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente)</p>

0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.

Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020. (Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.)

Aproximar a escolaridade média entre negros e não negros.

Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo, da região de menor escolaridade do país ou incluída entre os 25% mais pobres, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Elevar a escolaridade média da população de dezoito a vinte e quatro anos de modo a alcançar mínimo de doze anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos vinte e cinco por cento mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional).

Elevar a taxa de atendimento escolar da população indígena em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Elevar a taxa de inclusão escolar de estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.)

Elevar o atendimento escolar das pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.)

Elevar o IDEB do ensino médio para 4,3.

Elevar o IDEB dos anos finais do ensino fundamental para 4,7.

Elevar o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental para 5,2.

Elevar o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020. (Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os 8 anos de idade.)

Expandir a oferta de educação em tempo integral em escolas públicas de educação básica, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020. (Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica.)

Reduzir a taxa de analfabetismo, especialmente entre as mulheres, a população do campo e afrodescendentes.

Reduzir a taxa de analfabetismo funcional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (Elevar a taxa de alfabetização da população com quinze anos ou mais para noventa e três vírgula cinco por cento até 2015 e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzir em cinquenta por cento a taxa de analfabetismo funcional).

	<p>Iniciativa 02BY - Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino.</p> <p>Ação 0E36 Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB</p> <p>Iniciativa 02C0 - Prestação de assistência financeira, técnica e material às escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de transporte, alimentação, assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático-escolar, paradidático, periódicos e obras de referência, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos.</p> <p>Ação 0515 Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica.</p> <p>Ação 0969 Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica.</p> <p>Ação 0E53 Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola.</p> <p>Ação 20RQ Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica.</p> <p>Iniciativa 02C1 Prover acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, equipamentos e recursos tecnológicos digitais e de acessibilidade para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, inclusive no campo, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação</p> <p>Ação 20RF Tecnologia da Informação e Comunicação para a Educação Básica</p>
<p>0599 - Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações</p>	<p>Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade da educação básica.</p> <p>Iniciativa 02C2 Articulação intersetorial da escola no seu território, considerando ações nas áreas de saúde, trabalho e emprego, assistência social, direitos humanos, justiça, meio ambiente, esporte, cultura e desenvolvimento regional; formação para a gestão escolar com controle social e integração escola e comunidade</p> <p>Ação 20RR Integração da Comunidade no Espaço Escolar, Promoção da Saúde na Escola e Combate à Violência, à Discriminação e à Vulnerabilidade Social.</p>

## **Levantamento de Políticas para Objetivo 3**

**PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E A AUTONOMIA DAS MULHERES**

Programas 15

Objetivos 32

Metas 107

### OBJETIVO 3: PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E A AUTONOMIA DAS MULHERES

Programa 2012 – Agricultura Familiar	
Objetivos	Metas
0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.	<p>Adequar as condições de crédito às particularidades da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentados e assentadas da reforma agrária.</p> <p>Ampliar de forma qualificada o microcrédito orientado e acompanhado para 750 mil agricultores familiares, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais.</p> <p>Expandir a concessão de crédito de investimento para organizações de mulheres rurais no Programa Agroindústria Familiar, atendendo a 48 mil mulheres integrantes de 3.200 organizações produtivas.</p> <p>Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo.</p> <p>Expandir o Garantia-Safra para a participação de 1.000.000 famílias da agricultura familiar em situação de vulnerabilidade climática, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais.</p>
0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.	<p>Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) qualificada e continuada para 1,5 milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 30% de mulheres rurais.</p> <p>Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres.</p>
0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.	<p>Apoiar 6,8 mil organizações da agricultura familiar para a diversificação e organização econômica, inserção no mercado privado, comercialização, agroindustrialização e desenvolvimento de atividades não agrícolas, garantindo a participação de pelo menos 30% de organizações de mulheres rurais.</p>
0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas	<p>Atender 3.200 organizações produtivas de mulheres com Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Setorial para Mulheres.</p>

públicas da agricultura familiar.	<p>Atender 70 mil mulheres com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Mulher.</p> <p>Capacitar 200 agentes de crédito para atendimento às demandas e qualificação de oferta de crédito para mulheres rurais.</p> <p>Capacitar 200 técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER em metodologia de trabalho com as mulheres.</p> <p>Atender 1.500 organizações com políticas integradas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), crédito, comercialização e gestão.</p>
0760 - Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação.	Garantir o atendimento de 500.000 famílias com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento para sistemas de produção de base ecológica e orgânica, com a participação de pelo menos 30% de mulheres rurais.

<b>Programa: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.	<p>Implantar progressivamente nos municípios brasileiros a notificação contínua da violência doméstica, sexual e/ou outras violências.</p> <p>Implementar Núcleos de Prevenção à Violência nas Unidades da Federação com mais altos índices de homicídios, de agressões e de vitimização a populações vulneráveis.</p>

Programa: 2016 - Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia	
Objetivos	Metas
0931- Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.	<p>Capacitar 20.000 mulheres urbanas, do campo e da floresta para inserção no mercado de trabalho.</p> <p>Certificar 250 organizações públicas e privadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça.</p> <p>Construir diálogo social visando ampliar o nível de formalização do trabalho doméstico remunerado no Brasil.</p> <p>Implementar Mesa de Negociação entre entidades das trabalhadoras domésticas e órgãos federais.</p> <p>Ratificar a Convenção e a Recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre trabalho decente das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos.</p> <p>Realizar 4 campanhas de alcance nacional de respeito, valorização e divulgação dos direitos sociais e previdenciários das trabalhadoras domésticas.</p> <p>Revisar a Lei nº 11.324/06 que trata da dedução no Imposto de Renda de Pessoa Física visando à ampliação da formalização das trabalhadoras domésticas.</p>
0932 - Fortalecer e apoiar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, visando à melhoria das condições de saúde das mulheres, sendo resguardadas as identidades e especificidades vinculadas às questões de raça/etnia, de geração, de orientação sexual e de mulheres com deficiência.	Capacitar 70% dos profissionais do Programa de Saúde da Família, responsáveis pelas Unidades Básicas de Saúde, sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), juntamente com órgãos parceiros.

0933 - Fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica, mediante apoio às políticas de educação de qualidade, além de políticas culturais, de esporte e lazer que assegurem tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais.

Apoiar a constituição e fortalecimento de núcleos de gênero nas Universidades Federais e Estaduais.

Articular a ampliação do alcance do Programa Gênero e Diversidade na Escola para as instituições de ensino superior público e privado e demais modalidades.

Criar o Programa Trabalho e Inovação Tecnológica para as mulheres.

Formar 140 mil profissionais da rede pública de educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual por meio do Programa Gênero e Diversidade na Escola.

Formar 40 mil gestoras e gestores em políticas públicas nas temáticas de gênero e relações étnico-raciais através do Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GR).

Formular e articular mecanismos que visem à criação de Orientações ou Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de gênero – que contemplem as abordagens de classe social, raça-etnia, orientação sexual e geracional – em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, e à inserção dessa temática nos materiais didáticos empregados.

Realizar 4 edições do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e lançar Edital de Fomento à Pesquisa no Campo dos Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismo.

Realizar 4 seleções públicas de iniciativas e projetos de, para e sobre mulheres, visando a produção e circulação de conteúdos culturais que desconstruam mitos e estereótipos de gênero.

Realizar o Encontro de Núcleos e Grupos de Pesquisa - Pensando Gênero e Ciência, previsto para 2013.

0934 - Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres.

Apoiar a implementação da legislação eleitoral que visa à ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder.

Apoiar discussão e implementação de Projeto de Lei que vise à ampliação do direito à licença maternidade de 180 dias para as trabalhadoras do setor privado.

Apoiar e subsidiar o debate sobre a Reforma Política tendo em vista a perspectiva da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.

Constituir estratégia para aprovação e implementação do Projeto de Lei que trata da igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho público e privado.

Divulgar e fortalecer a implementação dos compromissos internacionalmente assumidos, entre eles, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979) e seu Protocolo Facultativo (2000); os Princípios e o Plano de Ação de Cairo (1994); a Declaração e a Plataforma de Ação de Beijing (1995); a Declaração e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000); a Declaração e a Plataforma de Ação de Durban (2001); a Convenção Interamericana para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra a mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994); e o Consenso de Brasília, aprovado na XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe (2010).

Estimular a ampliação do número de mulheres nos cargos de decisão dos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) em todos os níveis considerando as mulheres negras e indígenas.

Estimular a participação das mulheres nos espaços de liderança política e de decisão no âmbito dos partidos políticos, das entidades representativas de movimentos sociais, sindicatos, conselhos de natureza diversa e diversos tipos de associação.

Fortalecer a parceria com a ONU Mulheres, Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, com vistas a ampliar as políticas de igualdade implementadas pela ONU e nos países que a integram.

Fortalecer os mecanismos regionais de políticas para as mulheres, a exemplo da Reunião Especializada da Mulher do Mercosul, Comissão Interamericana de Mulheres e Mesa Diretora da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe.

<p>0935 - Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.</p>	<p>Ampliar em 30% a Cobertura Municipal dos Conselhos de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres.</p> <p>Ampliar para 1.000 o número de municípios com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres.</p> <p>Ampliar para 1.000 o número de municípios com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres.</p> <p>Ampliar para 10 o número de mecanismos de gênero nos órgãos do Governo Federal com prioridade para os representados no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, bem como estimular o aprimoramento e fortalecimento dos mecanismos já existentes.</p> <p>Ampliar para 27 o número de estados com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres.</p> <p>Ampliar para 27 o número de estados com Plano Estadual de Políticas para as Mulheres.</p> <p>Desenvolver e implementar um Sistema Integrado de Dados e Indicadores de Igualdade de Gênero para subsidiar a formulação de políticas públicas e promover a transparência dos gastos públicos e a participação social.</p> <p>Disponibilizar, para 50% dos organismos governamentais de políticas para as mulheres existentes, equipamentos de informática, acesso à internet e capacitação.</p> <p>Fortalecer o diálogo e parceria com os institutos de produção de dados e indicadores no âmbito do Comitê de Gênero e Uso do Tempo.</p> <p>Revisar e atualizar o PNPM, à luz da 3a Conferência Nacional de Política para as Mulheres - 3a CNPM.</p>
--	---

<p>0936 - Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.</p>	<p>Capacitar 1.000 mulheres indígenas como multiplicadoras para fortalecimento de sua participação na implementação das políticas públicas, com ênfase em sua atuação nos Comitês Regionais da FUNAI.</p> <p>Estimular, por meio de campanhas de grande alcance, a participação de meninas e mulheres nas áreas científicas e tecnológicas.</p> <p>Formar 5.000 jovens mulheres multiplicadoras nas jornadas de formação sobre acesso a informações de direitos e ações previstas nos programas do Plano Nacional de Política para as Mulheres e da Política Nacional de Juventude.</p> <p>Produzir peças de publicidade de utilidade pública nos diferentes meios de comunicação, tais como TV, rádio, internet, jornais, revistas e outros.</p> <p>Realizar campanha comemorativa e de conscientização da população sobre o Dia Internacional da Mulher, as principais conquistas e os principais desafios a serem superados para igualdade entre mulheres e homens.</p> <p>Realizar campanha de valorização da mulher jovem, com produção de materiais e vídeos direcionados à divulgação de seus direitos e ao incentivo da autonomia.</p> <p>Realizar campanhas de sensibilização da sociedade para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.</p> <p>Realizar campanha sobre os 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres.</p> <p>Realizar campanhas, seminários, vídeos, oficinas de alcance nacional que apontem para a necessidade de superação da divisão sexual do trabalho, dialogando sobre o uso do tempo das mulheres e os impactos do trabalho doméstico.</p>
--	--

<p>0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.</p>	<p>Ampliar a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 para o atendimento internacional.</p> <p>Ampliar e implantar Rede de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência em todos os municípios-polo, territórios da cidadania e áreas deflagradas.</p> <p>Articular a Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência nas Regiões de Fronteira Seca, com atenção especial às mulheres em situação de tráfico e exploração sexual.</p> <p>Aumentar o número de Centros de Referência e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.</p> <p>Aumentar o número de municípios com serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.</p> <p>Aumentar o número de profissionais da Rede de Atendimento e operadores/as de direito capacitados sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e questões da violência contra as mulheres.</p> <p>Aumentar o número de Serviços de Abrigamento, levando em conta os consórcios entre municípios, as áreas deflagradas e os territórios da cidadania.</p> <p>Contribuir para a ampliação do número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.</p> <p>Contribuir para a ampliação dos serviços especializados às mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual.</p> <p>Implantar registro administrativo unificado na Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.</p> <p>Implantar Sistema Nacional de Dados sobre a Violência contra a Mulher.</p> <p>Implantar Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência para atender as mulheres do campo e da floresta e dos territórios da cidadania.</p> <p>Integrar a Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas à Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.</p> <p>Realizar capacitação permanente de 100% das atendentes da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 no tema da violência contra as mulheres, com destaque às especificidades das mulheres do campo e da floresta, negras, indígenas e lésbicas.</p>
--	--

<p>0999 - Fortalecer a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, por meio de difusão da lei e dos instrumentos de proteção de direitos, bem como por meio de ações educativas para o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, para a promoção de direitos sexuais e desconstrução dos estereótipos e mitos relacionados à sexualidade das mulheres.</p>	<p>Construir pactos com empresas públicas e privadas e outros órgãos do governo para prevenir a violência contra as mulheres e combater a exploração sexual de mulheres, adolescentes e jovens, em especial nas áreas de grandes obras de desenvolvimento econômico e infraestrutura e nas regiões de fomento ao turismo.</p> <p>Contribuir para o aumento do número de Coordenadorias Estaduais da Mulher em situação de violência doméstica e familiar nos Tribunais de Justiça Estaduais.</p> <p>Contribuir para o aumento do número de Defensorias Públicas Especializadas e da assistência jurídica gratuita para o atendimento às mulheres em situação de violência.</p> <p>Contribuir para o aumento do número de juizados e varas especializadas de violência doméstica e familiar contra a mulher.</p> <p>Contribuir para o aumento do número de Promotorias Públicas Especializadas e dos Núcleos de Gênero nos Ministérios Públicos Estaduais.</p> <p>Incorporar a temática do enfrentamento à violência contra as mulheres e a Lei Maria da Penha (Lei nº11.340/06) nos conteúdos programáticos de cursos, principalmente no processo de formação dos operadores de direito, de gestores e gestoras públicos/as e no conteúdo dos concursos públicos.</p> <p>Promover campanhas e ações educativas para o enfrentamento da violência contra as mulheres, exploração sexual e tráfico de mulheres, principalmente direcionadas para os territórios da cidadania, áreas deflagradas, municípios-polo, regiões de fronteira seca e cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.</p> <p>Promover campanhas e ações em defesa da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06).</p>
---	---

Programa: 2020 - Cidadania e Justiça	
Objetivos	Metas
<p>0875 - Tornar o sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que compõem o sistema e da implementação de políticas públicas que enfoquem formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos.</p>	<p>Apoiar e instituir equipamentos públicos de Efetivação da Lei Maria da Penha no Sistema de Justiça.</p>

<b>Programa: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0979 - Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.	Apoiar a organização produtiva de 5.600 empreendimentos econômicos solidários, sendo, no mínimo, 30% de grupos de mulheres.
0980 - Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.	Garantir o acesso a políticas públicas de apoio à infraestrutura para 680 organizações de mulheres, beneficiando 10.200 trabalhadoras rurais.
0981 - Ampliar os direitos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais nas políticas de desenvolvimento territorial, por meio de ações de emissão de documentação civil e jurídica, bem como de apoio à participação das organizações de mulheres rurais nas instâncias colegiadas e nos comitês gestores de políticas.	Emitir gratuitamente 1.200.000 documentos civis, trabalhistas, jurídicos e fiscais. Garantir a obrigatoriedade da participação de, no mínimo, 30% de mulheres em todas as instâncias colegiadas de 280 colegiados territoriais. Realizar 4.000 mutirões de documentação, atendendo a 700 mil mulheres rurais.

<b>Programa: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0588 Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.	Ampliar a oferta de cursos de profissionalização articulados com elevação de escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres.

<b>Programa: 2035 - Esportes e Grandes Eventos Esportivos</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.	Incluir nas diretrizes dos projetos de esporte, lazer e atividade física a equidade de gênero.
0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.	Estímulo à criação e consolidação de competições regionais, à racionalização do calendário do futebol profissional e contribuição para o desenvolvimento do futebol feminino.

<b>Programa: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.	Elaborar e difundir protocolos e orientações técnicas com enfoque nas questões de gênero, raça ou etnia para o aprimoramento da atenção especializada a mulheres em situação de violência, visando contribuir para a implementação da lei Maria da Penha.  Elevar o número de CREAS prestando atendimento especializado a mulheres em situação de violência.

<b>Programa: 2044- Autonomia e Emancipação da Juventude</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0961 - Expandir a aprendizagem profissional como política permanente de formação profissional e inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, de forma articulada à elevação da escolaridade formal, às diretrizes da política de educação técnico-profissional e tecnológica e ao projeto de desenvolvimento econômico do país.	Elevar o número de mulheres jovens inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de trabalho de aprendizagem.

<b>Programa: 2052 - Pesca e Aquicultura</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0576 - Promover a inclusão social, o acesso à cidadania e qualificação profissional com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura.	Capacitar 2.000 pescadoras e aquicultoras dentro do 'Programa Mulheres Mil' do Ministério da Educação. Capacitar 4.000 merendeiras em manipulação e preparo de pescado.

<b>Programa: 2061 - Previdência Social</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0250 - Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária.	Ampliar a cobertura previdenciária das mulheres trabalhadoras, de 64,5% em 2009, para 75%.

<b>Programa: 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.	Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher.

<b>Programa: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0380 - Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.	Ampliar a participação de mulheres rurais no Programa de Aquisição de Alimentos para, no mínimo, 35% do total de agricultores familiares participantes.

<b>Programa: 2070 - Segurança Pública com Cidadania</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.	100% dos estados federados e Distrito Federal, com pelo menos um núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas e um posto avançado de atendimento humanizado ao migrante.  Elaborar e implementar o 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.
0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do DF e dos municípios, assim como outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.	Ampliar a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos a todas as unidades da federação, com a adesão do Acre, Alagoas, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins.
0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do indivíduo à sociedade, a redução da reiteração criminosa, aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.	Aumentar o número de presídios femininos adequados aos dispositivos das Leis nº 11.942/09 e nº 12.121/09 e aos demais direitos das mulheres em situação de prisão (regionalização – nacional).

<b>Programa: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.	<p>Ampliar em 50% o atendimento em intermediação de mão de obra no âmbito do SINE e ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional, priorizando, em particular, o seguinte público e/ou áreas de atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- atividades relacionadas à agricultura, pecuária, aquicultura, pesca e produção florestal;</li> <li>- afrodescendentes, mulheres, jovens e pessoas com deficiência física e intelectual;</li> <li>- trabalhadoras domésticas;</li> <li>- população em situação de rua;</li> <li>- público do Programa do Seguro-Desemprego;</li> <li>- públicos do Programa Bolsa Família e do Plano Brasil Sem Miséria;</li> <li>- trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo;</li> <li>- atividades voltadas para grandes eventos esportivos;</li> <li>- trabalhadores da construção civil; e</li> <li>- presidiários e egressos do sistema penal.</li> </ul>
0869 - Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de discriminação no mundo do trabalho.	<p>Estimular, nas negociações coletivas, disposições que visem à promoção da igualdade racial e de gênero, com avanços nas cláusulas sociais e financeiras.</p> <p>Viabilizar informações desagregadas por sexo e raça/cor dos registros administrativos e banco de dados dos órgãos da administração federal responsáveis por políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda e combate à pobreza.</p>

# Levantamento de Políticas para Objetivo 4

## REDUZIR A MORTALIDADE NA INFÂNCIA

Programas 2

Objetivos 3

Metas 10

### OBJETIVO 4: REDUZIR A MORTALIDADE NA INFÂNCIA

Programa 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Objetivos	Metas
0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.	Ampliar a cobertura vacinal de tetravalente em menores de 1 ano, passando de 62,39% para 70% dos municípios com 95% de cobertura vacinal.
0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.	<p>Adequar a ambiência de 120 maternidades (reforma, aquisição de equipamentos e materiais) para a atenção humanizada ao parto e nascimento.</p> <p>Ampliar a investigação de óbitos infantis e fetais, passando de 24% em 2010 para 50% até 2015.</p> <p>Ampliar em 684 o número de leitos de unidade de terapia intensiva neonatal, passando de 3.775 leitos em 2011 para 4.459 até 2015.</p> <p>Custear 3.141 leitos adicionais de unidades de cuidado intermediário neonatal (UCI), passando de 349 leitos custeados em 2011 para 3.490 até 2015.</p> <p>Implantar 156 novas casas de gestante, bebê e puérpera, passando de 36 casas (implantadas pela Rede Cegonha) em 2011 para 192 até 2015.</p> <p>Novas instalações do complexo assistencial de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia entregues e em operação.</p> <p>Realizar o teste de eletroforese em 100% das gestantes usuárias do SUS, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha.</p>

Programa 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	
Objetivos	Metas
0962 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.	<p>Ampliar a cobertura vacinal para 80% da população indígena até 2015, conforme o calendário de imunização específico estabelecido pelo Ministério da Saúde.</p> <p>Implantar a estratégia Rede Cegonha nos 34 Distrito Sanitário Especial Indígena</p>

# Levantamento de Políticas para Objetivo 5

## MELHORAR A SAÚDE MATERNA

Programas 4

Objetivos 4

Metas 12

## OBJETIVO 5: MELHORAR A SAÚDE MATERNA

Programa 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	
Objetivos	Metas
0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.	<p>Adequar a ambiência de 120 maternidades (reforma, aquisição de equipamentos e materiais) para a atenção humanizada ao parto e nascimento.</p> <p>Ampliar a investigação de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil por causas presumíveis de morte materna, passando de 53% em 2010 para 85% até 2015.</p> <p>Ampliar de 6.000 para 7.500 o número de gestantes atendidas (com risco fetal)/ano no IFF/FIOCRUZ.</p> <p>Ampliar em 513 o número de leitos de unidade de terapia intensiva para adultos localizados em hospitais habilitados em alto risco obstétrico, passando de 2.382 leitos para 2.895 até 2015.</p> <p>Implantar 156 novas casas de gestante, bebê e puérpera, passando de 36 casas (implantadas pela Rede Cegonha) em 2011 para 192 até 2015.</p> <p>Realizar teste rápido da sífilis em 100% das gestantes usuárias do SUS até 2015, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha.</p> <p>Implantar 20 serviços para ampliação do acesso à confirmação diagnóstica e tratamento de lesões precursoras de câncer de colo de útero.</p> <p>Implantar 50 serviços de diagnóstico mamário.</p> <p>Realizar 48 milhões de exames citopatológicos.</p>

Programa 2016 - Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia	
Objetivos	Metas
0932 - Fortalecer e apoiar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, visando à melhoria das condições de saúde das mulheres, sendo resguardadas as identidades e especificidades vinculadas às questões de raça/etnia, de geração, de orientação sexual e de mulheres com deficiência.	Capacitar 70% dos profissionais do Programa de Saúde da Família, responsáveis pelas Unidades Básicas de Saúde, sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), juntamente com órgãos parceiros.

<b>Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0778 - Estabelecer pactos intersetoriais e interinstitucionais que revertam as altas taxas de mortalidade precoce na população negra, garantindo o seu direito à vida.	Reduzir a morbidade/mortalidade materna entre as mulheres negras.

<b>Programa 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0962 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.	Implantar a estratégia Rede Cegonha nos 34 Distrito Sanitário Especial Indígena

# **Levantamento de Políticas para Objetivo 6**

**COMBATER O HIV/AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS**

Programas 2

Objetivos 2

Metas 7

## OBJETIVO 6: COMBATER O HIV/AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS

Programa 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	
Objetivos	Metas
0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.	<p>Ampliar a cura dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera, passando de 64,4% em 2009 para 85% até 2015.</p> <p>Reduzir a incidência de Aids de 20,1/100.000 hab. em 2009 para 18,9/100.000 hab. até 2015.</p> <p>Reduzir a incidência parasitária anual por malária (estimada pelo IPA) na Região Amazônica em 30%, passando de 13,5/1000 hab. em 2008 para 9,45/1.000 hab. até 2015.</p> <p>Reduzir em 44% o coeficiente de prevalência da hanseníase até 2015, passando de 1,75/10.000 hab. para 0,98/10.000 hab. em 2015.</p> <p>Validar duas novas tecnologias na Fiocruz para diagnóstico e tratamento da tuberculose.</p>

Programa 2055 - Desenvolvimento Produtivo	
Objetivos	Metas
0194 - Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde.	<p>Atender a demanda nacional do Programa Nacional de Controle da Tuberculose com produção nacional de 2 medicamentos.</p> <p>Atender a demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle DST/Aids com produção local de 3 medicamentos.</p>

## **Levantamento de Políticas para Objetivo 7**

### **GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Programas 16

Objetivos 52

Metas 191

## OBJETIVO 7: GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Programa 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios	
Objetivos	Metas
0228 Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).	<p>Implementar o inventário florestal nacional em 27 unidades da federação.</p> <p>Apoiar, por instrumentos de fomento florestal, 400 atividades produtivas de desenvolvimento florestal sustentável.</p> <p>Elaborar programas florestais em 27 unidades da federação.</p> <p>Autorizar manejo sustentável de uso múltiplo em 400.000 hectares.</p> <p>Firmar acordos de cooperação técnica para a gestão florestal compartilhada com as 27 unidades da federação.</p>
0229- Promover a recuperação de áreas degradadas, com ênfase nas áreas de preservação permanente e de reserva legal, por meio de pesquisa e instrumentos de adequação e regularização ambiental de imóveis rurais.	<p>Implementar 12 novos Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs) nos biomas brasileiros.</p> <p>Promover a recuperação de 20 milhões de hectares de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais.</p> <p>Estabelecer, para cada bioma, metodologia de recuperação de áreas degradadas e as respectivas análises econômicas.</p> <p>Instituir plano nacional de recuperação de áreas degradadas e restauração da paisagem.</p>
0231 Instituir sistemas produtivos rurais sustentáveis e implementar instrumentos de pagamento por serviços ambientais em áreas prioritárias para a prevenção e o controle do desmatamento.	<p>Propor instrumento normativo para a regulamentação do pagamento por serviços ambientais em áreas críticas para a prevenção e controle do desmatamento.</p> <p>Elaborar diagnóstico e estratégias de intervenção em 5 cadeias produtivas (carne, soja, madeira, piscicultura, carvão) nos municípios prioritários para prevenção e controle do desmatamento, incorporando a variável ambiental.</p>

<b>Programa 2050 – Mudanças Climáticas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0536 - Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades.	Desenvolver o Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global para projeções climáticas de longo prazo.
0698- Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e a diversidade regional.	<p>Aprovar marco legal do mecanismo de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD).</p> <p>Atualizar o Plano Nacional Sobre Mudança do Clima.</p> <p>Fomentar a execução de 40 projetos e 20 empreendimentos que promovam a adaptação e mitigação às mudanças climáticas.</p>
0707-Reduzir riscos e vulnerabilidades ambientais, econômicas e sociais decorrentes da mudança do clima, processos de desertificação e degradação da terra para minimizar prejuízos materiais, impactos nos ecossistemas e promover a melhoria socioambiental por meio de medidas de adaptação	Atualizar o Plano Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.
0469 Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda.	<p>Estabelecer normas e diretrizes técnicas para o manejo florestal sustentável de 27 espécies vegetais de produtos florestais não-madeireiros.</p> <p>Estabelecer manejo sustentável de 10 produtos da sociobiodiversidade em 34 Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais.</p> <p>Implementar Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar em assentamentos do Incra e do Programa Nacional de Crédito Fundiário em 340 mil hectares.</p> <p>Implementar Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar em 180 mil hectares de Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais.</p> <p>Elaborar e implementar 4 Planos Anuais de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PAMFCs).</p> <p>Capacitar 200 Técnicos em boas práticas de manejo de espécies de produtos florestais não-madeireiros.</p> <p>Promover o manejo de 5 milhões de hectares de florestas privadas de forma sustentável.</p> <p>Capacitar 6.000 famílias com a promoção de assistência técnica e extensão rural apropriadas ao manejo florestal comunitário e familiar.</p>

0471 Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais.	Conceder 3.000.000 hectares de florestas públicas no bioma Amazônia.
0472- Incentivar a ampliação de florestas plantadas, com vistas ao suprimento da demanda de matéria-prima florestal e à redução da pressão sobre os remanescentes nativos.	Ampliar a área de florestas plantadas em 6 milhões de hectares. Disponibilizar acesso ao crédito florestal a 250 mil pequenos produtores rurais. Ampliar em 1 milhão de hectares das áreas plantadas destinadas ao suprimento de lenha e carvão vegetal do setor industrial. Ampliar em 600 mil hectares as florestas plantadas com espécies nativas.
0473 Prevenir e combater incêndios florestais com enfoque nas áreas remanescentes dos biomas brasileiros.	Contratar 4500 brigadistas de prevenção e combate aos incêndios florestais. Aumentar em 50% o número anual de atividades e programas inter agências na prevenção dos incêndios florestais, com base nas 89 ações executadas em 2010. Reduzir em 50% a área atingida por incêndios florestais nas unidades de conservação federais.
0475 Promover a queda contínua do desmatamento ilegal, com ênfase na fiscalização ambiental e na articulação entre os entes federados.	Implementar ações de fiscalização em 248 Unidades de Conservação federais.
0476 Monitorar a cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais.	Implementar o módulo online de emissão de autorizações de queima controlada do Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo). Expandir a área de monitoramento do desmatamento, da cobertura da terra e do impacto do fogo para todo território nacional. Implementar sistemas de monitoramento de áreas embargadas. Implementar sistemas de cadastro de alvos para fiscalização (polígonos de desmatamento a serem fiscalizados).

<b>Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0743 - Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).	Mapear as áreas de pastagens degradadas e/ou com baixo potencial produtivo por UF, no contexto do Plano ABC.

<b>Programa 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0646 Coordenar a formulação, o planejamento e a avaliação da Política Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Estados, com a política ambiental e com as demais políticas setoriais, considerando a necessária participação da sociedade.	Qualificar 30.000 pessoas para participarem do processo de formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Apoiar a elaboração de 6 Planos Estaduais de Recursos Hídricos. Implantar o Sistema de Gerenciamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos (SIGEOR/PNRH).
0650 Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.	Modernizar 990 estações da Rede Hidrometeorológica Nacional. Ampliar de 7.643 para 10.700 o universo de usuários de recursos hídricos regularizados. Dotar 3 bacias hidrográficas de instrumentos de gestão de recursos hídricos: plano, outorga, cobrança ou estudos de viabilidade para cobrança (somando um total de 7 bacias). Elaborar o atlas de vulnerabilidade às inundações, na escala de 1:1.000.000 dos principais rios brasileiros. Estruturar o Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens.
0662 Promover a consolidação e a estruturação técnico e institucional dos entes envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com foco nas instâncias de representação colegiada e órgãos gestores estaduais.	Capacitar 100% dos órgãos gestores estaduais e comitês de bacias de rios de domínio da União com cursos em gestão integrada de recursos hídricos. Consolidar o funcionamento de 5 Comitês em bacias de rios de domínio da União. Pactuar metas de gestão e de condições de entrega de água entre rios de diferentes dominialidades com 5 Estados da federação.
0663 Instituir instrumentos de apoio técnico e institucional para promover a integração do Planejamento e da gestão dos recursos hídricos com a formulação e implementação das Políticas, Planos e Programas dos principais setores relacionados com vistas a assegurar os usos múltiplos de forma sustentável.	Definir áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos, em 5 bacias hidrográficas prioritárias. Desenvolver o detalhamento de 2 programas previstos em planos de bacia para apoiar sua implementação e orientar as políticas públicas relacionadas aos recursos hídricos. Desenvolver coeficientes técnicos de uso da água para 3 setores usuários (indústria, irrigação e saneamento).
0665 Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade.	Revitalizar 60 sub-bacias hidrográficas. Conservar e recuperar 6000 hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes. Reduzir os níveis de poluição hídrica em bacias críticas em 28.000 Kg DBO/Dia - média anual.

<b>Programa 2051 - Oferta de Água</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0549 - Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do Estado.	Elaborar marcos legal e institucional para a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica. Elaborar o Plano Nacional de Infraestrutura Hídrica. Implementar a gestão do Projeto de Integração do São Francisco. Diagnosticar a situação de operação e segurança física de infraestruturas hídricas.
0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.	Regularizar a oferta de água para os sistemas de abastecimento.
0480 - Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais.	Revitalizar infraestruturas hídricas.

<b>Programa 2018 - Biodiversidade</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0191 - Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.	Catalogar 250.000 espécies de invertebrados brasileiros conhecidos em uma plataforma informatizada, integrada e compartilhada. Proteger 80% das coleções zoológicas, botânicas e microbiológica, em infraestruturas modernizadas e adequadas. Concluir as listas de espécies de flora e dos vertebrados brasileiros. Ampliar em 500.000 espécimes biológicas coletadas, analisadas e depositadas adequadamente em acervos nacionais, aumentando efetivamente o conhecimento da biodiversidade brasileira.

0504 - Atualizar o marco regulatório sobre a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da biodiversidade, tendo como referência os compromissos assumidos pelo governo brasileiro na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Propor a ratificação e implementar o Protocolo de Nagoya de Acesso ao Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios, em parceria com os demais órgãos federais competentes.

Elaborar e publicar plano decenal de metas para conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira visando promover uma ação efetiva e coordenada entre os diferentes setores da sociedade e entes da federação.

Propor novo marco regulatório de acesso e repartição de benefícios da biodiversidade, em parceria com os demais órgãos federais competentes.

Elaborar instrumento normativo para a regulamentação do pagamento por serviços ambientais.

Elaborar plano nacional sobre espécies exóticas invasoras.

Instituir novo marco regulatório de uso tradicional e popular de produtos da biodiversidade de ação terapêutica.

Regulamentar as categorias de manejo e outros dispositivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Avaliar a adequação da Lei de Biossegurança (Lei 11.105/2005) com vistas a contemplar as novas tecnologias, em parceria com os demais órgãos do Governo Federal.

Avaliar, em articulação com os demais órgãos federais competentes, o Protocolo Suplementar de Nagoya - Kuala Lumpur.

0506 - Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.

Celebrar 20 contratos de concessão de direito real de uso com organizações dos povos e comunidades tradicionais das Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais.

Criar e assistir 6 redes comunitárias, implementando, no total, 48 sistemas comunitários de conservação e de uso sustentável da agrobiodiversidade.

Mapear a distribuição geográfica das variedades crioulas e parentes silvestres de 4 espécies de plantas cultivadas.

Disponibilizar banco de dados das organizações existentes de Povos e Comunidades Tradicionais.

Fomentar 200 projetos de uso e conservação da biodiversidade.

Elaborar 6 Planos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

Promover o acesso de 100 mil famílias de Povos Comunidades Tradicionais e Agricultores ao mercado.

Realizar o cadastramento de famílias em 44 unidades de conservação.

Caracterizar o valor nutricional de 40 espécies nativas priorizadas na Iniciativa "Plantas para o futuro", com vistas a diversificar a dieta do brasileiro.

Incentivar a ampliação do uso de 12 espécies subutilizadas da flora nativa.

Realizar um diagnóstico nacional das instituições envolvidas com a conservação da agrobiodiversidade in situ, on farm e ex situ.

Desenvolver e certificar modelos de uso sustentável para 5 espécies da fauna silvestre nativa com tecnologias conhecidas.

Remunerar 70 mil famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos naturais no meio rural (Plano Brasil Sem Miséria).

Definir estratégias para a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos em três sub-bacias da região amazônica.

Promover 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade em âmbito nacional.

Implantar 30 arranjos produtivos locais envolvendo produtos da sociobiodiversidade.

Retirar 50 mil famílias extrativistas da linha de extrema pobreza.

Compartilhar manejos de 10 milhões de filhotes de quelônios ao ano.

<p>0507 - Modernizar a gestão, promover o acesso aos recursos genéticos da biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais associados e assegurar a repartição justa e equitativa dos benefícios gerados.</p>	<p>60 instituições credenciadas como fiéis depositárias do patrimônio genético.  Credenciar 3 instituições para emissão de autorização de acesso aos recursos genéticos.  Implantar Sistema informatizado de gestão do acesso aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados integrado com todas as instituições credenciadas.</p>
<p>0508 - Recuperar o estado de conservação das espécies brasileiras, com ênfase nas ameaçadas de extinção.</p>	<p>Avaliar a situação de 20 espécies ameaçadas de extinção com relação ao comércio internacional CITES - Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora.  Elaborar Planos de Ação para 500 espécies da flora ameaçadas de extinção.  Elaborar Planos de Ação para 100% espécies da fauna ameaçadas de extinção.  Diagnosticar o estado de conservação de 100% das espécies de vertebrados.  80% das espécies da fauna ameaçadas de extinção com populações presentes em unidades de conservação.  Conservar ex-situ e/ou in-situ 40% das espécies da flora ameaçada de extinção.  Diagnosticar o estado de conservação de 4.722 espécies da flora (plantas vasculares).</p>
<p>0509 - Aprimorar instrumentos de prevenção, monitoramento, avaliação e controle do uso da biodiversidade visando a biossegurança e o equilíbrio dos ecossistemas.</p>	<p>Regulamentar o uso sustentável e propor medidas de recuperação das populações das principais espécies pesqueiras sobre-explotadas.  Publicar marco regulatório e planos de ação para controle e monitoramento das 10 principais espécies sinantrópicas consideradas nocivas e promotoras de risco.  Revisar e publicar normas legais relativas ao uso sustentável da fauna silvestre.  Implementar em 30 unidades de conservação federais medidas de prevenção, controle de uso e dispersão, monitoramento e erradicação de espécies invasoras.</p>

0510 - Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.

Incorporar 10 milhões de hectares ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação.  
Fomentar 90 projetos de pesquisa de manejo em Unidades de Conservação Federais.  
Implantar estrutura de apoio à pesquisa em 20 Unidades de Conservação Federais.  
Elaborar o programa nacional para a conservação dos recifes de coral e de ecossistemas marinhos.  
Realizar um Inventário do Patrimônio Espeleológico Nacional com revisões anuais.  
Sinalizar e demarcar o perímetro de 40 Unidades de Conservação Federais.  
Publicar 58 Planos de Manejo para Unidades de Conservação Federais situadas em áreas com prioridade extremamente alta para a conservação da biodiversidade e sob alta pressão antrópica.  
Implantar reservas genéticas para a conservação in situ de variedades crioulas e parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas em 4 Unidades de Conservação.  
Regularizar 10 Unidades de Conservação Federais com concessão de Direito Real de Uso de terras públicas.  
Implementar instrumentos de gestão de conflitos em 40 Unidades de Conservação Federais com áreas de sobreposição com territórios de povos e comunidades tradicionais.  
Instituir 131 Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais.  
Estruturar 30 Unidades de Conservação Federais para visitação e uso público.  
Regularizar 200.000 hectares de terras privadas localizadas no interior de Unidades de Conservação Federais ao patrimônio do ICMBio.  
Adequar as instalações dos 11 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio.  
Avaliar o estado de conservação em 40 Unidades de Conservação Federais.  
Atualizar o Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, para todos os biomas, incluindo a zona costeira e marinha.  
Designar 5 sítios de zonas úmidas de importância internacional na Lista de Ramsar.

Programa 2022 - Combustíveis	
Objetivos	Metas
0184 - Fazer avançar o processo de comoditização dos biocombustíveis por meio da atuação brasileira junto a foros e parceiros internacionais.	Promover a internacionalização da produção e do uso sustentáveis de bioenergia. Promover projetos de cooperação técnica para estimular a implantação de usinas produtoras de bioenergia e de frotas piloto de veículos flexfuel em outros países (preferencialmente em desenvolvimento).
0185- Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética.	Atender à estimativa de produção nacional de biocombustíveis indicada pelo Plano Decenal de Expansão de Energia vigente.
0604 - Estimular medidas de eficiência energética no uso de derivados do Petróleo, do Gás Natural e de Biocombustíveis que contribuam para o uso racional destes insumos.	Elevar o percentual de modelos de automóveis etiquetados pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) para 50%. Evitar o consumo de 650 milhões de litros de óleo diesel por meio de ações de eficiência energética.
0797 - Monitorar e incentivar o uso sustentável de biocombustíveis de origem florestal (lenha e carvão) para fins energéticos.	Desenvolver procedimento de auditoria para uso energético sustentável da biomassa florestal e auditar 300 empresas usuárias de carvão vegetal proveniente do bioma Caatinga. Promover o uso energético sustentável da biomassa florestal em 300 empresas usuárias de carvão vegetal proveniente do bioma Caatinga. Apoiar e fomentar o desenvolvimento de estratégias empresariais de uso sustentável da biomassa florestal como fonte primária de energia.

<b>Programa 2045 Licenciamento e Qualidade Ambiental</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0487 - Aperfeiçoar os mecanismos de gestão e de controle voltados para a prevenção da contaminação e da poluição ambiental, e para o gerenciamento de substâncias perigosas, visando garantir a melhoria da qualidade ambiental.	<p>Atualizar o Perfil Nacional sobre a Gestão de Substâncias Químicas e publicar o Relatório de Qualidade do Meio Ambiente.</p> <p>Ampliar em 5% o número de operações anuais de fiscalização, visando coibir os ilícitos relacionados às atividades degradadoras e poluidoras do meio ambiente.</p> <p>Elaborar e Implementar o plano de ação para redução de emissões de dioxinas e furanos.</p> <p>Implementar a avaliação do risco ambiental para novos ingredientes ativos registrados como agrotóxicos.</p> <p>Elaborar e implementar o plano de ação para gestão de estoques e resíduos de agrotóxicos considerados poluentes orgânicos persistentes.</p>
0488 - Promover a Gestão dos Riscos relacionados às Emergências Ambientais com ênfase nos Produtos Perigosos, visando a Proteção da População e do Meio Ambiente.	<p>Mapear a sensibilidade ambiental ao óleo nas bacias sedimentares marítimas de Campos e de Pelotas.</p> <p>Elaborar o Plano Nacional de Ação de Emergência para Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos e apoiar elaboração de 4 Planos de Ação Estaduais.</p> <p>Elaborar o Plano Nacional de Ação de Emergência para Resgate e Reabilitação da Fauna Impactada com Óleo.</p> <p>Elaborar o Programa de Gestão de Riscos de Acidentes Ambientais para as tipologias de empreendimentos e atividades prioritárias.</p> <p>Elaborar, em parceria com os setores envolvidos, 2 Planos de Área para combate a derramamento de óleo em águas jurisdicionais brasileiras.</p>

<p>0489 - Promover o aperfeiçoamento do licenciamento e da avaliação ambiental.</p>	<p>Ampliar em 50% a capacidade operacional do licenciamento ambiental federal.</p> <p>Integrar as bases de dados de licenciamento ambiental dos órgãos integrantes do SISNAMA, considerando padrões estabelecidos pelo governo federal no âmbito da Infraestrutura de Dados Espaciais (INDE) por meio do Decreto 6.666/08.</p> <p>Implementar sistema informatizado para disponibilização de dados e informações referentes à avaliação de impactos ambientais de empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental federal.</p> <p>Implantar o Programa de Qualificação Técnica em Avaliação de Impactos Ambientais em 20 órgãos estaduais de meio ambiente.</p> <p>Capacitar como especialistas em avaliação de impacto ambiental 300 técnicos que atuam no licenciamento ambiental federal.</p> <p>Implementar sistema informatizado para acompanhamento de custos e prazos do licenciamento ambiental.</p>
<p>0490 - Fomentar a elaboração e a implementação de planos e projetos que promovam políticas públicas voltadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável.</p>	<p>Apoiar a atualização e a implementação de 100 Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável, em âmbito municipal, pelos respectivos Fóruns de Agenda 21.</p> <p>Fomentar a implementação de projetos socioambientais abrangendo 200 municípios brasileiros.</p>
<p>0491 Promover a educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais, contribuindo para construção de sociedades sustentáveis.</p>	<p>Realizar 80 adesões da Agenda Ambiental na Administração Pública, nos órgãos e instituições em todos os poderes e esferas de governo.</p> <p>Formar 20.000 educadores ambientais, lideranças comunitárias e gestores públicos para gestão e implementação de programas territoriais e locais de educação ambiental.</p> <p>Apoiar 2.000 instituições, entes e órgãos federais, estaduais e municipais, governamentais e não governamentais no desenvolvimento de ações de educação ambiental.</p>

<b>Programa 2052 - Pesca e Agricultura</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0567 - Aumentar a produção de organismos aquáticos de forma sustentável, através da implantação de parques aquícolas, da regularização fundiária e ambiental, da realização de pesquisas e assistência técnica e da modernização de infraestruturas produtivas, com foco no potencial aquícola brasileiro e nos recursos subexplorados e inexplorados.	Atender 80 mil famílias pela extensão pesqueira e aquícola. Demarcar parques aquícolas continentais em 30 reservatórios. Demarcar parques aquícolas marinhos em 12 Estados. Regularização ambiental de cinquenta mil aquicultores brasileiros.
0583 - Orientar a gestão da atividade pesqueira para a promoção da exploração sustentável dos recursos pesqueiros.	Adquirir 10.000 equipamentos de rastreamento para embarcações pesqueiras. Implantar e operacionalizar 21 Comitês Permanentes de Gestão. Publicar 15 planos de gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros.

<b>Programa 2053 - Petróleo e Gás</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0057 - Implantar sistemas coordenados de exploração, produção e processamento de petróleo e gás natural, em terra e mar, com conteúdo local, bem como de transporte de gás natural, orientados ao desenvolvimento equilibrado do território e para atender, agregando valor, aos mercados doméstico e internacional.	Aumentar a participação da oferta nacional no mercado de gás natural, possibilitando o suprimento e a expansão do mercado interno e buscando a geração de excedentes de produção com vistas à exportação.
0559 - Desenvolver ou formar polos produtivos ou tecnológicos da cadeia de fornecedores de bens e serviços de petróleo e gás natural, a partir das vocações e potencialidades regionais, promover a melhoria contínua da gestão empresarial e incentivar a criação de institutos tecnológicos voltados à pesquisa industrial aplicada, alinhada com os princípios de sustentabilidade socioambiental	Elaborar estudos sobre Instrumentos de Gestão Ambiental e Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável na área de influência da indústria do petróleo e gás natural.

<b>Programa 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.	Contratar R\$ 9 bilhões para apoio à execução de intervenções de drenagem urbana sustentável nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas  Executar intervenções de drenagem e controle de cheias e de erosões marítimas e fluviais em municípios suscetíveis a inundações e enxurradas

<b>Programa 2049 – Programa Moradia Digna</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0382 – Melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura e inclusão sócio ambiental.	Disponibilizar R\$ 30,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para urbanização de assentamentos precários.
0383 – Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.	Disponibilizar 200 mil moradias para famílias com renda mensal até R\$ 5 mil mensais na área urbana e até R\$ 60 mil anuais na área rural.  Disponibilizar 600 mil moradias para famílias com renda mensal até R\$ 3,1 mil mensais na área urbana e até R\$ 30 mil por ano na área rural.  Produzir ou reformar 1,2 milhão de moradias para famílias com renda até R\$ 1,6 mil por mês nas áreas urbanas e até R\$ 15 mil anuais na área rural.  Instituir programa de moradia transitória com a finalidade de criar alternativas de atendimento habitacional adequado ao perfil da população vulnerável, como catadores e moradores de rua, alternativo ao albergamento e à propriedade definitiva.

<p>0756 – Promover a qualidade da inserção urbana dos empreendimentos habitacionais, assim como, contribuir para a inserção socioeconômica das famílias beneficiadas por programas habitacionais.</p>	<p>Beneficiar 100% das famílias atendidas por programas habitacionais de natureza social com o desenvolvimento de trabalho social envolvendo mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de emprego e renda.</p> <p>Priorizar áreas de referência de empreendimentos de habitação de interesse social financiados pelo Governo Federal na implementação de suas carteiras prioritárias de investimentos em infraestrutura social.</p>
---	---

<b>Programa 2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
<p>0962 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.</p>	<p>Implantar, até 2015, sistemas de abastecimento de água em 1.220 aldeias com população a partir de 50 habitantes.</p>

<b>Programa 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
<p>0420 – Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamentos sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.</p>	<p>Construir e/ou reformar 120 mil casas.</p> <p>Beneficiar 50 mil famílias com acesso à água.</p>

Programa 2068 – Saneamento Básico	
Objetivos	Metas
0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.	<p>Contratar R\$ 6,5 bilhões para apoio à execução de intervenções de abastecimento de água em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória.</p> <p>Contratar R\$ 960 milhões para apoio à execução de intervenções de abastecimento de água em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória.</p> <p>Contratar R\$ 12,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou tratamento insuficiente.</p> <p>Contratar R\$ 1.28 bilhão para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória.</p> <p>Contratar R\$ 3 bilhões para apoio à execução de intervenções de saneamento integrado em municípios com baixos índices de acesso ou qualidade insatisfatória em dois ou mais componentes do saneamento.</p> <p>Beneficiar 500 municípios com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares.</p> <p>Beneficiar 30 municípios com a implantação e melhorias de serviços de drenagem</p> <p>Contratar R\$ 1,5 bilhão para apoio à execução de intervenções de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos em municípios com presença de formas inadequadas de disposição final.</p> <p>Beneficiar 400 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos.</p>
0355 - Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, indígenas, dentre outras), e população rural dispersa, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços.	<p>Implantar obras de saneamento em 375 comunidades remanescentes de quilombos.</p> <p>Implantar obras de saneamento em 750 comunidades rurais, tradicionais e especiais.</p>
0353 - Implantar medidas estruturantes que visem à melhoria da gestão em saneamento básico, compreendendo a organização, o planejamento, a prestação dos serviços, a regulação e fiscalização, e a participação e controle social.	<p>Apoiar 1.125 comunidades com ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação de ações de saneamento.</p> <p>Apoiar 1.500 municípios com ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação dos serviços de saneamento.</p> <p>Contratar R\$ 2 bilhões para a execução de intervenções de redução e controle de perdas em sistemas de abastecimento de água.</p>

<b>Programa 2069 – Segurança Alimentar e Nutricional</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0614 - Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.	<p>Ampliar o acesso à água a 3.000 escolas da zona rural e dos territórios tradicionais, sem abastecimento da rede pública, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água com vistas ao consumo humano</p> <p>Implantar 1.200 sistemas coletivos dessalinizadores de água em comunidades rurais.</p> <p>Universalizar o acesso à água para consumo humano, atendendo a 730.000 famílias da zona rural do semiárido brasileiro, inscritas no CadÚnico, sem acesso à rede pública de abastecimento, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água.</p> <p>Iniciativa: Identificação, implantação e monitoramento de tecnologias para a captação e armazenamento de água, para famílias rurais, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e em escolas rurais, associadas à capacitação dos beneficiários em gestão hídrica, convivência com a seca, segurança alimentar e nutricional e uso sustentável dos recursos naturais, além de execução de ações de monitoramento da qualidade da água consumida.</p> <p>Ação: 12QC Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano</p> <p>Brasil sem Miséria Estabelecer estratégias que permitam ampliar o acesso à água para consumo humano a 245.000 famílias da zona rural das diversas regiões do país e dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, especialmente na região Norte, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água.</p>
0615 - Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.	<p>Iniciativa: Identificação e implantação de tecnologias de captação e armazenamento de água para fomentar e estruturar as atividades produtivas de agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, em situação de vulnerabilidade social, associadas ao intercâmbio de experiências, a capacitação dos beneficiários em gestão hídrica, segurança alimentar e nutricional, convivência com a seca e uso sustentável dos recursos naturais.</p> <p>11V1 Acesso à Água para o Consumo Humano na Zona Rural</p>

# POLÍTICAS PARA PREVENÇÃO, ATENÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE CRACK, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

---

O levantamento considera metas do PPA 2012-2015 que tratam especificamente da agenda de Prevenção, Atenção e Reinsertação Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas, bem como algumas iniciativas que trazem informações adicionais.

Programas 9

Objetivos 15

Metas 46

<b>Programa 2015 – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0718 - Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.	<p>Ampliar em 2.400 o número de beneficiários do Programa de Volta para Casa, passando de 3.786 em 2011 para 6.186 até 2015.</p> <p>Implantar e implementar 2.400 leitos de atenção integral de saúde mental em hospitais gerais, passando de 3.371 em 2011 para 5.771 até 2015.</p> <p>Implantar e implementar 640 centros de atenção psicossocial (CAPS), passando de 1650 em 2011 para 2290 até 2015.</p> <p>Implantar e implementar 800 unidades residenciais terapêuticas temporárias (URTT) até 2015.</p>

<b>Programa 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0282- Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.	Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação de Equipes de referência do CRAS para execução do Plano Nacional de Enfrentamento ao crack e outras drogas.
0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.	Elaborar protocolo intersetorial, construir e difundir orientações técnicas específicas para o atendimento especializado às famílias e indivíduos com violação de direitos associada ao uso de crack e outras drogas.

<b>Programa 2043 – Integração Sul-Americana</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Iniciativa</b>
0946 - Expandir as iniciativas previstas nos Planos de Ação das instâncias subsidiárias da UNASUL nas áreas da saúde, combate à fome e à pobreza, erradicação da extrema pobreza, segurança alimentar e nutricional, proteção social e economia solidária, bem como consolidar e implementar o Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS), com vistas a reforçar o pilar social da integração regional.	Iniciativa: Elaboração e implementação do plano sul-americano de combate às drogas.

<b>Programa 2044 – Autonomia e Emancipação da Juventude</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0967 - Oferecer políticas públicas específicas, que garantam melhores condições de inclusão social e produtiva da juventude e que ampliem as políticas de transferência de renda, participação cidadã e qualificação profissional.	Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional de jovens de 18 a 29 anos em situação de baixa renda, privilegiando: as áreas da SUDAM, SUDENE, SUDECO e integrantes do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional; jovens dependentes químicos em situação de conflito com a lei; e jovens rurais e de comunidades tradicionais.

<b>Programa 2057 – Política Externa</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Iniciativa</b>
0901 - Aprofundar a participação nos esforços de reforma da governança e a agenda de relacionamento com os organismos políticos multilaterais dos quais o país é membro e ampliar o diálogo com aqueles cujas atividades acompanha.	Elaboração de programa regional para o enfrentamento do problema mundial das drogas, por meio da coordenação entre o Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas da União de Nações Sulamericanas (UNASUL) e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

**Programa: 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas.**

Objetivos	Metas
<p>0912 - Promover e articular ações continuadas de prevenção do uso de drogas, de forma a informar, desestimular o uso inicial, incentivar a diminuição do consumo e diminuir os riscos e danos associados ao seu uso indevido.</p>	<p>Disseminar informações à sociedade brasileira sobre o uso de drogas, a partir de ações educativas, da elaboração de materiais e de campanhas de caráter informativo e educativo em todos os estados e Distrito Federal.</p> <p>Promover o acesso a atividades culturais, esportivas e ocupacionais aos segmentos populacionais em situação de maior vulnerabilidade social, em todos os Estados e Distrito Federal, como forma de prevenção ao consumo abusivo de drogas.</p>
<p>0920 - Capacitar, de forma continuada e articulada com as Políticas Públicas relacionadas ao tema, os atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.</p>	<p>Capacitar as lideranças religiosas e de movimentos afins para atuação na prevenção do uso indevido de drogas e outros comportamentos de risco, bem como na abordagem de situações que requeiram encaminhamento à rede de serviços existentes na comunidade.</p> <p>Capacitar conselheiros municipais (drogas, educação, segurança, assistência social, tutelares, criança e adolescente, idoso, entre outros) e lideranças comunitárias para atuar na redução da demanda de drogas em suas comunidades.</p> <p>Capacitar policiais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal na temática vinculada à prevenção do uso de drogas na associação com o trânsito brasileiro, bem como o desenvolvimento de habilidades em abordagem dos condutores que apresentam sinais de consumo de álcool ou outras drogas e o adequado uso de etilômetros.</p> <p>Capacitar profissionais de saúde, de redes de tratamento e técnicos que trabalham com jovens, populações de risco e em situação de vulnerabilidade social, para a aplicação de técnicas de tratamento e reinserção social e gerenciamento de casos.</p> <p>Capacitar profissionais de segurança pública com informações atualizadas sobre os diferentes aspectos envolvidos no enfrentamento das questões relacionadas ao uso de drogas lícitas e ilícitas, políticas e legislações, vulnerabilidades e violência.</p> <p>Capacitar profissionais e gestores que atuam na rede de atendimento de saúde e rede de assistência social para ações de detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas, assim como no encaminhamento de usuários com problemas e na realização de procedimentos de intervenção breve e aconselhamento motivacional.</p> <p>Capacitar profissionais e voluntários de Comunidades Terapêuticas, visando a reabilitação e reinserção social dos usuários de crack e outras drogas.</p> <p>Contribuir para o aprimoramento técnico-metodológico e a adequação da ação conjunta entre os operadores do direito, segurança pública e equipes multidisciplinares, visando o cumprimento de penas alternativas e medidas socioeducativas e protetivas para diminuição da reincidência do consumo, por meio da articulação e cooperação com a rede de saúde, de assistência social, e outras organizações comunitárias.</p> <p>Criar curso técnico em reabilitação de dependência química.</p> <p>Implantar 65 Centros Regionais de Referência no âmbito de Instituições de Ensino Superior públicas para formação permanente dos profissionais que atuam no âmbito da justiça e nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social com usuários de</p>

	<p>crack e outras drogas e seus familiares.</p> <p>Incluir a temática sobre drogas nos cursos de graduação que possuem interface com ela.</p> <p>Ofertar capacitação presencial para a rede de saúde, assistência social e Juizados Especiais Criminais, favorecendo o desenvolvimento de ações integradas e articuladas entre as redes de saúde e assistência social.</p> <p>Ofertar cursos de capacitação de educadores e áreas afins para o desenvolvimento de programas e projetos de prevenção do uso de drogas no contexto escolar e em outros espaços de comportamentos de risco, em especial entre adolescentes e jovens.</p> <p>Promover especialização de profissionais de educação, saúde e acadêmicos de países da América Central, Caribe, América do Sul e países de língua oficial portuguesa da África em metodologia de pesquisa sobre a temática de drogas, fortalecendo a cooperação internacional e contribuindo para o aprimoramento da produção científica na região e no continente africano.</p>
<p>0921 - Apoiar a estruturação de projetos e serviços voltados ao atendimento de usuários de drogas e seus familiares, de forma articulada ao Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social.</p>	<p>Apoio à organização dos serviços de acolhimento a usuários de droga e seus familiares oferecidos no âmbito das organizações não governamentais, de forma articulada ao Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social.</p> <p>Avaliação dos serviços oferecidos no âmbito das comunidades terapêuticas no país.</p> <p>Disseminação de boas práticas, por meio da identificação das iniciativas, sistematização da metodologia e replicação dos projetos, desenvolvidos em parceria com estados e municípios.</p> <p>Manter a atualização dos arquivos relativos ao mapeamento dos serviços de atendimento e acolhimento de usuários de drogas, disponibilizando-os à sociedade.</p> <p>Mapeamento e georreferenciamento dos serviços voltados ao atendimento de usuários de crack, álcool e outras drogas.</p>

<p>0923 - Introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, tendo como subsídio a realização de levantamentos acerca dos padrões de consumo de crack e outras drogas e a produção de conhecimentos científicos afetos ao tema; aperfeiçoando os marcos institucionais e legais; fortalecendo os mecanismos de articulação intersetorial e cooperação internacional; modernizando os instrumentos de acompanhamento e monitoramento das ações e fomentando a criação de estruturas locais de gestão, com a ampliação dos mecanismos de participação social.</p>	<p>Aperfeiçoar os mecanismos de capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), abrangendo a localização de bens dados em perdimento em favor da União, a agilização dos respectivos leilões, a transferência de recursos aos estados e a mitigação da tutela cautelar.</p> <p>Apoiar a instalação de escritório regional do Escritório sobre Drogas e Crimes das Nações Unidas (UNODC/ONU) e sua manutenção.</p> <p>Articular a instituição de fundos sobre drogas em todas as Unidades da Federação, assim como fomentar a sua criação no âmbito dos municípios.</p> <p>Desenvolver um sistema integrado de informações voltado para o acompanhamento e monitoramento das ações implementadas no âmbito da política nacional sobre drogas.</p> <p>Firmar acordos de cooperação do FUNAD com Estados da Federação e Distrito Federal.</p> <p>Fortalecer a atuação dos conselhos estaduais, distritais e municipais de políticas sobre drogas e incentivar a instalação de órgão ou unidade responsável pela gestão da política sobre drogas nesses três níveis.</p> <p>Revisar e atualizar os marcos legais que dão suporte à operacionalização da política sobre drogas, visando fortalecer a sua institucionalidade e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo para a diminuição da oferta e consumo de drogas.</p> <p>Fortalecimento da rede de pesquisa com financiamento sistemático por meio de editais temáticos.</p> <p>Realização de estudos e pesquisas multinacionais com ênfases nos países que estabelecem fronteiras com o Brasil.</p> <p>Realização, de modo sistemático e periódico, de estudos epidemiológicos relativos à população brasileira em geral e seus estratos, em especial grupos vulneráveis (estudantes, indígenas, população em situação de rua, sistema penitenciário, entre outros).</p> <p>Criação de Centros Colaboradores vinculados a hospitais universitários nas diferentes regiões do país.</p> <p>Instalação de um sistema de monitoramento do uso e tráfico de drogas.</p> <p>Articular a disseminação de linhas de pesquisa sobre a temática do crack e outras drogas, incentivando o desenvolvimento de projetos de iniciação científica relacionados ao tema e fomentando a formação de novos pesquisadores nas áreas que apresentam déficits de profissionais trabalhando com a temática de drogas.</p>
---	--

<b>Programa 2064 – Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0975 - Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.	Aprovar e implementar protocolo de direitos humanos e tratamento para usuários de drogas. Implementar o Núcleo Brasileiro de Saúde Mental e Direitos Humanos.

<b>Programa 2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Iniciativa</b>
0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.	Articular a promoção da adequação de políticas públicas, programas e ações de combate ao uso de álcool e drogas, considerando as especificidades étnico-cultural e territoriais dos povos indígenas.

<b>Programa 2070 - Segurança Pública com Cidadania</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.	150.717 kg de cocaína (cloridrato, pasta base, crack e outras formas de apresentação) apreendida.
0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.	Ampliar de 4.150.000 para 6.000.000 o número de procedimentos de fiscalização de alcoolemia.
0834 - Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.	Apoio aos 27 Programas Educacionais de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) dos Estados e Distrito Federal.

## POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

---

O levantamento considera metas do PPA que tratam especificamente ou têm forte impacto sobre a população em situação de rua. Não estão selecionadas as metas que, embora possam ter impacto para o segmento, são universais, sem exclusividade ou prioridade a ele.

Programas 9

Objetivos 9

Metas 17

<b>Programa 2015 – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0724 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.	Realizar 6 encontros nacionais envolvendo lideranças do campo e da floresta, do movimento de gays, bissexuais e transsexuais, da população em situação de rua, dos ciganos e dos gestores do SUS até 2015.

<b>Programa 2019 - Bolsa Família<sup>1</sup></b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0376 - Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômicas, por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias, instrumentos e sistemas de informações, com objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.	Aprimorar a estratégia de identificação e caracterização das famílias pertencentes a grupos populacionais diferenciados bem como as famílias em situação de extrema pobreza, no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

<b>Programa: 2020 - Cidadania e Justiça</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0874- Assegurar e expandir os direitos dos migrantes por meio da consolidação de mecanismos ágeis de acesso à informação, construção de direitos e prestação de serviços públicos gratuitos, independentemente de sua situação migratória.	Apoiar a implementação de núcleos especializados da Defensoria Pública para atendimento da população em situação de rua.

**Programa: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**

<sup>1</sup> Incluímos meta do programa Bolsa Família de identificação de famílias pertencentes a grupos diferenciados, considerando que entre esses grupos está a população em situação de rua.

<b>Indicadores: Percentual de CREAS com oferta de serviço especializado em Abordagem Social - Índice: 63,00</b> <b>Percentual de municípios (com 100 mil habitantes ou mais) com serviços de Proteção Social Especial para pessoas em situação de rua - Índice: 35,00</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.	<p>Construir e difundir parâmetros e regulações nacionais para o funcionamento do CREAS e do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, assegurado enfoque nas questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial.</p> <p>Criar capacidade para mapeamento, identificação, registro no CadÚnico e vinculação a serviços públicos, das pessoas em situação de rua nos municípios com mais de 100 mil habitantes.</p> <p>Elevar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial para população em situação de rua nos territórios cobertos pelo Plano Brasil sem Miséria.</p> <p>Elevar o percentual de Centros de Referência Especial de Assistência Social - CREAS e de Centros de Referência Especializado para Populações em situação de rua, operando segundo padrões de funcionamento estabelecidos nacionalmente.</p> <p>Induzir a oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social nos municípios com populações em situação de rua, com foco no trabalho infantil em suas piores formas e em cidades-sede de grandes eventos e obras.</p>

<b>Programa: 2049 - Moradia Digna</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.	Instituir programa de moradia transitória com a finalidade de criar alternativas de atendimento habitacional adequado ao perfil da população vulnerável, como catadores e moradores de rua, alternativo ao albergamento e à propriedade definitiva.

<b>Programa: 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0923 - Introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, tendo como subsídio a realização de levantamentos acerca dos padrões de consumo de crack e outras drogas e a produção de conhecimentos científicos afetos ao tema; aperfeiçoando os marcos institucionais e legais; fortalecendo os mecanismos de articulação intersetorial e cooperação internacional; modernizando os instrumentos de acompanhamento e monitoramento das ações e fomentando a criação de estruturas locais de gestão, com a ampliação dos mecanismos de participação social.	Realização, de modo sistemático e periódico, de estudos epidemiológicos relativos à população brasileira em geral e seus estratos, em especial grupos vulneráveis (estudantes, indígenas, população em situação de rua, sistema penitenciário, entre outros).

<b>Programa: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0742 - Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.	Realizar o censo de população em situação de rua. Reintegrar crianças e adolescentes em situação de rua, na convivência familiar e comunitária, em municípios com mais de 300 mil habitantes.

<b>Programa: 2067 - Resíduos Sólidos<sup>2</sup></b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0319 - Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.	Capacitar e fortalecer a participação na coleta seletiva de 60 mil catadores. Fomento e fortalecimento de 500 cooperativas/associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação na coleta seletiva e nas cadeias da reciclagem. Incrementar 100 redes de comercialização de materiais recicláveis coletados pelas associações de catadores. Viabilizar infraestrutura para 280 mil catadores.

<sup>2</sup> Incluímos as metas para catadores do programa Resíduos Sólidos considerando que, segundo o censo da população em situação de rua, 27% são catadores.

<b>Programa: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.	<p>Ampliar em 50% o atendimento em intermediação de mão de obra no âmbito do SINE e ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional, priorizando, em particular, o seguinte público e/ou áreas de atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• atividades relacionadas à agricultura, pecuária, aquicultura, pesca e produção florestal;</li> <li>• afrodescendentes, mulheres, jovens e pessoas com deficiência física e intelectual;</li> <li>• trabalhadoras domésticas;</li> <li>• população em situação de rua;</li> <li>• público do Programa do Seguro-Desemprego;</li> <li>• públicos do Programa Bolsa Família e do Plano Brasil Sem Miséria;</li> <li>• trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo;</li> <li>• atividades voltadas para grandes eventos esportivos;</li> <li>• trabalhadores da construção civil; e</li> <li>• presidiários e egressos do sistema penal.</li> </ul>

# POPULAÇÃO LGBT

---

O levantamento considera metas do PPA 2012-2015, exclusivamente ou prioritariamente voltadas ao segmento LGBT. Não estão selecionadas as metas que, embora possam ter impacto para o segmento, são universais, sem exclusividade ou prioridade a ele.

Programas 6

Objetivos 9

Metas 14

<b>PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0724 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.	Realizar 6 encontros nacionais envolvendo lideranças do campo e da floresta, do movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais, da população em situação de rua, dos ciganos e dos gestores do SUS até 2015.
0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.	Implantar progressivamente nos municípios brasileiros a notificação contínua da violência doméstica, sexual e/ou outras violências.  Implementar Núcleos de Prevenção à Violência nas Unidades da Federação com mais altos índices de homicídios, de agressões e de vitimização a populações vulneráveis

<b>Programa 2016 – Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0933 - Fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica, mediante apoio às políticas de educação de qualidade, além de políticas culturais, de esporte e lazer que assegurem tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais.	Formar 140 mil profissionais da rede pública de educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual por meio do Programa Gênero e Diversidade na Escola.  Formular e articular mecanismos que visem à criação de Orientações ou Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de gênero – que contemplem as abordagens de classe social, raça-etnia, orientação sexual e geracional – em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, e à inserção dessa temática nos materiais didáticos empregados.
0934 - Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres.	Constituir um Grupo de Trabalho de caráter interministerial voltado para o tema das mulheres lésbicas e bissexuais, com ênfase no desenvolvimento e implementação de estratégias de apoio à discussão das propostas de legislação que tratam da equiparação de direitos e de garantia da proteção à população LGBT.

0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.	Realizar capacitação permanente de 100% das atendentes da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 no tema da violência contra as mulheres, com destaque às especificidades das mulheres do campo e da floresta, negras, indígenas e lésbicas.
---	---

<b>Programa 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.	<p>Construir e difundir parâmetros e regulações nacionais para o funcionamento do CREAS e do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, assegurado enfoque nas questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial.</p> <p>Elaborar e difundir parâmetros, orientações técnicas e regulações de âmbito nacional para oferta dos Serviços de Acolhimento tipificados para os diferentes públicos, em suas diversas modalidades, assegurando enfoque nas questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT.</p>

<b>Programa 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0276 - Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.	Ampliar os recortes de gênero, etnicorracial, LGBT e pessoas com deficiência nos projetos voltados para jovens.

<b>2057 - Política Externa</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Iniciativa</b>
0919 - Promover a percepção internacional do compromisso do Brasil com os direitos humanos e com os temas sociais, por meio da participação ativa em órgãos multilaterais e do diálogo e da cooperação bilaterais.	Iniciativa: Divulgação nos foros internacionais competentes da aplicação do Plano Decenal de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT e do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

<b>Programa 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0257 - Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.	<p>Aprovar marco legal contra a violência e a discriminação homofóbica</p> <p>Aprovar marco legal que reconhece o nome social de travestis e transexuais</p> <p>Implementar uma rede de combate à homofobia e promoção dos direitos de LGBT</p> <p>Realizar campanha nacional para promoção dos direitos LGBT</p>

# POVOS INDÍGENAS

---

O levantamento considera metas do PPA 2012-2015 que tratam dos povos indígenas. Não estão selecionadas as metas que, embora possam ter impacto na vida dos povos indígenas, são universais, sem exclusividade ou prioridade.

Programas 12

Objetivos 27

Metas 100

Programa 2012 - Agricultura Familiar	
Objetivos	Metas
0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.	<p>Adequar as condições de crédito às particularidades da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentados e assentadas da reforma agrária.</p> <p>Ampliar o acesso dos assentados e assentadas da reforma agrária, das comunidades quilombolas, indígenas e dos povos e comunidades tradicionais às políticas de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda, por meio da construção de uma proposta de ajuste e qualificação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), ampliação das entidades emissoras e capacitação dessas comunidades.</p>
0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.	<p>Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 15 mil famílias indígenas, com recorte específico para este público.</p> <p>Implementar plano de formação e qualificação de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e estabelecer parcerias, considerando as especificidades das comunidades indígenas e quilombolas e das mulheres rurais.</p> <p>Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres.</p>
0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.	<p>Apoiar a ampliação da criação das agroindústrias familiares das comunidades indígenas e sua manutenção, respeitando a dinâmica cultural e divisão do trabalho de cada povo.</p> <p>Criar estratégia para identificar e valorizar os aspectos culturais e ambientais dos produtos oriundos de comunidades quilombolas e indígenas, visando a ampliar a comercialização de gêneros alimentícios no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).</p>

<b>Programa 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0721 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.	Capacitar 380 mil técnicos de nível médio (agentes de combate a endemias, agentes comunitários de saúde, auxiliares de enfermagem, agentes de saúde indígena, técnicos de vigilância em saúde, técnicos em novas áreas – manutenção de equipamento, órtese e prótese, registro de informação em saúde, técnicos em saúde bucal, auxiliar em saúde bucal e técnicos em laboratório odontológico, entre outros) até 2015.

<b>Programa 2016 - Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0934 - Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres.	Estimular a ampliação do número de mulheres nos cargos de decisão dos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) em todos os níveis considerando as mulheres negras e indígenas.
0936 - Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.	Capacitar 1.000 mulheres indígenas como multiplicadoras para fortalecimento de sua participação na implementação das políticas públicas, com ênfase em sua atuação nos Comitês Regionais da FUNAI.
0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.	Realizar capacitação permanente de 100% das atendentes da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 no tema da violência contra as mulheres, com destaque às especificidades das mulheres do campo e da floresta, negras, indígenas e lésbicas.

**Programa 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia**

Objetivos	Metas
0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.	Atender os pedidos de instalação de Telefone de Uso Público nas comunidades remanescentes de quilombos ou quilombolas, devidamente certificadas; populações tradicionais e extrativistas fixadas nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; assentamentos de trabalhadores rurais; aldeias indígenas; organizações militares das Forças Armadas; postos da Polícia Rodoviária Federal; e, aeródromos públicos.

**Programa 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária**

Objetivos	Metas
0980 - Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.	Ampliar o acesso aos recursos para melhoria da infraestrutura territorial nas comunidades indígenas.

**Programa 2030 - Educação Básica**

Objetivos	Metas
0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.	Elevar a taxa de atendimento escolar da população indígena em todas as etapas e modalidades da educação básica.

<b>Programa 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.	Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior.
<b>Programa 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.	Produzir materiais de orientação aos municípios sobre o atendimento às populações rurais; comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhas) e inclusão das pessoas com deficiência nos serviços.
<b>Programa 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0923 - Introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, tendo como subsídio a realização de levantamentos acerca dos padrões de consumo de crack e outras drogas e a produção de conhecimentos científicos afetos ao tema; aperfeiçoando os marcos institucionais e legais; fortalecendo os mecanismos de articulação intersetorial e cooperação internacional; modernizando os instrumentos de acompanhamento e monitoramento das ações e fomentando a criação de estruturas locais de gestão, com a ampliação dos mecanismos de participação social.	Realização, de modo sistemático e periódico, de estudos epidemiológicos relativos à população brasileira em geral e seus estratos, em especial grupos vulneráveis (estudantes, indígenas, população em situação de rua, sistema penitenciário, entre outros)

<b>Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.	Apoiar o usufruto exclusivo dos Povos Indígenas ao seu território através do assentamento de ocupantes não-indígenas no processo de regularização das Terras Indígenas.
<b>Programa 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0379 - Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional e de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares saudáveis, por meio da mobilização social, articulação e trabalho em rede, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.	Publicar o marco conceitual de Educação Alimentar e Nutricional nas Políticas Públicas, respeitando as práticas alimentares dos Povos Indígenas e dos Povos e Comunidades Tradicionais.
0380 - Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.	<p>Ampliar a compra de alimentos agroecológicos e oriundos das cadeias da sociobiodiversidade, de modo a beneficiar 25.000 agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas.</p> <p>Ampliar a destinação ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) de bens e mercadorias apreendidos pelos órgãos de fiscalização e apreensão e de material vegetal suprimido de grandes obras pelos órgãos da administração pública federal, elevando a arrecadação do Fundo de Erradicação e Combate a Fome, visando o apoio a ações de estruturação da produção e inclusão socioeconômica, de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como de suas organizações, incluindo aquelas que atuam sob os princípios da economia solidária.</p> <p>Ampliar a participação de povos e comunidades tradicionais e povos indígenas no Programa de Aquisição de Alimentos.</p>

<p>0614 - Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.</p>	<p>Estabelecer estratégias que permitam ampliar o acesso à água para consumo humano a 245.000 famílias da zona rural das diversas regiões do país e dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, especialmente na região Norte, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água.</p>
<p>0615 - Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.</p>	<p>Adotar medidas para ampliar a aplicação de recursos advindos de leilões de bens apreendidos em operações de crimes ambientais e de empreendimentos de interesse público ou social que tenham sido objeto de licenciamento ambiental que possuem autorização de supressão vegetal, em ações de desenvolvimento social de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.</p> <p>Atender 142.100 agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade social, fomentando atividades produtivas diversificadas, especialmente de alimentos, a partir de conceitos agroecológicos, respeitadas as características culturais.</p> <p>Elaborar política, marcos legais e instrumentos normativos visando a estruturação da produção dos agricultores familiares, de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais, diferenciando-as das ações oficiais de crédito.</p>

<p><b>Programa 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas</b></p>	
<p><b>Objetivos</b></p>	<p><b>Metas</b></p>
<p>0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.</p>	<p>Constituição de 8 reservas indígenas para atender os casos de maior gravidade de povos indígenas confinados territorialmente ou desprovidos de terras.</p> <p>Delimitação de 56 terras indígenas.</p> <p>Desenvolvimento, implantação e disponibilização de Sistema de Informação Geográfica das terras indígenas.</p> <p>Emissão de 45 portarias declaratórias da posse indígena de terras tradicionalmente ocupadas.</p> <p>Estabelecimento de acordos de cooperação técnica para o combate ao desmatamento, incêndios florestais e outros ilícitos nas terras indígenas.</p> <p>Estruturação de 12 Frentes de Proteção Etnoambiental para fiscalizar e monitorar 23 terras indígenas com referências de povos indígenas isolados confirmadas.</p>

	<p>Estruturação de 5 unidades descentralizadas da FUNAI, especializadas no serviço de monitoramento territorial e na proteção de índios isolados para atuarem em terras indígenas localizadas na faixa de fronteira do Brasil com Peru, Colômbia e Venezuela.</p> <p>Estudos e localização de 8 novas referências de povos indígenas isolados, com incremento de 30% sobre as 33 referências já confirmadas.</p> <p>Fiscalização e monitoramento efetivo de 210 terras indígenas, com incremento de 30% das terras indígenas fiscalizadas sistematicamente.</p> <p>Homologação da demarcação de 40 terras indígenas.</p> <p>Implementação do Programa de Capacitação em Proteção às Terras Indígenas.</p> <p>Implementação do Projeto de Monitoramento Espacial das Terras Indígenas.</p> <p>Indenizar e extrusar ocupantes de boa-fé de 40 terras indígenas.</p> <p>Inserção do componente indígena na Política Nacional de Fronteira.</p> <p>Inserção do componente indígena na Política Nacional de Mudanças Climáticas.</p> <p>Promover o monitoramento permanente nas 20 terras indígenas com maior índice de desmatamento.</p> <p>Redução de ilícitos socioambientais nas terras indígenas, por meio de ações articuladas de fiscalização e de etnodesenvolvimento.</p> <p>Regulamentação do poder de polícia da FUNAI.</p>
--	---

<p>0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.</p>	<p>Coordenar e promover, em articulação com instituições de governo, indígenas e não governamentais, a 1ª Conferência Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas.</p> <p>Coordenar e promover, em articulação com instituições do governo, indígenas e não governamentais, o Ano Internacional da Sociobiodiversidade Indígena.</p> <p>Coordenar e promover, em articulação com instituições parceiras, 6 chamadas públicas de projetos com foco na conservação da agrobiodiversidade em terras indígenas.</p> <p>Coordenar, promover, apoiar e consolidar, em articulação com instituições parceiras, diagnósticos da agrobiodiversidade local e valorização de responsáveis por sua guarda e circulação, entre os povos Guarani, Khraô, Paresi e Xavante.</p> <p>Coordenar, promover e apoiar a estruturação de 8 arranjos produtivos locais, com base em cadeias de valor, visando o estabelecimento de marcas coletivas, certificação de produtos indígenas, acesso aos mercados e geração de renda.</p> <p>Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições e órgãos parceiros, a elaboração e implementação de quatro acordos e planos participativos, visando à transição para atividades produtivas sustentáveis em terras indígenas.</p> <p>Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições parceiras, a conservação da agrobiodiversidade das terras indígenas, por meio da realização de 7 eventos de intercâmbio de insumos e práticas tradicionais da agricultura e alimentação indígenas.</p> <p>Garantir a participação indígena nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos.</p> <p>Implantar 80 projetos de gestão ambiental nas terras indígenas.</p> <p>Implantar processos e projetos de etnodesenvolvimento em 678 terras indígenas.</p> <p>Implementar 51 planos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas.</p> <p>Implementar 5 Centros de Formação Indígena.</p> <p>Implementar cursos de formação continuada para 300 gestores não indígenas e 300 gestores indígenas para qualificar as ações de gestão ambiental e territorial de terras indígenas.</p> <p>Realizar duas publicações de materiais didáticos sobre licenciamento ambiental e comunidades indígenas e gestão ambiental e territorial de terras indígenas, com vistas à informação qualificada de órgãos públicos, povos indígenas e parceiros.</p> <p>Regulamentar a atuação da FUNAI como interveniente no componente indígena dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos.</p>
---	--

<p>0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.</p>	<p>Regulamentar o etnoturismo e ecoturismo em terras indígenas de forma sustentável.</p> <p>Apoiar a realização de 150 eventos (seminários, reuniões, cursos e etc) das organizações indígenas nas diversas regiões do país, em suas iniciativas próprias e em processos de formação, para promoção de seus direitos sociais e qualificação das políticas públicas.</p> <p>Contribuir para o alcance da meta nacional de erradicação do sub-registro civil de nascimento.</p> <p>Definição de legislação específica com diretrizes para a política de implantação de programas e projetos de infraestrutura para povos indígenas e seus territórios, desenvolvidos pelos diferentes órgãos e entes federados.</p> <p>Executar 10.000 obras de infraestrutura comunitária ou de habitações em terras indígenas.</p> <p>Implantação de sistema interligado aos canais remotos do Ministério da Previdência Social, nas 36 Coordenações Regionais da FUNAI, adequando e potencializando o acesso aos direitos previdenciários dos povos indígenas.</p> <p>Instituição de acordo de cooperação que garanta o respeito às formas de nomeação próprias dos povos indígenas por parte dos registradores nas diferentes regiões do país.</p> <p>Propor adequações das políticas de assistência social, com foco na qualificação das redes e equipamentos sociais (CRAS, conselhos tutelares e etc), para o atendimento dos povos indígenas, inclusive criando mecanismos de acolhimento e escuta para o atendimento a grupos indígenas que se instalam em ambientes urbanos.</p> <p>Realizar 13 projetos de substituição de alimentos industrializados da cesta básica, distribuída em aldeias com déficit de produção, por outros itens produzidos por comunidades indígenas e mais condizentes com o padrão alimentar indígena.</p>
--	---

<p>0949 - Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade.</p>	<p>Realizar 4 pesquisas acerca do funcionamento de sistemas alimentares próprios tradicionais de povos indígenas.</p> <p>Apoiar 168 projetos de atividades e eventos culturais, em conjunto com as unidades regionais da FUNAI, visando apoio à produção social e à transmissão de saberes, bem como à comercialização e distribuição de bens materiais.</p> <p>Capacitar 160 pesquisadores indígenas em métodos e técnicas de registro de suas línguas e aspectos de suas culturas e gestão de seus patrimônios.</p> <p>Elaborar marco legal de proteção dos conhecimentos tradicionais e expressões culturais indígenas.</p> <p>Implementar Plano Setorial de Culturas Indígenas.</p> <p>Pesquisar e documentar 30 línguas, culturas e acervos de povos indígenas no país.</p> <p>Promover, nas ações desenvolvidas e nos projetos apoiadas com recursos da ação de proteção, promoção, fortalecimento e valorização das culturas indígenas, a participação direta de indígenas nos estudos sobre suas culturas, bem como na elaboração e gestão de projetos culturais que envolvam diretamente as suas comunidades.</p>
<p>0950 - Articular as políticas públicas implementadas pelos órgãos do governo federal junto aos povos indígenas, compatibilizando suas estratégias de regionalização e sistemas de informação de modo a otimizar seus resultados, com desdobramentos territoriais.</p>	<p>Registrar, preservar e difundir 160.000 itens do acervo documental sob a guarda do Museu do Índio e de suas unidades descentralizadas.</p> <p>Elaboração e implementação de 36 Planos Regionais Indigenistas articulados entre as diversas instituições governamentais com atuação no território.</p>
<p>0951 - Promover e proteger os direitos dos povos indígenas de recente contato por meio da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural.</p>	<p>Implementação do Conselho Nacional de Política Indigenista.</p> <p>Integração dos sistemas de informação sobre povos indígenas.</p> <p>Formulação da política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato.</p> <p>Implementação da política de proteção e promoção dos povos de recente contato em 11 terras indígenas jurisdicionadas às Frentes de Proteção Etnoambiental da FUNAI.</p> <p>Monitoramento e avaliação de ações governamentais e da sociedade civil nas 11 terras indígenas com presença de povos indígenas de recente contato jurisdicionadas à Frente de Proteção Etnoambiental da FUNAI.</p>

<p>0952 - Promover o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e a articulação e o acompanhamento das políticas públicas de educação, com vistas à autonomia e à sustentabilidade desses povos, por meio da valorização da cultura e das suas formas de organização social.</p>	<p>Realização de estudos e diagnósticos para orientar as ações governamentais e não governamentais junto aos povos indígenas de recente contato.</p> <p>Apoiar financeiramente o estudante indígena fora da aldeia.</p> <p>Apoiar técnica e financeiramente cursos de formação de professores indígenas.</p> <p>Elaborar, institucionalizar e aplicar instrumentos de acompanhamento das ações de educação escolar indígena e monitoramento das políticas públicas de educação em todos os níveis.</p> <p>Elaborar subsídios na perspectiva de construção de um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena.</p> <p>Formar técnicos e representantes indígenas para o acompanhamento e o exercício do controle social frente às ações e políticas de educação escolar indígena.</p>
<p>0953 - Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processos de trabalho, capacitação intensiva de recursos humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física.</p>	<p>Implantar processos de discussão para implementação dos cursos de ensino médio e ensino médio integrado a partir das demandas apresentadas pelas comunidades indígenas.</p> <p>Adequação da infraestrutura física e de tecnologia de informação e comunicação da sede e das coordenações regionais da FUNAI.</p> <p>Capacitar e informar 100% dos representantes indígenas dos comitês regionais da FUNAI quanto ao conjunto das políticas públicas.</p> <p>Desenvolvimento e implantação de um sistema de informações gerenciais e sobre a realidade indígena.</p> <p>Desenvolvimento e implementação de um Programa de Capacitação de Recursos Humanos para a FUNAI com foco na melhoria de gestão.</p> <p>Mapeamento e redesenho dos processos de trabalho da FUNAI.</p>
<p>0962 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.</p>	<p>Ampliar a cobertura vacinal para 80% da população indígena até 2015, conforme o calendário de imunização específico estabelecido pelo Ministério da Saúde.</p> <p>Estabelecer até 2015, contratos de ação pública com os estados e municípios com serviços de média e alta complexidade na área de abrangência dos 34 Distrito Sanitário Especial Indígena.</p> <p>Implantar a estratégia Rede Cegonha nos 34 Distrito Sanitário Especial Indígena.</p> <p>Implantar, até 2015, sistemas de abastecimento de água em 1.220 aldeias com população a partir de 50 habitantes.</p> <p>Realizar a V Conferência Nacional de Saúde Indígena.</p> <p>Reformar e estruturar 58 Casas de Saúde Indígena (CASAI) até 2015.</p>

# SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

---

O levantamento considera metas do programa Segurança Alimentar e Nutricional e metas de outros programas do PPA 2012-2015 que lastrearam a construção do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – 2012/2015.

Programas 21

Objetivos 55

Metas 236

Programa 2012 - Agricultura Familiar	
Objetivos	Metas
0411 Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.	<p>Adquirir 2,7 milhões de toneladas de alimentos produzidos pela agricultura familiar por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM-AF).</p> <p>Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo.</p> <p>Ampliar de forma qualificada o microcrédito orientado e acompanhado para 750 mil agricultores familiares, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais.</p> <p>Ampliar o acesso ao crédito para 5 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar.</p> <p>Ampliar o acesso dos assentados e assentadas da reforma agrária, das comunidades quilombolas, indígenas e dos povos e comunidades tradicionais às políticas de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda, por meio da construção de uma proposta de ajuste e qualificação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), ampliação das entidades emissoras e capacitação dessas comunidades.</p> <p>Expandir a concessão de crédito de custeio agrícola para 750 mil famílias da agricultura familiar.</p> <p>Expandir o Garantia-Safra para a participação de 1.000.000 famílias da agricultura familiar em situação de vulnerabilidade climática, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais.</p> <p>Ofertar seguro da produção para 650 mil famílias da agricultura familiar.</p> <p>Financiar 100 mil equipamentos da indústria nacional com tecnologia apropriada para a agricultura familiar no âmbito do Mais Alimentos.</p> <p>Adequar as condições de crédito às particularidades da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentados e assentadas da reforma agrária.</p> <p>Distribuir sementes para 220 mil famílias no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria.</p> <p>Expandir a concessão de crédito de investimento para organizações de mulheres rurais no Programa Agroindústria Familiar, atendendo a 48 mil mulheres integrantes de 3.200 organizações produtivas.</p>

<p>0412 Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.</p>	<p>Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) qualificada e continuada para 1,5 milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 30% de mulheres rurais.</p> <p>Atender 3 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar com metodologia de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para produção, organização, gestão e comercialização.</p> <p>Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com monitoramento e avaliação para 750.000 agricultores familiares que acessam o microcrédito.</p> <p>Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres.</p> <p>Implementar plano de formação e qualificação de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e estabelecer parcerias, considerando as especificidades das comunidades indígenas e quilombolas e das mulheres rurais.</p> <p>Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 203 mil famílias de agricultores e 50 mil famílias assentadas da reforma agrária no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, com acompanhamento diferenciado.</p> <p>Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 750 mil assentados e assentadas da reforma agrária.</p> <p>Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 20 mil famílias quilombolas, com recorte específico para este público.</p> <p>Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 15 mil famílias indígenas, com recorte específico para este público.</p> <p>Incentivar as Escolas Famílias Agrícolas (EFAS) a destinarem vagas exclusivas para estudantes quilombolas.</p>
<p>0413 Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.</p>	<p>Ampliar o percentual de acesso do público da reforma agrária às políticas de compras públicas.</p> <p>Apoiar 6,8 mil organizações da agricultura familiar para a diversificação e organização econômica, inserção no mercado privado, comercialização, agroindustrialização e desenvolvimento de atividades não agrícolas, garantindo a participação de pelo menos 30% de organizações de mulheres rurais.</p> <p>Criar estratégia para identificar e valorizar os aspectos culturais e ambientais dos produtos oriundos de comunidades quilombolas e indígenas, visando a ampliar a comercialização de gêneros alimentícios no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).</p> <p>Implantar compra mínima de 30% do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) diretamente da agricultura familiar em 100% do território nacional, com 60% das capitais comprando conforme o artigo 14 da Lei 11.947/09 de agricultores familiares do próprio estado.</p>

<p>0759 Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar.</p>	<p>Atender 1.500 organizações com políticas integradas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), crédito, comercialização e gestão</p> <p>Atender 3.200 organizações produtivas de mulheres com Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Setorial para Mulheres.</p> <p>Atender 70 mil mulheres com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Mulher.</p> <p>Capacitar 200 agentes de crédito para atendimento às demandas e qualificação de oferta de crédito para mulheres rurais.</p> <p>Capacitar 200 técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em metodologia de trabalho com as mulheres.</p>
<p>0760 Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação.</p>	<p>Elaborar e implementar a Política Nacional de Agroecologia e de Agricultura Orgânica.</p> <p>Garantir o atendimento de 200 pessoas jurídicas com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento a sistemas de produção de base ecológica e orgânica.</p> <p>Garantir o atendimento de 500.000 famílias com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento para sistemas de produção de base ecológica e orgânica, com a participação de pelo menos 30% de mulheres rurais.</p> <p>Aumentar a participação dos produtos orgânicos e de base ecológica no mercado.</p> <p>Articular a inserção do conteúdo da Agroecologia na educação formal e informal.</p>

<b>Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
<p>0350 Utilizar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) visando a garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e renda aos produtores rurais.</p>	<p>Elevar a capacidade estática de armazenagem da rede própria da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) de 2.148,0 para 2.792,4 mil toneladas.</p> <p>Elevar o índice de disponibilidade de armazenagem de 0,85 para 1,2 da produção agropecuária nacional.</p>
<p>0623 Aperfeiçoar a geração e a disseminação de dados sobre safras, preços, custo de produção e abastecimento de produtos e insumos agropecuários, visando a disponibilização de informações relacionadas ao agronegócio nacional e internacional, para subsidiar a formulação de políticas públicas, a comercialização e a tomada de decisão pelos agentes públicos e privados.</p>	<p>Atualizar mensalmente os quadros de oferta e demanda dos principais produtos da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).</p> <p>Elaborar nova metodologia de coleta, tratamento e disseminação de informações agrícolas e de abastecimento.</p>

<p>0744 Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.</p>	<p>Elaborar ou atualizar 45 regulamentos técnicos para produção orgânica.          Capacitar 40.000 produtores e 20.000 técnicos do setor em tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos e/ou mecanismos de controle da qualidade orgânica.          Implantar a Comissão Nacional da Produção Orgânica e garantir o funcionamento das 27 Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação.          Ampliar de 8.000 para 28.000 o número de unidades de produção adotando sistemas orgânicos de produção sob controle oficial.          Tornar acessível 250 tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção para os produtores rurais.          Consolidar a formação de 800 bancos comunitários de sementes e/ou mudas com ênfase em variedades crioulas, espécies florestais nativas e aquelas utilizadas como adubos verdes.          Ampliar de 26 para 90 o número de núcleos de estudos em agroecologia na rede federal de educação científica e tecnológica.</p>
---	--

Programa 2018 - Biodiversidade	
Objetivos	Metas
<p>0506 Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.</p>	<p>Mapear a distribuição geográfica das variedades crioulas e parentes silvestres de 4 espécies de plantas cultivadas.          Criar e assistir 6 redes comunitárias, implementando, no total, 48 sistemas comunitários de conservação e de uso sustentável da agrobiodiversidade.          Fomentar 200 projetos de uso e conservação da biodiversidade.          Implantar 30 arranjos produtivos locais envolvendo produtos da sociobiodiversidade.          Caracterizar o valor nutricional de 40 espécies nativas priorizadas na Iniciativa "Plantas para o futuro", com vistas a diversificar a dieta do brasileiro.          Realizar um diagnóstico nacional das instituições envolvidas com a conservação da agrobiodiversidade in situ, on farm e ex situ.          Celebrar 20 contratos de concessão de direito real de uso com organizações dos povos e comunidades tradicionais das Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais.          Realizar o cadastramento de famílias em 44 unidades de conservação.          Elaborar 6 Planos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.          Promover 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade em âmbito nacional.          Promover o acesso de 100 mil famílias de Povos Comunidades Tradicionais e Agricultores ao mercado.          Remunerar 70 mil famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos naturais no meio rural (Plano Brasil Sem Miséria).          Retirar 50 mil famílias extrativistas da linha de extrema pobreza.          Disponibilizar banco de dados das organizações existentes de Povos e Comunidades Tradicionais.</p>

<b>Programa 2019 - Bolsa Família</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0619 Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda.	Incluir 800 mil famílias em extrema pobreza no Bolsa Família. Aumentar o impacto do Programa Bolsa Família na erradicação e/ou na diminuição da pobreza e da extrema pobreza.
0376 Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômicas, por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias, instrumentos e sistemas de informações, com objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.	Aprimorar a estratégia de identificação e caracterização das famílias pertencentes a grupos populacionais diferenciados bem como as famílias em situação de extrema pobreza, no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.
0374 Reforçar o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, para ruptura do ciclo intergeracional de pobreza.	Acompanhar o aumento do acesso das famílias beneficiárias do PBF aos serviços socioassistenciais Aumentar o acompanhamento do acesso das crianças beneficiárias do PBF ao sistema de saúde infantil, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas Aumentar o acompanhamento do acesso das famílias beneficiárias do PBF ao sistema educacional, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas Aumentar o acompanhamento do acesso das gestantes beneficiárias do PBF ao sistema de saúde materna, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas.
0375 Aprimorar a gestão, a operacionalização e a fiscalização do Programa Bolsa Família.	Ampliar o número de municípios brasileiros recebendo o recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD). Aumentar o percentual dos municípios brasileiros com Fator de Operação do Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M) superior a 0,55.

<b>Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0500 - Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social.	Apoiar 20 projetos de pesquisa e desenvolvimento em segurança alimentar e nutricional.

<b>Programa 2028 – Defesa Agropecuária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.	Capacitar 20.000 profissionais de defesa agropecuária nas três instâncias do SUASA. Implantar um Centro de Inteligência e Formação em Defesa Agropecuária. Implementar Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA). Promover a adesão de 1.110 municípios ao SUASA. Promover a adesão de todos os Estados e o Distrito Federal ao SUASA. Promover o acesso de 500 mil produtores e famílias rurais brasileiras a eventos de educação sanitária.
0368 Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.	Construir um índice de risco dos insumos agrícolas. Aumentar o número de fiscalizações de 1236 para 1484 de atividades com Organismos Geneticamente Modificados.

<b>Programa 2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0977 Promover a integração de políticas públicas em âmbito setorial e federativo, bem como em múltiplas escalas territoriais, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração.	Criar e implementar o marco legal da Política Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural. Atender 280 territórios rurais com um conjunto de políticas públicas integradas e territorializadas, compatível com as principais carências existentes no meio rural.

<p>0978 Consolidar um modelo de governança territorial baseado na gestão social, com o compartilhamento, entre poder público e sociedade civil organizada, da formulação, gestão e controle das políticas públicas, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.</p>	<p>Reconhecer 160 novos territórios rurais e constituir e apoiar os respectivos colegiados.          Articular 200 processos de Agenda 21 junto aos colegiados territoriais.          Apoiar a gestão de 280 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável.          Capacitar ou formar 80.000 agentes de desenvolvimento.          Criar mecanismos de garantia da participação de povos e comunidades tradicionais nos colegiados territoriais e outras instâncias colegiadas.</p>
<p>0979 Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.</p>	<p>Estruturar 01 rede nacional de 200 Bases de Serviços Técnicos e apoiar diretamente, por meio de seus componentes, 500 empreendimentos associativos.          Capacitar 2.000 novos agentes de promoção de redes socioprodutivas solidárias nos territórios.          Apoiar 920 projetos estratégicos de estudos, integração e desenvolvimento de cadeias produtivas.          Apoiar a organização produtiva de 5.600 empreendimentos econômicos solidários, sendo, no mínimo, 30% de grupos de mulheres.          Disponibilizar suporte adequado que permita a melhoria das condições de produção e comercialização favorecendo a inclusão produtiva sustentável de 50.000 famílias.</p>
<p>0980 Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.</p>	<p>Garantir o acesso a políticas públicas de apoio à infraestrutura para 680 organizações de mulheres, beneficiando 10.200 trabalhadoras rurais.          Beneficiar 2.155 municípios com até 50.000 habitantes com máquinas e equipamentos para recuperação de estradas vicinais.          Apoiar 3.135 projetos de infraestrutura e serviços nos territórios rurais.</p>
<p>0981 Ampliar os direitos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais nas políticas de desenvolvimento territorial, por meio de ações de emissão de documentação civil e jurídica, bem como de apoio à participação das organizações de mulheres rurais nas instâncias colegiadas e nos comitês gestores de políticas.</p>	<p>Realizar campanha nacional de mobilização sobre a importância da formalização de grupos produtivos de mulheres na agricultura familiar e reforma agrária.          Emitir gratuitamente 1.200.000 documentos civis, trabalhistas, jurídicos e fiscais.          Realizar 4.000 mutirões de documentação, atendendo a 700 mil mulheres rurais.</p>

<b>Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.	<p>Decretar de interesse social 120 territórios quilombolas.</p> <p>Demarcar, certificar e titular os territórios desintrusados em nome das comunidades quilombolas.</p> <p>Publicar 140 portarias, reconhecendo 64 mil hectares e beneficiando 14 mil famílias.</p> <p>Publicar 190 RTIDs, identificando 660 mil hectares, beneficiando 13 mil famílias.</p>
0984 Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas.	<p>Assegurar o acesso a serviços, programas e projetos a 700 comunidades quilombolas certificadas e/ou tituladas.</p> <p>Fortalecer o Selo Quilombos do Brasil como referência de origem da produção das comunidades em diversas cadeias produtivas.</p>
0986 Articular junto aos ministérios e demais órgãos governamentais o acesso de povos e comunidades tradicionais a serviços públicos e programas sociais.	<p>Mapear as comunidades tradicionais de terreiro, priorizando as capitais e regiões metropolitanas.</p>

<b>Programa 2036 – Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0469 Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda.	<p>Capacitar 6.000 famílias com a promoção de assistência técnica e extensão rural apropriadas ao manejo florestal comunitário e familiar.</p> <p>Estabelecer normas e diretrizes técnicas para o manejo florestal sustentável de 27 espécies vegetais de produtos florestais não-madeireiros.</p> <p>Estabelecer manejo sustentável de 10 produtos da sociobiodiversidade em 34 Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais.</p> <p>Implementar Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar em assentamentos do Inkra e do Programa Nacional de Crédito Fundiário em 340 mil hectares.</p> <p>Promover o manejo de 5 milhões de hectares de florestas privadas de forma sustentável.</p> <p>Implementar Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar em 180 mil hectares de Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais.</p>

<b>Programa 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0371 Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.	<p>Conceder o BPC a todos os indivíduos elegíveis, de acordo com a demanda.</p> <p>Conceder o BPC para 144.715 Pessoas Idosas em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015.</p> <p>Conceder o BPC para 302.297 Pessoas com Deficiência em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015.</p> <p>Criar condições para ampliar a cobertura dos beneficiários na faixa etária de 0 a 18 anos no Programa BPC na Escola.</p> <p>Instituir o Programa BPC Trabalho e implantá-lo em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal.</p>
<b>Programa 2042 – Inovações para a Agropecuária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0969 Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual e no desenvolvimento da biotecnologia, da agricultura de precisão, da proteção de cultivares, da indicação geográfica e marcas coletivas, visando às necessidades do pequeno e médio produtor e à competitividade e agregação de valor aos processos, produtos, sistemas e serviços agropecuários.	<p>Ampliar de 1658 para 2298 o número de cultivares protegidas.</p> <p>Aumentar de 110 para 150 o número de novas espécies no regime de proteção de cultivares.</p> <p>Aprovar o Plano de Ações Estratégicas de Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para a Agricultura e Alimentação – RGAA.</p>
<b>Programa 2043 – Integração Sul-Americana</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0944 - Fortalecer a institucionalidade dos mecanismos de integração regional, sobretudo a UNASUL e o MERCOSUL, para que seus órgãos tenham instrumentos capazes de impulsionar a integração sul-americana.	Criar o Fundo de Participação Social do MERCOSUL.

<b>Programa 2045 – Licenciamento e Qualidade Ambiental</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0487 Aperfeiçoar os mecanismos de gestão e de controle voltados para a prevenção da contaminação e da poluição ambiental, e para o gerenciamento de substâncias perigosas, visando garantir a melhoria da qualidade ambiental.	<p>Elaborar e implementar o plano de ação para gestão de estoques e resíduos de agrotóxicos considerados poluentes orgânicos persistentes.</p> <p>Implementar a avaliação do risco ambiental para novos ingredientes ativos registrados como agrotóxicos.</p> <p>Atualizar o Perfil Nacional sobre a Gestão de Substâncias Químicas e publicar o Relatório de Qualidade do Meio Ambiente.</p> <p>Ampliar em 5% o número de operações anuais de fiscalização, visando coibir os ilícitos relacionados às atividades degradadoras e poluidoras do meio ambiente.</p>

<b>Programa 2052 – Pesca e Aquicultura</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0970 Ampliar a inserção do pescado brasileiro no mercado nacional e internacional, promovendo o consumo e a comercialização de pescado.	Atender 60 polos de produção com assessoria para inserção do pescado no mercado institucional.
0567 Aumentar a produção de organismos aquáticos de forma sustentável, através da implantação de parques aquícolas, da regularização fundiária e ambiental, da realização de pesquisas e assistência técnica e da modernização de infraestruturas produtivas, com foco no potencial aquícola brasileiro e nos recursos subexplorados e inexplorados.	<p>Qualificar 1000 técnicos extensionistas em pesca e aquicultura.</p> <p>Atender 80 mil famílias pela extensão pesqueira e aquícola.</p> <p>Implantar ou adequar infraestrutura aquícola (viveiros e tanques redes) para atender 6 mil famílias.</p> <p>Implantar parques aquícolas continentais em 22 reservatórios.</p> <p>Implantar parques aquícolas marinhos em 5 Estados.</p> <p>Financiar 100 projetos de pesquisa, no âmbito do Consórcio Brasileiro em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Transferência de Tecnologia (P,D&amp;I e TT) em Pesca e Aquicultura (CTPA).</p> <p>Financiar 200 projetos de pesquisa básica e aplicada (em áreas não cobertas pelo CTPA), infraestrutura laboratorial, formação de recursos humanos especializados (com ênfase para bolsas de pós-graduação stricto sensu) e ações de cooperação com universidades e centros de pesquisa internacionais.</p>

<p>0572 Implementar infraestruturas de recepção, distribuição e comercialização do pescado, para promover a agregação de valor e a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais.</p>	<p>Atender 65 territórios com equipamentos para desenvolvimento da infraestrutura e logística produtiva do pescado.</p> <p>Implantar 11 Centros Integrados da Pesca Artesanal – CIPAR.</p> <p>Revitalizar 13 Centros Integrados da Pesca Artesanal – CIPAR.</p> <p>Implantar 200 cozinhas comunitárias.</p> <p>Implantar 200 pontos comerciais fixos.</p> <p>Implantar e adequar 27 mercados públicos/pontos de comercialização.</p> <p>Implantar e adequar 27 unidades de recepção de pescado.</p> <p>Implantar e adequar 68 Unidades de Beneficiamento de Pescado – UBP.</p>
<p>0576 Promover a inclusão social, o acesso à cidadania e qualificação profissional com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquíicultura.</p>	<p>Capacitar 30.000 trabalhadores da pesca e aquíicultura.</p> <p>Viabilizar 15 projetos regionais para assessoramento da criação e consolidação de cooperativas e associações da pesca e aquíicultura.</p> <p>Regularização da transferência de áreas da União ao MPA e cessão de 15 áreas para comunidades pesqueiras.</p>

Programa 2057 – Política Externa	
Objetivos	Metas
<p>0918 Expandir a participação do Brasil em negociações e ações internacionais de combate à fome e à pobreza e de cunho humanitário, a fim de prevenir calamidades, propiciar apoio emergencial em casos de desastres ou conflitos e auxiliar a recuperação de países atingidos por eventos danosos de grandes proporções.</p>	<p>Elaborar marco legal relativo à provisão de cooperação humanitária internacional pelo Brasil.</p>

Programa 2064 – Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	
Objetivos	Metas
<p>0255 Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.</p>	<p>Implantar 100 comitês estaduais e municipais de Educação em Direitos Humanos.</p>

<b>Programa 2064 – Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
	Realizar 100 oficinas anuais para formação de lideranças comunitárias e educadores populares através da Rede de Educação Cidadã.

<b>Programa 2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0948 Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.	Realizar 13 projetos de substituição de alimentos industrializados da cesta básica, distribuída em aldeias com déficit de produção, por outros itens produzidos por comunidades indígenas e mais condizentes com o padrão alimentar indígena.  Realizar 4 pesquisas acerca do funcionamento de sistemas alimentares próprios tradicionais de povos indígenas.
0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.	Constituição de 8 reservas indígenas para atender os casos de maior gravidade de povos indígenas confinados territorialmente ou desprovidos de terras.  Delimitação de 56 terras indígenas.  Emissão de 45 portarias declaratórias da posse indígena de terras tradicionalmente ocupadas.  Homologação da demarcação de 40 terras indígenas.  Indenizar e extrusar ocupantes de boa-fé de 40 terras indígenas.  Redução de ilícitos socioambientais nas terras indígenas, por meio de ações articuladas de fiscalização e de etnodesenvolvimento.

0945 Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.

Coordenar e promover, em articulação com instituições parceiras, 6 chamadas públicas de projetos com foco na conservação da agrobiodiversidade em terras indígenas.

Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições parceiras, a conservação da agrobiodiversidade das terras indígenas, por meio da realização de 7 eventos de intercâmbio de insumos e práticas tradicionais da agricultura e alimentação indígenas.

Coordenar, promover e apoiar a estruturação de 8 arranjos produtivos locais, com base em cadeias de valor, visando o estabelecimento de marcas coletivas, certificação de produtos indígenas, acesso aos mercados e geração de renda.

Coordenar, promover, apoiar e consolidar, em articulação com instituições parceiras, diagnósticos da agrobiodiversidade local e valorização de responsáveis por sua guarda e circulação, entre os povos Guarani, Khraô, Paresi e Xavante.

Coordenar e promover, em articulação com instituições do governo, indígenas e não governamentais, o Ano Internacional da Sociobiodiversidade Indígena.

Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições e órgãos parceiros, a elaboração e implementação de quatro acordos e planos participativos, visando à transição para atividades produtivas sustentáveis em terras indígenas.

Implantar 80 projetos de gestão ambiental nas terras indígenas.

Implantar processos e projetos de etnodesenvolvimento em 678 terras indígenas.

Implementar 51 planos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas.

Implementar 5 Centros de Formação Indígena.

Implementar cursos de formação continuada para 300 gestores não indígenas e 300 gestores indígenas para qualificar as ações de gestão ambiental e territorial de terras indígenas.

<p>0962 Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.</p>	<p>Estabelecer até 2015, contratos de ação pública com os estados e municípios com serviços de média e alta complexidade na área de abrangência dos 34 Distrito Sanitário Especial Indígena.</p> <p>Implantar, até 2015, sistemas de abastecimento de água em 1.220 aldeias com população a partir de 50 habitantes.</p>
--	--

<b>Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
<p>0419 - Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.</p>	<p>Regularização fundiária de 49 milhões de ha de terras públicas federais e estaduais na Amazônia Legal – Terra Legal.</p>
<p>0420 Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.</p>	<p>Assentar 200 mil famílias.</p> <p>Criar 800 projetos de assentamento.</p> <p>Construir e/ou reformar 25 mil km de estradas.</p> <p>Construir e/ou reformar 120 mil casas.</p> <p>Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher.</p> <p>Beneficiar 50 mil famílias com acesso à água.</p>
<p>0421 Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.</p>	<p>Conceder 50 mil títulos às famílias assentadas e às entidades públicas ou privadas na forma de doação, cessão ou concessão de uso.</p> <p>Atender 50 mil famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização.</p> <p>Construir instrumentos de priorização dos grupos produtivos de mulheres no Programa Terra Sol.</p>

0422 Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.	Capacitar 3.000 profissionais com bolsas para a formação complementar técnica e especializada, com vistas à atuação na assistência técnica, pedagógica e social.
0735 Promover o acesso a terra a trabalhadores e trabalhadoras rurais, por meio de crédito fundiário para a aquisição de imóveis rurais e investimento em infraestrutura produtiva e social, visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza rural.	Beneficiar 80 mil famílias com crédito fundiário

<b>Programa 2068 - Saneamento Básico</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0355 Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, indígenas, dentre outras), e população rural dispersa, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços.	Implantar obras de saneamento em 375 comunidades remanescentes de quilombos. Implantar obras de saneamento em 750 comunidades rurais, tradicionais e especiais.

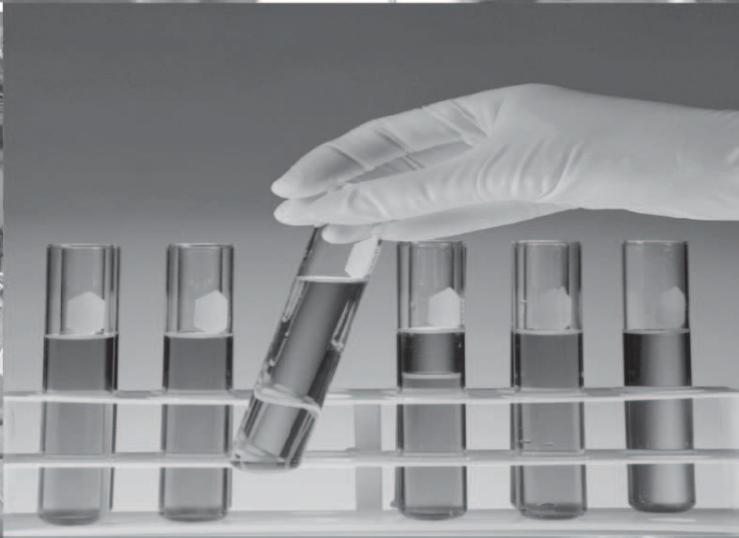
<b>Programa 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0615 Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.	Atender 142.100 agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade social, fomentando atividades produtivas diversificadas, especialmente de alimentos, a partir de conceitos agroecológicos, respeitadas as características culturais.  Adotar medidas para ampliar a aplicação de recursos advindos de leilões de bens apreendidos em operações de crimes ambientais e de empreendimentos de interesse público ou social que tenham sido objeto de licenciamento ambiental que possuem autorização de supressão vegetal, em ações de desenvolvimento social de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.  Apoiar 800 iniciativas de estruturação da produção familiar e de suas organizações coletivas, em áreas rurais e periurbanas.  Elaborar política, marcos legais e instrumentos normativos visando a estruturação da produção dos agricultores familiares, de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais, diferenciando-as das ações oficiais de crédito.

<p>0380 Promover o acesso a alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.</p>	<p>Ampliar a compra de alimentos agroecológicos e oriundos das cadeias da sociobiodiversidade, de modo a beneficiar 25.000 agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas.</p> <p>Ampliar a destinação ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) de bens e mercadorias apreendidos pelos órgãos de fiscalização e apreensão e de material vegetal suprimido de grandes obras pelos órgãos da administração pública federal, elevando a arrecadação do Fundo de Erradicação e Combate a Fome, visando o apoio a ações de estruturação da produção e inclusão socioeconômica, de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como de suas organizações, incluindo aquelas que atuam sob os princípios da economia solidária</p> <p>Ampliar a participação de mulheres rurais no Programa de Aquisição de Alimentos para, no mínimo, 35% do total de agricultores familiares participantes.</p> <p>Ampliar a participação de povos e comunidades tradicionais e povos indígenas no Programa de Aquisição de Alimentos.</p> <p>Ampliar o número de agricultores familiares participantes do Programa de Aquisição de Alimentos para 450 mil, sendo, no mínimo, 57% dos agricultores participantes enquadrados nos Grupos A, A/C e B do PRONAF.</p> <p>Apoiar a formação de estoques por 45 mil agricultores familiares, organizados em pessoas jurídicas, para comercialização de seus produtos, sendo, no mínimo, 25 mil agricultores familiares enquadrados nos Grupos A, A/C e B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).</p> <p>Expandir a destinação dos produtos adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos para as redes socioassistencial e de equipamentos públicos de alimentação e nutrição.</p> <p>Expandir a execução do Programa de Aquisição de Alimentos nos estados da Região Norte e Nordeste para 60% do total executado.</p> <p>Implantação de sistemas informatizados de acompanhamento e gestão do Programa de Aquisição de Alimentos, que permitam a expansão qualificada do Programa, bem como a transparência nas operações realizadas no seu âmbito.</p> <p>Qualificar, em articulação com parceiros institucionais, o fornecimento de alimentos aos grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública e integrá-los aos programas sociais e de inclusão produtiva, visando a sua melhoria socioeconômica.</p>
--	---

<p>0614 Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.</p>	<p>Implantar 1.200 sistemas coletivos dessalinizadores de água em comunidades rurais.</p> <p>Universalizar o acesso à água para consumo humano, atendendo a 730 mil famílias da zona rural do semiárido brasileiro, inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico), sem acesso à rede pública de abastecimento, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água.</p> <p>Ampliar o acesso à água a 3.000 escolas da zona rural e dos territórios tradicionais, sem abastecimento da rede pública, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água com vistas ao consumo humano.</p> <p>Criar intercâmbio de experiências e tecnologias sociais de captação e armazenamento de água, para apoio no nível internacional de ações de acesso à água.</p> <p>Estabelecer cooperação e apoio para que as famílias beneficiárias de ações de acesso à água sejam assistidas por políticas que garantam a qualidade da água consumida.</p> <p>Estabelecer estratégias que permitam ampliar o acesso à água para consumo humano a 245.000 famílias da zona rural das diversas regiões do país e dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, especialmente na região Norte, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água.</p>
<p>0377 Institucionalizar no Território Nacional o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e seus mecanismos de gestão, a fim de possibilitar o seu financiamento e a estruturação da capacidade institucional de planejamento, execução e monitoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, através do plano nacional e dos planos estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional, incluindo a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no âmbito nacional e internacional.</p>	<p>Adesão de todos os estados e do Distrito Federal ao SISAN.</p> <p>Adesão de 3339 Municípios ao SISAN.</p> <p>Implementação do SISAN nos estados, Distrito Federal e municípios através da (i) instituição dos Fóruns de Pactuação, (ii) elaboração dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e (iii) apoio aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional.</p>
<p>0378 Consolidar a organização de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo, por meio da expansão e estruturação da rede de equipamentos, ações e serviços públicos de comercialização, alimentação e nutrição sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada.</p>	<p>Ampliar a participação dos equipamentos públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos nos territórios de referência dos equipamentos sociais de assistência social, educação, saúde e outros, de forma a garantir o atendimento integral de pessoas inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico).</p> <p>Elaboração de estratégias e planos de gestão descentralizada e de integração de ações de segurança alimentar.</p> <p>Implantação da Política Nacional de Agricultura Urbana.</p> <p>Promover a integração dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs) com outras políticas territoriais estimuladas pelo Governo Federal, com vistas a fomentar e estruturar sistemas públicos agroalimentares.</p>

<p>0379 Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional e de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares saudáveis, por meio da mobilização social, articulação e trabalho em rede, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.</p>	<p>Criar os serviços de pesquisa e extensão em Educação Alimentar e Nutricional para subsidiar os setores governamentais no aprimoramento e integração das ações em nível local.  Criar protocolo de ações de Educação Alimentar e Nutricional para as famílias beneficiárias dos Programas Socioassistenciais, integrando as redes e equipamentos públicos e instituições que compõem o SISAN.  Incluir ações de Educação Alimentar e Nutricional nos planos político pedagógicos das escolas.  Inserir a promoção da alimentação adequada e saudável nas ações e estratégias realizadas pelas redes de saúde, educação e assistência social.  Inserir nos processos de Educação Alimentar e Nutricional, estratégias de sensibilização e orientação à população para adoção de hábitos alimentares mais saudáveis; e de formação e qualificação dos profissionais e produtores familiares e/ou urbanos para atuarem com os componentes alimentação, nutrição e consumo saudável.  Publicar o marco conceitual de Educação Alimentar e Nutricional nas Políticas Públicas, respeitando as práticas alimentares dos Povos Indígenas e dos Povos e Comunidades Tradicionais.  Realizar campanhas de sensibilização de profissionais, agentes do SISAN e da população para o preparo e consumo de produtos alimentares regionais, da sociobiodiversidade, agroecológicos e de maior valor nutritivo.</p>
<p>0613 Fomentar o abastecimento alimentar como forma de assegurar o acesso regular e permanente da população brasileira a alimentos, em quantidade suficiente, qualidade e diversidade, observadas as práticas alimentares promotoras da saúde e respeitados os aspectos culturais e ambientais.</p>	<p>Adquirir produtos da agricultura familiar, dos extrativistas e dos pescadores artesanais, perfazendo um total de 3.000 famílias produtoras, com atuação nas calhas dos rios Amazonas, Negro, Solimões, Juruá, Purus e Madeira, utilizando, para tanto 4 embarcações fluviais.  Realizar interação do setor hortigranjeiro com agentes da cadeia de produção e distribuição  Fortalecer o segmento dos varejistas de pequeno porte, até cinco checkouts, que atuam com a linha básica de consumo (mercearias), assegurando sua rentabilidade e melhorando a qualidade dos serviços prestados às comunidades locais, por meio do incentivo ao associativismo.  Implementar um observatório dos preços dos alimentos, buscando reduzir a volatilidade dos preços dos alimentos.</p>
<p>0930 Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional com a promoção da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, por meio do controle e regulação de alimentos e da estruturação da atenção nutricional na rede de atenção à saúde.</p>	<p>33% ao ano das unidades básicas de saúde equipadas com balanças e antropômetros.  Aprovação da atualização da Política Nacional de Alimentação e Nutrição do SUS.  Aumentar em 25% o número de culturas agrícolas a serem analisadas quanto aos níveis de resíduos de agrotóxicos.  Aumento de 35% na cobertura populacional do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan).  Avaliar a redução dos limites tolerados de micotoxinas em alimentos, tendo como base o disposto em legislação específica.  Elaboração do Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade.  Implantação de uma nova estratégia para o controle e prevenção da anemia ferropriva.  Implantar o Sistema Eletrônico de Notificação e Registro de Produtos na Área de Alimentos.  Promover o monitoramento em alimentos processados dos teores de sódio, açúcares e gorduras em 50% dos estados.  Redução de 25% da oferta de sódio nos alimentos processados prioritários.</p>

<b>Programa 2071 – Trabalho, Emprego e Renda</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
0861 Melhorar a qualidade nutricional do Programa de Alimentação do Trabalhador.	Fiscalizar 500 empresas beneficiárias do Programa de Alimentação do Trabalhador.



Ministério do  
**Planejamento**

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA